CONGRESSO NACIONAL

Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 2º Quadrimestre de 2026 recebidos pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

1. Presidência da República Mensagem 792/2026
2. Câmara dos Deputados Ofício 610/2026
3. MPU – MPDFT Ofício 772/2026
4. STF Mensagem 4/2026
5. STJ Ofício 3/2026
6. TSE Ofício 4050/2026
7. TST Ofício 173/2026
8. CJF Ofício 0916539/2026
9. TRF 1ª Região Ofício 2319/2026
10. TRF 2ª Região Ofício 2035504/2026
11. TRF 3ª Região Ofício 13555704/2026
12. TRF 4ª Região Ofício 8658236/2026
13. TRF 6ª Região Ofício 1236/2026
14. TRT 1ª Região Ofício 90/2026
15. TRT 2ª Região Ofício 13/2026
16. TRT 3ª Região Ofício 17/2026
17. TRT 4ª Região Ofício 436/2026
18. TRT 5ª Região Ofício 939/2026
19. TRT 6ª Região Ofício 415/2026
20. TRT 7ª Região Ofício 273/2026
21. TRT 8ª Região Ofício 5/2026
22. TRT 9ª Região Ofício 90/2026
23. TRT 10ª Região Ofício 3261550/2026
24. TRT 11ª Região Ofício 609/2026
25. TRT 12ª Região Ofício 132/2026
26. TRT 13ª Região Portaria 133/2026
27. TRT 14ª Região Ofício 1097/2026
28. TRT 15ª Região Ofício 48/2026
29. TRT 16ª Região Ofício 527/2026
30. TRT 17ª Região Ofício 6/2026
31. TRT 18ª Região Ofício 11/2026
32. TRT 19ª Região Ofício 358/2026
33. TRT 20ª Região Ofício 55/2026
34. TRT 21ª Região Ofício 8/2026

35. TRT 22ª Região Ofício 290/2026
36. TRT 23ª Região Ofício 80/2026
37. TRT 24ª Região Ofício 26/2026
38. TRE-AL DOU 180/2026 (Portaria nº 308/2026)
39. TRE-AP Ofício 29598/2026
40. TRE-BA Ofício 2842/2026
41. TRE-CE Ofício 1103/2026
42. TRE-DF Portaria 270/2026
43. TRE-GO Ofício 653/2026
44. TRE-MA Ofício 10226/2026
45. TRE-MG Ofício 2257/2026
46. TRE-MS E-mail 29/09/2026
47. TRE-PA Ofício 3422/2026
48. TRE-PB Ofício 337/2026
49. TRE-PE Ofício 14510/2026
50. TRE-PI Ofício 4/2026
51. TRE-PR Ofício 368/2026
52. TRE-RN Ofício 419/2026
53. TRE-RO Ofício 342/2026
54. TRE-RR Ofício 3289/2026
55. TRE-RS Ofício 3427/2026
56. TRE-SC Portaria 75/2026
57. TRE-SE Ofício 5478/2026
58. TRE-SP Ofício 1.946/2026
59. TRE-TO E-mail 25/09/2026

MENSAGEM Nº 792

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossas Excelências o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre de 2026.

Brasília, 29 de setembro de 2026.

EXM nº 2135/2026

Brasília, 28 de setembro de 2026.

Senhor Presidente da República,

1 A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão.

2 O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.

3 Os demonstrativos que compõem o mencionado documento são consolidados, no âmbito do Ministério da Fazenda, pela Secretaria do Tesouro Nacional e avaliados, quanto à consistência dos dados neles contidos, pela Secretaria Federal de Controle Interno, órgão integrante da Controladoria–Geral da União.

4 Determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o segundo quadrimestre de 2026, se encerra em 30 de setembro do exercício corrente.

5 Assim, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submetemos a Vossa Excelência o incluso Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao período de janeiro a agosto de 2026.

6 O referido Relatório deverá ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Respeitosamente,

Documento assinado com Certificado Digital por **Dario Carnevalli Durigan**, **Ministro de Estado da Fazenda**, em 28/09/2026, às 20:23, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 0X6771DAD05A22B5C3CE96A67A

Documento assinado com Certificado Digital por **Vinicius Marques de Carvalho**, **Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União**, em 29/09/2026, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
Nº de Série do Certificado: 381003813876885291950404009 23

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7897329** e o código CRC **FEC61612** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00333.004039/2026-81 SEI nº 7896409

00333.004046/2026-83

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 877/2026/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Ribeiro
Primeira-Secretária
Senado Federal, Bloco 2 – 2º Pavimento
70.165-900 Brasília/DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal.

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República de remessa do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre de 2026.

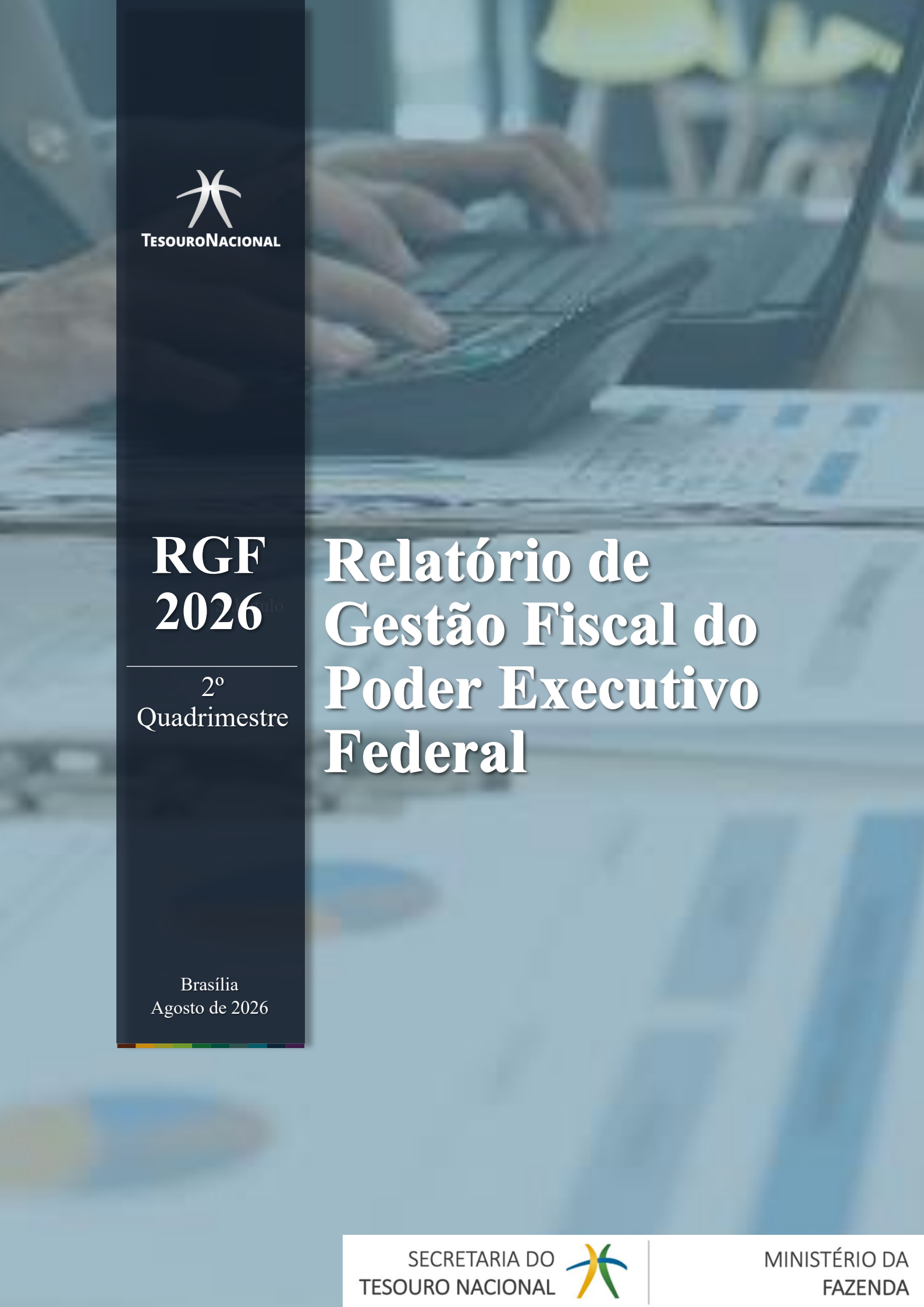
Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior**, **Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 30/09/2026, às 21:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7900185** e o código CRC **E57C96D8** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.004046/2026-83 SEI nº 7900185



TESOURONACIONAL

RGF 2026

2º Quadrimestre

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal

Brasília
Agosto de 2026

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

E.M. Interministerial nº /2026/MF/CGU

Brasília, de setembro de 2026.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão.

2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.

3. Os demonstrativos que compõem o mencionado documento são consolidados, no âmbito do Ministério da Fazenda, pela Secretaria do Tesouro Nacional e avaliados, quanto à consistência dos dados neles contidos, pela Secretaria Federal de Controle Interno, órgão integrante da Controladoria–Geral da União.

4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o segundo quadrimestre de 2026, se encerra em 30 de setembro do exercício corrente.

5. Assim, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade,

submetemos a Vossa Excelência o incluso Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao período de janeiro a agosto de 2026.

6. O referido Relatório deverá ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Respeitosamente,

DARIO CARNEVALI DURIGAN
Ministro da Fazenda

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro da Controladoria–Geral da União

SUMÁRIO

Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa com Pessoal, 5

Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, 9

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, 11

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito, 12

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, 13

Nota técnica – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, 14

.

Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa com Pessoal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RPNP (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**25.523.102**	**26.333.930**	**38.697.000**	**28.973.330**	**26.438.761**	**25.980.999**	**35.762.469**	**27.102.217**	**27.599.075**	**37.007.985**	**27.487.212**	**27.528.829**	**354.434.908**	**1.267.193**
Pessoal Ativo	**13.766.869**	**14.324.834**	**21.295.894**	**17.128.619**	**14.509.386**	**13.867.033**	**18.278.535**	**14.447.017**	**14.950.178**	**18.550.332**	**14.827.953**	**14.930.321**	**190.876.970**	**1.071.671**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.685.347	12.262.753	17.612.904	14.956.577	12.443.429	11.974.917	16.251.153	12.536.809	12.775.896	16.337.168	12.691.929	12.624.003	164.152.883	585.867
Obrigações Patronais	2.081.522	2.062.081	3.682.991	2.172.042	2.065.957	1.892.115	2.027.382	1.910.208	2.174.281	2.213.165	2.136.024	2.306.319	26.724.087	485.804
Pessoal Inativo e Pensionistas	**11.682.630**	**11.884.868**	**17.334.374**	**11.723.322**	**11.913.844**	**12.054.753**	**17.396.785**	**12.594.101**	**12.575.353**	**18.373.488**	**12.541.707**	**12.503.329**	**162.578.553**	**131.806**
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.599.233	7.724.008	11.259.858	7.599.289	7.760.206	7.830.538	12.169.692	8.276.076	8.228.508	11.963.957	8.201.682	8.212.673	106.825.720	97.070
Pensões	4.083.397	4.160.860	6.074.516	4.124.033	4.153.638	4.224.214	5.227.092	4.318.025	4.346.845	6.409.530	4.340.025	4.290.656	55.752.832	34.736
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	**73.603**	**124.229**	**66.731**	**121.389**	**15.531**	**59.214**	**87.149**	**61.099**	**73.544**	**84.165**	**117.552**	**95.179**	**979.385**	**63.716**
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**2.721.983**	**3.654.909**	**4.286.586**	**3.051.004**	**3.080.710**	**4.601.869**	**13.783.302**	**4.935.790**	**4.847.909**	**5.172.195**	**3.117.650**	**2.381.886**	**55.635.793**	**186.043**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	46.583	37.151	33.710	54.598	15.859	68.558	379.431	78.246	45.618	52.257	74.183	81.404	967.599	2.762
Decorrentes de Decisão Judicial	400.536	380.134	335.256	291.277	93.836	280.242	9.345.780	309.669	376.979	301.297	274.466	285.944	12.675.415	147.375
Despesas de Exercícios Anteriores	89.541	740.662	69.691	70.477	126.184	62.468	49.612	50.779	58.900	75.268	54.987	31.313	1.479.882	11.547
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.185.323	2.496.963	3.847.930	2.634.652	2.844.831	4.190.600	4.008.479	4.497.097	4.366.412	4.743.373	2.714.014	1.983.224	40.512.898	24.359
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**22.801.118**	**22.679.021**	**34.410.414**	**25.922.326**	**23.358.052**	**21.379.130**	**21.979.167**	**22.166.427**	**22.751.166**	**31.835.790**	**24.369.562**	**25.146.943**	**298.799.115**	**1.081.150**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.389	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	299.880.265	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100		18,520%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%[1]	613.700.445	37,900%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,005%	583.015.423	36,005%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%	552.330.401	34,110%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] O limite máximo do Poder Executivo é de 40,9%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios,do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001. O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos órgãos.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

b) A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas e de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

c) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 1611 GSCON/SFC/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.

d) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

e) Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública da União, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal.

f) Em conformidade com o parecer Sei nº 3974/2024/MF deixaram de ser computadas as despesas com a Rede Sarah.

g) Em 2025, a União alterou a classificação organizacional e programática das despesas de inativos e pensionistas civis dos ex-territórios do Amapá e Roraima. Os dados do Siafi conseguem segregar apenas as despesas com os inativos, pensionistas e reservistas militares dos ex-territórios.

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

gov.br
Documento assinado digitalmente
DANIEL CARDOSO LEAL
Data: 28/09/2026 16:02:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Assinado de forma digital por RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Dados: 2026.09.28 17:10:42 -03'00'

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA AMAPÁ
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS [2] (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RPNP (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**79.951**	**82.540**	**120.038**	**86.314**	**86.630**	**86.534**	**86.505**	**90.167**	**90.582**	**135.345**	**92.113**	**91.405**	**1.128.124**	**0**
Pessoal Ativo	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	**79.951**	**82.540**	**120.038**	**86.314**	**86.630**	**86.534**	**86.505**	**90.167**	**90.582**	**135.345**	**92.113**	**91.405**	**1.128.124**	**0**
Aposentadorias, Reserva e Reformas	60.894	62.788	91.963	66.601	66.971	66.754	66.612	69.756	69.821	104.893	71.180	70.809	869.042	0
Pensões	19.058	19.752	28.075	19.714	19.659	19.780	19.893	20.411	20.761	30.452	20.933	20.596	259.083	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**624**	**2.797**	**11.837**	**272**	**54.812**	**56.881**	**55.677**	**59.309**	**59.654**	**89.190**	**40.888**	**54.370**	**486.310**	**0**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	516	0	0	0	0	109	0	0	0	174	0	798	0
Decorrentes de Decisão Judicial	40	39	39	39	0	0	0	0	0	0	0	0	162	0
Despesas de Exercícios Anteriores	584	2.242	297	233	244	233	237	230	259	245	238	232	5.274	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	11.500	0	54.567	56.648	55.330	59.079	59.395	88.944	40.476	54.137	480.076	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**79.327**	**79.743**	**108.201**	**86.042**	**31.818**	**29.653**	**30.828**	**30.857**	**30.928**	**46.155**	**51.225**	**37.035**	**641.814**	**0**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.389	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	641.814	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100		0,040%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	2.736.553	0,169%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%	2.599.726	0,161%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%	2.462.898	0,152%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

[2] do valor apresentado em julho de 2025, parte se refere à reclassificação de despesas relativas aos meses anteriores, sendo o montante de R$ 212.614 mil relativo ao 1º quadrimestre de 2025 (janeiro a abril) e o montante de R$ 136.730 mil relativo aos meses de maio e junho de 2025.

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

Documento assinado digitalmente
gov.br
DANIEL CARDOSO LEAL
Data: 28/09/2026 15:59:15-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Assinado de forma digital por RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Dados: 2026.09.28 17:11:07 -03'00'

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA RORAIMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS [2] (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RPNP (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**53.895**	**59.609**	**80.439**	**57.552**	**57.274**	**58.086**	**57.888**	**60.006**	**60.706**	**89.650**	**60.665**	**60.102**	**755.873**	**0**
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	**53.895**	**59.609**	**80.439**	**57.552**	**57.274**	**58.086**	**57.888**	**60.006**	**60.706**	**89.650**	**60.665**	**60.102**	**755.873**	**0**
Aposentadorias, Reserva e Reformas	42.855	47.120	64.128	46.049	45.746	46.167	46.094	48.073	48.683	71.882	48.427	48.226	603.451	0
Pensões	11.040	12.490	16.311	11.503	11.528	11.918	11.794	11.933	12.023	17.767	12.238	11.876	152.422	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**123**	**6.288**	**1.874**	**86**	**29.746**	**29.961**	**29.820**	**31.865**	**32.435**	**49.219**	**16.431**	**5.524**	**233.374**	**0**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	400	0	0	0	0	0	0	496	0	0	0	896	0
Decorrentes de Decisão Judicial	80	80	80	80	36	40	43	40	40	40	32	32	622	0
Despesas de Exercícios Anteriores	43	5.809	18	6	0	217	69	24	12	0	148	15	6.360	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	1.775	0	29.710	29.705	29.708	31.801	31.888	49.179	16.251	5.478	225.496	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**53.772**	**53.321**	**78.565**	**57.466**	**27.527**	**28.124**	**28.068**	**28.142**	**28.271**	**40.431**	**44.234**	**54.578**	**522.498**	**0**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.389	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	522.498	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100		0,032%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	1.603.070	0,099%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%	1.522.916	0,094%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%	1.442.763	0,089%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

[2] do valor apresentado em julho de 2025, parte se refere à reclassificação de despesas relativas aos meses anteriores, sendo o montante de R$ 142.882 mil relativo ao 1º quadrimestre de 2025 (janeiro a abril) e o montante de R$ 94.475 mil relativo aos meses de maio e junho de 2025.

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

Documento assinado digitalmente
gov.br
DANIEL CARDOSO LEAL
Data: 28/09/2026 15:57:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Assinado de forma digital por RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Dados: 2026.09.28 17:11:26 -03'00'

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA DISTRITO FEDERAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RPNP
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.620.858**	**1.613.291**	**1.923.879**	**1.802.642**	**1.986.007**	**2.002.919**	**2.164.028**	**2.100.607**	**2.103.401**	**2.168.994**	**1.661.374**	**1.548.236**	**22.696.235**	**45.709**
Pessoal Ativo	**761.915**	**752.539**	**870.184**	**901.037**	**981.038**	**996.431**	**1.154.117**	**1.085.360**	**1.087.277**	**909.073**	**719.552**	**700.970**	**10.919.493**	**43.509**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	741.567	732.219	829.517	878.238	958.204	968.417	1.125.919	1.057.224	1.059.154	881.118	697.071	678.598	10.607.245	38.299
Obrigações Patronais	20.348	20.319	40.667	22.799	22.834	28.015	28.197	28.136	28.124	27.955	22.481	22.372	312.248	5.210
Pessoal Inativo e Pensionistas	**858.943**	**860.752**	**1.053.695**	**901.604**	**1.004.969**	**1.006.488**	**1.009.911**	**1.015.247**	**1.016.124**	**1.259.921**	**941.822**	**847.266**	**11.776.742**	**2.200**
Aposentadorias, Reserva e Reformas	751.490	754.288	912.934	796.630	881.051	880.042	884.396	888.302	888.970	1.092.532	820.696	749.811	10.301.142	1.786
Pensões	107.453	106.464	140.760	104.975	123.918	126.446	125.516	126.945	127.153	167.390	121.126	97.455	1.475.600	414
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**118.875**	**106.979**	**157.190**	**206.635**	**105.026**	**139.845**	**162.648**	**143.881**	**158.900**	**115.380**	**155.756**	**137.773**	**1.708.887**	**10.906**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	47.343	34.192	30.711	139.453	39.586	50.369	67.440	49.568	63.509	53.323	60.804	44.602	680.902	10.722
Decorrentes de Decisão Judicial	110	106	114	121	110	110	113	96	96	96	96	96	1.264	0
Despesas de Exercícios Anteriores	14	2.761	1.006	1.214	0	0	0	884	556	7	125	2.229	8.795	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	71.409	69.920	125.358	65.848	65.330	89.365	95.094	93.332	94.738	61.954	94.730	90.845	1.017.925	184
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**1.501.982**	**1.506.312**	**1.766.689**	**1.596.006**	**1.880.981**	**1.863.074**	**2.001.380**	**1.956.726**	**1.944.501**	**2.053.614**	**1.505.618**	**1.410.463**	**20.987.348**	**34.803**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.389	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13 do art. 166 da CF)		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	21.022.151	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100		1,298%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)	35.623.773	2,200%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	33.842.584	2,090%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,98%	32.061.395	1,980%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

Documento assinado digitalmente
gov.br
DANIEL CARDOSO LEAL
Data: 28/09/2026 15:50:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Assinado de forma digital por RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Dados: 2026.09.28 17:11:40 -03'00'

Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — R$ milhares — R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR*	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	11.545.342.915	11.768.605.485	12.264.073.857
Dívida Mobiliária	11.442.439.148	11.666.368.215	12.172.867.188
Relações Financeiras entre a União e o BCB (Lei nº 13.820/2019)[1]	0	0	0
Dívida Contratual	92.042.540	91.552.584	81.853.905
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	4.505.369	5.901.487	5.787.175
Demais	6.355.858	4.783.199	3.565.588
DEDUÇÕES (II)	3.522.327.985	3.408.447.521	3.439.125.913
Ativo Disponível	2.063.884.698	1.869.755.149	1.803.453.570
Haveres Financeiros	1.607.517.633	1.737.422.192	1.789.721.343
(-) Restos a Pagar Processados[2]	-149.074.346	-198.729.820	-154.049.001
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	8.023.014.931	8.360.157.964	8.824.947.944
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.517.735.497	1.561.142.960	1.619.262.389
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	760,70%	753,85%	757,39%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	528,62%	535,52%	545,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>[3]	-		-

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
PASSIVO ATUARIAL	2.445.059.576	2.393.257.116	2.382.888.082
RPPS Civil	1.485.945.534	1.486.564.821	1.486.564.821
Despesas Previdenciárias do FCDF	86.350.503	75.816.481	75.816.481
Millitares Inativos[4]	486.426.734	464.112.941	457.921.239
Pensões Militares	386.336.805	366.762.873	362.585.542

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

[1] "Em que pese o Manual de Demonstrativos Fiscais (STN, 2022, p. 593) preconizar que as obrigações decorrentes do relacionamento entre União e Banco Central do Brasil constituírem Dívida Mobiliária, tal caracterização é constatada apenas se e quando ocorre a emissão efetiva de títulos públicos pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme estabelece o § 5º do art. 4º da Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019. Enquanto não há a efetiva emissão, as obrigações em questão são apresentadas de maneira segregada à linha "Dívida Mobiliária.

[2] O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre de 2024. Além disso, foram identificados valores de R$ 6.690 mil executados na ação 00WU - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) no primeiro quadrimestre de 2026, que deveriam ter sido excluídos nessa linha. Tal ocorrência está sendo corrigida neste demonstrativo.

[3] Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

[4] Tendo em vista que o passivo atuarial dos militares inativos foram realizados em contas que compõem, também, as pensões militares, o passivo anterior de Militares Inativos foi repetido e excluído da linha Pensões Militares.

* Nota: O valor da coluna Saldo do Exercício anterior publicado no DOU difere do valor homologado no Siconfi devido aos registros efetuados no SIAFI após a publicação do Relatório, os quais promoveram atualizações das provisões atuariais do RPPS e do FCDF e retificações nos ajustes para perdas de dívidas de Entes da Federação consoante à CAPAG 2025, ambas em atendimento a apontamentos do TCU durante a auditoria financeira das do exercício de 2025.

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

Documento assinado digitalmente
gov.br
DANIEL CARDOSO LEAL
Data: 28/09/2026 15:49:24-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Assinado de forma digital por RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Dados: 2026.09.28 17:11:59 -03'00'

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — R$ milhares — R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR*	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	11.545.342.915	11.768.605.485	12.264.073.857
Dívida Mobiliária	11.442.439.148	11.666.368.215	12.172.867.188
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	8.306.731.840	8.460.094.922	8.940.415.817
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-1.160.539	-1.157.863	-1.111.598
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	2.860.607.717	2.916.483.572	2.929.821.821
Dívida Securitizada	2.278.189	2.038.854	4.044.352
Dívida Mobiliária Externa	273.981.942	288.908.731	299.696.796
Relações Financeiras entre a União e o BCB (Lei nº 13.820/2019)[1]	0	0	0
Dívida Contratual	92.042.540	91.552.584	81.853.905
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	4.505.369	5.901.487	5.787.175
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	0	0	0
Outras Dívidas	6.355.858	4.783.199	3.565.588
Passivos reconhecidos com insuficiência de créditos / recursos	6.355.858	4.783.199	3.565.588
Demais Dívidas	0	0	0
DEDUÇÕES (II)	3.522.327.985	3.408.447.521	3.439.125.913
Ativo Disponível	2.063.884.698	1.869.755.149	1.803.453.570
Depósitos do TN no BCB	2.059.814.676	1.864.951.618	1.799.026.020
Depósitos à Vista	4.070.022	4.803.530	4.427.550
Arrecadação a Recolher	0	0	0
Haveres Financeiros	1.607.517.633	1.737.422.192	1.789.721.343
Aplicações Financeiras	714.800.437	894.522.615	912.042.805
Disponibilidades do FAT	543.464.878	557.854.983	566.753.027
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	171.335.559	336.667.632	345.289.778
Recursos da Reserva Monetária	0	0	0
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	794.074.853	749.522.935	771.078.215
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	547.641.656	236.710.234	98.193.286
Créditos da Lei nº 8.727/93	0	0	0
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	609.444	630.127	742.448
Demais Dívidas Renegociadas	341.935.111	663.633.829	824.271.055
Ajustes para Perdas*	-96.111.359	-151.451.254	-152.128.573
Demais Ativos Financeiros	98.642.342	93.376.641	106.600.323
Haveres Externos (Garantias)	0	0	0
Outros Créditos Bancários	102.856.997	97.414.909	110.598.267
Ajustes para Perdas	-4.214.655	-4.038.267	-3.997.944
(-) Restos a Pagar Processados[2]	-149.074.346	-198.729.820	-154.049.001
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	8.023.014.931	8.360.157.964	8.824.947.944
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.517.735.497	1.561.142.960	1.619.262.389
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	760,70%	753,85%	757,39%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	528,62%	535,52%	545,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>[3]	-	-	

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
PASSIVO ATUARIAL	2.445.059.576	2.393.257.116	2.382.888.082
RPPS Civil	1.485.945.534	1.486.564.821	1.486.564.821
Despesas Previdenciárias do FCDF	86.350.503	75.816.481	75.816.481
Millitares Inativos[4]	486.426.734	464.112.941	457.921.239
Pensões Militares	386.336.805	366.762.873	362.585.542

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Documento assinado digitalmente
gov.br
DANIEL CARDOSO LEAL
Data: 28/09/2026 15:47:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Assinado de forma digital por RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Dados: 2026.09.28 17:12:19 -03'00'

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) — R$ milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	230.986.804	229.707.760	240.566.632
Em Operações de Crédito Externas	122.269.622	113.043.185	118.040.562
Em Operações de Crédito Internas	108.717.182	116.664.575	122.526.071
AOS MUNICÍPIOS (II)	59.019.279	57.045.830	61.292.845
Em Operações de Crédito Externas	29.075.975	26.155.548	27.571.508
Em Operações de Crédito Internas	29.943.304	30.890.282	33.721.337
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	46.641.383	50.053.763	51.779.391
Em Operações de Crédito Externas	31.972.130	32.921.949	34.098.965
Em Operações de Crédito Internas	14.669.253	17.131.815	17.680.427
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) [1]	17.231.216	16.879.847	17.248.364
FGTS - BNDES [2]	390.003	261.617	131.721
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	13.103.585	12.846.346	13.895.853
Prog. de Recuperação da Lavoura Cacaueira - BB	482.450	514.587	548.467
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas	2.500.305	2.489.801	1.992.289
EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001 [2]	754.873	767.495	680.034
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	353.878.682	353.687.201	370.887.232
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	1.517.735.497	1.561.142.960	1.619.262.389
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	23,32%	22,66%	22,90%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 60%	910.641.298	936.685.776	971.557.433
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (0,9 x 60%)	819.577.168	843.017.198	874.401.690

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	230.986.804	229.707.760	240.566.632
Em Garantia às operações de Crédito Externas	122.269.622	113.043.185	118.040.562
Em Garantia às operações de Crédito Internas	108.717.182	116.664.575	122.526.071
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	59.019.279	57.045.830	61.292.845
Em Garantia às operações de Crédito Externas	29.075.975	26.155.548	27.571.508
Em Garantia às operações de Crédito Internas	29.943.304	30.890.282	33.721.337
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	12.457.391	12.230.369	12.750.644
Em Garantia às operações de Crédito Externas	9.778.296	9.598.143	10.159.628
Em Garantia às operações de Crédito Internas	2.679.095	2.632.226	2.591.016
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0	0	0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	302.463.474	298.983.960	314.610.121

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e CODIV

[1] A partir do 2º Quadrimestre de 2020, as operações por meio de fundos e programas passaram a ser detalhadas pelos fundos identificados por

[2] Os valores relativos a esta linha ainda não se encontram registrados no Siafi.

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

Documento assinado digitalmente
gov.br
DANIEL CARDOSO LEAL
Data: 28/09/2026 15:42:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Assinado de forma digital por RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Dados: 2026.09.28 17:12:33 -03'00'

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ milhares

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
	No 2º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	794.621.906	1.627.718.136
Mobiliária	794.341.509	1.626.191.821
Interna	794.341.509	1.573.790.504
Refinanciamento	600.710.882	1.110.012.899
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Outras Internas - Orçamentárias	193.630.628	463.777.604
Outras Internas - Extraorçamentárias	0	0
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008		
Aporte em Empresas		
Trocas e Demais Operações Internas	*0*	*0*
Externa	0	52.401.317
Refinanciamento	0	49.923.876
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)[1]	0	0
Outras Operações Mobiliárias Externas	0	2.477.441
Contratual	280.397	1.526.315
Interna	0	0
Abertura de Crédito	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Outras Operações Contratuais Internas	0	0
Externa	280.397	1.526.315
Abertura de Crédito - Orçamentárias	280.397	1.526.315
Abertura de Crédito - Extraorçamentárias	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Outras Operações Contratuais Externas	0	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	1.619.262.389	–
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	–	–
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	1.415.303.774	87,40%
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas[1]	1.415.303.774	87,40%
Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	0	0,00%
Aporte Bacen Lei 11.803/2008[1]	0	0,00%
Concessão de Garantias[2]	0	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia) + (II) – (III)	212.414.362	13,12%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS[3]	971.557.433	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	–	–
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	–	–

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e STN/CODIV/GEOFI

[1] Dedução conforme art. 7º, §2º, I da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.

[2] Representa o valor das operações efetuadas no período de referência do relatório, apurado a partir da variação, no período, dos saldos de Garantias Concedidas, demonstrados no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, que até este quadrimestre foi de R$ 17,01 milhões. Quando houver redução no valor total de concessão de garantias de um quadrimestre para o outro, essa linha virá zerada, uma vez que não existe concessão negativa de garantias. Além disso, tendo em vista que ainda não é possível separar as concessões de garantia da União com a de outras entidades detalhadas no Anexo 3, consideramos mais prudente manter a linha zerada.

[3] Limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, válido para cada exercício. Os valores divulgados para o 1º e 2º quadrimestres não devem ser considerados como referência para projeção da evolução anual do indicador, tendo em vista as sazonalidades das receitas e despesas orçamentárias, em especial as relacionadas à gestão da Dívida Pública Federal.

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

Documento assinado digitalmente
gov.br
DANIEL CARDOSO LEAL
Data: 28/09/2026 15:41:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Assinado de forma digital por RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Dados: 2026.09.28 17:12:48 -03'00'

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48) R$ milhares

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR	
Receita Corrente Líquida	1.619.262.389	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
PODER EXECUTIVO		
Despesa Total com Pessoal - DTP	299.880.265	18,520%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%	613.700.445	37,900%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	583.015.423	36,005%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%	552.330.401	34,110%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ		
Despesa Total com Pessoal - DTP	641.814	0,040%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	2.736.553	0,169%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%	2.599.726	0,161%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%	2.462.898	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA		
Despesa Total com Pessoal - DTP	522.498	0,032%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	1.603.070	0,099%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%	1.522.916	0,094%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%	1.442.763	0,089%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	21.022.151	1,298%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	35.623.773	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	33.842.584	2,090%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,980%	32.061.395	1,980%
DÍVIDA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	8.824.947.944	545,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias de Valores	370.887.232	22,90%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%	971.557.433	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização/Refinanciamento e Demais Deduções)	212.414.362	13,12%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%	971.557.433	60,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	–	–
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	–	–

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

DANIEL CARDOSO LEAL
Secretário do Tesouro Nacional

Documento assinado digitalmente
gov.br
DANIEL CARDOSO LEAL
Data: 28/09/2026 15:37:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Assinado de forma digital por RONALD DA SILVA BALBE:80512801649
Dados: 2026.09.28 17:13:02 -03'00'

NOTA TÉCNICA SEI nº 6917/2026/MF, de 23/09/2026 – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES – ANEXO 3 – LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "C" E ART. 40, § 1º.

1. A presente nota trata do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ser emitido ao final de cada quadrimestre.

2. Com vistas à publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre de 2026, encontra-se, no Anexo I, o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, em operações de crédito de entes subnacionais, com garantia da União. O quadro, que consolida as informações atinentes a garantias e contragarantias registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, foi elaborado de acordo com as definições e a metodologia descritas no Manual de Demonstrativos Fiscais, 15ª edição, aprovado pela Portaria STN/MF nº 2.057, de 2025.

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ Milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	230.986.804,26	229.707.760,37	240.566.632,36	-
Em Operações de Crédito Externas	122.269.622,11	113.043.185,13	118.040.561,73	-
Em Operações de Crédito Internas	108.717.182,15	116.664.575,24	122.526.070,63	-
AOS MUNICÍPIOS (II)	59.019.279,06	57.045.830,26	61.292.844,90	-
Em Operações de Crédito Externas	29.075.975,37	26.155.548,10	27.571.507,70	-
Em Operações de Crédito Internas	29.943.303,69	30.890.282,16	33.721.337,20	-
ÀS ESTATAIS FEDERAIS (III)	37.211.965,06	41.237.577,36	42.619.169,32	-
Em Operações de Crédito Externas	22.542.712,00	24.105.762,55	24.945.424,93	-
Em Operações de Crédito Internas	14.669.253,06	17.131.814,81	17.673.744,39	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (IV)	9.429.417,70	8.816.185,99	9.160.222,11	-
Em Operações de Crédito Externas	9.429.417,70	8.816.185,99	9.153.539,59	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	6.682,52	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (I + II + III + IV)	336.647.466,08	336.807.353,98	353.638.868,69	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VI)	230.986.804,26	229.707.760,37	240.566.632,36	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	122.269.622,11	113.043.185,13	118.040.561,73	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	108.717.182,15	116.664.575,24	122.526.070,63	-
DOS MUNICÍPIOS (VII)	59.019.279,06	57.045.830,26	61.292.844,90	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	29.075.975,37	26.155.548,10	27.571.507,70	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	29.943.303,69	30.890.282,16	33.721.337,20	-
DAS ESTATAIS FEDERAIS (VIII)	3.027.973,38	3.414.183,17	3.590.422,03	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	348.878,37	781.957,00	1.006.088,48	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	2.679.095,01	2.632.226,17	2.584.333,55	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	9.429.417,70	8.816.185,99	9.160.222,11	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	9.429.417,70	8.816.185,99	9.153.539,59	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	6.682,52	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (X) = (VI + VII + VIII + IX)	302.463.474,40	298.983.959,79	314.610.121,40	-

3. Além do Manual de Demonstrativos Fiscais, foram seguidas as determinações contidas no art. 4º, inciso II, da Instrução Normativa nº 59, aprovada pelo TCU em 12/08/2009. Nesse sentido, conforme segue abaixo, são apresentados, nos anexos a esta Nota, a relação de novos contratos garantidos pela União em operações de crédito externo e o total

honrado pela União em parcelas inadimplidas por entes subnacionais no âmbito de operações de crédito externas e internas garantidas, ocorridas no período de 01/01/2026 a 31/08/2026.

4. Os registros contábeis correspondentes às garantias concedidas pela União estão identificados no SIAFI, na gestão "Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social", por meio dos seguintes grupos de contas contábeis:

a. Garantias concedidas em operações de crédito internas e externas para estados no Regime de Recuperação Fiscal – RRF:

- 2.1.7.7.1.05.01 para provisões de curto prazo;
- 2.2.7.7.1.05.01 para provisões de longo prazo.

b. Demais garantias:

- 8.1.2.1.1.01.04 para garantias concedidas em operações de crédito internas;
- 8.1.2.1.1.02.04 para garantias concedidas em operações de crédito externas;

5. Por usa vez, a contabilização correspondente às contragarantias recebidas pela União está registrada na gestão "Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social", de acordo com os seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.1.1.1.03.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito internas; e
- 8.1.1.1.1.04.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito externas.

6. Conforme disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, os saldos de garantias e contragarantias em operações de crédito compõe o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal e são classificados por tipo de mutuário (estados, municípios e entidades controladas) e por tipo de dívida (externa ou interna).

7. As taxas de câmbio utilizadas para apuração de valores em reais do saldo garantido pela União em operações de crédito em moeda estrangeira foram as de 31/08/2026 (PTAX de venda do fechamento).

8. Ao final do 2º Quadrimestre de 2026, o saldo da dívida garantida em operações de crédito alcançou R$ 353,64 bilhões. A dívida garantida em operações de crédito externas responde por R$ 179,71 bilhões, equivalente a 50,82% do total. A dívida garantida em operações de crédito internas representa R$ 173,93 bilhões, 49,18% do total.

9. Em comparação com o quadrimestre anterior, o saldo devedor das garantias em operações de crédito (Interna e Externa) apresentou um aumento no valor de R$ 16,83 bilhões (5,00%), conforme apresentado no Anexo I desta Nota.

10. Na apuração do saldo garantido em operações de crédito internas, verificou-se um aumento de R$ 9,24 bilhões (5,61%) em relação ao último quadrimestre. O saldo das garantias em operações de crédito externas sofreu um aumento de R$ 7,59 bilhões (4,41%) durante o 2º Quadrimestre de 2026.

11. A diferença entre os saldos de garantias concedidas e de contragarantias recebidas pela União se deve a ocorrências de dispensa de contragarantia previstas nos normativos vigentes. É o caso das operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. Assim, para a apuração do saldo de contragarantias referentes a operações de crédito garantidas pela União, deduziu-se do saldo garantido original o saldo referente àquelas operações de crédito enquadradas no caso de dispensa de contragarantias elencado acima.

13. Em atenção às determinações contidas no Acórdão nº 1.051/2007 do Tribunal de Contas da União — TCU, apresenta-se, no Anexo II, a tabela "Garantias Externas – Razões para Dispensa de Contragarantias", atualizada de acordo com padrão fixado pelo TCU. No mesmo anexo, são listados os casos de dispensa de contragarantias em operações de crédito internas.

LRF, art.55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1 **Valores em Reais 1,00**

DISPENSA DE CONTRAGARANTIA DECONTRATOS EXTERNOS	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado de Origem	SD Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Externa				22.193.833.628,26	23.323.805.548,05	23.939.336.450,27	0,00
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000				22.193.833.628,26	23.323.805.548,05	23.939.336.450,27	0,00
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BID1860/OC-BR	19/10/07	USD	1.000.000.000,00	687.800.000,00	467.681.250,00	485.775.000,00	0,00
BID2023/OC-BR	19/03/09	USD	1.000.000.000,00	1.220.778.124,99	1.046.381.250,01	1.046.381.249,98	0,00
BID2236/OC-BR	13/12/10	USD	1.000.000.000,00	1.638.000.000,02	1.638.000.000,01	1.474.199.999,99	0,00
BID3866/OC-BR	10/11/17	USD	750.000.000,00	3.340.742.857,02	2.939.710.714,16	3.053.442.857,01	0,00
BID4672/OC-BR	11/12/20	USD	750.000.000,00	4.126.800.000,00	3.647.913.750,00	3.789.045.000,00	0,00
BID5115/OC-BR	05/06/23	USD	750.000.000,00	4.126.800.000,00	3.741.450.000,00	3.886.200.000,00	0,00
NDB - 20BR04	06/12/2023	USD	1.200.000.000,00	2.657.659.200,00	2.409.493.800,00	2.502.712.800,00	0,00
NDB - 21BR02	06/12/2023	USD	500.000.000,00	1.657.598.000,00	1.502.815.750,00	1.560.957.000,00	0,00
FIDA2000003939	24/10/2023	USD	30.000.000,00	10.354.961,06	9.388.041,35	9.751.247,86	0,00
FIDA2000003940	24/10/2023	USD	65.000.000,00	31.124.485,17	28.218.160,57	29.309.870,67	0,00
BID5452/OC-BR	01/07/2025	USD	240.000.000,00	1.320.576.000,00	1.197.264.000,00	1.243.584.000,00	0,00
BID5453/TC-BR	01/07/2025	USD	10.000.000,00	-	-	-	0,00
JICA BZ-P21	23/06/2025	JPY	30.000.000.000,00	-	954.288.261,95	972.036.504,76	0,00
BID5976/OC-BR	10/11/2025	USD	750.000.000,00	1.375.600.000,00	3.741.200.570,00	3.885.940.920,00	0,00
Interna				11.990.158.042,80	14.499.588.639,28	15.089.410.838,98	0,00
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000				11.990.158.042,80	14.499.588.639,28	15.089.410.838,98	0,00
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BNDES - 2010578	14/04/10	R$	5.916.460.013,00	419.904.170,10	403.207.673,30	0,00	0,00
BNDES - 2010589	30/11/10	R$	4.000.000.000,00	1.570.253.872,70	1.522.343.234,56	0,00	0,00
BB-ITAU-BRADESCO-SANTANDER-CAIXA - CORREIOS - 20251120	26/12/2025	BRL	12.000.000.000,00	10.000.000.000,00	12.574.037.731,42	0,00	0,00
TOTAL INTERNA E EXTERNA				34.183.991.671,06	37.823.394.187,33	0,00	0,00

14. A Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, determina a divulgação de todas as operações de crédito externas, com garantia da União, contratadas ao longo do período de referência do Relatório de Gestão Fiscal. As operações de crédito externas, garantidas pela União, contratadas ao longo de 2026 são elencadas no Anexo III.

Fonte: PGFN-COF

ANO	CONTRATO	CREDOR	MUTUÁRIO	DATA DE ASSINATURA	MOEDA DE ORIGEM	VALOR	DESCRIÇÃO
2026	BIRD9820-BR	BIRD	Est. Mato Grosso do Sul	17/04/26	USD	200.000.000,00	Programa de manutenção proativa, adequação a resiliência climática e segurança viária de rodovias do Estado de Mato Grosso do Sul (Rodar MS)
2026	FIDA2000005367	FIDA	Est. Ceará	05/05/26	EUR	8.000.000,00	Projeto Paulo Freire II

2026	NDB - 23BR02	NDB	Mun. Aparecida de Goiânia/GO	25/05/26	USD	80.000.000,00	Programa de Infraestrutura de Aparecida de Goiânia 100 Anos
2026	ICO - Ceará	ICO	Est. Ceará	17/06/26	EUR	92.000.000,00	Projeto Paulo Freire II
2026	BIRD9899-BR	BIRD	Est. Piauí	10/07/26	JPY	58.000.000.000,00	Projeto Piauí Sustentável e Desenvolvido - Piauí Futuro
2026	AFD CBR 1097 01V	AFD	Est. Piauí	20/07/26	EUR	39.000.000,00	Projeto Piauí Verde e Sustentável
2026	CFA012971	CAF	Mun. Fortaleza/CE	20/07/26	USD	150.000.000,00	Programa de Urbanização e Mobilidade de Fortaleza
2026	BIRD9850-BR	BIRD	CIPP-CE	29/07/26	USD	90.000.000,00	Programa de Transição Energética do Pecém
2026	BIRDTF7988-BR	BIRD	CIPP-CE	29/07/26	USD	33.500.000,00	Complemento ao Programa de Transição Energética do Pecém - Pecém Verde
2026	BID6048/OC-BR	BID	Est. Piauí	20/08/26	USD	50.000.000,00	Programa para a Transformação Digital do Piauí - Piauí Mais Digital
2026	BID5984/OC-BR	BID	Mun. São Paulo/SP	25/08/26	USD	205.300.000,00	Programa de Reestruturação e Qualificação da Rede Hospitalar e de Atenção Especializada de SP
2026	BID5989/OC-BR	BID	Mun. São Paulo/SP	25/08/26	USD	248.300.000,00	Programa de Redução de Emissões de Gases Poluentes por meio da Eletrificação da Frota de Ônibus de SP
2026	BIRD9821-BR	BIRD	Mun. São Paulo/SP	25/08/26	USD	248.300.000,00	Programa de Redução da Emissão de Gases Poluentes por meio da Eletrificação da Frota de Ônibus

15. Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, alínea b, da Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, informamos que, no período de referência deste Relatório de Gestão Fiscal, a União realizou pagamentos referentes a honras de garantias concedidas em operações de crédito externas e internas, cujos montantes estão relacionados no Anexo IV desta Nota.

Em milhões de R$

Mutuário	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Estados	**2.361,87**	**4.031,34**	**4.805,60**	**8.350,24**	**13.265,20**	**8.963,28**	**9.750,86**	**12.210,60**	**11.312,43**	**10.951,09**	**3.086,44**	**89.088,94**
Rio de Janeiro	2.227,32	3.989,45	4.027,89	4.042,60	8.250,81	4.180,46	3.975,34	4.611,02	5.152,49	4.692,83	1.983,80	47.134,01
Minas Gerais	0,00	0,00	553,15	3.307,90	3.175,94	3.130,04	1.979,04	3.564,48	3.732,68	3.552,09	0,00	22.995,33
Goiás	0,00	0,00	33,59	770,15	553,18	1.301,48	1.288,31	919,35	903,10	888,06	0,00	6.657,21
Rio Grande do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	886,57	1.393,37	1.524,07	1.591,91	898,09	6.294,02
Maranhão	0,00	0,00	0,00	0,00	280,16	0,00	547,90	681,40	0,00	0,00	0,00	1.509,47
Pernambuco	0,00	0,00	0,00	0,00	354,85	0,00	443,86	645,03	0,00	0,00	0,00	1.443,73
Rio Grande do Norte	0,00	0,00	0,00	139,41	148,28	156,98	35,11	0,00	0,00	226,19	185,00	890,97
Piauí	0,00	0,00	126,95	0,00	62,25	0,00	352,16	334,22	0,00	0,00	0,00	875,58
Amapá	0,00	0,00	0,00	90,18	82,26	194,32	0,00	0,00	0,00	0,00	19,55	386,30
Alagoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242,57	0,00	0,00	0,00	0,00	242,57
Bahia	0,00	0,00	0,00	0,00	239,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239,80
Roraima	27,42	41,89	64,00	0,00	2,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135,58
Mato Grosso	107,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107,13
Tocantins	0,00	0,00	0,00	0,00	88,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88,86
Espírito Santo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61,72	0,00	0,00	0,00	61,72
Mato Grosso do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	25,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,60
Paraíba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,65
São Paulo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,29
Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00	0,10
Municípios	**15,81**	**28,49**	**17,49**	**3,43**	**66,23**	**1,56**	**32,06**	**80,81**	**142,14**	**130,47**	**48,00**	**566,50**
Taubaté - SP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,06	65,50	73,44	64,73	29,23	264,97
Natal - RN	10,93	28,49	17,49	0,00	4,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61,41
São Gonçalo do Amarante - RN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,95	29,76	13,11	50,82
Caucaia - CE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,93	0,00	0,00	35,93
São Bernardo do Campo - SP	0,00	0,00	0,00	0,00	30,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,10
São José dos Campos - SP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24,41	0,00	0,00	24,41
Sobral - CE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,70	0,00	19,70
Corumbá - MS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,07	0,00	0,00	0,00	15,07
Goiânia - GO	0,00	0,00	0,00	0,00	11,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,95
Parauapebas - PA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,64	0,00	9,64
Novo Hamburgo - RS	0,00	0,00	0,00	0,00	8,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,10
Belford Roxo - RJ	1,17	0,00	0,00	1,59	3,60	1,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,93
Iguatu - CE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,59	2,55	7,13
Chapecó - SC	2,27	0,00	0,00	0,00	3,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,03
Cachoeirinha - RS	1,45	0,00	0,00	1,83	2,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,82
Santanópolis - BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,24	0,41	0,87	0,56	2,08

Rio Grande - RS	0,00	0,00	0,00	0,00	1,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,68
Guanambi - BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,60	1,60
Paranã - TO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,58	0,96	1,54
Porto Nacional - TO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,59	0,00	0,59
Total Geral	**2.377,68**	**4.059,83**	**4.823,09**	**8.353,67**	**13.331,43**	**8.964,84**	**9.782,93**	**12.291,41**	**11.454,57**	**11.081,56**	**3.134,44**	**89.655,44**

16. Feitas tais considerações, sugerimos o encaminhamento da presente Nota e anexos para providências da Coordenação-Geral de Contabilidade da União – CCONT.

Os valores acima podem diferir do Anexo 3 publicado neste Relatório, porque não estão computados os valores de Garantias por meio de Fundos e Programas no anexo encaminhado pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida (CODIV). Além disso, até recentemente, como foi o caso do exercício de 2018, aquela Coordenação-Geral agregava aos seus valores informações encaminhadas pelas entidades posteriormente ao fechamento do mês no SIAFI, diferindo deste demonstrativo, que leva em consideração exatamente os saldos no sistema até o fechamento do quadrimestre.

Outlook

ENC: Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados

De Presidência <presidente@senado.leg.br>
Data Ter, 29/09/2026 18:14
Para Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>

2 anexos (141 KB)
Ofício n. 610_2026 GP - Câmara dos Deputados.pdf; RGF_2Q_26_Anexo1 - Definitivo.pdf;

Atenciosamente,
--
Marcelo Frota
Senado Federal
Presidência - Administração
Edifício Principal - Ala Antônio Carlos Magalhães, Gabinete 01
70165-900 Brasília - DF
Telefone: + 55 (61) 3303-4742

"Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente."

De: Diretoria Geral/DG <dg@camara.leg.br>
Enviada em: terça-feira, 29 de setembro de 2026 18:12
Para: Gabinete Presidência Senado Federal <presidencia@senado.leg.br>
Cc: Presidência <presidente@senado.leg.br>
Assunto: Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados

Algumas pessoas que receberam esta mensagem não costumam receber emails de dg@camara.leg.br. Saiba por que isso é importante

Prezados(as),

De ordem, encaminhamos o Ofício n. 610/26/GP ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre .

Solicitamos a gentileza de confirmação do recebimento desta mensagem.

Atenciosamente,

Serviço de Administração
Diretoria-Geral
Câmara dos Deputados – Anexo I – Sala 202
(61) 3216-2112
dg@camara.leg.br

200 ANOS CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 610/26/GP

Brasília, 29 de setembro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
70.165-900 Brasília, DF

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 54 da LC 101/2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao 2º quadrimestre fiscal do exercício financeiro de 2026.

Atenciosamente,

Hugo Motta
Presidente

Documento autenticado por:
29/09/2026 16:27 - Maria Eduarda Rocha Bezerra
Selo digital de segurança: 2026-JIPU-ZJBV-VLUH-IIUV

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Setembro/2025 a Agosto/2026)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**447.105.329,94**	**450.138.736,65**	**450.268.073,72**	**735.525.203,10**	**551.639.757,58**	**448.052.989,79**	**503.035.050,10**	**493.382.475,92**	**491.190.273,03**	**534.227.301,93**	**497.569.135,98**	**500.100.590,04**	**6.102.234.917,78**	**25.000.000,00**
Pessoal Ativo	**272.935.984,36**	**274.333.734,32**	**275.377.415,34**	**460.743.884,36**	**305.424.601,56**	**271.245.406,79**	**307.384.625,73**	**305.474.876,88**	**303.645.470,19**	**346.702.105,16**	**310.239.860,38**	**312.191.384,86**	**3.745.699.349,93**	**25.000.000,00**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	230.569.826,19	232.011.049,87	232.884.268,94	378.518.754,26	285.352.472,48	228.005.575,15	261.125.076,22	258.544.211,99	256.227.292,07	299.976.669,09	262.242.770,17	264.553.287,64	3.190.011.254,07	0,00
Obrigações Patronais	42.366.158,17	42.322.684,45	42.493.146,40	82.225.130,10	20.072.129,08	43.239.831,64	46.259.549,51	46.930.664,89	47.418.178,12	46.725.436,07	47.997.090,21	47.638.097,22	555.688.095,86	25.000.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	**174.169.345,58**	**175.805.002,33**	**174.890.658,38**	**274.781.318,74**	**246.215.156,02**	**176.807.583,00**	**195.650.424,37**	**187.907.599,04**	**187.544.802,84**	**187.525.196,77**	**187.329.275,60**	**187.909.205,18**	**2.356.535.567,85**	**0,00**
Aposentadorias, Reserva e Reformas	137.367.291,46	139.016.388,42	138.310.039,99	218.919.301,55	196.286.854,65	139.987.035,67	156.898.479,91	149.804.718,00	149.457.420,89	149.506.767,47	149.385.890,24	149.633.278,82	1.874.573.467,07	0,00
Pensões	36.802.054,12	36.788.613,91	36.580.618,39	55.862.017,19	49.928.301,37	36.820.547,33	38.751.944,46	38.102.881,04	38.087.381,95	38.018.429,30	37.943.385,36	38.275.926,36	481.962.100,78	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**4.862.129,13**	**2.790.087,77**	**1.828.799,48**	**4.796.009,56**	**71.308.134,12**	**2.059.981,81**	**60.713.099,50**	**69.008.625,37**	**68.649.999,82**	**67.604.256,40**	**60.895.669,81**	**3.424.461,69**	**417.941.254,46**	**0,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.413.559,95	2.468.021,12	1.884.700,66	4.510.482,11	0,00	1.337.137,83	2.230.517,51	3.408.987,96	2.805.655,54	3.141.428,33	2.873.972,51	3.282.741,74	30.357.205,26	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-1.014.879,84	322.066,65	-55.901,18	285.527,45	879.740,64	722.843,98	448.050,28	280.197,62	609.045,49	-678.514,39	155.994,53	141.719,95	2.095.891,18	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.463.449,02	0,00	0,00	0,00	70.428.393,48	0,00	58.034.531,71	65.319.439,79	65.235.298,79	65.141.342,46	57.865.702,77	0,00	385.488.158,02	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**442.243.200,81**	**447.348.648,88**	**448.439.274,24**	**730.729.193,54**	**480.331.623,46**	**445.993.007,98**	**442.321.950,60**	**424.373.850,55**	**422.540.273,21**	**466.623.045,53**	**436.673.466,17**	**496.676.128,35**	**5.684.293.663,32**	**25.000.000,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	5.709.293.663,32	0,352586
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	19.593.074.904,22	1,210000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	18.613.421.159,01	1,149500
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	17.633.767.413,80	1,089000

FONTE: SIAFI/ME/STN, 10/Setembro/2026, 16:00 hs.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração: Considera como dedutíveis, em cumprimento do Acórdão nº 3241/2020 - TCU - Plenário, apenas as despesas de exercícios anteriores (DEA) cuja competência não esteja compreendida no período de apuração do relatório.

GUILHERME BARBOSA BRANDÃO
Diretor-Geral

LÍLIA RIBEIRO FERNANDES
Secretária de Controle Interno

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade

Documento assinado por:
22/09/2026 13:06 - Evandro Lopes Costa
22/09/2026 13:55 - Lília Ribeiro Fernandes
23/09/2026 20:18 - Guilherme Barbosa Brandão
Selo digital de segurança: 2026-ZZRL-JHZC-ASMH-PZKW

PGR-00431960/2026

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Ofício nº 772/2026 - SG

Brasília, *data da assinatura digital*.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
Congresso Nacional
Brasília-DF

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre de 2026 - Ministério Público da União - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.**

Senhor Presidente,

Conforme disposição contida no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, e no art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, encaminho a Vossa Excelência os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 2º quadrimestre de 2026.

Informo ainda que, em razão do disposto na Portaria PGR nº 192, de 29 de abril de 2010, ante a ausência de percentual próprio, as despesas com pessoal concernentes ao Conselho Nacional do Ministério Público estão sendo incluídas no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Ministério Público da União.

Atenciosamente,

Paulo Gonet Branco
Procurador-Geral da República

Assinado com login e senha por PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, em 25/09/2026 19:05. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 2af3d65b.7738021e.6a6a613e.a2ebc9e8

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPU Nº 98, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições delegadas pela Portaria PGR/MPU nº 288, de 26 de dezembro de 2023, com fundamento no art. 26, inciso VIII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso IV, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Esta Portaria torna públicos os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 2º quadrimestre de 2026, conforme Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO

Assinado com login e senha por HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO, em 24/09/2026 10:53. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 24f6b36c.04791163f.4ba7ccae.1ab951e1

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL (Últimos 12 Meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	539.609.815,76	543.258.972,29	536.080.559,27	887.092.212,25	822.132.540,88	567.761.163,88	606.451.443,44	565.174.494,17	540.694.307,53	550.153.139,25	571.009.398,77	571.289.862,55	7.300.707.910,04	1.465.258,00
Pessoal Ativo	464.815.396,02	460.381.433,17	460.835.715,37	763.377.295,94	708.865.803,31	488.911.974,34	529.675.993,30	488.930.825,90	460.373.749,66	468.101.812,85	486.158.490,85	485.863.094,16	6.266.291.584,87	1.330.123,72
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	401.772.848,81	397.607.954,26	397.713.202,37	637.663.264,78	645.914.729,88	423.660.596,05	466.836.505,43	426.142.435,38	398.219.592,82	406.172.058,07	420.617.239,50	420.341.086,90	5.442.661.514,25	1.305.613,93
Obrigações Patronais	63.042.547,21	62.773.478,91	63.122.513,00	125.714.031,16	62.951.073,43	65.251.378,29	62.839.487,87	62.788.390,52	62.154.156,84	61.929.754,78	65.541.251,35	65.522.007,26	823.630.070,62	24.509,79
Pessoal Inativo e Pensionistas	74.794.419,74	82.877.539,12	75.244.843,90	123.714.916,31	113.266.737,57	78.849.189,54	76.775.450,14	76.243.668,27	80.320.557,87	82.051.326,40	84.850.907,92	85.426.768,39	1.034.416.325,17	135.134,28
Aposentadorias, Reserva e Reformas	59.492.854,63	67.166.814,80	60.029.728,21	99.830.574,44	90.059.346,41	63.223.155,30	61.331.785,99	60.788.774,57	64.342.172,97	65.947.714,09	67.703.840,99	66.638.810,64	826.555.573,04	121.605,69
Pensões	15.301.565,11	15.710.724,32	15.215.115,69	23.884.341,87	23.207.391,16	15.626.034,24	15.443.664,15	15.454.893,70	15.978.384,90	16.103.612,31	17.147.066,93	18.787.957,75	207.860.752,13	13.528,59
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	73.180.252,26	88.698.040,71	70.969.372,52	58.395.249,49	111.199.101,22	99.850.453,60	78.577.735,49	74.503.663,16	78.388.990,69	80.357.786,98	82.966.206,26	83.513.146,69	980.599.999,07	13.529,75
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.555,69	7.442.065,02	394.248,99	22.036.123,21	181.081,36	23.015.133,88	3.524.597,05	58.223,61		175.141,91	33.082,40	523,72	56.861.776,84	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	73.178.696,57	81.255.975,69	70.575.123,53	36.359.126,28	111.018.019,86	76.835.319,72	75.053.138,44	74.445.439,55	78.388.990,69	80.182.645,07	82.933.123,86	83.512.622,97	923.738.222,23	13.529,75
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	466.429.563,50	454.560.931,58	465.111.186,75	828.696.962,76	710.933.439,66	467.910.710,28	527.873.707,95	490.670.831,01	462.305.316,84	469.795.352,27	488.043.192,51	487.776.715,86	6.320.107.910,97	1.451.728,25

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) [2]	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) [3]	6.321.559.639,22	0,390397
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.715.574.332,67	0,600000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.229.795.616,04	0,570000
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	8.744.016.899,40	0,540000

Fonte: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial; Unidade Responsável: Subsecretaria de Contabilidade - SUBCON/SPOC/SG; Data/Hora de emissão: 17/setembro/2026, às 14h.
Notas:

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
2 - Portaria STN/MF nº 2.804, de 15/09/2026.
3 - Foi incluída a despesa total de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, em observância à Portaria PGR nº 192, de 29/4/2010.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
Secretária-Geral

RONALDO DA SILVA PEREIRA
Auditor-Chefe

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO
Vice-Procurador-Geral da República

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 22/09/2026 14:42. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave c450f831.0da07d99.106a016c.ece821ee

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00423892/2026 DEMONSTRATIVO**

Signatário(a): **RONALDO DA SILVA PEREIRA**
Data e Hora: **22/09/2026 14:42:13**
Assinado com login e senha

Signatário(a): **ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO**
Data e Hora: **22/09/2026 16:44:32**
Assinado com login e senha

Signatário(a): **HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO**
Data e Hora: **22/09/2026 16:54:13**
Assinado com login e senha

Acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave c450f831.0da07d99.106a016c.ece821ee

ANEXO II

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL (Últimos 12 Meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	80.215.857,21	79.431.514,95	78.892.358,05	148.712.810,33	133.251.998,14	86.399.717,09	96.190.604,92	84.319.295,14	80.364.299,78	81.678.719,87	84.368.024,17	89.525.543,57	1.123.350.743,22	256.240,72
Pessoal Ativo	70.162.417,44	69.331.031,62	68.632.738,89	128.771.265,37	117.898.707,12	76.005.009,53	86.062.602,61	74.220.069,53	69.342.750,37	70.632.222,22	72.853.342,02	77.978.495,67	981.890.652,39	256.240,72
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	60.652.450,35	59.871.631,67	59.188.713,08	109.872.883,77	108.447.859,00	66.374.695,33	76.649.450,74	64.813.576,36	60.127.804,02	61.374.040,29	63.207.567,41	68.360.687,66	858.941.359,68	236.240,72
Obrigações Patronais	9.509.967,09	9.459.399,95	9.444.025,81	18.898.381,60	9.450.848,12	9.630.314,20	9.413.151,87	9.406.493,17	9.214.946,35	9.258.181,93	9.645.774,61	9.617.808,01	122.949.292,71	20.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.053.439,77	10.100.483,33	10.259.619,16	19.941.544,96	15.353.291,02	10.394.707,56	10.128.002,31	10.099.225,61	11.021.549,41	11.046.497,65	11.514.682,15	11.547.047,90	141.460.090,83	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.931.426,99	8.083.807,15	8.175.805,73	14.931.010,32	12.259.002,72	8.318.020,56	8.136.267,89	8.130.767,09	8.738.514,00	8.715.545,12	9.061.471,92	9.074.565,32	111.556.204,81	
Pensões	2.122.012,78	2.016.676,18	2.083.813,43	5.010.534,64	3.094.288,30	2.076.687,00	1.991.734,42	1.968.458,52	2.283.035,41	2.330.952,53	2.453.210,23	2.472.482,58	29.903.886,02	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	9.905.601,83	9.931.508,56	10.090.644,39	10.089.974,50	15.135.833,17	11.756.818,25	11.643.247,99	9.885.471,47	10.804.091,56	11.364.471,73	11.297.162,12	11.329.527,87	133.234.353,44	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				8.160.298,40		1.579.568,54	1.732.703,53	3.890,25		535.556,29			12.012.017,01	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.905.601,83	9.931.508,56	10.090.644,39	1.929.676,10	15.135.833,17	10.177.249,71	9.910.544,46	9.881.581,22	10.804.091,56	10.828.915,44	11.297.162,12	11.329.527,87	121.222.336,43	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	70.310.255,38	69.500.006,39	68.801.713,66	138.622.835,83	118.116.164,97	74.642.898,84	84.547.356,93	74.433.823,67	69.560.208,22	70.314.248,14	73.070.862,05	78.196.015,70	990.116.389,78	256.240,72

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) [2]	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	990.372.630,50	0,061162
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF e Decreto nº 3.917/2001, com redação dada pelo Decreto nº 10.120/2019)	2.153.618.977,08	0,133000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.045.938.028,23	0,126350
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.938.257.079,37	0,119700

Fonte: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial; Unidade Responsável: Subsecretaria de Contabilidade - SUBCON/SPOC/SG; Data/Hora de emissão: 17/setembro/2026, às 14h.

Notas:

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - Portaria STN/MF nº 2.804, de 15/09/2026.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
Secretária-Geral

RONALDO DA SILVA PEREIRA
Auditor-Chefe

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO
Vice-Procurador-Geral da República

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 22/09/2026 14:42. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 15537198.3f8e6769.fce10830.dd40a0e2

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00423956/2026 DEMONSTRATIVO**

Signatário(a): **RONALDO DA SILVA PEREIRA**
Data e Hora: **22/09/2026 14:42:38**
Assinado com login e senha

Signatário(a): **ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO**
Data e Hora: **22/09/2026 16:44:49**
Assinado com login e senha

Signatário(a): **HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO**
Data e Hora: **22/09/2026 16:54:13**
Assinado com login e senha

Acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 15537198.3f8e6769.fce10830.dd40a0e2

Procedimento 1.00.000.009042/2026-06, Documento 18.2, Página 1

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO E MULTIMODAL DE CARGAS

DECISÃO SUROC Nº 566, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas Substituta, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e nos termos do que consta no processo nº 50505.129372/2026-51, decide:

Art. 1º Habilitar a empresa TRANSPORTES WERMUTH LTDA, CNPJ Nº 36.906.095/0001-54, à prestação do serviço de transporte rodoviário internacional de cargas, com tráfego bilateral entre Brasil e Paraguai, pelas fronteiras habilitadas, e emitir o respectivo Certificado de Licença Originária, com vigência de 10 (dez) anos a partir de sua emissão, bem como a Relação de frota habilitada.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data da sua publicação.

GIZELLE COELHO NETTO

DECISÃO SUROC Nº 582, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas Substituta da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e nos termos do que consta no processo nº 50505.137162/2026-37, decide:

Art. 1º Outorgar Licença Complementar à empresa PETROVALLE SOCIEDAD ANONIMA DE TRANSPORTES, CUIT nº 30612310900, até 10 de Outubro de 2036, para a prestação do serviço de transporte rodoviário internacional de cargas, no tráfego bilateral entre a Argentina e o Brasil, pelas fronteiras habilitadas e emitir o Certificado de Licença Complementar.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data da sua publicação.

GIZELLE COELHO NETTO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

DECISÃO Nº 58, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

INTERESSADO: LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 19.758.842/0001-35. DECISÃO: O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, amparado nos arts. 56 e 57 da Lei nº 9784, de 1999, torna público que NÃO CONHECE do Recurso Administrativo (25252355) interposto pela empresa LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A., tendo em vista o esgotamento das vias recursais administrativas, RATIFICANDO a Decisão Administrativa de Segunda Instância (25137115), indeferindo o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro na forma global apresentado. PROCESSO: 50602.003685/2021-78.

FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO
Diretor-Geral

DECISÃO Nº 59, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

INTERESSADO: LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 19.758.842/0001-35. DECISÃO: O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, amparado no art. 65 da Lei nº 9784, de 1999, torna público que NÃO CONHECE do Pedido de Reconsideração/Revisão (26002771) interposto pela empresa LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A., RATIFICANDO a Decisão Administrativa de Segunda Instância (25540557), indeferindo o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado, haja vista que o Notificado não apresentou quaisquer fatos novos e/ou justificativas que pudessem alterar a decisão outrora proferida. PROCESSO: 50602.002741/2021-57.

FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO
Diretor-Geral

Banco Central do Brasil

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO BCB Nº 588, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

Altera a Circular nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 22 de setembro de 2026, com base nos arts. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 10, 11 e 11-A da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, 6º e 7º, caput, inciso III, da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, e 15 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, na Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, promulgada pelo Decreto nº 154, de 26 de junho de 1991, na Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, promulgada pelo Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004, na Convenção Interamericana contra o Terrorismo, promulgada pelo Decreto nº 5.639, de 26 de dezembro de 2005, na Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, promulgada pelo Decreto nº 5.640, de 26 de dezembro de 2005, e na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006, resolve:

Art. 1º A Circular nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Seção II

Da Comunicação de Operações Específicas

Art. 49. .....

.....

II - as operações relativas a pagamentos, recebimentos e transferências de recursos, por meio de qualquer instrumento, contra pagamento em espécie, de valor igual ou superior a R$50.000,00 (cinquenta mil reais);

III - a solicitação de provisionamento de saques em espécie de valor igual ou superior a R$50.000,00 (cinquenta mil reais) de que trata o art. 36;

IV - as operações de câmbio com entrega ou recebimento de moeda estrangeira em espécie de valor igual ou superior a US$10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos) ou o seu equivalente em outras moedas; e

V - as operações relativas a transferências de ativos virtuais para ou de carteiras autocustodiadas de valor igual ou superior ao equivalente a US$10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos).

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de outubro de 2026.

NILTON JOSÉ SCHNEIDER DAVID
Diretor de Regulação
Substituto

RESOLUÇÃO BCB Nº 589, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

Altera a Resolução BCB nº 520, de 10 de novembro de 2025, que disciplina a constituição e o funcionamento das sociedades prestadoras de serviços de ativos virtuais e a prestação de serviços de ativos virtuais por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 22 de setembro de 2026, com base nos arts. 9º e 10, caput, incisos IX e X, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 9º-A da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, 9º, caput, incisos II e XIV, da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, 2º ao 5º, 7º, 8º e 9º da Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022, e 1º e 2º do Decreto nº 11.563, de 13 de junho de 2023, resolve:

Art. 1º A Resolução BCB nº 520, de 10 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 88. .....

.....

III - enviar, a partir do protocolo do pedido de autorização de que trata o inciso I, na forma das regulamentações específicas:

.....

b) informações e dados relativos aos saldos contábeis mantidos pela instituição em favor de seus clientes e usuários;

c) informações e dados relativos à prestação de serviços de custódia de ativos virtuais, equivalentes ao total de ativos virtuais custodiados, por conta própria ou de terceiros, no país ou no exterior, informados por quantidades e pelos respectivos valores financeiros, bem como as quantidades totais e valores agregados custodiados em favor de cada cliente ou usuário;

d) demonstrações verificáveis, na forma de provas de reservas de ativos virtuais mantidos, discriminadas por ativo virtual, em relação às quantidades e aos valores financeiros custodiados desses ativos virtuais para seus clientes ou usuários;

e) demonstrações verificáveis contendo o total de ativos virtuais de clientes ou usuários que estejam destinados às operações de staking, caso a instituição realize essas operações; e

....." (NR)

"Art. 90-A. As informações de que trata o art. 88, caput, inciso III, alíneas "b" a "e", na forma da regulamentação específica, devem ser enviadas pelas instituições elegíveis referidas no art. 20:

I - a partir do início de prestação de serviços no mercado de ativos virtuais, no caso das instituições elegíveis de que trata o art. 21; ou

II - imediatamente, no caso das instituições elegíveis de que trata o art. 22." (NR)

"Art. 90-B. O Banco Central do Brasil disciplinará a forma e demais condições para o envio das informações de que tratam o art. 88, caput, inciso III, alíneas "b" a "e", e o art. 90-A." (NR)

"Art. 91. É vedado, a partir de 6 de novembro de 2026, às instituições financeiras, às instituições de pagamento e às demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil realizar ou viabilizar operações no mercado de ativos virtuais que tenham como contrapartes instituições ou entidades que prestem serviços de ativos virtuais e não estejam autorizadas a funcionar no país por essa Autarquia, exceto nas formas expressamente autorizadas nesta Resolução.

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor:

I - em 1º de outubro de 2026, em relação às alterações promovidas no art. 91 da Resolução BCB nº 520, de 10 de novembro de 2025; e

II - em 1º de janeiro de 2027, em relação aos demais dispositivos.

NILTON JOSÉ SCHNEIDER DAVID
Diretor de Regulação
Substituto

Ministério Público da União

ATOS DO VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPU Nº 98, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições delegadas pela Portaria PGR/MPU nº 288, de 26 de dezembro de 2023, com fundamento no art. 26, inciso VIII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso IV, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Esta Portaria torna públicos os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 2º quadrimestre de 2026, conforme Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1 ISSN 1677-7042 Nº 182, sexta-feira, 25 de setembro de 2026

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL (Últimos 12 Meses)	
													(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	539.609.815,76	543.258.972,29	536.080.559,27	887.092.212,25	822.132.540,88	567.761.163,88	606.451.443,44	565.174.494,17	540.694.307,53	550.153.139,25	571.009.398,77	571.289.862,55	7.300.707.910,04	1.465.258,00
Pessoal Ativo	464.815.396,02	460.381.433,17	460.835.715,37	763.377.295,94	708.865.803,31	488.911.974,34	529.675.993,30	488.930.825,90	460.373.749,66	468.101.812,85	486.158.490,85	485.863.094,16	6.266.291.584,87	1.330.123,72
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	401.772.848,81	397.607.954,26	397.713.202,37	637.663.264,78	645.914.729,88	423.660.596,05	466.836.505,43	426.142.435,38	398.219.592,82	406.172.058,07	420.617.239,50	420.341.086,90	5.442.661.514,25	1.305.613,93
Obrigações Patronais	63.042.547,21	62.773.478,91	63.122.513,00	125.714.031,16	62.951.073,43	65.251.378,29	62.839.487,87	62.788.390,52	62.154.156,84	61.929.754,78	65.541.251,35	65.522.007,26	823.630.070,62	24.509,79
Pessoal Inativo e Pensionistas	74.794.419,74	82.877.539,12	75.244.843,90	123.714.916,31	113.266.737,57	78.849.189,54	76.775.450,14	76.243.668,27	80.320.557,87	82.051.326,40	84.850.907,92	85.426.768,39	1.034.416.325,17	135.134,28
Aposentadorias, Reserva e Reformas	59.492.854,63	67.166.814,80	60.029.728,21	99.830.574,44	90.059.346,41	63.223.155,30	61.331.785,99	60.788.774,57	64.342.172,97	65.947.714,09	67.703.840,99	66.638.810,64	826.555.573,04	121.605,69
Pensões	15.301.565,11	15.710.724,32	15.215.115,69	23.884.341,87	23.207.391,16	15.626.034,24	15.443.664,15	15.454.893,70	15.978.384,90	16.103.612,31	17.147.066,93	18.787.957,75	207.860.752,13	13.528,59
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	73.180.252,26	88.698.040,71	70.969.372,52	58.395.249,49	111.199.101,22	99.850.453,60	78.577.735,49	74.503.663,16	78.388.990,69	80.357.786,98	82.966.206,26	83.513.146,69	980.599.999,07	13.529,75
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.555,69	7.442.065,02	394.248,99	22.036.123,21	181.081,36	23.015.133,88	3.524.597,05	58.223,61		175.141,91	33.082,40	523,72	56.861.776,84	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	73.178.696,57	81.255.975,69	70.575.123,53	36.359.126,28	111.018.019,86	76.835.319,72	75.053.138,44	74.445.439,55	78.388.990,69	80.182.645,07	82.933.123,86	83.512.622,97	923.738.222,23	13.529,75
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	466.429.563,50	454.560.931,58	465.111.186,75	828.696.962,76	710.933.439,66	467.910.710,28	527.873.707,95	490.670.831,01	462.305.316,84	469.795.352,27	488.043.192,51	487.776.715,86	6.320.107.910,97	1.451.728,25

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) [2]	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) [3]	6.321.559.639,22	0,390397
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.715.574.332,67	0,600000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.229.795.616,04	0,570000
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	8.744.016.899,40	0,540000

Fonte: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial; Unidade Responsável: Subsecretaria de Contabilidade - SUBCON/SPOC/SG; Data/Hora de emissão: 17/setembro/2026, às 14h.

Notas:

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - Portaria STN/MF nº 2.804, de 15/09/2026.

3 - Foi incluída a despesa total de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, em observância à Portaria PGR nº 192, de 29/4/2010.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
Secretária-Geral

RONALDO DA SILVA PEREIRA
Auditor-Chefe

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO
Vice-Procurador-Geral da República

ANEXO II

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL (Últimos 12 Meses)	
													(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	80.215.857,21	79.431.514,95	78.892.358,05	148.712.810,33	133.251.998,14	86.399.717,09	96.190.604,92	84.319.295,14	80.364.299,78	81.678.719,87	84.368.024,17	89.525.543,57	1.123.350.743,22	256.240,72
Pessoal Ativo	70.162.417,44	69.331.031,62	68.632.738,89	128.771.265,37	117.898.707,12	76.005.009,53	86.062.602,61	74.220.069,53	69.342.750,37	70.632.222,22	72.853.342,02	77.978.495,67	981.890.652,39	256.240,72
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	60.652.450,35	59.871.631,67	59.188.713,08	109.872.883,77	108.447.859,00	66.374.695,33	76.649.450,74	64.813.576,36	60.127.804,02	61.374.040,29	63.207.567,41	68.360.687,66	858.941.359,68	236.240,72
Obrigações Patronais	9.509.967,09	9.459.399,95	9.444.025,81	18.898.381,60	9.450.848,12	9.630.314,20	9.413.151,87	9.406.493,17	9.214.946,35	9.258.181,93	9.645.774,61	9.617.808,01	122.949.292,71	20.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.053.439,77	10.100.483,33	10.259.619,16	19.941.544,96	15.353.291,02	10.394.707,56	10.128.002,31	10.099.225,61	11.021.549,41	11.046.497,65	11.514.682,15	11.547.047,90	141.460.090,83	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.931.426,99	8.083.807,15	8.175.805,73	14.931.010,32	12.259.002,72	8.318.020,56	8.136.267,89	8.130.767,09	8.738.514,00	8.715.545,12	9.061.471,92	9.074.565,32	111.556.204,81	
Pensões	2.122.012,78	2.016.676,18	2.083.813,43	5.010.534,64	3.094.288,30	2.076.687,00	1.991.734,42	1.968.458,52	2.283.035,41	2.330.952,53	2.453.210,23	2.472.482,58	29.903.886,02	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de														

Procedimento 1.00.000.009042/2026-06, Documento 18.2, Página 3

Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	9.905.601,83	9.931.508,56	10.090.644,39	10.089.974,50	15.135.833,17	11.756.818,25	11.643.247,99	9.885.471,47	10.804.091,56	11.364.471,73	11.297.162,12	11.329.527,87	133.234.353,44	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				8.160.298,40		1.579.568,54	1.732.703,53	3.890,25		535.556,29			12.012.017,01	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.905.601,83	9.931.508,56	10.090.644,39	1.929.676,10	15.135.833,17	10.177.249,71	9.910.544,46	9.881.581,22	10.804.091,56	10.828.915,44	11.297.162,12	11.329.527,87	121.222.336,43	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	70.310.255,38	69.500.006,39	68.801.713,66	138.622.835,83	118.116.164,97	74.642.898,84	84.547.356,93	74.433.823,67	69.560.208,22	70.314.248,14	73.070.862,05	78.196.015,70	990.116.389,78	256.240,72

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) [2]	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	990.372.630,50	0,061162
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF e Decreto nº 3.917/2001, com redação dada pelo Decreto nº 10.120/2019)	2.153.618.977,08	0,133000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.045.938.028,23	0,126350
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.938.257.079,37	0,119700

Fonte: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial; Unidade Responsável: Subsecretaria de Contabilidade - SUBCON/SPOC/SG; Data/Hora de emissão: 17/setembro/2026, às 14h.

Notas:

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - Portaria STN/MF nº 2.804, de 15/09/2026.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
Secretária-Geral

RONALDO DA SILVA PEREIRA
Auditor-Chefe

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO
Vice-Procurador-Geral da República

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 1.045, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Inquérito civil - 1.ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor - Leis Federais n.º 7.347/1985 e n.º 8.078/1990 - Lei Complementar n.º 75/1993 - Objeto: Apuração de prática comercial sistêmica de captação, classificação e fidelização de apostadores em situação de vulnerabilidade psíquica decorrente de transtorno do jogo patológico (ludopatia - CID-10 F63.0), praticada pela empresa BETBOOM LTDA., com potencial repercussão sobre número indeterminado de consumidores.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por sua Primeira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais (art. 129, II e III, da CF; art. 1.º, II e V, da Lei n.º 7.347/1985; art. 81, parágrafo único, I e V, da Lei n.º 8.078/1990), CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, com atenção qualificada aos direitos difusos e coletivos dos consumidores (art. 127, CF); CONSIDERANDO que a exploração de apostas de quota fixa submete-se à autorização federal e à certificação técnica dos sistemas de jogo, nos termos da Lei nº 14.790/2023 e das Portarias SPA/MF nº 300/2024, nº 722/2024 e nº 1.207/2024, e que a Portaria SPA/MF nº 1.231/2024 veda expressamente a concessão de vantagens financeiras condicionadas a metas de apostas (rollover), impondo deveres de transparência e integridade na relação com o apostador; CONSIDERANDO que a Lei nº 14.790/2023 proíbe a participação de pessoas diagnosticadas com transtorno do jogo patológico, cominando a nulidade das apostas e a restituição dos valores, consagrando o dever reforçado de proteção a consumidores em situação de vulnerabilidade psíquica extrema; CONSIDERANDO que este órgão ministerial tomou conhecimento, por meio de demanda judicial individual ajuizada por consumidora diagnosticada com ludopatia (CID-10 F63.0) em face da BETBOOM LTDA., de elementos que indicam padrão de conduta comercial consistente na utilização de dados transacionais para classificação de potencial econômico e fidelização de apostadores - mediante atribuição de gerente pessoal de conta, bônus e vouchers -, sem a adoção de mecanismos efetivos de identificação, alerta e interrupção de comportamento compulsivo; CONSIDERANDO que entre as vantagens ofertadas consta o oferecimento de bebida alcoólica como prêmio a consumidora portadora de transtorno do controle dos impulsos associado a sintomas ansiosos e depressivos, circunstância agravante à luz da literatura psiquiátrica, que reconhece o efeito desinibitório do etanol sobre o controle inibitório e a tomada de decisão - funções executivas já comprometidas pelo quadro clínico -, revelando falha estrutural de desenho que pode atingir indistintamente toda a base de apostadores de alto volume; CONSIDERANDO que os documentos analisados apontam a existência de cláusula contratual (Seção 16 dos termos de uso) que condiciona a concessão de bônus ao cumprimento de metas de apostas (rollover), em aparente violação direta à vedação expressa da Portaria SPA/MF nº 1.231/2024, circunstância que, por decorrer de cláusula padronizada, tende a atingir a integralidade da base de usuários da plataforma, conferindo à conduta natureza difusa; CONSIDERANDO que a conversão de volume de perda em posição, bônus e prêmios opera diretamente sobre o circuito neurobiológico de recompensa comprometido pela doença, configurando, se confirmada a aplicação indiferenciada, defeito na prestação do serviço (art. 14, CDC) e prática comercial abusiva (arts. 37, § 2º, e 39, IV, CDC) de alcance potencialmente coletivo; CONSIDERANDO a pertinência da matéria com outras reclamações de consumidores apresentadas perante este órgão ministerial em face de operadoras do mesmo segmento, reforçando a hipótese de prática de mercado e não de ocorrência isolada, aproveita-se o ensejo para determinar a juntada de novas reclamações de consumidores perante o MPDFT relacionadas ao setor de apostas de quota fixa, para análise conjunta e verificação da abrangência subjetiva da lesão; CONSIDERANDO a necessidade de resguardo da privacidade e dos dados pessoais sensíveis da consumidora cujo caso serviu de fato deflagrador, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD); CONSIDERANDO a continuidade da conduta investigada - renovada a cada novo ciclo de captação e aposta - e o risco iminente, diário e cumulativo de dano difuso a consumidores em situação de vulnerabilidade psíquica, com potencial irreversibilidade quanto à perda patrimonial e ao agravamento de quadros clínicos; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL, de natureza coletiva e difusa, para apurar, em face da BETBOOM LTDA., a existência de padrão sistêmico de conduta comercial consistente em: (a) utilização de dados transacionais para classificação e fidelização de apostadores, independentemente de sinais objetivos de comportamento compulsivo; (b) concessão de vantagens comerciais - incluindo prêmios em bebida alcoólica - a consumidores com indicativos de transtorno do jogo patológico, sem filtro de compatibilidade com o perfil de risco; (c) imposição de metas de apostas (rollover) como condição para fruição de bônus, em possível violação à Portaria SPA/MF nº 1.231/2024; e (d) inefetividade de pedidos de autoexclusão e bloqueio;

II - Determinar a autuação em apartado, com acesso restrito nos termos do art. 189 do CPC e da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), de todo documento que contenha dados pessoais sensíveis ou elementos aptos a identificar a consumidora cujo caso originou a presente apuração;

III - Determinar a juntada, ao presente feito, de todas as reclamações de consumidores já apresentadas ou que sejam apresentadas perante o MPDFT em face de operadoras do segmento de apostas de quota fixa, para análise conjunta e verificação da extensão da lesão coletiva;

IV - Expedir ofício requisitório à BETBOOM LTDA. para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência, apresente: (a) política interna de jogo responsável e critérios técnicos de classificação de risco de apostadores, incluindo protocolos de identificação de comportamento compulsivo; (b) integralidade dos termos de uso vigentes, com destaque para a Seção 16 e demais cláusulas relativas a bônus, rollover e programas de fidelização; (c) critérios de elegibilidade a prêmios, incluindo os que envolvam bebida alcoólica, e mecanismos de exclusão de consumidores classificados como de risco; (d) registros de pedidos de autoexclusão e bloqueio, com indicação do prazo médio de efetivação e do índice de reativação de contas; (e) quantitativo de consumidores contemplados com prêmios e bônus da mesma natureza no período de janeiro de 2024 a junho de 2026;

V - Determinar a expedição de ofícios à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF) e aos órgãos de defesa do consumidor com atribuição correlata - incluindo SENACON - para prestação de informações acerca da regularidade da operação da BETBOOM LTDA., do cumprimento das normas de proteção ao apostador e, em especial, da observância da vedação de rollover;

VI - Determinar a publicação desta Portaria e a autuação do presente Inquérito Civil, com registro no sistema de acompanhamento processual do MPDFT.

ICP nº 08192.191138/2026-58

PAULO ROBERTO BINICHESKI
Promotor de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA N° 1.048, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

ICP nº 08192.183987/2026-38

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (MPDFT), por intermédio do Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, nos artigos 8º e 9º da Lei n.º 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), e na Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com as alterações posteriores, torna pública a instauração do INQUÉRITO CIVIL Nº 08192.183987/2026-38, de caráter sigiloso.

PAULO ROBERTO BINICHESKI

Outlook

ENC: Mensagem STF n.º 4/2026 - Relatório de Gestão Fiscal.

De Gabinete Presidência Senado Federal <presidencia@senado.leg.br>
Data Ter, 22/09/2026 15:21
Para Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>

2 anexos (96 KB)
SEI_3453753_Mensagem_4.pdf; SEI_3449524_Demonstrativo_Despesa_Pessoal.pdf;

De: Gab. Diretora Geral/STF <gabdiretorgeralstf@stf.jus.br>
Enviada em: terça-feira, 22 de setembro de 2026 15:19
Para: Gabinete Presidência Senado Federal <presidencia@senado.leg.br>; Presidência <presidente@senado.leg.br>
Assunto: Mensagem STF n.º 4/2026 - Relatório de Gestão Fiscal.

Prezados senhores, boa tarde!

Encaminho Mensagem n.º 4/2026, do Excelentíssimo Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, e seu anexo, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2026, nos termos do art. 54, *caput*, III, e parágrafo único, da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Solicito a gentileza de confirmarem o recebimento.

Obrigada,

Adriana Blumm
Assessora
Gabinete da Diretora-Geral
Supremo Tribunal Federal
(61) 3217-4762

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

MENSAGEM Nº 4, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal deste Supremo Tribunal Federal, referente ao segundo quadrimestre do exercício financeiro de 2026, nos moldes determinados pelo art. 54, *caput*, III, e parágrafo único, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ao ensejo, renovo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ministro **EDSON FACHIN**
Presidente do Supremo Tribunal Federal

Documento assinado eletronicamente por **Ministro Edson Fachin**, **PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, em 22/09/2026, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3453753** e o código CRC **3A36BD21**.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)										
	LIQUIDADAS										
	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	ju
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**45.985.852,85**	**46.923.946,84**	**71.149.860,98**	**50.964.252,96**	**66.136.768,75**	**47.747.301,38**	**47.797.093,41**	**47.421.722,22**	**47.904.932,10**	**48.811.104,69**	**52.07**
Pessoal Ativo	31.735.392,72	32.615.145,94	49.588.237,43	36.658.349,84	44.480.789,66	33.276.549,82	33.413.576,18	32.998.515,09	33.397.116,35	34.395.226,39	36.64
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	27.061.154,17	27.928.331,13	40.352.569,94	31.951.734,24	39.713.015,41	28.474.695,30	28.568.773,89	28.155.586,83	28.439.880,92	29.460.714,61	31.39
Obrigações Patronais	4.674.238,55	4.686.814,81	9.235.667,49	4.706.615,60	4.767.774,25	4.801.854,52	4.844.802,29	4.842.928,26	4.957.235,43	4.934.511,78	5.24
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.250.460,13	14.308.800,90	21.561.623,55	14.305.903,12	21.655.979,09	14.470.751,56	14.383.517,23	14.423.207,13	14.507.815,75	14.415.878,30	15.43
Aposentadorias, Reserva e Reformas	11.012.204,53	11.043.561,03	16.692.065,67	11.068.066,03	16.698.316,88	11.157.355,64	11.093.509,71	11.069.801,87	11.197.992,73	11.126.989,90	12.09
Pensões	3.238.255,60	3.265.239,87	4.869.557,88	3.237.837,09	4.957.662,21	3.313.395,92	3.290.007,52	3.353.405,26	3.309.823,02	3.288.888,40	3.33
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**5.090.011,32**	**5.069.284,20**	**12.357.558,30**	**8.061.592,18**	**21.405.978,46**	**14.206.139,90**	**14.111.074,63**	**5.181.181,17**	**5.238.265,50**	**5.187.018,33**	**5.58**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		-	-		-	-	-	-	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	351,13	3.637,40	54,80	9.638,30	360,46	565,20	142,15	-	97.449,44	66.886,22	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.089.660,19	5.065.646,80	12.357.503,50	8.051.953,88	21.405.618,00	14.205.574,70	14.110.932,48	5.181.181,17	5.140.816,06	5.120.132,11	5.18
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**40.895.841,53**	**41.854.662,64**	**58.792.302,68**	**42.902.660,78**	**44.730.790,29**	**33.541.161,48**	**33.686.018,78**	**42.240.541,05**	**42.666.666,60**	**43.624.086,36**	**46.49**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**1.619.262.388.778,33**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**525.476.544,28**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.193.817.388,75
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.134.126.519,31

LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.074.435.649,88

FONTE: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial; Portaria STF 82/2005; Unidade Responsável: Coordenadoria de Orçamento e Finanças; Data/Hora de emissão: 10/09/2026, às 13h.

Nota: A consulta extraída para a elaboração deste Relatório considerou a unidade orçamentária, conforme retificação do Acórdão 3.376/2012-TCU-Plenário, por meio do Processo nº TC-015.303/2012-8.

Documento assinado eletronicamente por **Márcio Kazuaki Fusissava**, **SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTRATAÇÕES**, em 17/09/2026, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Desdêmona Tenório de Brito Toledo Arruda**, **DIRETORA-GERAL**, em 18/09/2026, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Frederico Lobo De Oliveira**, **AUDITOR-CHEFE**, em 18/09/2026, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3449524** e o código CRC **54DC1FB1**.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - Quadra 6 - Lote 1 - CEP 70095-900 - Brasília - DF

Seção de Programação Financeira

Ofício n. 3/2026

Brasília, 29 de setembro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre 2026

Senhor Presidente,

1 Em conformidade com o inciso I, art. 5º da Lei n. 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao 2º Quadrimestre de 2026.

2 O citado relatório encontra-se publicado no Diário Oficial da União, Seção 01, página 101, do dia 29 de setembro de 2026.

Respeitosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Valéria Afonso de Paula Bezerra**, **Secretária de Orçamento e Finanças - Em Substituição**, em 30/09/2026, às 13:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **7204879** e o código CRC **41BDA201**.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**126.522.550,82**	**121.612.592,86**	**185.852.591,12**	**191.164.442,73**	**160.677.226,54**	**129.357.046,06**	**126.618.982,42**	**127.318.496,12**	**125.140.990,37**	**128.392.392,15**	**134.879.416,30**	**134.845.831,31**	**1.692.382.558,80**	0,00
Pessoal Ativo	**86.555.068,30**	**82.365.920,87**	**126.252.626,57**	**144.891.075,34**	**102.101.387,94**	**89.764.014,43**	**87.158.601,53**	**87.958.524,22**	**84.901.239,88**	**88.098.435,65**	**91.832.232,62**	**91.223.328,50**	**1.163.102.455,85**	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	74.968.744,33	70.636.266,97	103.216.936,82	133.270.391,11	90.335.279,74	77.377.929,86	75.103.290,69	75.892.856,85	72.887.404,81	76.074.281,66	78.970.038,59	78.363.191,24	1.007.096.612,67	0,00
Obrigações Patronais	11.586.323,97	11.729.653,90	23.035.689,75	11.620.684,23	11.766.108,20	12.386.084,57	12.055.310,84	12.065.667,37	12.013.835,07	12.024.153,99	12.862.194,03	12.860.137,26	156.005.843,18	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	**39.967.482,52**	**39.246.671,99**	**59.599.964,55**	**46.273.367,39**	**58.575.838,60**	**39.593.031,63**	**39.454.408,07**	**39.353.999,08**	**40.071.312,45**	**40.065.750,68**	**42.339.925,40**	**42.292.824,04**	**526.834.576,40**	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	33.784.817,59	33.159.092,82	50.419.371,72	38.428.456,24	49.333.506,40	33.499.212,25	33.413.331,77	33.359.166,64	33.838.697,15	33.835.988,67	35.935.111,87	35.945.364,50	444.952.117,62	0,00
Pensões	6.182.664,93	6.087.579,17	9.180.592,83	7.844.911,15	9.242.332,20	6.093.819,38	6.041.076,30	5.994.832,44	6.232.615,30	6.229.762,01	6.404.813,53	6.347.459,54	81.882.458,78	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.972,82**	**5.972,82**	**168.438,04**	**228.205,82**	**707.258,28**	**1.329.678,77**	**2.445.526,55**	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**7.268.739,51**	**1.625.618,79**	**1.594.732,55**	**30.164.626,14**	**57.521.791,95**	**38.558.117,94**	**38.269.759,49**	**38.489.305,12**	**38.814.866,60**	**38.892.320,40**	**2.049.638,57**	**195.900,57**	**293.445.417,63**	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	57.798,11	78.504,03	141.134,98	74.586,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.464,99	78.464,99	508.953,80	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	6.441.267,26	1.563.109,32	1.426.582,87	30.090.039,44	530.904,28	105.613,57	23.951,66	376.620,60	1.981,12	110.405,68	154.101,17	117.435,58	40.942.012,55	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	769.674,14	-15.994,56	27.014,70	0,00	56.990.887,67	38.452.504,37	38.245.807,83	38.112.684,52	38.812.885,48	38.781.914,72	1.817.072,41	0,00	251.994.451,28	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**119.253.811,31**	**119.986.974,07**	**184.257.858,57**	**160.999.816,59**	**103.155.434,59**	**90.798.928,12**	**88.349.222,93**	**88.829.191,00**	**86.326.123,77**	**89.500.071,75**	**132.829.777,73**	**134.649.930,74**	**1.398.937.141,17**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.398.937.141,17	**0,086393%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.624.054.959,70	0,223809%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.442.852.211,72	0,212619%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.261.649.463,73	0,201428%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Secretaria de Orçamento e Finanças, 09/09/26, 13:44h. Processo STJ 018688/2026

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. O item "Despesas com Pessoal não Executada Orçamentariamente" encontra-se zerado no período de setembro a dezembro de 2025 em virtude de a execução orçamentária dessas despesas ser realizada mediante a inscrição em restos a pagar processados.
2. Em relação as competências de janeiro a agosto de 2026 do item "Despesas com Pessoal não Executada Orçamentariamente", o detalhamento dos valores apresentados no presente demonstrativo está consolidado nos autos do Processo STJ 038656/2022.

Fabiana Bittes Veyl
Diretora-Geral

Valéria Afonso de Paula Bezerra
Secretária de Orçamento e Finanças, substituta

Rejane Ribeiro Mangabeira
Secretária de Auditoria Interna, substituta

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - Quadra 6 - Lote 1 - CEP 70095-900 - Brasília - DF

PORTARIA STJ/GP N. 764 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Publicar, na forma do anexo desta portaria, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2026.

Art. 2º Fica autorizada a disponibilização do Relatório de Gestão Fiscal no portal do Tribunal na internet.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO

Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Salomão**, **Presidente do Superior Tribunal de Justiça**, em 27/09/2026, às 19:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **7198630** e o código CRC **4377016D**.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e, somente no caso de cancelamento, podem ser excluídos. Não houve cancelamento de restos a pagar de Pessoal no período analisado.

NOTA 1: O limite máximo da despesa com pessoal é estabelecido pelo art. 20, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar nº 101/2000 para o Poder Judiciário Federal. A Resolução CNJ nº 177/2013 distribui o valor máximo de 6% entre os órgãos integrantes do Poder Judiciário Federal. Ao CNJ coube o limite máximo de 0,017000%, o limite prudencial de 0,016150% e o limite de alerta de 0,015300%.

NOTA 2: As "Despesas de Exercícios Anteriores ao período anterior ao da apuração" referem-se a pagamentos de Pessoal cuja competência é anterior ao da apuração do RGF.

EDUARDO CAMPOS GOMES
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

FELIPE BERKENBROCK GOULART
Secretário de Auditoria

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES
Diretor-Geral

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA STJ/GP Nº 764, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Publicar, na forma do Anexo desta portaria, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2026.

Art. 2º Fica autorizada a disponibilização do Relatório de Gestão Fiscal no portal do Tribunal na internet.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LUIS FELIPE SALOMÃO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	126.522.550,82	121.612.592,86	185.852.591,12	191.164.442,73	160.677.226,54	129.357.046,06	126.618.982,42	127.318.496,12	125.140.990,37	128.392.392,15	134.879.416,30	134.845.831,31	1.692.382.558,80	0,00
Pessoal Ativo	86.555.068,30	82.365.920,87	126.252.626,57	144.891.075,34	102.101.387,94	89.764.014,43	87.158.601,53	87.958.524,22	84.901.239,88	88.098.435,65	91.832.232,62	91.223.328,50	1.163.102.455,85	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	74.968.744,33	70.636.266,97	103.216.936,82	133.270.391,11	90.335.279,74	77.377.929,86	75.103.290,69	75.892.856,85	72.887.404,81	76.074.281,66	78.970.038,59	78.363.191,24	1.007.096.612,67	0,00
Obrigações Patronais	11.586.323,97	11.729.653,90	23.035.689,75	11.620.684,23	11.766.108,20	12.386.084,57	12.055.310,84	12.065.667,37	12.013.835,07	12.024.153,99	12.862.194,03	12.860.137,26	156.005.843,18	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	39.967.482,52	39.246.671,99	59.599.964,55	46.273.367,39	58.575.838,60	39.593.031,63	39.454.408,07	39.353.999,08	40.071.312,45	40.065.750,68	42.339.925,40	42.292.824,04	526.834.576,40	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	33.784.817,59	33.159.092,82	50.419.371,72	38.428.456,24	49.333.506,40	33.499.212,25	33.413.331,77	33.359.166,64	33.838.697,15	33.835.988,67	35.935.111,87	35.945.364,50	444.952.117,62	0,00
Pensões	6.182.664,93	6.087.579,17	9.180.592,83	7.844.911,15	9.242.332,20	6.093.819,38	6.041.076,30	5.994.832,44	6.232.615,30	6.229.762,01	6.404.813,53	6.347.459,54	81.882.458,78	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.972,82	5.972,82	168.438,04	228.205,82	707.258,28	1.329.678,77	2.445.526,55	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	7.268.739,51	1.625.618,79	1.594.732,55	30.164.626,14	57.521.791,95	38.558.117,94	38.269.759,49	38.489.305,12	38.814.866,60	38.892.320,40	2.049.638,57	195.900,57	293.445.417,63	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	57.798,11	78.504,03	141.134,98	74.586,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.464,99	78.464,99	508.953,80	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	6.441.267,26	1.563.109,32	1.426.582,87	30.090.039,44	530.904,28	105.613,57	23.951,66	376.620,60	1.981,12	110.405,68	154.101,17	117.435,58	40.942.012,55	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	769.674,14	-15.994,56	27.014,70	0,00	56.990.887,67	38.452.504,37	38.245.807,83	38.112.684,52	38.812.885,48	38.781.914,72	1.817.072,41	0,00	251.994.451,28	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	119.253.811,31	119.986.974,07	184.257.858,57	160.999.816,59	103.155.434,59	90.798.928,12	88.349.222,93	88.829.191,00	86.326.123,77	89.500.071,75	132.829.777,73	134.649.930,74	1.398.937.141,17	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.398.937.141,17	0,086393%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.624.054.959,70	0,223809%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.442.852.211,72	0,212619%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.261.649.463,73	0,201428%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Secretaria de Orçamento e Finanças, 09/09/26, 13:44h. Processo STJ 018688/2026

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. O item "Despesas com Pessoal não Executada Orçamentariamente" encontra-se zerado no período de setembro a dezembro de 2025 em virtude de a execução orçamentária dessas despesas ser realizada mediante a inscrição em restos a pagar processados.

2. Em relação as competências de janeiro a agosto de 2026 do item "Despesas com Pessoal não Executada Orçamentariamente", o detalhamento dos valores apresentados no presente demonstrativo está consolidado nos autos do Processo STJ 038656/2022.

FABIANA BITTES VEYL
Diretora-Geral

VALÉRIA AFONSO DE PAULA BEZERRA
Secretária de Orçamento e Finanças
Substituta

REJANE RIBEIRO MANGABEIRA
Secretária de Auditoria Interna
Substituta

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Ofício GAB-PRES nº 4050/2026

Brasília, *na data da assinatura eletrônica*.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal. 2º Quadrimestre 2026. Tribunal Superior Eleitoral.**

Referência: Em caso de resposta, favor mencionar o Processo SEI nº 2026.00.000004890-6

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao segundo quadrimestre de 2026, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Atenciosamente,

KASSIO NUNES MARQUES
PRESIDENTE

Documento assinado eletronicamente em **23/09/2026, às 15:47**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.

Tribunal Superior Eleitoral

A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=3791716&crc=48DA0E30, informando, caso não preenchido, o código verificador **3791716** e o código CRC **48DA0E30**.

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	5.090.011,32	5.069.284,20	12.357.558,30	8.061.592,18	21.405.978,46	14.206.139,90	14.111.074,63	5.181.181,17	5.238.265,50	5.187.018,33	5.580.137,22	5.637.305,81	107.125.547,02	440.352,65
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	391.794,39	396.044,62	787.839,01	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	351,13	3.637,40	54,80	9.638,30	360,46	565,20	142,15	-	97.449,44	66.886,22	-	-	179.085,10	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.089.660,19	5.065.646,80	12.357.503,50	8.051.953,88	21.405.618,00	14.205.574,70	14.110.932,48	5.181.181,17	5.140.816,06	5.120.132,11	5.188.342,83	5.241.261,19	106.158.622,91	440.352,65
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	40.895.841,53	41.854.662,64	58.792.302,68	42.902.660,78	44.730.790,29	33.541.161,48	33.686.018,78	42.240.541,05	42.666.666,60	43.624.086,36	46.493.473,65	45.676.652,23	517.104.858,07	8.371.686,21

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	525.476.544,28	0,032452%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.193.817.388,75	0,073726%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.134.126.519,31	0,070040%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.074.435.649,88	0,066353%

FONTE: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial; Portaria STF 82/2005; Unidade Responsável: Coordenadoria de Orçamento e Finanças; Data/Hora de emissão: 10/09/2026, às 13h.

Nota 1: A consulta extraída para a elaboração deste Relatório considerou a unidade orçamentária, conforme retificação do Acórdão 3.376/2012-TCU-Plenário, por meio do Processo nº TC-015.303/2012-8.
Limite da Despesa com Pessoal do STF estabelecido pela Portaria STF nº 82, de 17/08/2005.

MÁRCIO KAZUAKI FUSISSAVA
Secretário de Orçamento, Finanças e Contratações

FREDERICO LOBO DE OLIVIERA
Auditor-Chefe

DESDÊMONA TENÓRIO DE BRITO TOLEDO ARRUDA
Diretora-Geral

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA TSE Nº 632, DE 20 DE SETEMBRO DE 2026

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao segundo quadrimestre de 2026.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Fica publicado o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao segundo quadrimestre de 2026, nos termos do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. NUNES MARQUES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2025 A AGOSTO 2026

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.537.947,33	29.501.479,50	46.199.962,16	32.775.038,12	43.366.911,08	30.102.850,24	30.383.609,47	30.779.031,99	32.245.632,27	31.453.833,38	33.453.656,24	34.054.103,43	403.854.055,21	2.886.000,00
Pessoal Ativo	23.370.639,70	23.298.963,78	36.671.372,39	26.503.676,14	33.849.669,19	23.722.900,04	24.016.634,89	24.385.121,79	25.754.085,94	24.919.590,25	26.456.713,26	27.089.678,50	320.039.045,87	1.166.000,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	19.839.135,64	19.796.734,29	29.842.589,60	22.975.007,98	30.340.320,98	20.227.852,24	20.520.255,85	20.779.356,13	21.991.899,51	21.316.104,50	22.617.415,19	23.229.353,62	273.476.025,53	1.150.000,00
Obrigações Patronais	3.531.504,06	3.502.229,49	6.828.782,79	3.528.668,16	3.509.348,21	3.495.047,80	3.496.379,04	3.605.765,66	3.762.186,43	3.603.485,75	3.839.298,07	3.860.324,88	46.563.020,34	16.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.167.307,63	6.202.515,72	9.528.589,77	6.271.361,98	9.517.241,89	6.379.950,20	6.366.974,58	6.393.910,20	6.491.546,33	6.534.243,13	6.996.942,98	6.964.424,93	83.815.009,34	1.720.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	4.617.489,67	4.634.077,78	7.141.212,65	4.733.137,52	7.163.120,99	4.811.336,45	4.798.615,01	4.825.550,63	4.931.584,91	4.977.017,07	5.355.479,04	5.343.003,25	63.331.624,97	-
Pensões	1.549.817,96	1.568.437,94	2.387.377,12	1.538.224,46	2.354.120,90	1.568.613,75	1.568.359,57	1.568.359,57	1.559.961,42	1.557.226,06	1.641.463,94	1.621.421,68	20.483.384,37	1.720.000,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	5.120.855,93	5.138.011,77	8.367.900,14	5.936.409,57	9.415.865,94	6.332.323,71	6.261.402,59	6.366.196,74	6.384.973,66	6.426.459,52	6.873.235,36	6.840.717,31	79.464.352,24	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	81.497,00	-	-	-	-	81.497,00	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	18.052,25	4.407,05	6.593,50	7.022,13	4.196,04	57.945,50	-	-	1.210,94	4.692,25	-	-	104.119,66	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.102.803,68	5.133.604,72	8.361.306,64	5.929.387,44	9.411.669,90	6.274.378,21	6.261.402,59	6.284.699,74	6.383.762,72	6.421.767,27	6.873.235,36	6.840.717,31	79.278.735,58	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	24.417.091,40	24.363.467,73	37.832.062,02	26.838.628,55	33.951.045,14	23.770.526,53	24.122.206,88	24.412.835,25	25.860.658,61	25.027.373,86	26.580.420,88	27.213.386,12	324.389.702,97	2.886.000,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	327.275.702,97	0,020211
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III art. 20 da LRF)	710.645.684,56	0,043887
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	675.113.400,33	0,041693
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	639.581.116,10	0,039498

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 17/set/2026 e hora de emissão 17h.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração" não serão deduzidos neste quadrimestre os valores de R$ 131,54, R$ 698,16, R$ 110.603,26, R$ 871,09 e R$ 95,60 dos meses de março, abril, maio, junho e julho de 2026, respectivamente, pois a competência dessas despesas pertence ao período de apuração.

DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL
Diretor-Geral

JULIANA MILAGRES DE LOYOLA FLEURY
Secretária de Administração

CARLOS RAMON DA SILVA SANTOS
Secretário de Auditoria

EDUARDO DEMETRIO BECHARA
Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Min. NUNES MARQUES
Presidente do Tribunal

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 1.000, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

Aprova o relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

A MINISTRA-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno; e

CONSIDERANDO o art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que "Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências" - Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, sobre o cumprimento das exigências de publicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos Relatórios de Gestão Fiscal por parte dos poderes e órgãos da esfera federal;

CONSIDERANDO o Ato Normativo STM nº 676, de 9 de novembro de 2023, que "Dispõe sobre as responsabilidades e procedimentos de elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento aos artigos 54 e 55, da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e dá outras providências"; e

CONSIDERANDO a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, que divulgou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida - RCL nos últimos doze meses, referente ao 2º quadrimestre de 2026, período de setembro de 2025 a agosto de 2026, esolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026, constante do Anexo Único deste Ato Normativo.

Art. 2º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Minª MARIA ELIZABETH ROCHA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

Anexo I - (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	45.092.089,85	45.033.359,88	74.442.409,22	59.481.863,89	58.144.718,82	53.354.138,95	48.753.737,23	46.859.283,96	46.993.140,51	60.791.399,01	55.002.476,81	51.345.983,12	645.294.601,25	9.797.422,16	655.092.023,41
Pessoal Ativo	25.873.098,06	25.967.288,18	39.821.961,25	31.816.390,34	33.635.924,96	29.768.384,98	29.487.047,46	27.674.189,88	26.987.412,54	32.860.339,52	31.981.477,94	30.160.741,11	366.034.256,22	7.974.890,98	374.009.147,20
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	22.252.084,10	22.328.323,31	32.618.363,10	28.192.028,70	29.987.637,06	26.014.822,21	25.772.592,37	23.922.988,00	23.247.977,71	29.117.319,56	27.530.096,11	26.080.266,93	317.064.499,16	6.974.890,98	324.039.390,14
Obrigações Patronais	3.621.013,96	3.638.964,87	7.203.598,15	3.624.361,64	3.648.287,90	3.753.562,77	3.714.455,09	3.751.201,88	3.739.434,83	3.743.019,96	4.451.381,83	4.080.474,18	48.969.757,06	1.000.000,00	49.969.757,06
Pessoal Inativo e Pensionistas	19.218.991,79	19.066.071,70	34.620.447,97	27.665.473,55	24.508.793,86	23.585.753,97	19.266.689,77	19.185.094,08	20.005.727,97	27.931.059,49	23.020.998,87	21.185.242,01	279.260.345,03	1.822.531,18	281.082.876,21
Aposentadorias, Reserva e Reformas	11.452.764,76	11.403.843,32	22.271.365,33	14.340.302,95	14.800.824,02	13.830.720,55	11.493.817,26	11.434.069,40	12.312.815,68	16.441.897,29	12.731.965,23	12.607.361,47	165.121.747,26	0,00	165.121.747,26
Pensões	7.766.227,03	7.662.228,38	12.349.082,64	13.325.170,60	9.707.969,84	9.755.033,42	7.772.872,51	7.751.024,68	7.692.912,29	11.489.162,20	10.289.033,64	8.577.880,54	114.138.597,77	1.822.531,18	115.961.128,95
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	73.723,88	65.347,76	985.753,88	6.413.198,64	27.167.287,05	26.006.715,46	19.202.662,54	5.665.826,50	1.378.768,88	1.928.295,38	2.186.993,88	2.790.374,67	93.864.948,52	0,00	93.864.948,52
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	66.935,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.192.229,91	1.904.278,01	2.002.231,44	2.680.935,04	7.846.610,31	0,00	7.846.610,31
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	4.052,86	4.052,86	4.052,86	4.052,86	492,25	492,25	492,25	492,25	492,25	492,25	492,25	492,25	20.149,44	0,00	20.149,44
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.735,11	61.294,90	312.183,10	312,05	2.700.205,08	2.487.437,11	107,32	10.637,32	179.486,11	19.964,51	180.416,63	105.386,77	6.060.166,01	0,00	6.060.166,01
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	669.517,92	6.408.833,73	24.466.589,72	23.518.786,10	19.202.062,97	5.654.696,93	6.560,61	3.560,61	3.853,56	3.560,61	79.938.022,76	0,00	79.938.022,76

Outlook

ENC: OFÍCIO TST.GDGSET.GP N° 173/2026 - Relatório de Gestão Fiscal do TST

De Gabinete Presidência Senado Federal <presidencia@senado.leg.br>
Data Ter, 29/09/2026 14:32
Para Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>

1 anexo (510 KB)

OFÍCIO GP 173_2026_ENVIO CONGRESSO NACIONAL_RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL_SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026-Processo 6010677-2026.pdf;

De: GDGSET GABINETE DO DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL <gdgset@tst.jus.br>
Enviada em: segunda-feira, 28 de setembro de 2026 13:46
Para: Gabinete Presidência Senado Federal <presidencia@senado.leg.br>
Assunto: OFÍCIO TST.GDGSET.GP N° 173/2026 - Relatório de Gestão Fiscal do TST

Prezados,

Encaminho o anexo OFÍCIO TST.GDGSET.GP N° 173/2026, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Solicito a gentileza de confirmar o recebimento do ofício. Obrigada!

Atenciosamente,

TST
KARINA GIANELO
Diretoria-Geral da Secretaria
Tribunal Superior do Trabalho
karina.gianelo@tst.jus.br
(61) 3043.4064

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OFÍCIO TST.GDGSET.GP N° 173

Brasília, data conforme assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor

Senador DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM

Presidente do Congresso Nacional

Brasília – DF

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho.**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em atenção ao disposto no artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Atenciosamente,

VIEIRA DE MELLO FILHO

Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Documento assinado eletronicamente por **LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO**, **PRESIDENTE**, em 24/09/2026, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no inciso I do art. 4º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1650308** e o código CRC **10E79982**.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO / GABINETE DO DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL
SAFS Qd. 8 Conjunto A Blocos A, B ou C
Brasília - DF
CEP 70070-943
Telefone:
E-mail: gdgset@tst.jus.br

6010677/2026-00 1650308v1

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1 ISSN 1677-7042 Nº 183, segunda-feira, 28 de setembro de 2026

Obrigações Patronais	633.799,54	642.369,58	1.246.691,41	644.030,41	669.035,50	654.512,87	650.450,47	648.304,26	701.470,87	653.112,13	683.700,88	698.939,01	8.526.416,93	2.917,68	8.529.334,61
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.166.527,25	2.225.212,48	3.526.346,71	2.307.517,14	3.384.119,37	2.311.490,94	2.321.724,92	2.285.953,32	2.415.072,96	2.362.395,48	2.449.490,47	2.448.127,78	30.203.978,82	13.303,27	30.217.282,09
Aposentadorias Reserva e Reformas	2.044.413,50	2.060.713,11	3.303.188,59	2.060.390,04	3.169.159,52	2.160.308,88	2.174.480,61	2.138.709,01	2.267.828,65	2.215.151,17	2.299.917,55	2.298.554,86	28.192.815,49	13.303,27	28.206.118,76
Pensões	122.113,75	164.499,37	223.158,12	247.127,10	214.959,85	151.182,06	147.244,31	147.244,31	147.244,31	147.244,31	149.572,92	149.572,92	2.011.163,33	0,00	2.011.163,33
Outras Despesas de Pessoal - Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.818.154,41	1.869.081,50	2.411.693,29	206.558,80	2.973.750,37	2.100.939,65	2.260.014,99	3.217.193,41	2.303.543,26	1.952.783,85	2.005.789,86	2.004.427,17	25.123.930,56	13.303,27	25.137.233,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	28.469,38	47.084,08	0,00	0,00	0,00	51.325,68	0,00	0,00	0,00	42.167,82	0,00	0,00	169.046,96	0,00	169.046,96
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.214,43	1.774,45	0,00	0,00	2.988,88	0,00	2.988,88
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	13.084,74	204.734,69	180.689,36	13.764,85	1.030.552,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.442.826,17	0,00	1.442.826,17
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.789.685,03	1.821.997,42	2.411.693,29	193.474,06	2.769.015,68	1.868.924,61	2.246.250,14	2.186.640,88	2.302.328,83	1.908.841,58	2.005.789,86	2.004.427,17	23.509.068,55	13.303,27	23.522.371,82
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.778.390,45	5.951.830,55	9.324.199,70	7.399.491,08	8.530.988,11	6.024.121,22	5.637.356,16	5.576.893,41	6.110.085,94	6.172.850,63	6.566.582,88	6.624.599,72	79.697.389,85	592.609,41	80.289.999,26

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR (R$)	% SOBRE A RCL
RCL - Portaria STN/MF nº 2.804, de 15/09/2026 (SET/2025-AGO/2026)	1.619.262.388.778,33	100,000000
Despesa Total com Pessoal (III) - Total Executado (C)	80.289.999,26	0,004958
Limite Máximo (VI) - CJF (art. 20, incisos I, II e III da LRF)	398.970.059,97	0,024639
Limite Prudencial (VII) = 0,95 x VI (parágrafo único do art. 22 da LRF)	379.021.556,97	0,023407
Limite de Alerta (VIII) = 0,90 x VI (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	359.073.053,97	0,022175

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial - UG 090026: Secretaria do CJF | Portaria STN/MF nº 2.804, de 15/09/2026 (RCL) | Gerado em 21/09/2026
Nota: Nos demonstrativos do primeiro e do segundo quadrimestre, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo.
Nota explicativa: em atendimento ao Ofício-Circular n. 0915819/CJF, de 22/09/2026, e ao entendimento fixado no Acórdão n. 799/2024-Plenário do TCU, a Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição, Atribuição ou Ofício (GECJAO, rubrica 113030), no valor de R$ 3.006,26 mensais em maio, julho e agosto de 2026 (em junho de 2026, somada a outra indenização por demissão, totalizando R$ 45.174,08 no mês), foi reclassificada da linha "Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária" (Despesas Não Computadas, II) para a linha "Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis" (Pessoal Ativo, Despesa Bruta com Pessoal, I), no total de R$ 12.025,04 no quadrimestre, não obstante permanecer classificada no elemento de despesa 33.90.94 até a criação de subelemento específico pela Secretaria do Tesouro Nacional.
Nota explicativa complementar: pelos mesmos fundamentos do Acórdão n. 799/2024-Plenário do TCU, embora não expressamente citada no Ofício-Circular n. 0915819/CJF, a Indenização RES/CJF 965 (Funções Relevantes Singulares, rubrica 113007), no valor de R$ 192.099,21 em setembro de 2025 e R$ 202.467,05 em outubro de 2025, foi igualmente reclassificada da linha "Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária" (Despesas Não Computadas, II) para a linha "Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis" (Pessoal Ativo, Despesa Bruta com Pessoal, I), no total de R$ 394.566,26, por, no entendimento da DICOB, também não configurar despesa de natureza indenizatória destinada à recomposição patrimonial do servidor, mas contraprestação extraordinária não abrangida pela remuneração mensal.

ALESANDRO GARCI VIEIRA
Diretor-Geral

ANTÔNIO HUMBERTO BRITO
Secretário de Administração

ANGELITA DA MOTA AYRES RODRIGUES
Secretária de Auditoria Adjunto

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA CJF Nº 631, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

Convoca sessão ordinária presencial do Conselho da Justiça Federal para 19 de outubro de 2026.

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, nos termos da delegação de competência constante da Portaria CJF n. 527, de 21 de agosto de 2026, tendo em vista o que consta do Processo SEI n. 0000116-14.2026.4.90.8000, resolve:
Art. 1º Fica convocada sessão ordinária presencial do Conselho da Justiça Federal para 19 de outubro de 2026, às 10 horas, no Plenário do Conselho da Justiça Federal, em Brasília - DF.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Juiz OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO GDGSET.GP. Nº 540, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o constante no Processo TST nº 6010677/2026-00, resolve:
Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Min. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	91.760.522,95	95.063.571,15	98.677.675,57	188.776.602,72	125.291.677,32	92.359.303,70	103.573.904,74	96.781.179,56	97.483.545,72	100.552.508,06	104.756.484,48	104.591.242,03	1.299.668.218,00	21.001.208,70	1.320.669.426,70
Pessoal Ativo	60.659.312,35	63.502.044,42	64.785.847,56	135.278.483,12	78.383.589,28	60.699.222,36	71.540.594,21	65.026.258,50	65.043.698,62	68.286.733,99	70.723.945,38	70.179.671,23	874.109.401,02	5.184.184,17	879.293.585,19
Vencimentos Vantagens e Outras Despesas Variáveis	52.399.043,74	55.217.872,38	56.508.996,99	118.602.442,72	69.697.453,73	51.924.158,79	62.801.820,45	56.281.233,89	56.268.479,10	59.474.517,59	61.354.074,21	60.778.603,97	761.308.697,56	5.184.184,17	766.492.881,73
Obrigações Patronais	8.260.268,61	8.284.172,04	8.276.850,57	16.676.040,40	8.686.135,55	8.775.063,57	8.738.773,76	8.745.024,61	8.775.219,52	8.812.216,40	9.369.871,17	9.401.067,26	112.800.703,46	0,00	112.800.703,46
Pessoal Inativo e Pensionistas	31.101.210,60	31.561.526,73	33.891.828,01	53.498.119,60	46.908.088,04	31.660.081,34	32.033.310,53	31.754.921,06	32.439.847,10	32.265.774,07	34.032.539,10	34.411.570,80	425.558.816,98	15.817.024,53	441.375.841,51

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1 ISSN 1677-7042 Nº 183, segunda-feira, 28 de setembro de 2026

Aposentadorias, Reserva e Reformas	26.615.062,57	26.906.866,53	28.198.980,68	45.534.797,06	40.140.919,39	27.204.875,51	27.535.969,69	27.183.296,32	27.667.089,20	27.431.459,11	29.110.573,60	29.410.396,60	362.940.286,26	12.729.021,92	375.669.308,18
Pensões	4.486.148,03	4.654.660,20	5.692.847,33	7.963.322,54	6.767.168,65	4.455.205,83	4.497.340,84	4.571.624,74	4.772.757,90	4.834.314,96	4.921.965,50	5.001.174,20	62.618.530,72	3.088.002,61	65.706.533,33
Outras Desp. de Pessoal decorrentes de Contratos de															
Terceirização ou de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	24.795.531,79	28.046.272,10	32.760.501,69	32.580.927,16	44.389.383,49	29.912.825,50	30.105.423,71	23.359.380,73	17.433.962,38	14.276.827,84	8.660.241,84	8.965.043,99	295.286.322,22	15.817.024,53	311.103.346,75
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	1.333.039,05	8.902.310,40	1.453,56	0,00	74.247,45	0,00	99.323,83	0,00	0,00	346.388,37	10.756.762,66	0,00	10.756.762,66
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.795.531,79	28.046.272,10	31.427.462,64	23.678.616,76	44.387.929,93	29.912.825,50	30.031.176,26	23.359.380,73	17.334.638,55	14.276.827,84	8.660.241,84	8.618.655,62	284.529.559,56	15.817.024,53	300.346.584,09
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	66.964.991,16	67.017.299,05	65.917.173,88	156.195.675,56	80.902.293,83	62.446.478,20	73.468.481,03	73.421.798,83	80.049.583,34	86.275.680,22	96.096.242,64	95.626.198,04	1.004.381.895,78	5.184.184,17	1.009.566.079,95

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	1.009.566.079,95	0,062347%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.943.236.088,34	0,181764%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.796.074.283,92	0,172676%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.648.912.479,51	0,163588%

FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT. 16/set/2026 às 14h24.

NOTAS: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) O Limite Máximo foi estipulado conforme Ato Conjunto TST.CSJT nº 30, de 26 de agosto de 2013.

Min. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
Presidente do Tribunal

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
Diretor-Geral da Secretaria

WALMIR ALMEIDA NOBRE
Secretário de Auditoria
Substituto

ELIENAI FERREIRA LOPES
Secretário de Administração
Substituto

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ATO PRESI Nº 1.219 (25954368), DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

A PRESIDENTEDO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o constante nos autos do PAe 0032463-75.2026.4.01.8000, resolve:

Aprovar, ad referendum do Conselho de Administração, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exigido pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, referente ao 2º Quadrimestre de 2026, na forma do Anexo 25954383, bem como autorizar sua publicação no Diário Oficial da União e na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida Lei.

Desª MARIA DO CARMO CARDOSO

ANEXO

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF – ANEXO 1 (LRF art. 55, inciso I, alínea "a")														R$1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	228.675.701,29	246.480.397,24	356.797.077,20	235.250.216,70	335.069.412,11	238.550.804,87	251.216.892,87	246.922.239,01	256.822.728,53	248.943.666,93	258.609.483,60	257.531.297,37	3.160.869.917,72	9.470.529,16
Pessoal Ativo	184.347.139,17	199.761.297,35	288.360.740,79	189.279.437,17	267.613.505,01	193.001.429,08	203.509.786,91	201.652.523,16	209.337.489,99	201.371.658,86	208.668.318,37	207.324.768,98	2.554.228.094,84	8.845.400,49
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	157.139.547,73	172.703.979,29	234.555.974,60	162.051.261,60	240.329.178,91	165.422.315,64	176.129.631,86	174.320.717,58	180.050.630,72	173.294.109,15	178.866.343,35	177.561.459,48	2.192.425.149,91	8.804.948,83
Obrigações Patronais	27.207.591,44	27.057.318,06	53.804.766,19	27.228.175,57	27.284.326,10	27.579.113,44	27.380.155,05	27.331.805,58	29.286.859,27	28.077.549,71	29.801.975,02	29.763.309,50	361.802.944,93	40.451,66
Pessoal Inativo e Pensionistas	44.328.562,12	46.719.099,89	68.436.336,41	45.970.779,53	67.455.907,10	45.549.375,79	47.707.105,96	45.269.715,85	47.485.238,54	47.572.008,07	49.941.165,23	50.206.528,39	606.641.822,88	625.128,67
Aposentadorias, Reserva e Reformas	38.465.140,24	40.621.048,46	59.314.614,80	39.865.582,69	58.650.309,37	39.442.329,01	41.513.115,24	39.254.525,80	41.200.331,05	41.273.823,34	43.538.931,15	43.851.465,95	526.991.217,10	622.126,03
Pensões	5.863.421,88	6.098.051,43	9.121.721,61	6.105.196,84	8.805.597,73	6.107.046,78	6.193.990,72	6.015.190,05	6.284.907,49	6.298.184,73	6.402.234,08	6.355.062,44	79.650.605,78	3.002,64

Outlook

ENC: Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal (CJF) referente ao 2º quadrimestre de 2026.

De Presidência <presidente@senado.leg.br>
Data Sex, 25/09/2026 18:23
Para Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>

2 anexos (404 KB)
Oficio_0916539.html; Anexo_0917440.html;

-----Mensagem original-----
De: CJF/Diretoria-Geral <sei-dg@cjf.jus.br>
Enviada em: sexta-feira, 25 de setembro de 2026 17:16
Para: Presidência <presidente@senado.leg.br>
Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal (CJF) referente ao 2º quadrimestre de 2026.

[You don't often get email from sei-dg@cjf.jus.br. Learn why this is important at https://aka.ms/LearnAboutSenderIdentification]

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

De ordem, encaminha-se a Vossa Excelência cópia do Ofício n. 0916539 e seu Anexo, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal do 2º quadrimestre de 2026.
Solicita-se a gentileza de acusar o recebimento desta mensagem.
Respeitosamente,

Romildo Luiz Langamer
Chefe de Gabinete
Diretoria-Geral do Conselho da Justiça Federal
(61) 3022-7029

JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

OFÍCIO N. 0916539/CJF

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 2º quadrimestre de 2026.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em atenção ao disposto no inciso I do art. 5º da Lei n. 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 2º quadrimestre de 2026.

Ministro **Luis Felipe Salomão**
Presidente

Documento assinado eletronicamente por **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, **Presidente do Conselho da Justiça Federal**, em 25/09/2026, às 07:54, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0916539** e o código CRC **3F2C9058**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº0001602-30.2019.4.90.8000 SEI nº0916539

JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ANEXO
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SET/2025 A AGO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL EXECUTADO
	LIQUIDADAS													(B)	(C) = (A) + (B)
	set/2025	out/2025	nov/2025	dez/2025	jan/2026	fev/2026	mar/2026	abr/2026	mai/2026	jun/2026	jul/2026	ago/2026	TOTAL 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.596.544,86	7.820.912,05	11.735.892,99	7.606.049,88	11.504.738,48	8.125.060,87	7.897.371,15	8.794.086,82	8.413.629,20	8.125.634,48	8.572.372,74	8.629.026,89	104.821.320,41	605.912,68	105.427.233,09
Pessoal Ativo	5.430.017,61	5.595.699,57	8.209.546,28	5.296.532,74	8.120.619,11	5.813.569,93	5.575.646,23	6.508.133,50	5.998.556,24	5.763.239,00	6.122.882,27	6.180.899,11	74.617.341,59	592.609,41	75.209.951,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.796.218,07	4.953.329,99	6.962.854,87	4.654.502,33	7.451.583,61	5.159.057,06	4.925.195,76	5.859.829,24	5.297.085,37	5.110.126,87	5.439.181,39	5.481.960,10	66.090.924,66	589.691,73	66.680.616,39
Obrigações Patronais	633.799,54	642.369,58	1.246.691,41	644.030,41	669.035,50	654.512,87	650.450,47	648.304,26	701.470,87	653.112,13	683.700,88	698.939,01	8.526.416,93	2.917,68	8.529.334,61
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.166.527,25	2.225.212,48	3.526.346,71	2.307.517,14	3.384.119,37	2.311.490,94	2.321.724,92	2.285.953,32	2.415.072,96	2.362.395,48	2.449.490,47	2.448.127,78	30.203.978,82	13.303,27	30.217.282,09
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.044.413,50	2.060.713,11	3.303.188,59	2.060.390,04	3.169.159,52	2.160.308,88	2.174.480,61	2.138.709,01	2.267.828,65	2.215.151,17	2.299.917,55	2.298.554,86	28.192.815,49	13.303,27	28.206.118,76
Pensões	122.113,75	164.499,37	223.158,12	247.127,10	214.959,85	151.182,06	147.244,31	147.244,31	147.244,31	147.244,31	149.572,92	149.572,92	2.011.163,33	0,00	2.011.163,33
Outras Despesas de Pessoal — Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.818.154,41	1.869.081,50	2.411.693,29	206.558,80	2.973.750,37	2.100.939,65	2.260.014,99	3.217.193,41	2.303.543,26	1.952.783,85	2.005.789,86	2.004.427,17	25.123.930,56	13.303,27	25.137.233,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	28.469,38	47.084,08	0,00	0,00	0,00	51.325,68	0,00	0,00	0,00	42.167,82	0,00	0,00	169.046,96	0,00	169.046,96
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.214,43	1.774,45	0,00	0,00	2.988,88	0,00	2.988,88
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	13.084,74	204.734,69	180.689,36	13.764,85	1.030.552,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.442.826,17	0,00	1.442.826,17
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.789.685,03	1.821.997,42	2.411.693,29	193.474,06	2.769.015,68	1.868.924,61	2.246.250,14	2.186.640,88	2.302.328,83	1.908.841,58	2.005.789,86	2.004.427,17	23.509.068,55	13.303,27	23.522.371,82
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	5.778.390,45	5.951.830,55	9.324.199,70	7.399.491,08	8.530.988,11	6.024.121,22	5.637.356,16	5.576.893,41	6.110.085,94	6.172.850,63	6.566.582,88	6.624.599,72	79.697.389,85	592.609,41	80.289.999,26

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR (R$)	% SOBRE A RCL
RCL - Portaria STN/MF nº 2.804, de 15/09/2026 (SET/2025-AGO/2026)	1.619.262.388.778,33	100,000000
Despesa Total com Pessoal (III) - Total Executado (C)	80.289.999,26	0,004958
Limite Máximo (VI) - CJF (art. 20, incisos I, II e III da LRF)	398.970.059,97	0,024639
Limite Prudencial (VII) = 0,95 x VI (parágrafo único do art. 22 da LRF)	379.021.556,97	0,023407
Limite de Alerta (VIII) = 0,90 x VI (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	359.073.053,97	0,022175

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial - UG 090026: Secretaria do CJF | Portaria STN/MF nº 2.804, de 15/09/2026 (RCL) | Gerado em 21/09/2026

Nota: Nos demonstrativos do primeiro e do segundo quadrimestre, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo.

Nota explicativa: em atendimento ao Ofício-Circular n. 0915819/CJF, de 22/09/2026, e ao entendimento fixado no Acórdão n. 799/2024-Plenário do TCU, a Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição, Atribuição ou Ofício (GECJAO, rubrica 113030), no valor de R$ 3.006,26 mensais em maio, julho e agosto de 2026 (em junho de 2026, somada a outra indenização por demissão, totalizando R$ 45.174,08 no mês), foi reclassificada da linha "Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária" (Despesas Não Computadas, II) para a linha "Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis" (Pessoal Ativo, Despesa Bruta com Pessoal, I), no total de R$ 12.025,04 no quadrimestre, não obstante permanecer classificada no elemento de despesa 33.90.94 até a criação de subelemento específico pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota explicativa complementar: pelos mesmos fundamentos do Acórdão n. 799/2024-Plenário do TCU, embora não expressamente citada no Ofício-Circular n. 0915819/CJF, a Indenização RES/CJF 965 (Funções Relevantes Singulares, rubrica 113007), no valor de R$ 192.099,21 em setembro de 2025 e R$ 202.467,05 em outubro de 2025, foi igualmente reclassificada da linha "Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária" (Despesas Não Computadas, II) para a linha "Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis" (Pessoal Ativo, Despesa Bruta com Pessoal, I), no total de R$ 394.566,26, por, no entendimento da DICOB, também não configurar despesa de natureza indenizatória destinada à recomposição patrimonial do servidor, mas contraprestação extraordinária não abrangida pela remuneração mensal.

ALESSANDRO GARCIA VIEIRA
Diretor-Geral

Antônio Humberto Brito
Secretário de Administração

Angelita da Mota Ayres Rodrigues
Secretária de Auditoria Adjunto

Documento assinado eletronicamente por **Antonio Humberto Machado de Sousa Brito**, **Secretário(a) - Secretaria de Administração**, em 24/09/2026, às 16:40, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Angelita da Mota Ayres Rodrigues**, **Secretário(a) Adjunto(a) - Secretária de Auditoria**, em 24/09/2026, às 17:44, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Garcia Vieira**, **Diretor(a)-Geral do Conselho da Justiça Federal**, em 24/09/2026, às 21:37, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0917440** e o código CRC **D8E6B84E**.

Outlook

ENC: Comunica a publicação do RGF do 2º quadrimestre 2026- TRF1 da 1ª Região - Ofício Presi 2319/2026 e Ato Presi n. 1219/2026

De Presidência <presidente@senado.leg.br>
Data Qui, 01/10/2026 17:47
Para Rivania Selma de Campos Ferreira <RSELMA@senado.leg.br>

2 anexos (746 KB)
Ato_Presi_1219..pdf; Ofício Presi 2319.pdf;

Atenciosamente,
--
Marcelo Frota
Senado Federal
Presidência – Administração
Edifício Principal – Ala Antônio Carlos Magalhães, Gabinete 01
70165-900 Brasília – DF
Telefone: + 55 (61) 3303-4742

"Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente."

De: SECAU-TRF1-Secretaria de Auditoria Interna <secau@trf1.jus.br>
Enviada em: quinta-feira, 1 de outubro de 2026 15:13
Para: Presidência <presidente@senado.leg.br>
Cc: Marília André da Silva Meneses Graça <marilia.meneses@trf1.jus.br>; DIAUD-TRF1-Divisão de Auditoria de Gestão Administrativa <diaud@trf1.jus.br>; Luiz Henrique Gomes Monteiro <luiz.monteiro@trf1.jus.br>; Vinícius Luiz dos Santos Freitas <vinicius.freitas@trf1.jus.br>
Assunto: ENC: Comunica a publicação do RGF do 2º quadrimestre 2026- TRF1 da 1ª Região - Ofício Presi 2319/2026 e Ato Presi n. 1219/2026

Senhor Chefe de Gabinete da Presidência do Senado Federal,

Por ordem da diretora da Secretaria de Auditoria Interna, encaminho, em anexo, os documentos abaixo relacionados para comunicar a publicação do **Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre/2026 do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, conforme determinam o art. 59 da Lei Complementar 101/2000 e o inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000, em conformidade com as orientações do TCU.

- Ofício Presi/TRF1 n. 2319/2026;
- Ato Presi n. 1219/2026.

Solicito a gentileza de confirmar o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

Raimunda Darc Lopes Lima
SUPERVISOR(A) DE SEÇÃO– tr301188
Tribunal Regional da Primeira Região – TRF1
Secau – Secretaria de Auditoria Interna
Telefone: (61) 3410-3361
raimunda.lima@trf1.ius.br

Esta mensagem e seus anexos são destinados exclusivamente ao(s) seu(s) destinatário(s) e podem conter informações confidenciais e/ou legalmente privilegiadas. A divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de uso não autorizado de tais informações são proibidas e podem ser ilegais, sujeitando-se o responsável às penalidades cabíveis. O remetente utiliza o correio eletrônico no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo o Tribunal de qualquer responsabilidade por utilização indevida. Caso não seja o destinatário desta mensagem, solicitamos a gentileza de notificar o remetente e eliminá-la imediatamente

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

OFÍCIO PRESI 2319/2026

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente
Congresso Nacional
Brasília/DF

Ref.: Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre/2026

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, referente ao 2º Quadrimestre de 2026, foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 28/09/2026, p. 230 e 231, tendo sido elaborado de acordo com os termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União.

Encaminho à Vossa Excelência a publicação do Ato Presi-TRF 1219, de 25 de setembro de 2026 (doc.25986430), que aprovou o Relatório em referência, conforme exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atenciosamente,

Desembargadora Federal ***Maria do Carmo Cardoso***
Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Documento assinado eletronicamente por **Maria do Carmo Cardoso**, **Presidente do TRF - 1ª Região**, em 30/09/2026, às 19:01 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf1.jus.br/autenticidade informando o código verificador **25987820** e o código CRC **F853A121**.


2025
PRÊMIO
CNJ DE
QUALIDADE
Ouro

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ATO PRESI 1219/2026

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o constante nos autos do PAe 0032463-75.2026.4.01.8000, RESOLVE:

Aprovar, *ad referendum* do Conselho de Administração, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exigido pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, referente ao 2º Quadrimestre de 2026, na forma do Anexo 25954383, bem como autorizar sua publicação no Diário Oficial da União e na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida Lei.

Desembargadora Federal **MARIA DO CARMO CARDOSO**
Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Documento assinado eletronicamente por **Maria do Carmo Cardoso**, **Presidente do TRF - 1ª Região**, em 25/09/2026, às 14:40 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf1.jus.br/autenticidade informando o código verificador **25954368** e o código CRC **9E4D0EF3**.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

OFÍCIO TRF2 2035504

Rio de Janeiro, data da assinatura eletrônica.

Excelentíssimo Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
Brasília - DF

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, sirvo-me do presente para encaminhar a Portaria PRES/TRF2 nº 483, de 24 de setembro de 2026, que aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 2º Quadrimestre do exercício de 2026, publicada no Diário Oficial da União de 29 de setembro de 2026, Seção 1, conforme determina o artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000.

No ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Documento assinado eletronicamente por **LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO**, **Presidente**, em 29/09/2026, às 18:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2035504** e o código CRC **AB6D3AD2**.

Publicações Eletrônicas em 29/09/2026
DOU de 29/09/2026, seção Seção 1, página 102

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PORTARIA PRES/TRF2 Nº 483, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e considerando, ainda, o que consta no Processo nº 0009920-51.2026.4.02.8000, RESOLVE:

APROVAR o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2026, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio eletrônico, conforme previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Presidente

Documento assinado eletronicamente por **LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO, Presidente**, em 24/09/2026, às 19:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2028881** e o código CRC **71BBBE48**.

Criado por AHW, versão 4 por LOU em 24/09/2026 19:02:43.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º e 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	171.897.756,83	188.567.360,44	274.012.897,40	179.028.570,29	254.585.251,21	181.586.818,67	192.527.116,19	189.487.419,60	191.447.680,15	185.456.298,67	195.956.460,13	195.008.006,33	2.399.561.635,91	8.795.693,29
Pessoal Ativo	134.925.414,61	149.365.262,73	216.396.436,00	139.532.660,18	198.226.015,00	143.277.527,72	152.581.444,67	151.502.476,28	151.438.902,27	146.234.093,94	155.019.176,99	153.760.044,70	1.892.259.455,09	7.816.727,98
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	113.118.825,35	127.703.301,27	173.375.302,91	117.822.271,75	176.399.255,67	121.449.768,71	130.814.823,71	129.730.656,68	127.828.111,73	123.727.245,77	131.062.003,46	129.824.290,40	1.602.855.857,41	7.181.598,65
Obrigações Patronais	21.806.589,26	21.661.961,46	43.021.133,09	21.710.388,43	21.826.759,33	21.827.759,01	21.766.620,96	21.771.819,60	23.610.790,54	22.506.848,17	23.957.173,53	23.935.754,30	289.403.597,68	635.129,33
Pessoal Inativo e Pensionistas	36.972.342,22	39.202.097,71	57.616.461,40	39.495.910,11	56.359.236,21	38.309.290,95	39.945.671,52	37.984.943,32	40.008.777,88	39.222.204,73	40.937.283,14	41.247.961,63	507.302.180,82	978.965,31
Aposentadorias, Reserva e Reformas	30.332.786,14	32.157.104,23	47.421.507,54	32.327.407,38	46.509.265,81	31.362.858,34	32.758.753,05	31.238.680,59	33.087.667,85	32.268.951,99	33.906.303,69	33.854.402,51	417.225.689,12	574.869,78
Pensões	6.639.556,08	7.044.993,48	10.194.953,86	7.168.502,73	9.849.970,40	6.946.432,61	7.186.918,47	6.746.262,73	6.921.110,03	6.953.252,74	7.030.979,45	7.393.559,12	90.076.491,70	404.095,53
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	37.198.872,45	39.271.846,59	51.837.035,45	1.110.136,89	63.960.246,43	40.076.131,81	40.012.662,74	38.017.249,72	39.262.101,02	39.287.782,74	40.346.147,54	40.326.757,99	470.706.971,37	4.731.158,47
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	61.350,14	0,00	0,00	86.527,58		10.187,54	5.170,67	13.979,44	0,00	758.740,49	8.220,63	0,00	944.176,49	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	177.834,60	178.459,55	271.950,84	69.224,27	104.166,70	89.468,31	86.491,90	93.465,14	95.638,20	49.722,67	57.397,42	53.614,00	1.327.433,60	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	96.056,16	0,00	0,00	0,00	7.630.778,20	1.810.765,49	114.086,23	110.397,57	110.430,66	205.063,45	291.194,95	8.146,16	10.376.918,87	4.196.553,47
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	36.863.631,55	39.093.387,04	51.565.084,61	954.385,04	56.225.301,53	38.165.710,47	39.806.913,94	37.799.407,57	39.056.032,16	38.274.256,13	39.989.334,54	40.264.997,83	458.058.442,41	534.605,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	134.698.884,38	149.295.513,85	222.175.861,95	177.918.433,40	190.625.004,78	141.510.686,86	152.514.453,45	151.470.169,88	152.185.579,13	146.168.515,93	155.610.312,59	154.681.248,34	1.928.854.664,54	4.064.534,82

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	1.932.919.199,36	0,119370%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.157.828.613,54	0,256773%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.949.937.182,86	0,243934%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.742.045.752,18	0,231096%

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: ACON/DG/TRF2, Data e hora da emissão: 18/9/2026, as 19h

Nota 1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota 2) Limite máximo fixado pela Resolução CJF 250/2013, com redação dada pela Resolução CJF 758/2022.

Nota 3) Do resultado da consulta do Tesouro Gerencial, foram excluídos os seguintes valores referentes à Grat. Exerc. Cum. Jurisdição, Atribuição ou Ofício (GECJAO) e à Parc. Val. Tempo de Antiguidade na Carreira (PVTAC), instituídas pela Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 14, de 7 de abril de 2026, conforme abaixo:

Na linha "Indenizações por Demissão e incentivos à Demissão Voluntária": Maio 2026 - 7.685.661,91; Junho 2026 - 7.734.029,47; Julho 2026 - 7.690.406,29; Agosto 2026 - 7.717.719,64; e

Na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" : Maio 2026 - 762.633,93; Junho 2026 - 752.695,63; Julho 2026 - 752.695,63; Agosto 2026 -787.710,83.

RAPHAEL JUNGER DA SILVA

Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO

Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO

Diretor-Geral

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1 ISSN 1677-7042 Nº 184, terça-feira, 29 de setembro de 2026

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PORTARIA PRES/TRF2 Nº 483, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e considerando, ainda, o que consta no Processo nº 0009920-51.2026.4.02.8000, resolve:

APROVAR o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2026, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio eletrônico, conforme previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º e 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	171.897.756,83	188.567.360,44	274.012.897,40	179.028.570,29	254.585.251,21	181.586.818,67	192.527.116,19	189.487.419,60	191.447.680,15	185.456.298,67	195.956.460,13	195.008.006,33	2.399.561.635,91	8.795.693,29
Pessoal Ativo	134.925.414,61	149.365.262,73	216.396.436,00	139.532.660,18	198.226.015,00	143.277.527,72	152.581.444,67	151.502.476,28	151.438.902,27	146.234.093,94	155.019.176,99	153.760.044,70	1.892.259.455,09	7.816.727,98
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	113.118.825,35	127.703.301,27	173.375.302,91	117.822.271,75	176.399.255,67	121.449.768,71	130.814.823,71	129.730.656,68	127.828.111,73	123.727.245,77	131.062.003,46	129.824.290,40	1.602.855.857,41	7.181.598,65
Obrigações Patronais	21.806.589,26	21.661.961,46	43.021.133,09	21.710.388,43	21.826.759,33	21.827.739,01	21.766.620,96	21.771.819,60	23.610.790,54	22.506.846,17	23.957.173,53	23.935.754,30	289.403.597,68	635.129,33
Pessoal Inativo e Pensionistas	36.972.342,22	39.202.097,71	57.616.461,40	39.495.910,11	56.359.236,21	38.309.290,95	39.945.671,52	37.984.943,32	40.008.777,68	39.222.204,73	40.937.283,14	41.247.961,63	507.302.180,82	978.965,31
Aposentadorias, Reserva e Reformas	30.332.786,14	32.157.104,23	47.421.507,54	32.327.407,38	46.509.265,81	31.362.858,34	32.758.753,05	31.238.680,59	33.087.667,85	32.268.951,99	33.906.303,69	33.854.402,51	417.225.689,12	574.869,78
Pensões	6.639.556,08	7.044.993,48	10.194.953,86	7.168.502,73	9.849.970,40	6.946.432,61	7.186.918,47	6.745.262,73	6.921.110,03	6.953.252,74	7.030.979,45	7.393.559,12	90.076.491,70	404.095,53
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	37.198.872,45	39.271.846,59	51.837.035,45	1.110.136,89	63.960.246,43	40.076.131,81	40.012.662,74	38.017.249,72	39.262.101,02	39.287.782,74	40.346.147,54	40.326.757,99	470.706.971,37	4.731.158,47
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	61.350,14	0,00	0,00	86.527,58		10.187,54	5.170,67	13.979,44	0,00	758.740,49	8.220,63	0,00	944.176,49	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	177.834,60	178.459,55	271.950,84	69.224,27	104.166,70	89.466,31	86.491,90	93.465,14	95.638,20	49.722,67	57.397,42	53.614,00	1.327.433,60	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	96.056,16	0,00	0,00	0,00	7.630.778,20	1.810.765,49	114.086,23	110.397,57	110.430,66	205.063,45	291.194,95	8.146,16	10.376.918,87	4.196.553,47
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	36.863.631,55	39.093.387,04	51.565.084,61	954.385,04	56.225.301,53	38.165.710,47	39.806.913,94	37.799.407,57	39.056.032,16	38.274.256,13	39.989.334,54	40.264.997,83	458.058.442,41	534.605,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	134.698.884,38	149.295.513,85	222.175.861,95	177.918.433,40	190.625.004,78	141.510.686,86	152.514.453,45	151.470.169,88	152.185.579,13	146.168.515,93	155.610.312,59	154.681.248,34	1.928.854.664,54	4.064.534,82

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	1.932.919.199,36	0,119370%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.157.828.613,54	0,256773%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.949.937.182,86	0,243934%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.742.045.752,18	0,231096%

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: ACON/DG/TRF2, Data e hora da emissão: 18/9/2026, as 19h

Nota 1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota 2) Limite máximo fixado pela Resolução CJF 250/2013, com redação dada pela Resolução CJF 758/2022.

Nota 3) Do resultado da consulta do Tesouro Gerencial, foram excluídos os seguintes valores referentes à Grat. Exerc. Cum. Jurisdição, Atribuição ou Ofício (GECJAO) e à Parc. Val. Tempo de Antiguidade na Carreira (PVTAC), instituídas pela Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 14, de 7 de abril de 2026, conforme abaixo:

Na linha "Indenizações por Demissão e incentivos à Demissão Voluntária": Maio 2026 - 7.685.661,91; Junho 2026 - 7.734.029,47; Julho 2026 - 7.690.406,29; Agosto 2026 - 7.717.719,64; e

Na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" : Maio 2026 - 762.633,93; Junho 2026 - 752.695,63; Julho 2026 - 752.695,63; Agosto 2026 -787.710,83.

RAPHAEL JUNGER DA SILVA
Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO
Diretor-Geral

Outlook

ENC: TRF3 RGF 2026 1Q - Ofício Pres 13555704 ref. Relatório de Gestão Fiscal 2.º quadrimestre de 2026

De Presidência <presidente@senado.leg.br>
Data Qua, 30/09/2026 17:29
Para Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>

4 anexos (436 KB)

Ofício PRES ao CONGRESSO NACIONAL RGF 2026 2Q.pdf; Declaracao_Siconfi_RGF_2026_2Q.pdf; DOU, Seção 1, Ed 184, de 29SET2006, p 103.pdf; Recibo_Siconfi_RGF_2026_2Q_.pdf;

Atenciosamente,
--
Marcelo Frota
Senado Federal
Presidência – Administração
Edifício Principal – Ala Antônio Carlos Magalhães, Gabinete 01
70165-900 Brasília – DF
Telefone: + 55 (61) 3303-4742

"Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente."

De: TRF3 - SECAO DE CONTABILIDADE - RCOB <RCOB@trf3.jus.br>
Enviada em: quarta-feira, 30 de setembro de 2026 15:05
Para: Presidência <presidente@senado.leg.br>; Sen. Davi Alcolumbre <sen.davialcolumbre@senado.leg.br>; Gabinete Presidência Senado Federal <presidencia@senado.leg.br>
Assunto: TRF3 RGF 2026 1Q - Ofício Pres 13555704 ref. Relatório de Gestão Fiscal 2.º quadrimestre de 2026

Ao Congresso Nacional

Senhor Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre,

Servimo-nos desta mensagem para, de ordem, encaminhar a Vossa Excelência o Ofício PRES nº 13555704, por meio do qual encaminha-se, também, a Resolução CATRF3R nº 246/2026 e respectivos Anexos, que aprovou o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3.ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2026, nos termos previstos pela Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000.

Solicitamos os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de determinar que seja acusado o recebimento.

Respeitosamente,

Divisão de Contabilidade do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região
Av. Paulista, n.º 1842 - Torre Sul - Bela Vista - São Paulo - SP

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

OFÍCIO PRES - 13555704 - PRESI/DIRG/SOFI/DCOT

São Paulo, 29 de setembro de 2026.

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 5.º, inciso I, da Lei n.º 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1.º e 2.º Graus da 3.ª Região, referente ao 2.º quadrimestre de 2026.

Aproveito o ensejo para externar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Desembargador Federal LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO
Presidente do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região

Documento assinado eletronicamente por **Luis Antonio Johonsom Di Salvo**, **Desembargador Federal Presidente**, em 30/09/2026, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **13555704** e o código CRC **CEFED8CF**.

Excelentíssimo Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
Brasília/DF

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Tribunal Regional Federal - 3ª Região (Poder Judiciário)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2026
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	238.538.854,11	259.583.157,24	380.786.566,02	246.930.734,91	360.927.700,21	250.743.558,40	273.035.532,70	260.630.729,27	264.320.970,88	262.937.064,63	274.931.595,41	274.356.088,64	3.347.722.552,42	7.934.479,85
Pessoal Ativo	192.010.175,00	210.010.732,20	309.038.498,85	198.592.796,87	290.244.066,98	202.716.610,31	222.511.475,46	212.887.361,14	214.399.347,89	212.402.252,94	222.759.032,05	221.315.355,63	2.708.887.705,32	7.934.479,85
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	161.765.831,97	179.860.555,65	248.795.918,05	168.375.918,18	258.561.152,90	172.185.855,76	191.404.958,43	182.000.903,95	182.128.601,70	180.123.707,23	188.875.765,78	187.629.249,93	2.301.708.419,53	7.913.085,38
Obrigações Patronais	30.244.343,03	30.150.176,55	60.242.580,80	30.216.878,69	31.682.914,08	30.530.754,55	31.106.517,03	30.886.457,19	32.270.746,19	32.278.545,71	33.883.266,27	33.686.105,70	407.179.285,79	21.394,47
Pessoal Inativo e Pensionistas	46.528.679,11	49.572.425,04	71.748.067,17	48.337.938,04	70.683.633,23	48.026.948,09	50.524.057,24	47.743.368,13	49.921.622,99	50.534.811,69	52.172.563,36	53.040.733,01	638.834.847,10	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	40.903.644,63	43.752.729,26	63.110.298,46	42.201.974,74	62.253.579,75	41.933.150,59	44.400.144,81	41.965.184,72	44.085.488,40	44.731.086,47	46.186.535,41	46.783.656,71	562.307.473,95	0,00
Pensões	5.625.034,48	5.819.695,78	8.637.768,71	6.135.963,30	8.430.053,48	6.093.797,50	6.123.912,43	5.778.183,41	5.836.134,59	5.803.725,22	5.986.027,95	6.257.076,30	76.527.373,15	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	46.312.506,60	49.345.144,60	60.032.563,21	9.349.297,48	70.385.859,10	47.802.888,31	50.364.735,63	47.545.063,05	48.753.482,28	49.327.786,37	51.053.822,51	52.343.231,35	582.616.380,49	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.373,21	0,00	4.032,78	-7.681,32	80.525,97	88.535,24	194.785,88	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	105.320,74	103.455,06	168.312,05	100.080,32	219.018,87	146.201,90	147.382,32	159.090,12	143.407,33	141.210,76	140.837,72	104.535,12	1.678.852,31	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	215.440,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215.440,75	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	46.207.185,86	49.241.689,54	59.864.251,16	9.033.776,41	70.166.840,23	47.656.686,41	50.187.980,10	47.385.972,93	48.606.042,17	49.194.256,93	50.832.458,82	52.150.160,99	580.527.301,55	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	192.226.347,51	210.238.012,64	320.754.002,81	237.581.437,43	290.541.841,11	202.940.670,09	222.670.797,07	213.085.666,22	215.567.488,60	213.609.278,26	223.877.772,90	222.012.857,29	2.765.106.171,93	7.934.479,85

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Tribunal Regional Federal - 3ª Região (Poder Judiciário)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2026
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	2.773.040.651,78	0,171253
LIMITE MÁXIMO (VI) (inciso I, II e III do art. 20 da LRF)	5.755.959.628,14	0,355468
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.468.161.646,73	0,337695
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	5.180.363.665,33	0,319921

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	FONTE: Sistema: SIAFI - Tesouro Gerencial; Unidade Responsável: Divisão de Contabilidade; Data da emissão: 17/set/2026 e; hora de emissão: 14h02. NOTAS: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos e; 2. No item "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração", conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 15ª Edição, versão 6, de 16/09/2025 (p.524), foram processadas as exclusões das despesas somente daquelas correspondentes aos meses do exercício de 2025 que integram o período de apuração do RGF. Com relação aos meses do exercício de 2026, somente serão excluídos por ocasião da elaboração do RGF do 3º quadrimestre de 2026. 3. Entre os meses de maio e agosto de 2026 foram abatidos R$ 46.177.134,21 da linha “Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária” e R$ 3.295.873,91 da linha “Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados”, referentes às despesas com as rubricas “Parcela indenizatória de valorização por tempo de antiguidade na carreira (PVTAC)” e “Gratificação por exercício cumulativo de jurisdição, atribuição ou ofício (GECJAO)”, conforme orientações do OFÍCIO-CIRCULAR N. 0915819/CJF.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Tribunal Regional Federal - 3ª Região (Poder Judiciário)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2026
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Tribunal Regional Federal - 3ª Região (Poder Judiciário)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2026
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (VI) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (IX) (%)	
Excedente em 2021 (X) = (IX - VI) (%)	
Redutor anual (XI) = (0,10 x X) (%)	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Tribunal Regional Federal - 3ª Região (Poder Judiciário)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2026
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA DE PESSOAL (IV)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)												
% DTP (V / IV)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Tribunal Regional Federal - 3ª Região (Poder Judiciário)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2026
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by THALES FERNANDO DE CAMPOS PISSOLATO:30256114803
Date: 2026.09.29 16:53:00 BRT
Reason: Perfil: Responsável pelo Controle Interno
Location: Instituição: Tribunal Regional Federal - 3ª Região

Assinatura: 2

Digitally signed by JEANE REIS ALVES:15743094802
Date: 2026.09.29 16:58:17 BRT
Reason: Perfil: Responsável pela Administração Financeira
Location: Instituição: Tribunal Regional Federal - 3ª Região

Assinatura: 3

Digitally signed by LUIS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO:000010042
Date: 2026.09.29 18:31:55 BRT
Reason: Perfil: Titular do Poder Judiciário
Location: Instituição: Tribunal Regional Federal - 3ª Região

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1 ISSN 1677-7042 Nº 184, terça-feira, 29 de setembro de 2026

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

SECRETARIA DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA

RESOLUÇÃO CATRF3R Nº 246, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3.ª REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, "ad referendum",

CONSIDERANDO o disposto no art. 54 da Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000, e no art. 1º da Resolução n.º 250, de 19/8/2013, do Conselho da Justiça Federal; resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3.ª Região, referente ao 2.º quadrimestre de 2026, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da Internet, consoante previsto no art. 55, § 2.º, da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
setembro/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	238.538.854,11	259.583.157,24	380.786.566,02	246.930.734,91	360.927.700,21	250.743.558,40	273.035.532,70	260.630.729,27	264.320.970,88	262.937.064,63	274.931.595,41	274.356.088,64	3.347.722.552,42	7.934.479,85
Pessoal Ativo	192.010.175,00	210.010.732,20	309.038.498,85	198.592.796,87	290.244.066,98	202.716.610,31	222.511.475,46	212.887.361,14	214.399.347,89	212.402.252,94	222.759.032,05	221.315.355,63	2.708.887.705,32	7.934.479,85
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	161.765.831,97	179.860.555,65	248.795.918,05	168.375.918,18	258.561.152,90	172.185.855,76	191.404.958,43	182.000.903,95	182.128.601,70	180.123.707,23	188.875.765,78	187.629.249,93	2.301.708.419,53	7.913.085,38
Obrigações Patronais	30.244.343,03	30.150.176,55	60.242.580,80	30.216.878,69	31.682.914,08	30.530.754,55	31.106.517,03	30.886.457,19	32.270.746,19	32.278.545,71	33.883.266,27	33.686.105,70	407.179.285,79	21.394,47
Pessoal Inativo e Pensionistas	46.528.679,11	49.572.425,04	71.748.067,17	48.337.938,04	70.683.633,23	48.026.948,09	50.524.057,24	47.743.368,13	49.921.622,99	50.534.811,69	52.172.563,36	53.040.733,01	638.834.847,10	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	40.903.644,63	43.752.729,26	63.110.298,46	42.201.974,74	62.253.579,75	41.933.150,59	44.400.144,81	41.965.184,72	44.085.488,40	44.731.086,47	46.186.535,41	46.783.656,71	562.307.473,95	0,00
Pensões	5.625.034,48	5.819.695,78	8.637.768,71	6.135.963,30	8.430.053,48	6.093.797,50	6.123.912,43	5.778.183,41	5.836.134,59	5.803.725,22	5.986.027,95	6.257.076,30	76.527.373,15	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	46.312.506,60	49.345.144,60	60.032.563,21	9.349.297,48	70.385.859,10	47.802.888,31	50.364.735,63	47.545.063,05	48.753.482,28	49.327.786,37	51.053.822,51	52.343.231,35	582.616.380,49	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.373,21	0,00	4.032,78	-7.681,32	80.525,97	88.535,24	194.785,88	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	105.320,74	103.455,06	168.312,05	100.080,32	219.018,87	146.201,90	147.382,32	159.090,12	143.407,33	141.210,76	140.837,72	104.535,12	1.678.852,31	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	215.440,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215.440,75	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	46.207.185,86	49.241.689,54	59.864.251,16	9.033.776,41	70.166.840,23	47.656.686,41	50.187.980,10	47.385.972,93	48.606.042,17	49.194.256,93	50.832.458,82	52.150.160,99	580.527.301,55	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	192.226.347,51	210.238.012,64	320.754.002,81	237.581.437,43	290.541.841,11	202.940.670,09	222.670.797,07	213.085.666,22	215.567.488,60	213.609.278,26	223.877.772,90	222.012.857,29	2.765.106.171,93	7.934.479,85

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	2.773.040.651,78	0,171253%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.755.959.628,14	0,355468%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.468.161.646,74	0,337695%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.180.363.665,33	0,319921%

FONTE: Sistema: SIAFI - Tesouro Gerencial; Unidade Responsável: Divisão de Contabilidade; Data da emissão: 17/set/2026 e; hora de emissão: 14h02.
NOTAS:1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos e;
2. No item "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração", conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 15ª Edição, versão 6, de 16/09/2025 (p.524), foram processadas as exclusões das despesas somente daquelas correspondentes aos meses do exercício de 2025 que integram o período de apuração do RGF. Com relação aos meses do exercício de 2026, somente serão excluídos por ocasião da elaboração do RGF do 3º quadrimestre de 2026.
3. Entre os meses de maio e agosto de 2026 foram abatidos R$ 46.177.134,21 da linha "Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária" e R$ 3.295.873,91 da linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados", referentes às despesas com as rubricas "Parcela indenizatória de valorização por tempo de antiguidade na carreira (PVTAC)" e "Gratificação por exercício cumulativo de jurisdição, atribuição ou ofício (GECJAO)", conforme orientações do OFÍCIO-CIRCULAR N. 0915819/CJF.

JEANE REIS ALVES
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

THALES FERNANDO DE CAMPOS PISSOLATO
Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

WESLEY DOS SANTOS
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS - www.trf4.jus.br

OFÍCIO - 8658236 - TRF4

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao disposto na Lei 10.028/2000, artigo 5º, inciso I, e às prerrogativas insculpidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus da 4ª Região, referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2026, publicado no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2026 - Edição 183, Seção 1, Página 231, por meio da Resolução 750 (8649988), anexa.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA**, **Presidente**, em 29/09/2026, às 18:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php informando o código verificador **8658236** e o código CRC **9E883C6C**.

00100.189932/2026-10 - 00100.189932/2026-10-1 (ANEXO: 001)

Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	43.557.038,68	43.362.076,46	47.772.906,71	14.750.753,44	65.731.205,04	44.464.608,27	46.771.801,28	44.193.806,85	46.061.537,56	46.277.924,45	48.690.505,52	48.835.576,93	540.469.741,19	72.810,63
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	237.152,38	794.839,43	190.524,35	197.582,03	0,00	150.297,60	321.835,75	96.682,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.988.913,57	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	138.349,74	-1.390,96	68.773,17	1.238.514,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.444.246,76	72.810,63
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	43.181.536,56	42.568.627,99	47.513.609,19	13.314.656,60	65.731.205,04	44.314.310,67	46.449.965,53	44.097.124,82	46.061.537,56	46.277.924,45	48.690.505,52	48.835.576,93	537.036.580,86	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	185.118.662,61	203.118.320,78	309.024.170,49	220.499.463,26	269.338.207,07	194.086.196,60	204.445.091,59	202.728.432,16	210.761.190,97	202.665.742,48	209.918.978,08	208.695.720,44	2.620.400.176,53	9.397.718,53

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	2.629.797.895,06	0,162407%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.609.157.299,98	0,346402%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.328.699.434,98	0,329082%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.048.241.569,98	0,311762%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial. Unidade Responsável: Divisão de Análise Contábil - Dicoc/Secor, 22/9/2026, 11h38
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
2. Os restos a pagar no total de R$ 9.397.718,53 representa o valor líquido, após cancelamentos em 2026, no total de R$ 322.101,25.
3. Não deduzidas as despesas do ED 94, a partir de maio, haja vista impossibilidade de segregação no Siafi das despesas da Resolução Conjunta CNJ/CNMP 14/2026.

ALDENES ALMEIDA MACHADO
Diretora da Divisão de Análise Contábil

MARÍLIA ANDRÉ DA SILVA MENEZES GRAÇA
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

ADELSON VIEIRA TORRES
Diretor da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 750, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação e publicação do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2026.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o constante no Processo Administrativo 0004805-92.2026.4.04.8000, ad referendum do Conselho de Administração, e em atendimento ao disposto no artigo 54 da Lei Complementar 101/2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2026, bem como autorizar a sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante o previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	203.627.299,40	223.420.787,18	322.983.956,62	207.125.162,34	310.780.208,25	210.162.230,68	228.739.979,53	224.925.383,90	219.126.545,29	223.308.559,65	230.334.596,51	231.937.436,25	2.836.472.145,60	5.885.071,66
Pessoal Ativo	166.417.526,50	184.146.531,44	265.979.104,24	169.050.205,07	254.851.691,59	171.901.368,65	188.526.452,66	187.043.831,41	180.214.998,70	184.232.391,07	189.155.752,76	189.169.324,94	2.330.689.179,03	5.123.568,56
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	141.975.378,68	159.525.928,58	217.205.910,38	144.714.275,62	229.499.893,07	147.652.215,84	163.957.497,75	162.496.549,37	154.301.831,25	158.281.568,36	162.238.987,63	162.239.639,46	2.004.089.675,99	5.015.888,00
Obrigações Patronais	24.442.147,82	24.620.602,86	48.773.193,86	24.335.929,45	25.351.798,52	24.249.152,81	24.568.954,91	24.547.282,04	25.913.167,45	25.950.822,71	26.916.765,13	26.929.685,48	326.599.503,04	107.680,56
Pessoal Inativo e Pensionistas	37.209.772,90	39.274.255,74	57.004.852,38	38.074.957,27	55.928.516,66	38.260.862,03	40.213.526,87	37.881.552,49	38.911.546,59	39.076.168,58	41.178.843,75	42.768.111,31	505.782.966,57	761.503,10
Aposentadorias, Reserva e Reformas	32.673.179,83	34.527.634,02	50.076.339,35	33.395.959,80	49.076.314,20	33.518.224,31	35.327.394,82	33.222.683,15	34.026.360,41	34.144.448,50	36.130.256,19	37.520.035,86	443.638.830,44	551.084,79
Pensões	4.536.593,07	4.746.621,72	6.928.513,03	4.678.997,47	6.852.202,46	4.742.637,72	4.886.132,05	4.658.869,34	4.885.186,18	4.931.720,08	5.048.587,56	5.248.075,45	62.144.136,13	210.418,31
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	36.266.866,13	38.166.584,71	31.626.407,98	5.970.793,93	54.117.404,41	37.543.978,58	39.068.206,52	36.926.724,13	37.495.639,36	37.660.390,04	39.763.065,21	41.352.332,77	435.958.393,77	160.873,12
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	283.033,55	119.598,76	143.917,06	394.092,36	79.887,16	743.595,08	269.655,94	472.782,58	0,00	0,00	0,00	0,00	2.506.562,49	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

00100.189932/2026-10 - 00100.189932/2026-10-1 (ANEXO: 001)

Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	666.053,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666.053,36	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	35.983.832,58	38.046.985,95	31.482.490,92	4.910.648,21	54.037.517,25	36.800.383,50	38.798.550,58	36.453.941,55	37.495.639,36	37.660.390,04	39.763.065,21	41.352.332,77	432.785.777,92	160.873,12
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	167.360.433,27	185.254.202,47	291.357.548,64	201.154.368,41	256.662.803,84	172.618.252,10	189.671.773,01	187.998.659,77	181.630.905,93	185.648.169,61	190.571.531,30	190.585.103,48	2.400.513.751,83	5.724.198,54

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	2.406.237.950,37	0,148601%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.952.238.741,47	0,305833%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.704.626.804,40	0,290541%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.457.014.867,33	0,275250%

FONTE: TESOURO GERENCIAL, DIRFIC/AUDITORIA, 14/09/2026 16:00 hs

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

Nota[1] - No item " Obrigações Patronais", estão incluídos os valores correspondentes ao elemento de despesa 07- Contribuição Patronal a Entidade de Previdência Privada e 13 - Obrigações Patronais (RPPS e RGPS).

Nota[2] - Nas deduções, não foram efetivadas as exclusões das despesas decorrentes de decisões judiciais de fontes não vinculadas, tendo em vista dificuldades operacionais na apuração da sua competência.

Nota[3]- No mês de março de 2026, foi liquidado na fonte 1056, na natureza 31909291, o valor de R$ 1.898,32 (mil oitocentos e noventa e oito reais e trinta e dois centavos), referente ao pagamento de despesa de exercício anterior de decisão judicial não transitada em julgado à pensionista de servidor da falecido da Seção Judiciária de Santa Catarina (SJSC).

Nota[4] - Nas despesas não computadas, despesas de exercícios anteriores, foram processadas as exclusões das despesas somente daquelas correspondentes aos meses do exercício de 2025 que integram o período de apuração do RGF do 3º quadrimestre de 2025. Com relação aos meses do exercício de 2026, em razão de dificuldades operacionais na apuração da sua competência, os valores somente serão excluídos por ocasião da elaboração do RGF do 3º quadrimestre de 2026.

Nota[5] - Nas despesas não computadas, Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária, a partir de maio de 2026, não foram processadas as exclusões pela dificuldade operacional de segregação entre as despesas que efetivamente são relativas a exoneração ou demissão e as novas despesas de caráter indenizatório criadas recentemente.

ROBERTO CAPELETI
Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade

WOLFGANG STRIEBEL
Diretor de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA TRE-DF Nº 270, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - TRE-DF, referente ao segundo quadrimestre de 2026, período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no inciso III e parágrafo único do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o que consta do Procedimento Administrativo SEI nº 0003945-82.2016.6.07.8100, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026, nos termos do anexo a esta Portaria.

Des. ANGELO PASSARELI

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.132.657,87	8.203.135,76	12.637.918,59	9.918.812,33	11.844.454,99	8.650.318,73	8.322.907,81	8.352.530,20	9.230.779,99	9.014.403,84	10.432.927,13	10.834.713,88	115.575.561,12	586.989,82
Pessoal Ativo	5.556.976,41	5.650.827,75	8.733.959,04	7.312.549,52	8.028.372,77	6.045.387,74	5.689.593,79	5.661.016,28	6.297.902,18	6.242.418,98	7.592.748,17	7.945.299,99	80.757.052,62	303.874,75
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.782.628,98	4.871.797,58	7.189.457,10	6.530.973,33	7.242.605,67	5.272.339,03	4.896.151,44	4.873.343,76	5.518.049,14	5.430.119,25	6.501.368,33	6.877.972,27	69.986.805,88	292.764,05
Obrigações Patronais	774.347,43	779.030,17	1.544.501,94	781.576,19	785.767,1	773.048,71	793.442,35	787.672,52	779.853,04	812.299,73	1.091.379,84	1.067.327,72	10.770.246,74	11.110,70
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.575.681,46	2.552.308,01	3.903.959,55	2.606.262,81	3.816.082,22	2.604.930,99	2.633.314,02	2.691.513,92	2.932.877,81	2.771.984,86	2.840.178,96	2.889.413,89	34.818.508,50	283.115,07
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.888.120,05	1.865.797,16	2.842.585,33	1.918.702,87	2.784.489,37	1.868.660,35	1.894.510,72	1.966.628,16	2.204.402,57	1.996.968,41	2.073.746,90	2.110.745,14	25.415.357,03	139.568,90
Pensões	687.561,41	686.510,85	1.061.374,22	687.559,94	1.031.592,85	736.270,64	738.803,30	724.885,76	728.475,24	775.016,45	766.432,06	778.668,75	9.403.151,47	143.546,17
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.480.472,82	2.457.099,37	1.984.899,87	1.572.132,57	3.673.269,24	2.502.296,09	1.560.478,16	1.544.269,98	1.793.630,90	1.611.697,55	1.620.684,46	1.648.199,92	24.449.130,93	164.167,63
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.956,67	3.956,67	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	170.574,17	-	-	-	-	1.057,55	396,97	-	-	172.028,69	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.480.472,82	2.457.099,37	1.984.899,87	1.401.558,4	3.673.269,24	2.502.296,09	1.560.478,16	1.544.269,98	1.792.573,35	1.611.300,58	1.620.684,46	1.644.243,25	24.273.145,57	164.167,63
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.652.185,05	5.746.036,39	10.653.018,72	8.346.679,76	8.171.185,75	6.148.022,64	6.762.429,65	6.808.260,22	7.437.149,09	7.402.706,29	8.812.242,67	9.186.513,96	91.126.430,19	422.822,19

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	91.549.252,38	0,005654
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	381.546.796,67	0,023563
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	362.469.456,84	0,022385
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	343.392.117,00	0,021207

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CORF/SAO/TRE-DF, emitido em 17/09/2026, às 14h.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração", foram excluídos os valores de R$ 366,51 e R$ 363,16 do mês de junho de 2026, restando R$ 396,97, pois as competências dos referidos valores (novembro e dezembro de 2026, respectivamente) estão contidas no período de apuração deste "Demonstrativo da Despesa com Pessoal".

EUNICE SUEMI KATANIWA
Gestora Financeira

CHRISTIAN EINSTEIN SILVA OLIVEIRA
Coordenador de Auditoria Interna

LÚCIA DE CARVALHO BITAR YUNG-TAY
Diretora-Geral

Des. ANGELO PASSARELI
Presidente do Tribunal

Outlook

ENC: Publicação do Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2026 - TRF 6ª Região

De Presidência <presidente@senado.leg.br>
Data Ter, 29/09/2026 14:29
Para Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>

2 anexos (509 KB)
Extrato de publicação RGF 2º quadr 2026 1.pdf; Ofício TRF6_PRESI 1236_2026_Congresso Nacional.pdf;

Atenciosamente,
--
Marcelo Frota
Senado Federal
Presidência - Administração
Edifício Principal - Ala Antônio Carlos Magalhães, Gabinete 01
70165-900 Brasília - DF
Telefone: + 55 (61) 3303-4742

"Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente."

De: Luiz Guilherme Piva <luiz.piva@trf6.jus.br>
Enviada em: terça-feira, 29 de setembro de 2026 12:29
Para: Presidência <presidente@senado.leg.br>
Cc: Sonia Maria Dos Santos Lopes <sonia.lopes@trf6.jus.br>; Karla Pereira de Lima <karla.lima@trf6.jus.br>
Assunto: Publicação do Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2026 - TRF 6ª Região

Senhor Chefe de Gabinete da Presidência do Senado Federal,

Encaminho a Vossa Senhoria, anexos:

a) o Ofício TRF6 – PRESI 1236/2026; e

b) a Resolução PRESI nº 39, de 23/9/2026, deste TRF da 6ª Região, publicada em 24/9/2026, no DOU, Seção 1, págs. 332 e 333.

Copio, para acompanhamento, Sônia Maria dos Santos Lopes, Diretora do Núcleo de Auditoria de Gestão Administrativa – NUAUG, e Karla Pereira de Lima, supervisora de seção desta SECAU.

Solicito, por gentileza, a confirmação do recebimento deste e-mail e dos anexos mencionados.

Respeitosamente,

Luiz Guilherme Piva
Diretor da Secretaria de Auditoria Interna - SECAU
_____
Tribunal Regional Federal da 6ª Região
(31) 3501-1316

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO
Núcleo de Auditoria de Gestão Administrativa

OFÍCIO TRF6 - PRESI 1236

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Ref.: Relatório de Gestão Fiscal - **2º Quadrimestre de 2026**.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, conforme determinam o art. 59 da Lei Complementar 101/2000 e o inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000, a publicação no Diário Oficial da União, Seção I, de 24/09/2026, págs. 332 e 333, do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, referente ao **2º Quadrimestre de 2026**, elaborado nos termos dos arts. 54 e 55 da referida Lei Complementar.

Encaminho, para conhecimento, cópia da publicação da Resolução Presi 39/2026, doc. 1963977, que aprovou o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

No ensejo, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Desembargador Federal **MIGUEL ANGELO DE ALVARENGA LOPES**
Presidente em exercício

Documento assinado eletronicamente por **Miguel Angelo**, **Presidente do TRF - 6ª Região, em exercício**, em 28/09/2026, às 17:59, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1965069** e o código CRC **7EC48F21**.

Tribunal Regional do Trabalho
1ª Região | Rio de Janeiro

JOSE MARCIO DA SILVA ALMEIDA
29/09/2026 14:00

DIRETORIA-GERAL
Avenida Presidente Antônio Carlos, 251, 14º andar, Centro
Rio de Janeiro/RJ, CEP 20020-010
21-2380-6252 e 2380-6828 (fax) - dg@trtrio.gov.br

Ofício nº 90/2026/TRT-DG

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2026.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional
Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem
Senado Federal - Praça dos Três Poderes
Brasília – DF
CEP: 70.165-900

Assunto: Encaminhamento do RGF – 2º Quadrimestre de 2026

Anexo: Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Ofício Circular CSJT.SG.SEOFI N.º 85/2026, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2026.

Atenciosamente,

José Márcio da Silva Almeida
Diretor-Geral

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	180.108.199,43	198.531.188,60	199.636.516,66	328.149.832,35	238.490.211,21	186.396.281,55	212.727.598,64	188.113.610,46	185.555.564,07	189.386.491,33	198.166.126,34	199.487.162,74	2.504.748.783,38	2.193.149,31
Pessoal Ativo	114.944.073,03	126.962.092,50	127.014.451,21	221.903.289,88	142.098.905,28	120.080.277,42	137.142.791,89	122.106.905,97	118.707.291,57	120.741.282,16	126.847.608,27	127.510.238,09	1.606.059.207,27	2.180.675,21
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	98.139.499,02	110.283.362,49	110.197.052,43	188.502.886,13	125.404.632,49	102.992.520,66	119.582.392,90	104.784.434,18	101.551.473,38	103.588.948,31	108.575.442,55	109.268.219,37	1.382.870.863,91	1.348.666,09
Obrigações Patronais	16.804.574,01	16.678.730,01	16.817.398,78	33.400.403,75	16.694.272,79	17.087.756,76	17.560.398,99	17.322.471,79	17.155.818,19	17.152.333,85	18.272.165,72	18.242.018,72	223.188.343,36	832.009,12
Pessoal Inativo e Pensionistas	65.164.126,40	71.569.096,10	72.622.065,45	106.246.542,47	96.391.305,93	66.316.004,13	75.584.806,75	66.006.704,49	66.848.272,50	68.645.209,17	71.318.518,07	71.976.924,65	898.689.576,11	12.474,10
Aposentadorias, Reserva e Reformas	51.206.024,96	56.489.144,32	56.634.321,81	83.048.400,60	75.520.494,09	51.659.408,82	57.856.811,71	51.765.231,90	52.487.989,56	52.687.404,63	55.735.005,16	56.574.251,39	701.664.488,95	12.474,10
Pensões	13.958.101,44	15.079.951,78	15.987.743,64	23.198.141,87	20.870.811,84	14.656.595,31	17.727.995,04	14.241.472,59	14.360.282,94	15.957.804,54	15.583.512,91	15.402.673,26	197.025.087,16	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
													0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	-3.164,85	-3.670,38	2.187.409,27	3.964.570,14	0,00	0,00	4.859.593,15	-76.600,87	0,00	34.023.897,90	70.175.934,30	67.603.235,47	182.731.204,13	10.258,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	19.121,89	11.308,43	0,00				10.287,12					40.717,44	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração													0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	2.176.100,84	3.349.961,73			4.859.593,15	-86.887,99			133.724,88		10.432.492,61	837,96
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-3.164,85	-22.792,27	0,00	614.608,41						34.023.897,90	70.042.209,42	67.603.235,47	172.257.994,08	9.420,87
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	180.111.364,28	198.534.858,98	197.449.107,39	324.185.262,21	238.490.211,21	186.396.281,55	207.868.005,49	188.190.211,33	185.555.564,07	155.362.593,43	127.990.192,04	131.883.927,27	2.322.017.579,25	2.182.890,48

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**2.324.200.469,73**	**0,143535%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.769.391.632,53	0,294541%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.530.922.050,91	0,279814%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.292.452.469,28	0,265087%

FONTES: Sistema Tesouro Gerencial, Sistema de Pessoal Ergon e SIGEP-JT - CCON/SOF/TRT 1ª Região - 18/09/2026 - 14:19 h

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1) Despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (SPV), executadas por meio de descentralização de crédito, R$ 63.715.806,88. Fonte: Tesouro Gerencial.

2) Despesas com Precatórios da Administração Indireta, executadas por meio de descentralização de crédito, R$ 3.822.323,60. Fonte: Tesouro Gerencial.

3) Despesas com Precatórios da Administração Direta, executadas por meio de descentralização de crédito, R$ 328.814.153,46. Fonte: Tesouro Gerencial.

4) No período de setembro/2025 a agosto/2026, houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados nas seguintes ações: 00S6 - Benefício Especial - Lei n. 12.618, de 2012 (dezembro/2025: R$ 512.597,32), 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União (outubro/2025: R$ 771.300,71 e dezembro/2025: R$ 479.083,44), 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (dezembro/2025: R$ 607.223,20) e 20TP - Ativos Civis da União (dezembro: R$ 315.901,94). Fonte: Tesouro Gerencial.

5) Não foram incluídos no item "Despesas não computadas" os valores liquidados: setembro/2025: R$ 170.901,32; outubro/2025: R$ 146.370,07; novembro/2025: R$ 123.486,97; dezembro/2025: R$ 246.973,94; janeiro/2026: R$ 123.486,97; fevereiro/2026: R$ 175.996,69; março/2026: 149.741,83; abril/2026: R$ 181.677,94; maio/2026: R$ 166.811,13; junho/2026: R$ 166.811,13; julho/2026: R$ 171.339,13; agosto/2026: R$ 41.158,35, referentes a Despesas Decorrentes de Decisão Judicial, uma vez que seus fatos geradores são referentes ao período de apuração deste relatório. Fontes: Sistema de Pessoal ERGON, Sistema de Pessoal Folha Web - JT e Tesouro Gerencial.

6) Foram incluídos no item "Despesas não computadas" os valores liquidados em: novembro/2025: R$ 2.176.100,84; dezembro/2025: R$ 3.349.961,73; março/2026: R$ 4.859.593,15; abril/2026: (R$ 86.887,99); julho/2026: R$ 133.724,88 e Inscrição em Restos a Pagar Não Processados: R$ 837,96, referentes a Despesas de Exercícios Anteriores, uma vez que seus fatos geradores são anteriores ao período de apuração deste relatório. Fontes: Sistema de Pessoal Folha Web - JT e Tesouro Gerencial.

7) Não houve "Despesas com Pessoal não Executadas Orçamentariamente", com fato gerador no período de setembro/2025 a agosto/2026. Fonte: Sistema de Pessoal Folha Web - JT.

Desembargador Roque Lucarelli Dattoli
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região

José Márcio da Silva Almeida
Diretor-Geral

Denise Hollanda Costa Lima
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

Carlos Augusto de Souza Gonçalves
Diretor Substituto da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

DENISE HOLLANDA COSTA LIMA
25/09/2026 16:16

ROQUE LUCARELLI DATTOLI
28/09/2026 10:37

JOSE MARCIO DA SILVA ALMEIDA
28/09/2026 11:13

CARLOS AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
28/09/2026 17:29

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 196, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROQUE LUCARELLI DATTOLI

ANEXO

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	180.108.199,43	198.531.188,60	199.636.516,66	328.149.832,35	238.490.211,21	186.396.281,55	212.727.598,64	188.113.610,46	185.555.564,07	189.386.491,33	198.166.126,34	199.487.162,74	2.504.748.783,38	2.193.149,31
Pessoal Ativo	114.944.073,03	126.962.092,50	127.014.451,21	221.903.289,88	142.098.905,28	120.080.277,42	137.142.791,89	122.106.905,97	118.707.291,57	120.741.282,16	126.847.608,27	127.510.238,09	1.606.059.207,27	2.180.675,21
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	98.139.499,02	110.283.362,49	110.197.052,43	188.502.886,13	125.404.632,49	102.992.520,66	119.582.392,90	104.784.434,18	101.551.473,38	103.588.948,31	108.575.442,55	109.268.219,37	1.382.870.863,91	1.348.666,09
Obrigações Patronais	16.804.574,01	16.678.730,01	16.817.398,78	33.400.403,75	16.694.272,79	17.087.756,76	17.560.398,99	17.322.471,79	17.155.818,19	17.152.333,85	18.272.165,72	18.242.018,72	223.188.343,36	832.009,12
Pessoal Inativo e Pensionistas	65.164.126,40	71.569.096,10	72.622.065,45	106.246.542,47	96.391.305,93	66.316.004,13	75.584.806,75	66.006.704,49	66.848.272,50	68.645.209,17	71.318.518,07	71.976.924,65	898.689.576,11	12.474,10
Aposentadorias, Reserva e Reformas	51.206.024,96	56.489.144,32	56.634.321,81	83.048.400,60	75.520.494,09	51.659.408,82	57.856.811,71	51.765.231,90	52.487.989,56	52.687.404,63	55.735.005,16	56.574.251,39	701.664.488,95	12.474,10
Pensões	13.958.101,44	15.079.951,78	15.987.743,64	23.198.141,87	20.870.811,84	14.656.595,31	17.727.995,04	14.241.472,59	14.360.282,94	15.957.804,54	15.583.512,91	15.402.673,26	197.025.087,16	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	-3.164,85	-3.670,38	2.187.409,27	3.964.570,14	0,00	0,00	4.859.593,15	-76.600,87	0,00	34.023.897,90	70.175.934,30	67.603.235,47	182.731.204,13	10.258,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	19.121,89	11.308,43	0,00				10.287,12					40.717,44	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração													0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	2.176.100,84	3.349.961,73			4.859.593,15	-86.887,99			133.724,88		10.432.492,61	837,96
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-3.164,85	-22.792,27	0,00	614.608,41						34.023.897,90	70.042.209,42	67.603.235,47	172.257.994,08	9.420,87
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	180.111.364,28	198.534.858,98	197.449.107,39	324.185.262,21	238.490.211,21	186.396.281,55	207.868.005,49	188.190.211,33	185.555.564,07	155.362.593,43	127.990.192,04	131.883.927,27	2.322.017.579,25	2.182.890,48

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**2.324.200.469,73**	**0,143535%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.769.391.632,53	0,294541%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.530.922.050,91	0,279814%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.292.452.469,28	0,265087%

FONTES: Sistema Tesouro Gerencial, Sistema de Pessoal Ergon e SIGEP-JT - CCON/SOF/TRT 1ª Região - 18/09/2026 - 14:19 h

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1) Despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (SPV), executadas por meio de descentralização de crédito, R$ 63.715.806,88. Fonte: Tesouro Gerencial.

2) Despesas com Precatórios da Administração Indireta, executadas por meio de descentralização de crédito, R$ 3.822.323,60. Fonte: Tesouro Gerencial.

3) Despesas com Precatórios da Administração Direta, executadas por meio de descentralização de crédito, R$ 328.814.153,46. Fonte: Tesouro Gerencial.

4) No período de setembro/2025 a agosto/2026, houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados nas seguintes ações: 00S6 - Benefício Especial - Lei n. 12.618, de 2012 (dezembro/2025: R$ 512.597,32), 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União (outubro/2025: R$ 771.300,71 e dezembro/2025: R$ 479.083,44), 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (dezembro/2025: R$ 607.223,20) e 20TP - Ativos Civis da União (dezembro: R$ 315.901,94). Fonte: Tesouro Gerencial.

5) Não foram incluídos no item "Despesas não computadas" os valores liquidados: setembro/2025: R$ 170.901,32; outubro/2025: R$ 146.370,07; novembro/2025: R$ 123.486,97; dezembro/2025: R$ 246.973,94; janeiro/2026: R$ 123.486,97; fevereiro/2026: R$ 175.996,69; março/2026: 149.741,83; abril/2026: R$ 181.677,94; maio/2026: R$ 166.811,13; junho/2026: R$ 166.811,13; julho/2026: R$ 171.339,13; agosto/2026: R$ 41.158,35, referentes a Despesas Decorrentes de Decisão Judicial, uma vez que seus fatos geradores são referentes ao período de apuração deste relatório. Fontes: Sistema de Pessoal ERGON, Sistema de Pessoal Folha Web - JT e Tesouro Gerencial.

6) Foram incluídos no item "Despesas não computadas" os valores liquidados em: novembro/2025: R$ 2.176.100,84; dezembro/2025: R$ 3.349.961,73; março/2026: R$ 4.859.593,15; abril/2026: (R$ 86.887,99); julho/2026: R$ 133.724,88 e Inscrição em Restos a Pagar Não Processados: R$ 837,96, referentes a Despesas de Exercícios Anteriores, uma vez que seus fatos geradores são anteriores ao período de apuração deste relatório. Fontes: Sistema de Pessoal Folha Web - JT e Tesouro Gerencial.

7) Não houve "Despesas com Pessoal não Executadas Orçamentariamente", com fato gerador no período de setembro/2025 a agosto/2026. Fonte: Sistema de Pessoal Folha Web - JT.

Desembargador Roque Lucarelli Dattoli
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região

José Márcio da Silva Almeida
Diretor-Geral

Denise Hollanda Costa Lima
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

Carlos Augusto de Souza Gonçalves
Diretor Substituto da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

PORTARIA TRT Nº 528, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

O EXMO. PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2026, na forma constante dos anexos.

Des. RUY SALATHIEL DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº XXX/2026
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") Em R$ 1,00

Despesa com Pessoal	Despesas Executadas setembro de 2025 a agosto de 2026														
	Liquidadas													Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total Executado
	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Total		
	2025	2025	2025	2025	2026	2026	2026	2026	2026	2026	2026	2026	(Últimos 12 meses)		
													(a)	(b)	C=(a)+(b)
Despesa Bruta com Pessoal (I)	76.245.026,78	86.267.827,23	86.944.331,39	145.504.520,09	98.417.177,26	78.725.049,86	91.216.764,65	78.937.378,97	79.850.247,05	81.333.005,93	84.063.158,78	85.597.872,03	1.073.102.360,02	5.562.453,17	1.078.664.813,19
Pessoal Ativo	54.837.696,48	61.674.111,08	60.946.308,23	109.074.380,97	66.059.924,41	57.039.323,58	65.069.438,91	57.052.725,85	57.266.061,39	58.380.454,74	60.169.846,47	61.568.766,28	769.139.038,39	5.530.394,15	774.669.432,54
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesa Variáveis	46.568.444,09	53.418.034,82	52.707.937,42	92.646.457,19	57.883.454,63	48.495.180,37	56.537.795,03	48.526.381,76	48.762.640,45	49.895.301,61	51.140.143,45	52.537.353,55	659.119.124,37	5.119.138,81	664.238.263,18

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região
Gabinete da Presidência

VALDIR FLORINDO:10870
28/09/2026 18:15

OFÍCIO nº 13/2026/SOF/GDG/GP

São Paulo, data da assinatura eletrônica.

Excelentíssimo Senhor
Senador DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM
DD. Presidente do
Congresso Nacional
BRASÍLIA-DF

Assunto: Publicação do Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre/2026.

Excelentíssimo Senhor Senador Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como em observância ao disposto no artigo 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000, encaminhamos a Vossa Excelência o anexo Quadro Demonstrativo "Despesa com Pessoal" em relação à Receita Corrente Líquida, que compõe o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região do período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Esclarecemos que o referido Demonstrativo foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 237, em 28 de setembro de 2026, conforme cópia anexa, e igualmente está sendo enviado ao C. Tribunal de Contas da União.

Cordialmente,

VALDIR FLORINDO
Desembargador Presidente do
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

PROAD n. 23117/2026 DOC 17. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.WCMC.DJRT:
https://proad.trt2.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP)

Secretaria de Orçamento e Finanças
Av. Marquês de São Vicente, 235 – Bloco B – 19º andar
São Paulo-SP CEP: 01139-001
Telefone: (11) 3150-2280
E-mail: scof@trt2.jus.br

PROAD n. 23117/2026 DOC 17
Cadastrado por E100552 - ELAINE CRISTINA CARNEIRO DA SILVA
Juntado em 28/09/2026

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ATO GP Nº 56, DE 17 DE SETEMBRO DE 2026

Publica Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, na forma que especifica.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000, resolve:

Art. 1º Publicar o "Demonstrativo da Despesa com Pessoal", referente ao Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, do período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Des. VALDIR FLORINDO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026
RGF - ANEXO 1 (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	254.378.444,31	286.032.078,98	432.062.101,20	331.497.193,54	321.854.090,13	259.875.566,99	303.274.374,82	261.509.558,97	260.496.677,91	264.241.566,84	276.065.834,10	296.797.193,89	3.548.084.681,68	13.465.672,35	3.561.550.354,03
Pessoal Ativo	188.050.294,06	213.067.381,98	321.229.254,94	259.417.854,70	223.906.509,62	192.630.547,01	225.974.390,37	195.219.610,44	191.455.607,45	195.510.305,51	204.097.463,67	223.697.808,05	2.634.257.027,80	8.277.309,26	2.642.534.337,06
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	159.716.666,58	184.837.563,01	264.827.371,65	231.121.964,10	195.917.747,40	163.234.155,80	197.047.499,50	166.351.082,14	162.689.238,47	166.748.274,12	173.351.156,37	193.045.762,38	2.258.888.481,52	8.257.309,26	2.267.145.790,78
Obrigações Patronais	28.333.627,48	28.229.818,97	56.401.883,29	28.295.890,60	27.988.762,22	29.396.391,21	28.926.890,87	28.868.528,30	28.766.368,98	28.762.031,39	30.746.307,30	30.652.045,67	375.368.546,28	20.000,00	375.388.546,28
Pessoal Inativo e Pensionistas	66.328.150,25	72.964.697,00	110.832.846,26	72.079.338,84	97.947.580,51	67.245.019,98	77.299.984,45	66.289.948,53	69.041.070,46	68.731.261,33	71.968.370,43	73.099.385,84	913.827.653,88	5.188.363,09	919.016.016,97
Aposentadorias, Reserva e Reformas	54.194.151,10	59.841.924,15	90.193.776,20	59.952.318,71	80.024.440,27	54.730.550,61	61.513.082,94	54.155.442,16	56.171.733,38	55.800.609,00	58.961.736,67	60.152.422,07	745.692.187,26	3.160.464,76	748.852.652,02
Pensões	12.133.999,15	13.122.772,85	20.639.070,06	12.127.020,13	17.923.140,24	12.514.469,37	15.786.901,51	12.134.506,37	12.869.337,08	12.930.652,33	13.006.633,76	12.946.963,77	168.135.466,62	2.027.898,33	170.163.364,95
Outras Desp Pessoal Decorr de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	52.513.318,67	48.574.431,40	67.105.126,48	20.065.297,03	32.525.759,55	128.195,79	12.289.082,17	21.370.500,71	50.063.168,84	57.418.265,34	59.658.088,30	71.324.978,37	493.036.212,65	185.464,76	493.221.677,41
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	6.662.752,80	(44.845,59)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.617.907,21	185.464,76	6.803.371,97
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	52.513.318,67	48.574.431,40	60.442.373,68	20.110.142,62	32.525.759,55	128.195,79	12.289.082,17	21.370.500,71	50.063.168,84	57.418.265,34	59.658.088,30	71.324.978,37	486.418.305,44	0,00	486.418.305,44
DESP. LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	201.865.125,64	237.457.647,58	364.956.974,72	311.431.896,51	289.328.330,58	259.747.371,20	290.985.292,65	240.139.058,26	210.433.509,07	206.823.301,50	216.407.745,80	225.472.215,52	3.055.048.469,03	13.280.207,59	3.068.328.676,62

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III A + III B)	3.068.328.676,62	0,189489
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.928.880.658,64	0,366147
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.632.436.625,71	0,347840
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.335.992.592,78	0,329532

FONTE: TESOURO GERENCIAL - CCONT/SOF/TRT 2ª REGIÃO - 11/SET/2026 - 14h00

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, nas despesas com Pessoal não estão computadas as despesas executadas por meio de descentralizações a seguir indicadas:

a) Sentenças de Pequeno Valor, classificadas nos itens de despesa 3190.91.32 e 3190.91.33, no montante de R$ 56.014.064,44;

b) Precatórios da Administração Direta e Indireta, classificadas nos itens de despesa 3190.91.25 e 3190.91.97, no total de R$ 175.699.553,26.

2) Também não foi computada neste relatório a despesa com Pessoal no valor de R$ 791,32, no mês de maio/2026, decorrente de descentralização recebida para pagamento de serviço extraordinário realizado por servidora cedida ao Supremo Tribunal Federal.

3) Na linha "Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente", as despesas computadas no RGF do 1° Quadrimestre de 2026, relativas aos meses de janeiro a março/2026, no total de R$ 742.783,45, foram liquidadas em maio e agosto/2026, conforme Informação disponibilizada no Proad n° 23117/2026 - docs. 11 a 14, sendo deduzidas do RGF do 2° Quadrimestre de 2026.

4) Todas as Despesas Decorrentes de Decisão Judicial do período deste RGF, evidenciadas no relatório disponibilizado pelo CSJT no Tesouro Gerencial, no montante de R$ 1.037.934,52, foram liquidadas dentro do próprio mês de competência. Desta forma, não há despesas dessa natureza a serem informadas como "Despesas não Computadas", pois a totalidade das Despesas Decorrentes de Decisão Judicial são do mesmo período de apuração deste Relatório, e, portanto, não podem ser deduzidas.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único da LRF):

DES. VALDIR FLORINDO
Presidente do Tribunal

RÔMULO BORGES ARAÚJO
Diretor-Geral da Administração

RENATA APARECIDA CURSINO PIRES
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

FÁBIO HANAOKA
Diretor da Secretaria de Auditoria

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROAD n. 23117/2026 DOC 17. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.WCMQ.DJRT: https://proad.trt2.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Orçamento e Finanças

OFÍCIO/TRT/DOF/17/2026

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente do Congresso Nacional

Endereço:
Senado Federal, Praça dos Três Poderes.
Brasília-DF. CEP: 70.165-900

Assunto: Encaminha Relatório de Gestão Fiscal – 2º quadrimestre de 2026

Exmo. Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em atendimento ao disposto no art. 59 da LRF, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal, do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, referente ao 2º quadrimestre de 2026, composto do seguinte documento:

Anexo I – Demonstrativo das Despesas de Pessoal;

Ao ensejo, apresento-lhe protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

SEBASTIAO GERALDO DE OLIVEIRA:36242
Assinado de forma digital por SEBASTIAO GERALDO DE OLIVEIRA:36242
Dados: 2026.09.28 17:38:20 -03'00'

SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA
Desembargador Presidente

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

PORTARIA GP Nº 268, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, do 2º quadrimestre de 2026, nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Des. SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026
RGF - ANEXO 1 (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/2026	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	181.859.340,70	198.477.337,98	306.189.966,94	215.305.631,34	241.078.340,44	178.165.294,98	204.671.812,24	182.120.849,89	181.986.858,09	183.699.714,69	195.385.846,63	193.672.725,16	2.462.613.719,08	14.073.323,87	2.476.687.042,95
Pessoal Ativo	117.201.850,78	129.874.485,43	197.906.310,78	145.367.457,64	146.668.936,73	114.281.599,69	134.105.567,24	117.341.949,41	115.983.095,23	117.463.302,74	125.960.239,96	124.436.688,08	1.586.591.483,71	13.667.041,69	1.600.258.525,40
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	100.811.910,66	113.471.950,07	164.850.883,93	129.007.480,78	130.390.985,70	98.455.242,42	117.723.893,03	101.096.220,19	99.868.540,70	101.352.413,77	108.822.655,56	107.288.068,08	1.373.140.244,89	13.642.320,56	1.386.782.565,45
Obrigações Patronais	16.389.940,12	16.402.535,36	33.055.426,85	16.359.976,86	16.277.951,03	15.826.357,27	16.381.674,21	16.245.729,22	16.114.554,53	16.110.888,97	17.137.584,40	17.148.620,00	213.451.238,82	24.721,13	213.475.959,95
Pessoal Inativo e Pensionistas	64.657.489,92	68.602.852,55	108.283.656,16	69.938.173,70	94.409.403,71	63.883.695,29	70.566.245,00	64.778.900,48	66.003.762,86	66.236.411,95	69.425.606,67	69.236.037,08	876.022.235,37	406.282,18	876.428.517,55
Aposentadorias, Reserva e Reformas	54.301.697,06	58.288.364,47	91.820.807,04	59.645.988,17	79.539.792,44	53.167.227,78	59.834.020,82	54.903.689,11	55.399.302,17	55.818.554,50	58.576.398,20	58.466.966,19	739.762.807,95	334.849,91	740.097.657,86
Pensões	10.355.792,86	10.314.488,08	16.462.849,12	10.292.185,53	14.869.611,27	10.716.467,51	10.732.224,18	9.875.211,37	10.604.460,69	10.417.857,45	10.849.208,47	10.769.070,89	136.259.427,42	71.432,27	136.330.859,69
Outras Desp Pessoal Decorr de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	422.165,64	-19.636,15	8.639.364,56	6.820.576,68	91.150.069,00	61.379.381,39	68.110.392,58	62.239.568,67	63.415.354,24	63.633.266,02	16.362.174,91	-5.413,83	442.147.263,71	0,00	442.147.263,71
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.842,94	0,00	962,33	2.805,27	0,00	2.805,27
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	441.325,16	5.525,22	8.591.631,37	786.218,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.865,48	11.719,51	9.839.285,46	0,00	9.839.285,46
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-19.159,52	-25.161,37	47.733,19	6.034.357,96	91.150.069,00	61.379.381,39	68.110.392,58	62.239.568,67	63.415.354,24	63.631.423,08	16.359.309,43	-18.095,67	432.305.172,98	0,00	432.305.172,98
DESP. LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	181.437.175,06	198.496.974,13	297.550.602,38	208.485.054,66	149.928.271,44	116.785.913,59	136.561.419,66	119.881.281,22	118.571.503,85	120.066.448,67	179.023.671,72	193.678.138,99	2.020.466.455,37	14.073.323,87	2.034.539.779,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III A + III B)	2.034.539.779,24	0,125646%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.931.431.219,78	0,304548%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.684.859.658,79	0,289321%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.438.288.097,80	0,274093%

FONTE: Tesouro Gerencial/SIAFI. SIGEP/FolhaWeb. DOF/SEPEOC/TRT3. 21/SET/2026. 12h e 22min.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1 - Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram computadas como despesas de pessoal:

a)Despesas com Precatórios da Administração Direta e Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada de R$ 32.173.655,79. Não houve inscrição em Restos a Pagar.

b)Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada de R$ 53.753.708,76. Não houve inscrição em restos a pagar.

2 - Das despesas classificadas como "sentenças judiciais" (elemento 91), liquidadas nos últimos 12 meses, nas fontes de recursos ordinários, somente o valor de R$ 1.842,94 em junho/26 e de R$ 962,33 em agosto/26, referem-se a competência anterior a setembro/25 e, portanto, foram excluídas, conforme dados extraídos do sistema interno de pessoal - SIGEP/FolhaWeb - e repassados pela Secretaria de Pagamento de Pessoal.

3 - Não houve situação em que o TRT-MG se enquadrasse, nos últimos 12 meses, como despesas devidas para pagamento e reconhecidas no período de apuração, não executadas orçamentariamente.

4 - Das despesas classificadas como de "exercícios anteriores" (elemento 92), liquidadas no 1º e no 2º quadrimestre de 2026, em fontes de recursos ordinários, somente o valor de R$ 2.865,48 em julho/26, e o valor de R$ 11.719,51 em agosto/26, referem-se a competência anterior a setembro/25 e, portanto, foram excluídas, conforme dados extraídos do sistema interno de pessoal - SIGEP/FolhaWeb - e repassados pela Secretaria de Pagamento de Pessoal.

5 - No 2º Quadrimestre de 2026, houve cancelamento de Restos a Pagar relativos às despesas de pessoal, no montante total de R$ 1.744.270,36, distribuídos da seguinte forma: R$ 1.123.382,85 cancelados de pessoal ativo; R$ 267.126,87 cancelados de obrigações patronais; R$ 323.965,99 de aposentadorias e R$ 29.794,65 de pensões. Os valores foram abatidos na coluna: "Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados".

6 - No mês de janeiro/26, houve a liquidação e o pagamento do valor de R$ 12.503,50, indevidamente na Ação Orçamentária 20TP - Pessoal Ativo da União, relativo à despesa de exercício anterior oriunda da Ação Orçamentária 00S6 - Beneficio Especial (pensão - NDD 319092.03), Empenho emitido 250/2026. O acerto foi realizado no mês de maio, reclassificando a despesa paga para a correta Ação Orçamentária, no empenho 527/2026.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único da LRF):

Des. SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal

GRACIELE TIBO BARBOSA LIMA
Assessora de Ordenação de Despesas

MARÍLIA SOUZA DINIZ ALVES
Diretora de Orçamento e Finanças

ANTÔNIO CLÁUDIO DOS SANTOS ROSA
Secretário de Auditoria Interna

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Fiscalização a serviço da sociedade

Comprovante de Entrega

N° do Protocolo: 81.157.153-9 Protocolado por **Amanda Jacinto D Agostini**

Data de Entrega: 29/09/2026

Hora de Entrega: 13:18:45

Local de Entrega: Protocolo Eletrônico

Código do Documento	Arquivo Associado	Validação do Documento *
81.157.150-8	SICONFI-Recibo de Declaração Homologada.pdf	695ECE8DE08A1623EC5B63DFBA10BE03
81.157.151-5	OFÍCIO DOF 18.2026 - TCU.pdf	7422E3C496F4EE95B5ADEE74346E2EC5
81.157.152-2	RGF DOU 25.09.26 - Seção 1 - pág. 148.pdf	C619FC67E76066E1143B94D59B04A9B7

* Essa sequência alfanumérica identifica o arquivo de forma exclusiva, por meio de uma função *hash*, garantindo a integridade do arquivo enviado.

Usuário: Amanda Jacinto D Agostini (X01625040636)

IP: 192.168.100.147, 192.168.100.199, 192.168.100.199

Em caso de dúvidas, sugestões ou reclamações entre em contato com a Central de Atendimento pelo 3527-5234.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF
Recibo de Declaração Homologada

Valide com o app vio Serpro

A instituição **Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região
Declaração:	Relatório de Gestão Fiscal
Periodicidade:	Quadrimestral
Período:	2º quadrimestre
Exercício:	2026
Assinatura(s):	• Nome: SEBASTIAO GERALDO DE OLIVEIRA *Titular do Poder Judiciário* CPF: 253.563.486-49 Data: 28/09/2026 17:19:56 • Nome: ANTONIO CLAUDIO DOS SANTOS ROSA *Responsável pelo Controle Interno* CPF: 570.172.716-53 Data: 25/09/2026 15:05:49 • Nome: MARILIA SOUZA DINIZ ALVES *Responsável pela Administração Financeira* CPF: 069.409.576-18 Data: 23/09/2026 15:38:04

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **28/09/2026, às 17:20:05** , é:

06.KB.X0-M

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Ofício TRT4 DG nº 436/2026

Proad nº 3175/2025

Porto Alegre, 28 de setembro de 2026.

Ao Excelentíssimo Senhor

Senador **David Samuel Alcolumbre Tobelem**

Presidente do Congresso Nacional

Senado Federal, Praça dos Três Poderes

Brasília – DF

slcn@senado.leg.br

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, e tendo em vista o contido no artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, combinado com o artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminha-se cópia do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre/2026, acompanhado do ateste de sua publicação no Diário Oficial da União, na Seção 1 do dia 28-09-2026, página 238.

Respeitosamente,

Documento assinado digitalmente

Alexandre Corrêa da Cruz

Presidente do TRT da 4ª Região/RS

PROAD n. 3175/2025 DOC 128. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.BDYT.TKBG: https://proad.trt4.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

PROAD n. 3175/2025 DOC 123
Cadastrado por lreichmann - LISIANE REICHMANN MONTEIRO
Juntado em 28/09/2026

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2.041, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, torna público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL, constante no Processo Administrativo TRT 4ª nº 3175/2025.

LISIANE REICHMANN MONTEIRO
28/09/2026 09:45

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	151.632.951,82	170.556.527,84	251.397.224,29	195.582.981,86	196.585.581,65	158.408.681,53	178.341.361,54	155.280.486,55	156.358.643,01	161.699.805,95	166.675.331,11	168.297.504,30	2.110.817.081,45	12.005.858,87
Pessoal Ativo	99.831.074,22	112.721.794,48	166.595.662,88	135.452.915,47	119.822.721,02	105.383.959,94	114.710.699,94	102.397.344,81	101.774.076,59	107.718.483,78	109.567.781,18	110.853.963,30	1.386.830.477,61	11.271.387,89
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	84.622.034,34	97.514.243,06	140.069.430,42	120.228.790,31	104.738.434,18	89.677.740,55	99.323.782,55	87.076.305,95	86.498.827,65	92.052.861,46	93.174.257,83	94.465.318,66	1.189.442.026,96	7.547.190,64
Obrigações Patronais	15.209.039,88	15.207.551,42	26.526.232,46	15.224.125,16	15.084.286,84	15.706.219,39	15.386.917,39	15.321.038,86	15.275.248,94	15.665.622,32	16.393.523,35	16.388.644,64	197.388.450,65	3.724.197,25
Pessoal Inativo e Pensionistas	51.801.877,60	57.834.733,36	84.801.561,41	60.130.066,39	76.762.860,63	53.024.721,59	63.630.661,60	52.883.141,74	54.584.566,42	53.981.322,17	57.107.549,93	57.443.541,00	723.986.603,84	734.470,98
Aposentadorias, Reserva e Reformas	42.079.594,22	47.230.699,13	69.018.011,39	48.903.874,53	62.336.877,56	42.926.054,14	50.586.516,08	42.854.236,17	44.183.887,89	43.711.529,36	46.558.009,74	46.975.871,33	587.365.161,54	566.799,00
Pensões	9.722.283,38	10.604.034,23	15.783.550,02	11.226.191,86	14.425.983,07	10.098.667,45	13.044.145,52	10.028.905,57	10.400.678,53	10.269.792,81	10.549.540,19	10.467.669,67	136.621.442,30	167.671,98
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	36.087,42	59.170,99	38.531.411,08	32.158.125,02	50.489.746,30	52.178.838,45	62.765.275,01	52.090.155,52	53.537.782,36	53.154.996,97	10.342.205,42	10.396.347,38	415.740.141,92	157.671,98
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	3.661,54	1.220,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.882,05	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	1.469.162,72	2.024.422,05	0,10	125,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.493.710,33	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	36.087,42	59.170,99	37.058.586,82	30.132.482,46	50.489.746,20	52.178.712,99	62.765.275,01	52.090.155,52	53.537.782,36	53.154.996,97	10.342.205,42	10.396.347,38	412.241.549,54	157.671,98
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	151.596.864,40	170.497.356,85	212.865.813,21	163.424.856,84	146.095.835,35	106.229.843,08	115.576.086,53	103.190.331,03	102.820.860,65	108.544.808,98	156.333.125,69	157.901.156,92	1.695.076.939,53	11.848.186,89

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art.166-A, § 1º, da CF) (V)		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art.166-A, § 1º, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art.198 , § 11) (VI)		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	1.619.262.388.778,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a) + (III b)	**1.706.925.126,00**	**0,105414%**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.579.622.399,75	0,221065%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.400.641.279,77	0,210012%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.221.660.159,78	0,198959%

FONTE: SIAFI - SECOF/CCon/TRT 4ª Região, 21/09/2026 14h.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

a) Despesas com requisições de pequeno valor (RPV) executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada R$ 12.951.854,62;

b) Despesas com precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 97.273.547,91;

c) Despesas com precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 78.671.319,75;

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ
Presidente do TRT da 4ª Região/RS

ANDRÉ LUÍS DE ASSIS
Ordenador de Despesas Substituto

CAROLINA FEUERHARMEL LITVIN
Diretora da Secretaria de Auditoria

EDER GIOVANE SCHERER OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

ATO Nº 104, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Determinar a publicação do anexo 1 do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2026, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para divulgação e conhecimento público.

Desª FERNANDA MARIA UCHOA DE ALBUQUERQUE

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	set/2025	out/2025	nov/2025	dez/2025	jan/2026	fev/2026	mar/2026	abr/2026	mai/2026	jun/2026	jul/2026	ago/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	39.868.371,40	45.200.221,76	44.515.298,44	76.372.814,34	52.304.576,01	40.801.216,65	46.824.618,49	43.014.936,02	42.147.899,21	43.089.454,01	44.201.089,19	46.129.391,72	564.469.887,24	283.398,63	564.753.285,87
Pessoal Ativo	28.452.104,85	32.886.609,21	32.207.502,20	57.450.871,99	35.361.097,96	29.358.908,36	33.713.381,50	31.458.652,39	30.085.249,80	31.197.296,13	31.812.215,55	33.891.216,17	407.875.106,11	283.398,63	408.158.504,74
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	24.297.466,59	28.671.396,18	27.994.238,60	49.040.502,62	31.169.365,49	25.056.413,10	29.446.623,07	26.902.046,66	25.757.305,14	26.864.002,49	27.205.872,23	29.281.948,51	351.687.180,68	283.398,63	351.970.579,31
Obrigações Patronais	4.154.638,26	4.215.213,03	4.213.263,60	8.410.369,37	4.191.732,47	4.302.495,26	4.266.758,43	4.556.605,73	4.327.944,66	4.333.293,64	4.606.343,32	4.609.267,66	56.187.925,43		56.187.925,43
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.416.266,55	12.313.612,55	12.307.796,24	18.921.942,35	16.943.478,05	11.442.308,29	13.111.236,99	11.556.283,63	12.062.649,41	11.892.157,88	12.388.873,64	12.238.175,55	156.594.781,13	0,00	156.594.781,13
Aposentadorias, Reserva e Reformas	9.342.497,51	10.230.420,63	10.248.693,87	14.930.233,93	13.821.359,44	9.396.507,39	10.381.534,55	9.521.513,28	10.004.346,69	9.689.230,69	10.160.077,57	10.074.644,07	127.801.059,62		127.801.059,62
Pensões	2.073.769,04	2.083.191,92	2.059.102,37	3.991.708,42	3.122.118,61	2.045.800,90	2.729.702,44	2.034.770,35	2.058.302,72	2.202.927,19	2.228.796,07	2.163.531,48	28.793.721,51		28.793.721,51
Out. Desp. de Pessoal Decorrent. de Contrat. de Terc. ou de Contrat. Forma Indiret (§ 1º art. 18 da LRF)													0,00		0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00		0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152026092800238

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROAD n. 3175/2025 DOC 123. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.KXWV.QMMJ: https://proad.trt4.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
Gabinete da Presidência

Ofício GP Nº 939/2026

Salvador, 25 de setembro de 2026

Exmo. Senhor Presidente do Congresso Nacional

Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem

Senado Federal, Praça dos Três Poderes

Brasília-DF

CEP: 70.165-900

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2026.

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho cópia do Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2026, demonstrativo da despesa com pessoal, orçamentos fiscais e da seguridade social, referente ao período de setembro/2025 a agosto/2026, ao tempo em que levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o referido relatório está publicado no Diário Oficial da União nº 182, de 25/09/2026 - Seção 1, pág. 149, e se encontra disponível no Portal deste Tribunal, no endereço www.trt5.jus.br – Transparência – Transparência e Prestação de Contas – Gestão Orçamentária e Financeira - Relatório de Gestão Fiscal-LRF – 2026 – RGF 2º Quadrimestre 2026.

No ensejo, apresento protestos de consideração e apreço.

IVANA MERCIA NILO DE MAGALDI:10750

Assinado de forma digital por IVANA MERCIA NILO DE MAGALDI:10750
Dados: 2026.09.29 12:21:45 -03'00'

IVANA MÉRCIA NILO DE MAGALDI

Desembargadora Presidente do TRT 5ª Região

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

ATO GP Nº 459, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de setembro/2025 a agosto/2026, em conformidade com os anexos demonstrativos que integram o presente Ato.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Desª IVANA MÉRCIA NILO DE MAGALDI

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2º QUADRIMESTRE DE 2026
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO DE 2026
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	100.964.569,80	116.345.400,66	167.728.940,56	127.388.116,09	135.530.073,86	103.473.627,20	117.966.769,40	104.313.903,55	105.015.852,65	105.783.488,91	110.440.316,01	111.400.663,45	1.406.351.722,14	8.048.721,48
Pessoal Ativo	68.400.918,13	80.491.566,10	114.689.227,20	90.252.060,45	87.495.863,63	70.550.802,05	82.430.656,42	71.550.794,10	70.886.329,69	71.637.172,39	75.088.808,03	75.927.562,52	959.401.760,71	7.862.935,03
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	58.921.650,63	71.000.775,02	95.826.078,74	80.850.393,10	77.960.911,03	60.886.734,81	72.744.429,94	61.927.344,26	61.265.022,35	62.056.163,47	64.864.951,29	65.736.163,17	834.040.617,81	6.447.173,99
Obrigações Patronais	9.479.267,50	9.490.791,08	18.863.148,46	9.401.667,35	9.534.952,60	9.664.067,24	9.686.226,48	9.623.449,84	9.621.307,34	9.581.008,92	10.223.856,74	10.191.399,35	125.361.142,90	1.415.761,04
Pessoal Inativo e Pensionistas	32.563.651,67	35.853.834,56	53.039.713,36	37.136.055,64	48.034.210,23	32.922.825,15	35.536.112,98	32.763.109,45	34.129.522,96	34.146.316,52	35.351.507,98	35.473.100,93	446.949.961,43	185.786,45
Aposentadorias, Reserva e Reformas	25.601.199,68	28.135.987,02	41.790.942,23	29.439.018,78	37.731.028,28	25.651.425,88	28.058.294,61	25.676.098,92	26.698.341,75	26.763.255,09	27.894.570,12	28.064.854,60	351.505.016,96	162.074,63
Pensões	6.962.451,99	7.717.847,54	11.248.771,13	7.697.036,86	10.303.181,95	7.271.399,27	7.477.818,37	7.087.010,53	7.431.181,21	7.383.061,43	7.456.937,86	7.408.246,33	95.444.944,47	23.711,82
Outras Desp. de Pessoal dec. De contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	14.753,40	9.529,08	1.017.454,13	1.015.824,91	34.423.069,07	23.014.224,28	27.212.412,52	23.077.967,87	23.932.219,56	24.065.843,44	25.133.241,19	25.294.324,49	208.210.863,94	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	9.529,08	9.529,08	9.529,08	9.529,08	11.999,69	9.286,07	9.286,07	9.286,07	9.286,07	9.809,71	5.041,16	4.923,20	107.034,36	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	1.007.925,05	1.006.295,83	45.710,12	0,00	1.733.139,64	0,00	0,00	8.858,91	0,00	0,00	3.801.929,55	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.224,32	0,00	0,00	0,00	34.365.359,26	23.004.938,21	25.469.986,81	23.068.681,80	23.922.933,49	24.047.174,82	25.128.200,03	25.289.401,29	204.301.900,03	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	100.949.816,40	116.335.871,58	166.711.486,43	126.372.291,18	101.107.004,79	80.459.402,92	90.754.356,88	81.235.935,68	81.083.633,09	81.717.645,47	85.307.074,82	86.106.338,96	1.198.140.858,20	8.048.721,48

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a) + (III b)	1.206.189.579,68	0,074490%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.990.243.275,49	0,184667%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.840.731.111,71	0,175434%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.691.218.947,94	0,166200%

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL/CCONT/TRT5, 17/09/2026 às 9h08
Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas:
1. Despesas com Requisição de Pequeno Valor (R.P.V.) - Ação 0625: Sent. Judiciais: R$ 15.310.474,22.
2. Despesa Liquidada de Outros Precatórios Judiciais - Ação 00WU: R$ 38.249.310,39.
3. As Despesas relativas às Obrigações Patronais estão segregadas em RPPS R$ 116.440.278,58; INSS R$ 556.544,92; SAT R$ 13.906,21 e FUNPRESP: R$ 8.329.541,25 e 20.871,94 (DEA).

Desª IVANA MÉRCIA NILO DE MAGALDI
Presidente do Tribunal

TARCÍSIO FILGUEIRAS
Diretor-Geral

CARLITO SILVA MIRANDA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

MAURÍCIO BORBA
Diretor da Secretaria de Auditoria

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO - PE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício TRT6-GP nº 415/2026

Recife, data conforme assinatura eletrônica.

Ex.mo Senhor Presidente do Congresso Nacional
Senador DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM
Senado Federal, Praça dos Três Poderes
Brasília – DF
CEP: 70.165-900

Assunto: **Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao segundo quadrimestre de 2026.**

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 59 da LRF c/c o art. 5º, inciso I da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, referente ao segundo quadrimestre de 2026 (período de setembro de 2025 a agosto de 2026).

O aludido relatório foi publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de setembro de 2026, seção 1, páginas 107/108.

Respeitosamente,

Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura:41188594400

Assinado de forma digital por Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura:41188594400
Dados: 2026.09.29 12:44:12 -03'00'

RUY SALATHIEL DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA
Desembargador Presidente do TRT da 6ª Região

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 196, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROQUE LUCARELLI DATTOLI

ANEXO

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	180.108.199,43	198.531.188,60	199.636.516,66	328.149.832,35	238.490.211,21	186.396.281,55	212.727.598,64	188.113.610,46	185.555.564,07	189.386.491,33	198.166.126,34	199.487.162,74	2.504.748.783,38	2.193.149,31
Pessoal Ativo	114.944.073,03	126.962.092,50	127.014.451,21	221.903.289,88	142.098.905,28	120.080.277,42	137.142.791,89	122.106.905,97	118.707.291,57	120.741.282,16	126.847.608,27	127.510.238,09	1.606.059.207,27	2.180.675,21
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	98.139.499,02	110.283.362,49	110.197.052,43	188.502.886,13	125.404.632,49	102.992.520,66	119.582.392,90	104.784.434,18	101.551.473,38	103.588.948,31	108.575.442,55	109.268.219,37	1.382.870.863,91	1.348.666,09
Obrigações Patronais	16.804.574,01	16.678.730,01	16.817.398,78	33.400.403,75	16.694.272,79	17.087.756,76	17.560.398,99	17.322.471,79	17.155.818,19	17.152.333,85	18.272.165,72	18.242.018,72	223.188.343,36	832.009,12
Pessoal Inativo e Pensionistas	65.164.126,40	71.569.096,10	72.622.065,45	106.246.542,47	96.391.305,93	66.316.004,13	75.584.806,75	66.006.704,49	66.848.272,50	68.645.209,17	71.318.518,07	71.976.924,65	898.689.576,11	12.474,10
Aposentadorias, Reserva e Reformas	51.206.024,96	56.489.144,32	56.634.321,81	83.048.400,60	75.520.494,09	51.659.408,82	57.856.811,71	51.765.231,90	52.487.989,56	52.687.404,63	55.735.005,16	56.574.251,39	701.664.488,95	12.474,10
Pensões	13.958.101,44	15.079.951,78	15.987.743,64	23.198.141,87	20.870.811,84	14.656.595,31	17.727.995,04	14.241.472,59	14.360.282,94	15.957.804,54	15.583.512,91	15.402.673,26	197.025.087,16	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	-3.164,85	-3.670,38	2.187.409,27	3.964.570,14	0,00	0,00	4.859.593,15	-76.600,87	0,00	34.023.897,90	70.175.934,30	67.603.235,47	182.731.204,13	10.258,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	19.121,89	11.308,43	0,00				10.287,12					40.717,44	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração													0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	2.176.100,84	3.349.961,73			4.859.593,15	-86.887,99			133.724,88		10.432.492,61	837,96
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-3.164,85	-22.792,27	0,00	614.608,41						34.023.897,90	70.042.209,42	67.603.235,47	172.257.994,08	9.420,87
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	180.111.364,28	198.534.858,98	197.449.107,39	324.185.262,21	238.490.211,21	186.396.281,55	207.868.005,49	188.190.211,33	185.555.564,07	155.362.593,43	127.990.192,04	131.883.927,27	2.322.017.579,25	2.182.890,48

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**2.324.200.469,73**	**0,143535%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.769.391.632,53	0,294541%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.530.922.050,91	0,279814%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.292.452.469,28	0,265087%

FONTES: Sistema Tesouro Gerencial, Sistema de Pessoal Ergon e SIGEP-JT - CCON/SOF/TRT 1ª Região - 18/09/2026 - 14:19 h

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1) Despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (SPV), executadas por meio de descentralização de crédito, R$ 63.715.806,88. Fonte: Tesouro Gerencial.

2) Despesas com Precatórios da Administração Indireta, executadas por meio de descentralização de crédito, R$ 3.822.323,60. Fonte: Tesouro Gerencial.

3) Despesas com Precatórios da Administração Direta, executadas por meio de descentralização de crédito, R$ 328.814.153,46. Fonte: Tesouro Gerencial.

4) No período de setembro/2025 a agosto/2026, houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados nas seguintes ações: 00S6 - Benefício Especial - Lei n. 12.618, de 2012 (dezembro/2025: R$ 512.597,32), 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União (outubro/2025: R$ 771.300,71 e dezembro/2025: R$ 479.083,44), 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (dezembro/2025: R$ 607.223,20) e 20TP - Ativos Civis da União (dezembro: R$ 315.901,94). Fonte: Tesouro Gerencial.

5) Não foram incluídos no item "Despesas não computadas" os valores liquidados: setembro/2025: R$ 170.901,32; outubro/2025: R$ 146.370,07; novembro/2025: R$ 123.486,97; dezembro/2025: R$ 246.973,94; janeiro/2026: R$ 123.486,97; fevereiro/2026: R$ 175.996,69; março/2026: 149.741,83; abril/2026: R$ 181.677,94; maio/2026: R$ 166.811,13; junho/2026: R$ 166.811,13; julho/2026: R$ 171.339,13; agosto/2026: R$ 41.158,35, referentes a Despesas Decorrentes de Decisão Judicial, uma vez que seus fatos geradores são referentes ao período de apuração deste relatório. Fontes: Sistema de Pessoal ERGON, Sistema de Pessoal Folha Web - JT e Tesouro Gerencial.

6) Foram incluídos no item "Despesas não computadas" os valores liquidados em: novembro/2025: R$ 2.176.100,84; dezembro/2025: R$ 3.349.961,73; março/2026: R$ 4.859.593,15; abril/2026: (R$ 86.887,99); julho/2026: R$ 133.724,88 e Inscrição em Restos a Pagar Não Processados: R$ 837,96, referentes a Despesas de Exercícios Anteriores, uma vez que seus fatos geradores são anteriores ao período de apuração deste relatório. Fontes: Sistema de Pessoal Folha Web - JT e Tesouro Gerencial.

7) Não houve "Despesas com Pessoal não Executadas Orçamentariamente", com fato gerador no período de setembro/2025 a agosto/2026. Fonte: Sistema de Pessoal Folha Web - JT.

Desembargador Roque Lucarelli Dattoli
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região

José Márcio da Silva Almeida
Diretor-Geral

Denise Hollanda Costa Lima
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

Carlos Augusto de Souza Gonçalves
Diretor Substituto da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

PORTARIA TRT Nº 528, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

O EXMO. PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2026, na forma constante dos anexos.

Des. RUY SALATHIEL DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº XXX/2026
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") Em R$ 1,00

Despesa com Pessoal	Despesas Executadas setembro de 2025 a agosto de 2026														
	Liquidadas													Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total Executado
	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Total		
	2025	2025	2025	2025	2026	2026	2026	2026	2026	2026	2026	2026	(Últimos 12 meses)		
													(a)	(b)	C=(a)+(b)
Despesa Bruta com Pessoal (I)	76.245.026,78	86.267.827,23	86.944.331,39	145.504.520,09	98.417.177,26	78.725.049,86	91.216.764,65	78.937.378,97	79.850.247,05	81.333.005,93	84.063.158,78	85.597.872,03	1.073.102.360,02	5.562.453,17	1.078.664.813,19
Pessoal Ativo	54.837.696,48	61.674.111,08	60.946.308,23	109.074.380,97	66.059.924,41	57.039.323,58	65.069.438,91	57.052.725,85	57.266.061,39	58.380.454,74	60.169.846,47	61.568.766,28	769.139.038,39	5.530.394,15	774.669.432,54
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesa Variáveis	46.568.444,09	53.418.034,82	52.707.937,42	92.646.457,19	57.883.454,63	48.495.180,37	56.537.795,03	48.526.381,76	48.762.640,45	49.895.301,61	51.140.143,45	52.537.353,55	659.119.124,37	5.119.138,81	664.238.263,18

Obrigações Patronais	8.269.252,39	8.256.076,26	8.238.370,81	16.427.923,78	8.176.469,78	8.544.143,21	8.531.643,88	8.526.344,09	8.503.420,94	8.485.153,13	9.029.703,02	9.031.412,73	110.019.914,02	411.255,34	110.431.169,36
Pessoal Inativo e Pensionistas	21.407.330,30	24.593.716,15	25.998.023,16	36.430.139,12	32.357.252,85	21.685.726,28	26.147.325,74	21.884.653,12	22.584.185,66	22.952.551,19	23.893.312,31	24.029.105,75	303.963.321,63	32.059,02	303.995.380,65
Aposentadorias, Reserva e Reformas	16.453.001,89	19.188.220,37	19.460.198,66	27.780.773,42	24.770.805,82	16.621.098,03	19.698.464,99	16.691.275,56	17.231.042,37	17.600.696,55	18.432.443,55	18.578.460,36	232.506.481,57	16.559,02	232.523.040,59
Pensões	4.954.328,41	5.405.495,78	6.537.824,50	8.649.365,70	7.586.447,03	5.064.628,25	6.448.860,75	5.193.377,56	5.353.143,29	5.351.854,64	5.460.868,76	5.450.645,39	71.456.840,06	15.500,00	71.472.340,06
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de Contratação de forma indireta(§ 1º art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas não Computadas (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	21.236.632,63	21.642.535,44	10.208.432,69	21.951.243,49	15.180.220,46	4.519.729,49	6.049.698,43	4.514.185,14	7.278.866,65	11.345.402,74	17.024.298,28	22.575.900,46	163.527.145,90	20,66	163.527.166,56
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	2.371.045,82	805.321,04			1.483.716,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.660.082,94	0,00	4.660.082,94
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	21.236.632,63	21.642.535,44	7.837.386,87	21.145.922,45	15.180.220,46	4.519.729,49	4.565.982,35	4.514.185,14	7.278.866,65	11.345.402,74	17.024.298,28	22.575.900,46	158.867.062,96	20,66	158.867.083,62
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	55.008.394,15	64.625.291,79	76.735.898,70	123.553.276,60	83.236.956,80	74.205.320,37	85.167.066,22	74.423.193,83	72.571.380,40	69.987.603,19	67.038.860,50	63.021.971,57	909.575.214,12	5.562.432,51	915.137.646,63

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
Despesa Total com Pessoal - DTP (V)= (IIIa +IIIb)	915.137.646,63	0,056516%
Limite Máximo (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.209.661.648,35	0,136461%
Limite Prudencial (VII)= (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.099.178.565,93	0,129638%
Limite de Alerta (VIII)=(0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.988.695.483,52	0,122815%

Fonte: Tesouro Gerencial, Seção de Análise Contábil/CCONT/SOF/TRT da 6ª Região - 24.09.2026, 13h e 30m.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2.097/2011 - TCU - Plenário, não foram computados no Anexo I:

a) Despesas com Precatórios executadas por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque), no valor de R$ 37.149.238,28.

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por intermédio da descentralização interna de créditos (provisão), no valor de R$ 3.922.205,85.

3)Não houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados referente a Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração.

4)Receita Corrente Líquida, conforme Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026.

Des. RUY SALATHIEL DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA

Presidente do Tribunal

LUCIANO JOSÉ FALCÃO LACERDA

Diretor-Geral

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO

Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ESDRAS CARNEIRO FERREIRA

Diretor da Secretaria de Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ATO PRESI Nº 154, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, inciso I, alínea a, e § 2º da Lei Complementar nº 101, de 04.5.2000, e na Portaria STN n° 2.057/2025, e considerando, ainda, o que consta dos autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 5000/2026, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 2º quadrimestre de 2026, conforme Anexo deste Ato, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Desª MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RPNP (b)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	54.733.497,27	61.009.701,50	60.582.319,73	103.016.257,49	74.233.718,11	56.691.468,66	65.390.861,79	56.854.576,65	57.052.290,85	59.025.630,08	61.052.067,77	60.821.613,09	770.464.002,99	252.530,04

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região
Gabinete da Presidência
Av. Santos Dumont, 3384 – Aldeota – CEP 60.150-162 – Fortaleza-CE
Fone: (85) 3388.93.03 – e-mail: presidencia@trt7.jus.br

FERNANDA MARIA UCHOA DE ALBUQUERQUE
29/09/2026 11:39

Ofício TRT7.GP Nº 273/2026

Fortaleza, 29 de setembro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar
Brasília – DF
CEP: 70.165-900

Assunto: Encaminha Relatório de Gestão Fiscal (LRF, art. 54)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Cumprimentando-o, em observância ao disposto no artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal e artigo 5º, inciso I da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a Vossa Excelência cópia do Diário Oficial da União com a publicação do Ato desta Presidência, que dá publicidade ao Anexo 1 do Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2026.

Respeitosamente,

assinado eletronicamente
FERNANDA MARIA UCHOA DE ALBUQUERQUE
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2.041, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, torna público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL, constante no Processo Administrativo TRT 4ª nº 3175/2025.

FREDERICO MARTINS BRITO
28/09/2026 07:46

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	151.632.951,82	170.556.527,84	251.397.224,29	195.582.981,86	196.585.581,65	158.408.681,53	178.341.361,54	155.280.486,55	156.358.643,01	161.699.805,95	166.675.331,11	168.297.504,30	2.110.817.081,45	12.005.858,87
Pessoal Ativo	99.831.074,22	112.721.794,48	166.595.662,88	135.452.915,47	119.822.721,02	105.383.959,94	114.710.699,94	102.397.344,81	101.774.076,59	107.718.483,78	109.567.781,18	110.853.963,30	1.386.830.477,61	11.271.387,89
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	84.622.034,34	97.514.243,06	140.069.430,42	120.228.790,31	104.738.434,18	89.677.740,55	99.323.782,55	87.076.305,95	86.498.827,65	92.052.861,46	93.174.257,83	94.465.318,66	1.189.442.026,96	7.547.190,64
Obrigações Patronais	15.209.039,88	15.207.551,42	26.526.232,46	15.224.125,16	15.084.286,84	15.706.219,39	15.386.917,39	15.321.038,86	15.275.248,94	15.665.622,32	16.393.523,35	16.388.644,64	197.388.450,65	3.724.197,25
Pessoal Inativo e Pensionistas	51.801.877,60	57.834.733,36	84.801.561,41	60.130.066,39	76.762.860,63	53.024.721,59	63.630.661,60	52.883.141,74	54.584.566,42	53.981.322,17	57.107.549,93	57.443.541,00	723.986.603,84	734.470,98
Aposentadorias, Reserva e Reformas	42.079.594,22	47.230.699,13	69.018.011,39	48.903.874,53	62.336.877,56	42.926.054,14	50.586.516,08	42.854.236,17	44.183.887,89	43.711.529,36	46.558.009,74	46.975.871,33	587.365.161,54	566.799,00
Pensões	9.722.283,38	10.604.034,23	15.783.550,02	11.226.191,86	14.425.983,07	10.098.667,45	13.044.145,52	10.028.905,57	10.400.678,53	10.269.792,81	10.549.540,19	10.467.669,67	136.621.442,30	167.671,98
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	36.087,42	59.170,99	38.531.411,08	32.158.125,02	50.489.746,30	52.178.838,45	62.765.275,01	52.090.155,52	53.537.782,36	53.154.996,97	10.342.205,42	10.396.347,38	415.740.141,92	157.671,98
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	3.661,54	1.220,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.882,05	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	1.469.162,72	2.024.422,05	0,10	125,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.493.710,33	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	36.087,42	59.170,99	37.058.586,82	30.132.482,46	50.489.746,20	52.178.712,99	62.765.275,01	52.090.155,52	53.537.782,36	53.154.996,97	10.342.205,42	10.396.347,38	412.241.549,54	157.671,98
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	151.596.864,40	170.497.356,85	212.865.813,21	163.424.856,84	146.095.835,35	106.229.843,08	115.576.086,53	103.190.331,03	102.820.860,65	108.544.808,98	156.333.125,69	157.901.156,92	1.695.076.939,53	11.848.186,89

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art.166-A, § 1º, da CF) (V)		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art.166-A, § 1º, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art.198 , § 11) (VI)		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	1.619.262.388.778,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a) + (III b)	**1.706.925.126,00**	**0,105414%**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.579.622.399,75	0,221065%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.400.641.279,77	0,210012%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.221.660.159,78	0,198959%

FONTE: SIAFI - SECOF/CCon/TRT 4ª Região, 21/09/2026 14h.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

a) Despesas com requisições de pequeno valor (RPV) executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada R$ 12.951.854,62;

b) Despesas com precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 97.273.547,91;

c) Despesas com precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 78.671.319,75;

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ
Presidente do TRT da 4ª Região/RS

ANDRÉ LUÍS DE ASSIS
Ordenador de Despesas Substituto

CAROLINA FEUERHARMEL LITVIN
Diretora da Secretaria de Auditoria

EDER GIOVANE SCHERER OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

ATO Nº 104, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Determinar a publicação do anexo 1 do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2026, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para divulgação e conhecimento público.

Desª FERNANDA MARIA UCHOA DE ALBUQUERQUE

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	set/2025	out/2025	nov/2025	dez/2025	jan/2026	fev/2026	mar/2026	abr/2026	mai/2026	jun/2026	jul/2026	ago/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	39.868.371,40	45.200.221,76	44.515.298,44	76.372.814,34	52.304.576,01	40.801.216,65	46.824.618,49	43.014.936,02	42.147.899,21	43.089.454,01	44.201.089,19	46.129.391,72	564.469.887,24	283.398,63	564.753.285,87
Pessoal Ativo	28.452.104,85	32.886.609,21	32.207.502,20	57.450.871,99	35.361.097,96	29.358.908,36	33.713.381,50	31.458.652,39	30.085.249,80	31.197.296,13	31.812.215,55	33.891.216,17	407.875.106,11	283.398,63	408.158.504,74
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	24.297.466,59	28.671.396,18	27.994.238,60	49.040.502,62	31.169.365,49	25.056.413,10	29.446.623,07	26.902.046,66	25.757.305,14	26.864.002,49	27.205.872,23	29.281.948,51	351.687.180,68	283.398,63	351.970.579,31
Obrigações Patronais	4.154.638,26	4.215.213,03	4.213.263,60	8.410.369,37	4.191.732,47	4.302.495,26	4.266.758,43	4.556.605,73	4.327.944,66	4.333.293,64	4.606.343,32	4.609.267,66	56.187.925,43		56.187.925,43
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.416.266,55	12.313.612,55	12.307.796,24	18.921.942,35	16.943.478,05	11.442.308,29	13.111.236,99	11.556.283,63	12.062.649,41	11.892.157,88	12.388.873,64	12.238.175,55	156.594.781,13	0,00	156.594.781,13
Aposentadorias, Reserva e Reformas	9.342.497,51	10.230.420,63	10.248.693,87	14.930.233,93	13.821.359,44	9.396.507,39	10.381.534,55	9.521.513,28	10.004.346,69	9.689.230,69	10.160.077,57	10.074.644,07	127.801.059,62		127.801.059,62
Pensões	2.073.769,04	2.083.191,92	2.059.102,37	3.991.708,42	3.122.118,61	2.045.800,90	2.729.702,44	2.034.770,35	2.058.302,72	2.202.927,19	2.228.796,07	2.163.531,48	28.793.721,51		28.793.721,51
Out. Desp. de Pessoal Decorrent. de Contrat. de Terc. ou de Contrat. Forma Indiret (§ 1º art. 18 da LRF)													0,00		0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00		0,00

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	11.136.906,08	3.488.573,33	536.817,17	691.637,51	16.537.138,65	11.074.581,59	12.894.049,44	11.231.015,06	11.737.380,84	11.545.011,00	12.040.303,84	6.325.572,59	109.238.987,10	0,00	109.238.987,10
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	8.370,52			4.094,70									12.465,22		12.465,22
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração													0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração			376.283,52	497.007,63			108.081,02						981.372,17		981.372,17
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.128.535,56	3.488.573,33	160.533,65	190.535,18	16.537.138,65	11.074.581,59	12.785.968,42	11.231.015,06	11.737.380,84	11.545.011,00	12.040.303,84	6.325.572,59	108.245.149,71		108.245.149,71
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	28.731.465,32	41.711.648,43	43.978.481,27	75.681.176,83	35.767.437,36	29.726.635,06	33.930.569,05	31.783.920,96	30.410.518,37	31.544.443,01	32.160.785,35	39.803.819,13	455.230.900,14	283.398,63	455.514.298,77

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	455.514.298,77	0,028131%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.123.930.024,05	0,069410%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.067.733.522,85	0,065940%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.011.537.021,65	0,062469%

FONTE: SIAFI / TESOURO GERENCIAL/Coordenadoria de Contabilidade/SOF/TRT 7ª Região - 14/setembro/2026 - 11h
Notas: 1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos (coluna B)
2) Foram cancelados e excluídos da coluna (B) R$ 5.763,40 (diferença na Desp.Bruta (I) para o sistema Tesouro Gerencial) do saldo original dos Restos a Pagar inscritos dez/25 - R$ 289.162,03, restando saldo de R$ 283.398,63 de RPNP Pessoal Requisitado - 3190.9602;
3) Pessoal Ativo - Obrigações Patronais agrega valores da contribuição previdenciária patronal para o RPPS (R$ 51.540.424,30) , para o INSS e SAT (R$ 779.562,09) e da Contribuição patronal para o FUNPRESP LEI 12618/12 (R$ 3.867.939,04) incluindo despesa exerc.anter.nesses elementos;
4) Nas despesas com Pessoal não estão computadas as Sentenças Judiciais executadas por meio de descentralização interna (provisão) e descentralização externa de crédito (Destaque), conforme disposição do item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011-Plenário que neste quadrimestre são referentes às Requisições de Pequeno Valor (RPV) de R$ 35.852.802,65 (provisões) e despesas com precatórios federais de R$ 213.702.244,25 (destaques) mais precatórios de custeio 3390.9107-26NE000281 de R$ 2.616.203,00;
5) No item "Despesas não computadas" foram consideradas as despesas de exercícios anteriores (ND 92), apropriadas em novembro e dezembro/2025, pois pertencem à competência de período anterior ao ano 2025 (R$ 873.291,15), além do valor de R$ 108.081,02 referente fato gerador de 2023 - ATS e patronal - 26NE258/NE259-FL79/FL86 paga em março26; Não foram deduzidas despesas de exerc.anteriores cujos fatos geradores ocorreram de setembro a dezembro/25, R$ 1.811,54 - 3190.9296 -ressarcimento pessoal cedido, pagas em fev/mar/abr26, estando portanto divergentes do relatório do Tesouro Gerencial (TG) nesse valor;
6) As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000

Desª FERNANDA MARIA UCHOA DE ALBUQUERQUE
Presidente do Tribunal

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora Geral e Ordenadora de Despesas

FABIANO REGO DE SOUSA
Secretário de Orçamento e Finanças

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
Secretário de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PORTARIA PRESI Nº 491, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto nos artigos 54, III, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04-05-2000, resolve:

Art. 1º. Emitir o Relatório de Gestão Fiscal, composto pelo demonstrativo da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida, referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Art. 2º. O Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, será publicado na forma do disposto no § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000.

TERESA REGINA COTOSKY

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
DESPESA COM PESSOAL	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	71.756.730,96	80.316.346,28	79.588.211,47	131.711.476,78	96.490.375,97	74.717.264,07	84.862.841,26	76.074.633,93	74.280.086,64	75.749.877,74	79.455.269,47	79.935.913,61	1.004.939.028,18	1.458.259,11
Pessoal Ativo	46.801.454,66	52.653.006,25	51.609.155,82	90.478.325,69	57.878.191,09	48.319.792,84	55.323.374,32	49.270.378,83	47.847.400,57	49.081.724,87	51.514.145,32	51.990.270,72	652.767.220,98	1.310.117,32
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	40.271.123,27	46.151.289,62	45.112.906,27	77.450.961,73	51.439.595,54	41.713.950,12	48.590.026,82	42.613.139,02	41.269.705,42	42.512.745,81	44.535.583,36	45.003.956,89	566.664.983,87	1.310.117,32
Obrigações Patronais	6.530.331,39	6.501.716,63	6.496.249,55	13.027.363,96	6.438.595,55	6.605.842,72	6.733.347,50	6.657.239,81	6.577.695,15	6.568.979,06	6.978.561,96	6.986.313,83	86.102.237,11	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	24.955.276,30	27.663.340,03	27.979.055,65	41.233.151,09	37.700.117,02	25.690.725,12	29.530.657,88	25.846.232,41	26.360.607,49	26.650.879,35	27.923.307,11	27.945.642,89	349.478.992,34	148.141,79
Aposentadorias, Reserva e Reformas	22.369.640,82	24.619.154,56	24.934.870,18	36.703.785,53	33.790.048,92	22.967.503,55	26.344.715,94	23.223.166,71	23.691.855,56	23.773.849,12	25.141.786,62	25.195.737,54	312.756.115,05	131.141,79
Pensões	2.585.635,48	3.044.185,47	3.044.185,47	4.529.365,56	3.910.068,10	2.723.221,57	3.185.941,94	2.623.065,70	2.668.751,93	2.877.030,23	2.781.520,49	2.749.905,35	36.722.877,29	17.000,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou Contratação de Forma Indireta-§1º do art. 18 da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	912.067,86	706.746,11	8.809,06	958.022,69	72.078,58	17.273,52	17.817,04	0,00	2.692.814,86	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	417.285,97	-58.637,05	509.146,68	912.020,43	37.240.139,97	25.334.520,03	29.190.254,84	25.492.822,38	26.003.304,87	26.292.752,88	832.445,06	307.437,12	172.473.493,18	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
Secretaria-Geral da Presidência

OFÍCIO TRT8/PRESI/SEADM N.º 005/2026

Belém(PA), 30 de setembro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes
CEP: 70.165-900. Brasília/DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal – 2º Quadrimestre de 2026

Anexo: RGF – TRT 8ª Região – Setembro de 2025 a Agosto de 2026

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, e em atendimento ao disposto no art. 59 da LRF c/c art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal deste Órgão relativo ao período de Setembro de 2025 a Agosto de 2026, publicado no Diário Oficial da União de 29/09/2026, Seção 1, páginas 108 e 109.

Respeitosamente,

ROSITA DE NAZARE SIDRIM NASSAR:1107

Assinado de forma digital por ROSITA DE NAZARE SIDRIM NASSAR:1107
Dados: 2026.09.30 12:40:46 -03'00'

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
Desembargadora Vice-Presidente,
no exercício da Presidência

Obrigações Patronais	8.269.252,39	8.256.076,26	8.238.370,81	16.427.923,78	8.176.469,78	8.544.143,21	8.531.643,88	8.526.344,09	8.503.420,94	8.485.153,13	9.029.703,02	9.031.412,73	110.019.914,02	411.255,34	110.431.169,36
Pessoal Inativo e Pensionistas	21.407.330,30	24.593.716,15	25.998.023,16	36.430.139,12	32.357.252,85	21.685.726,28	26.147.325,74	21.884.653,12	22.584.185,66	22.952.551,19	23.893.312,31	24.029.105,75	303.963.321,63	32.059,02	303.995.380,65
Aposentadorias, Reserva e Reformas	16.453.001,89	19.188.220,37	19.460.198,66	27.780.773,42	24.770.805,82	16.621.098,03	19.698.464,99	16.691.275,56	17.231.042,37	17.600.696,55	18.432.443,55	18.578.460,36	232.506.481,57	16.559,02	232.523.040,59
Pensões	4.954.328,41	5.405.495,78	6.537.824,50	8.649.365,70	7.586.447,03	5.064.628,25	6.448.860,75	5.193.377,56	5.353.143,29	5.351.854,64	5.460.868,76	5.450.645,39	71.456.840,06	15.500,00	71.472.340,06
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de Contratação de forma indireta(§ 1º art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas não Computadas (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	21.236.632,63	21.642.535,44	10.208.432,69	21.951.243,49	15.180.220,46	4.519.729,49	6.049.698,43	4.514.185,14	7.278.866,65	11.345.402,74	17.024.298,28	22.575.900,46	163.527.145,90	20,66	163.527.166,56
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	2.371.045,82	805.321,04			1.483.716,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.660.082,94	0,00	4.660.082,94
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	21.236.632,63	21.642.535,44	7.837.386,87	21.145.922,45	15.180.220,46	4.519.729,49	4.565.982,35	4.514.185,14	7.278.866,65	11.345.402,74	17.024.298,28	22.575.900,46	158.867.062,96	20,66	158.867.083,62
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	55.008.394,15	64.625.291,79	76.735.898,70	123.553.276,60	83.236.956,80	74.205.320,37	85.167.066,22	74.423.193,83	72.571.380,40	69.987.603,19	67.038.860,50	63.021.971,57	909.575.214,12	5.562.432,51	915.137.646,63

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
Despesa Total com Pessoal - DTP (V)= (IIIa +IIIb)	915.137.646,63	0,056516%
Limite Máximo (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.209.661.648,35	0,136461%
Limite Prudencial (VII)= (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.099.178.565,93	0,129638%
Limite de Alerta (VIII)=(0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.988.695.483,52	0,122815%

Fonte: Tesouro Gerencial, Seção de Análise Contábil/CCONT/SOF/TRT da 6ª Região - 24.09.2026, 13h e 30m.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2.097/2011 - TCU - Plenário, não foram computados no Anexo I:

a) Despesas com Precatórios executadas por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque), no valor de R$ 37.149.238,28.

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por intermédio da descentralização interna de créditos (provisão), no valor de R$ 3.922.205,85.

3)Não houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados referente a Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração.

4)Receita Corrente Líquida, conforme Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026.

Des. RUY SALATHIEL DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA

Presidente do Tribunal

LUCIANO JOSÉ FALCÃO LACERDA

Diretor-Geral

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO

Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ESDRAS CARNEIRO FERREIRA

Diretor da Secretaria de Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ATO PRESI Nº 154, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, inciso I, alínea a, e § 2º da Lei Complementar nº 101, de 04.5.2000, e na Portaria STN n° 2.057/2025, e considerando, ainda, o que consta dos autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 5000/2026, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 2º quadrimestre de 2026, conforme Anexo deste Ato, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Desª MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RPNP (b)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	54.733.497,27	61.009.701,50	60.582.319,73	103.016.257,49	74.233.718,11	56.691.468,66	65.390.861,79	56.854.576,65	57.052.290,85	59.025.630,08	61.052.067,77	60.821.613,09	770.464.002,99	252.530,04

Pessoal Ativo	37.393.428,41	42.117.979,98	41.311.984,14	73.874.203,97	47.936.420,46	39.025.014,55	44.992.605,35	39.223.250,06	38.901.742,31	40.924.699,31	41.633.128,28	41.799.232,41	529.133.689,23	208.000,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	32.825.019,00	37.538.306,13	36.715.289,93	64.745.538,04	43.325.732,94	34.201.040,86	40.272.580,75	34.476.190,59	34.151.673,57	36.168.382,28	36.616.860,99	36.765.959,35	467.802.574,43	208.000,00
Obrigações Patronais	4.568.409,41	4.579.673,85	4.596.694,21	9.128.665,93	4.610.687,52	4.823.973,69	4.720.024,60	4.747.059,47	4.750.068,74	4.756.317,03	5.016.267,29	5.033.273,06	61.331.114,80	
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.340.068,86	18.891.721,52	19.270.335,59	29.142.053,52	26.297.297,65	17.666.454,11	20.398.256,44	17.631.326,59	18.150.548,54	18.100.930,77	19.418.939,49	19.022.380,68	241.330.313,76	44.530,04
Aposentadorias, Reservas e Reformas	13.746.096,01	15.086.858,71	15.191.619,85	23.220.271,73	20.819.062,23	14.011.274,01	15.479.248,57	13.963.481,97	14.298.258,20	14.278.408,06	15.505.955,09	15.114.543,35	190.715.077,78	29.530,04
Pensões	3.593.972,85	3.804.862,81	4.078.715,74	5.921.781,79	5.478.235,42	3.655.180,10	4.919.007,87	3.667.844,62	3.852.290,34	3.822.522,71	3.912.984,40	3.907.837,33	50.615.235,98	15.000,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta(§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.324,12	5.324,12	622.728,91	641.763,02	5.324,12	5.324,12	921.056,33	5.324,12	10.306.347,68	17.029.100,03	18.350.191,31	17.874.007,47	65.771.815,35	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	5.324,12	5.324,12	5.324,12	5.324,12	5.324,12	5.324,12	5.324,12	5.324,12	0,00	0,00	0,00	0,00	42.592,96	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	617.404,79	636.438,90	0,00	0,00	915.732,21	0,00	0,00	10.256,22	17.811,74	0,00	2.197.643,86	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.306.347,68	17.018.843,81	18.332.379,57	17.874.007,47	63.531.578,53	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	54.728.173,15	61.004.377,38	59.959.590,82	102.374.494,47	74.228.393,99	56.686.144,54	64.469.805,46	56.849.252,53	46.745.943,17	41.996.530,05	42.701.876,46	42.947.605,62	704.692.187,64	252.530,04

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	704.944.717,68	0,043535%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.476.330.097,72	0,091173%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.402.513.592,83	0,086614%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.328.697.087,95	0,082056%

FONTE: Tesouro Gerencial - Divisão de Contabilidade e Conformidade dos Atos de Gestão / TRT 8ª - 25/09/2026 - 16h32m

Notas:

1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2) A Consulta gerada pelo Tesouro Gerencial apurou na linha de Indenizações por Demissões e Incentivos à Demissão Voluntárias relativo às competências de Dezembro de 2025, Janeiro e Fevereiro de 2026 os valores de R$ 1.618.625,87, R$ 1.808.081,39 e R$ 16.677,30, respectivamente, os quais foram excluídos das despesas não computadas (II) (§1º do art. 19 da LRF) deste demonstrativo, face não se tratar de indenizações por demissão ou incentivos à demissão voluntária. Não sendo, portanto, deduzidos da Despesa Bruta com Pessoal. Contudo, tais valores integram a Despesa Bruta com Pessoal deste relatório.

3) A Consulta gerada pelo Tesouro Gerencial apurou na linha de Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração relativo a competência de Junho de 2026 o valor de R$ 512.122,18, contudo apenas R$ 10.256,22 se referem a Despesas de período anterior ao de apuração deste Relatório, assim como na competência de Julho de 2026 o valor de R$ 48.627,96, contudo apenas R$ 17.811,74 se referem a Despesas de período anterior ao de apuração.

4) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram computadas como despesas de pessoal: (a) Despesas com Precatórios da Administração Direta e Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada entre janeiro e agosto de 2026 o valor de R$ 5.908.864,33; e

(b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada entre setembro e dezembro de 2025 o valor de R$ 504.006,78, e entre janeiro e agosto de 2026 o valor de R$ 1.132.218,88..

Desª MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO
Presidente do Tribunal

RODRIGO BEZERRA RODRIGUES
Diretor da Secretaria Administrativa e Ordenador da Despesa

VALDENOR MONTEIRO BRITO
Coordenador de Orçamento e Finanças, substituto

LEONARDO JUELINO DA SILVA
Diretor da Secretaria de Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

PORTARIA Nº 115, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a publicação de Relatório de Gestão Fiscal.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o art. 54, inciso II e parágrafo único da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), resolve:
Art. 1º Publique-se o anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de Setembro de 2025 a Agosto de 2026, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARION MAZURKEVIC

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RPNP (b)
	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	98.458.548,06	112.137.175,21	111.097.046,69	172.442.115,79	133.376.587,83	100.705.477,16	115.607.069,18	103.652.550,24	104.225.323,46	106.393.883,00	111.165.742,74	118.682.281,23	1.387.943.800,59	7.272.538,34
Pessoal Ativo	73.440.817,04	83.168.506,58	81.879.182,73	129.802.277,68	94.805.398,38	74.754.353,59	85.646.691,98	77.041.952,67	76.667.775,91	78.608.326,47	81.440.938,04	89.505.562,53	1.026.761.783,60	6.959.636,90
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	63.450.886,65	73.165.174,46	71.936.344,31	109.899.305,82	84.963.876,38	64.643.556,64	75.365.788,63	66.677.092,83	66.309.810,68	68.356.947,47	70.550.464,82	78.613.085,93	893.932.334,62	6.839.390,62
Obrigações Patronais	9.989.930,39	10.003.332,12	9.942.838,42	19.902.971,86	9.841.522,00	10.110.796,95	10.280.903,35	10.364.859,84	10.357.965,23	10.251.379,00	10.890.473,22	10.892.476,60	132.829.448,98	120.246,28
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.017.731,02	28.968.668,63	29.217.863,96	42.639.838,11	38.571.189,45	25.951.123,57	29.960.377,20	26.610.597,57	27.557.547,55	27.785.556,53	29.724.804,70	29.176.718,70	361.182.016,99	312.901,44
Aposentadorias, Reservas e Reformas	22.073.356,94	25.800.230,13	26.045.988,22	37.798.265,94	34.166.123,83	22.970.695,58	26.403.489,66	23.597.598,39	24.456.969,67	24.675.911,87	26.565.192,75	25.903.212,30	320.457.035,28	251.269,62
Pensões	2.944.374,08	3.168.438,50	3.171.875,74	4.841.572,17	4.405.065,62	2.980.427,99	3.556.887,54	3.012.999,18	3.100.577,88	3.109.644,66	3.159.611,95	3.273.506,40	40.724.981,71	61.631,82

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ATO PRESI Nº 154, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, inciso I, alínea "a", e § 2º da Lei Complementar nº 101, de 04.5.2000, e na Portaria STN nº 2.057/2025, e

CONSIDERANDO, ainda, o que consta nos autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 5000/2026,

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 2º quadrimestre de 2026, conforme Anexo deste Ato, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Publique-se e registre-se.

MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO:1073

Assinado de forma digital por MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO:1073
Dados: 2026.09.28 14:54:46 -03'00'

MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO
Desembargadora Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	54.733.497,27	61.009.701,50	60.582.319,73	103.016.257,49	74.233.718,11	56.691.468,66	65.390.861,79	56.854.576,65	57.052.290,85	59.025.630,08	61.052.067,77	60.821.613,09	770.464.002,99	252.530,04	770.716.533,03
Pessoal Ativo	37.393.428,41	42.117.979,98	41.311.984,14	73.874.203,97	47.936.420,46	39.025.014,55	44.992.605,35	39.223.250,06	38.901.742,31	40.924.699,31	41.633.128,28	41.799.232,41	529.133.689,23	208.000,00	529.341.689,23
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	32.825.019,00	37.538.306,13	36.715.289,93	64.745.538,04	43.325.732,94	34.201.040,86	40.272.580,75	34.476.190,59	34.151.673,57	36.168.382,28	36.616.860,99	36.765.959,35	467.802.574,43	208.000,00	468.010.574,43
Obrigações Patronais	4.568.409,41	4.579.673,85	4.596.694,21	9.128.665,93	4.610.687,52	4.823.973,69	4.720.024,60	4.747.059,47	4.750.068,74	4.756.317,03	5.016.267,29	5.033.273,06	61.331.114,80		61.331.114,80
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.340.068,86	18.891.721,52	19.270.335,59	29.142.053,52	26.297.297,65	17.666.454,11	20.398.256,44	17.631.326,59	18.150.548,54	18.100.930,77	19.418.939,49	19.022.380,68	241.330.313,76	44.530,04	241.374.843,80
Aposentadorias, Reserva e Reformas	13.746.096,01	15.086.858,71	15.191.619,85	23.220.271,73	20.819.062,23	14.011.274,01	15.479.248,57	13.963.481,97	14.298.258,20	14.278.408,06	15.505.955,09	15.114.543,35	190.715.077,78	29.530,04	190.744.607,82
Pensões	3.593.972,85	3.804.862,81	4.078.715,74	5.921.781,79	5.478.235,42	3.655.180,10	4.919.007,87	3.667.844,62	3.852.290,34	3.822.522,71	3.912.984,40	3.907.837,33	50.615.235,98	15.000,00	50.630.235,98
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	5.324,12	5.324,12	622.728,91	641.763,02	5.324,12	5.324,12	921.056,33	5.324,12	10.306.347,68	17.029.100,03	18.350.191,31	17.874.007,47	65.771.815,35	0,00	65.771.815,35
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	5.324,12	5.324,12	5.324,12	5.324,12	5.324,12	5.324,12	5.324,12	5.324,12					42.592,96		42.592,96
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração			617.404,79	636.438,90			915.732,21			10.256,22	17.811,74		2.197.643,86		2.197.643,86
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados									10.306.347,68	17.018.843,81	18.332.379,57	17.874.007,47	63.531.578,53		63.531.578,53
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	54.728.173,15	61.004.377,38	59.959.590,82	102.374.494,47	74.228.393,99	56.686.144,54	64.469.805,46	56.849.252,53	46.745.943,17	41.996.530,05	42.701.876,46	42.947.605,62	704.692.187,64	252.530,04	704.944.717,68

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	**704.944.717,68**	**0,043535%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.476.330.097,72	0,091173%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.402.513.592,83	0,086614%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.328.697.087,95	0,082056%

FONTE: Sistema SIAFI/Tesouro Gerencial - Divisão de Contabilidade e Conformidade dos Atos de Gestão / TRT 8ª - 25/09/2026 – 16h32m

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

(1) A Consulta gerada pelo Tesouro Gerencial apurou na linha de Indenizações por Demissões e Incentivos à Demissão Voluntárias relativo às competências de Dezembro de 2025, Janeiro e Fevereiro de 2026 os valores de R$ 1.618.625,87, R$ 1.808.081,39 e R$ 16.677,30, respectivamente, os quais foram excluídos das despesas não computadas (II) (§1º do art. 19 da LRF) deste demonstrativo, face não se tratar de indenizações por demissão ou incentivos à demissão voluntária. Não sendo, portanto, deduzidos da Despesa Bruta com Pessoal. Contudo, tais valores integram a Despesa Bruta com Pessoal deste relatório.

(2) A Consulta gerada pelo Tesouro Gerencial apurou na linha de Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração relativo a competência de Junho de 2026 o valor de R$ 512.122,18, contudo apenas R$ 10.256,22 se referem a Despesas de período anterior ao de apuração deste Relatório, assim como na competência de Julho de 2026 o valor de R$ 48.627,96, contudo apenas R$ 17.811,74 se referem a Despesas de período anterior ao de apuração.

(3) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram computadas como despesas de pessoal:
(a) Despesas com Precatórios da Administração Direta e Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada entre janeiro e agosto de 2026 o valor de R$ 5.908.864,33; e
(b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada entre setembro e dezembro de 2025 o valor de R$ 504.006,78, e entre janeiro e agosto de 2026 o valor de R$ 1.132.218,88.

MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO:1073
Assinado de forma digital por MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO:1073
Dados: 2026.09.28 14:56:26 -03'00'

MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO
Desembargadora Presidente

RODRIGO BEZERRA RODRIGUES:3080
Assinado de forma digital por RODRIGO BEZERRA RODRIGUES:3080
Dados: 2026.09.30 16:22:52 -03'00'

RODRIGO BEZERRA RODRIGUES
Diretor da Secretaria Administrativa
e Ordenador de Despesa

VALDENOR MONTEIRO BRITO:1028
Assinado de forma digital por VALDENOR MONTEIRO BRITO:1028
Dados: 2026.09.28 12:08:52 -03'00'

VALDENOR MONTEIRO BRITO
Coordenador de Orçamento e Finanças
em substituição

Leonardo Juelino da Silva:3623
Assinado de forma digital por Leonardo Juelino da Silva:3623
Dados: 2026.09.28 12:20:39 -03'00'

LEONARDO JUELINO DA SILVA
Diretor da Secretaria de Auditoria

RODRIGO BEZERRA RODRIGUES 30/09/2026 13:40

VILMAR JOSÉ SIQUEIRA 01/10/2026 SECOF TRT9

Poder Judiciário Federal

Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região

Ofício SECOF 90/2026 (ID 21562571)

Ofício 90/2026/Ccont-Secof

Curitiba, 30 de setembro de 2026.

Ao Excelentíssimo Senhor

Presidente do Congresso Nacional

Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem

Senado Federal, Praça dos Três Poderes

70.165-900 – Brasília - DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2026 – TRT 9ª Região

1. Comunicamos a Vossa Excelência que este Órgão Trabalhista, em cumprimento ao disposto no art. 54 e no §2º, art. 55, da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4/5/2000, publicou o Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro/2025 a agosto/2026, no Diário Oficial da União Nº 184, terça-feira, 29 de setembro de 2026, páginas 109 e 110.

2. Em cumprimento ao disposto no art. 59, da Lei Complementar nº 101/2000 c/c art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminhamos o referido relatório em anexo.

Respeitosamente,

VILMAR JOSÉ SIQUEIRA

Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

Documento "Ofício SECOF 90/2026", no sistema Vetor, processo "RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2º QUADRIMESTRE 2026 (Nº 388368)". Para verificar a autenticidade desta cópia, informe o código 2026.WJMEK.BPEBC no endereço eletrônico: https://www.trt9.jus.br/vetor/doc_assinado

VILMAR JOSÉ SIQUEIRA 01/10/2026 SECOF TRT9

Anexos ao Ofício 90/2026 Ccont-Secof:

1) Portaria Presidência nº 115/2026 TRT 9ª Região;

2) Relatório de Gestão Fiscal Publicado – Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Documento "Ofício SECOF 90/2026", no sistema Vetor, processo "RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2º QUADRIMESTRE 2026 (Nº 388368)". Para verificar a autenticidade desta cópia, informe o código 2026.WJMEK.BPEBC no endereço eletrônico: https://www.trt9.jus.br/vetor/doc_assinado

ARION
MAZURKEVIC
28/09/2026
GAB28 TRT9

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região

PORTARIA PRESIDÊNCIA 115/2026 (ID 21430613)

PORTARIA PRESIDÊNCIA 115/2026:

PORTARIA PRESIDÊNCIA N.º 115, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a publicação de Relatório de Gestão Fiscal.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO

o art. 54, inciso II e parágrafo único da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

RESOLVE

Art. 1º Publique-se o anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de Setembro /2025 a Agosto/2026, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARION MAZURKEVIC

Presidente do TRT da 9ª Região

Documento "PORTARIA PRESIDÊNCIA 115/2026", no sistema Vetor, processo "RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2º QUADRIMESTRE 2026 (Nº 388368)". Para verificar a autenticidade desta cópia, informe o código 2026.IDNHZ.LPMQA no endereço eletrônico: https://www.trt9.jus.br/vetor/doc_assinado

Pessoal Ativo	37.393.428,41	42.117.979,98	41.311.984,14	73.874.203,97	47.936.420,46	39.025.014,55	44.992.605,35	39.223.250,06	38.901.742,31	40.924.699,31	41.633.128,28	41.799.232,41	529.133.689,23	208.000,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	32.825.019,00	37.538.306,13	36.715.289,93	64.745.538,04	43.325.732,94	34.201.040,86	40.272.580,75	34.476.190,59	34.151.673,57	36.168.382,28	36.616.860,99	36.765.959,35	467.802.574,43	208.000,00
Obrigações Patronais	4.568.409,41	4.579.673,85	4.596.694,21	9.128.665,93	4.610.687,52	4.823.973,69	4.720.024,60	4.747.059,47	4.750.068,74	4.756.317,03	5.016.267,29	5.033.273,06	61.331.114,80	
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.340.068,86	18.891.721,52	19.270.335,59	29.142.053,52	26.297.297,65	17.666.454,11	20.398.256,44	17.631.326,59	18.150.548,54	18.100.930,77	19.418.939,49	19.022.380,68	241.330.313,76	44.530,04
Aposentadorias, Reservas e Reformas	13.746.096,01	15.086.858,71	15.191.619,85	23.220.271,73	20.819.062,23	14.011.274,01	15.479.248,57	13.963.481,97	14.298.258,20	14.278.408,06	15.505.955,09	15.114.543,35	190.715.077,78	29.530,04
Pensões	3.593.972,85	3.804.862,81	4.078.715,74	5.921.781,79	5.478.235,42	3.655.180,10	4.919.007,87	3.667.844,62	3.852.290,34	3.822.522,71	3.912.984,40	3.907.837,33	50.615.235,98	15.000,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta(§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.324,12	5.324,12	622.728,91	641.763,02	5.324,12	5.324,12	921.056,33	5.324,12	10.306.347,68	17.029.100,03	18.350.191,31	17.874.007,47	65.771.815,35	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	5.324,12	5.324,12	5.324,12	5.324,12	5.324,12	5.324,12	5.324,12	5.324,12	0,00	0,00	0,00	0,00	42.592,96	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	617.404,79	636.438,90	0,00	0,00	915.732,21	0,00	0,00	10.256,22	17.811,74	0,00	2.197.643,86	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.306.347,68	17.018.843,81	18.332.379,57	17.874.007,47	63.531.578,53	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	54.728.173,15	61.004.377,38	59.959.590,82	102.374.494,47	74.228.393,99	56.686.144,54	64.469.805,46	56.849.252,53	46.745.943,17	41.996.530,05	42.701.876,46	42.947.605,62	704.692.187,64	252.530,04

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	704.944.717,68	0,043535%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.476.330.097,72	0,091173%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.402.513.592,83	0,086614%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.328.697.087,95	0,082056%

FONTE: Tesouro Gerencial - Divisão de Contabilidade e Conformidade dos Atos de Gestão / TRT 8ª - 25/09/2026 - 16h32m

Notas:

1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2) A Consulta gerada pelo Tesouro Gerencial apurou na linha de Indenizações por Demissões e Incentivos à Demissão Voluntárias relativo às competências de Dezembro de 2025, Janeiro e Fevereiro de 2026 os valores de R$ 1.618.625,87, R$ 1.808.081,39 e R$ 16.677,30, respectivamente, os quais foram excluídos das despesas não computadas (II) (§1º do art. 19 da LRF) deste demonstrativo, face não se tratar de indenizações por demissão ou incentivos à demissão voluntária. Não sendo, portanto, deduzidos da Despesa Bruta com Pessoal. Contudo, tais valores integram a Despesa Bruta com Pessoal deste relatório.

3) A Consulta gerada pelo Tesouro Gerencial apurou na linha de Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração relativo a competência de Junho de 2026 o valor de R$ 512.122,18, contudo apenas R$ 10.256,22 se referem a Despesas de período anterior ao de apuração deste Relatório, assim como na competência de Julho de 2026 o valor de R$ 48.627,96, contudo apenas R$ 17.811,74 se referem a Despesas de período anterior ao de apuração.

4) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram computadas como despesas de pessoal: (a) Despesas com Precatórios da Administração Direta e Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada entre janeiro e agosto de 2026 o valor de R$ 5.908.864,33; e

(b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada entre setembro e dezembro de 2025 o valor de R$ 504.006,78, e entre janeiro e agosto de 2026 o valor de R$ 1.132.218,88..

Desª MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO
Presidente do Tribunal

RODRIGO BEZERRA RODRIGUES
Diretor da Secretaria Administrativa e Ordenador da Despesa

VALDENOR MONTEIRO BRITO
Coordenador de Orçamento e Finanças, substituto

LEONARDO JUELINO DA SILVA
Diretor da Secretaria de Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

PORTARIA Nº 115, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a publicação de Relatório de Gestão Fiscal.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o art. 54, inciso II e parágrafo único da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), resolve:
Art. 1º Publique-se o anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de Setembro de 2025 a Agosto de 2026, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARION MAZURKEVIC

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RPNP (b)
	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	98.458.548,06	112.137.175,21	111.097.046,69	172.442.115,79	133.376.587,83	100.705.477,16	115.607.069,18	103.652.550,24	104.225.323,46	106.393.883,00	111.165.742,74	118.682.281,23	1.387.943.800,59	7.272.538,34
Pessoal Ativo	73.440.817,04	83.168.506,58	81.879.182,73	129.802.277,68	94.805.398,38	74.754.353,59	85.646.691,98	77.041.952,67	76.667.775,91	78.608.326,47	81.440.938,04	89.505.562,53	1.026.761.783,60	6.959.636,90
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	63.450.886,65	73.165.174,46	71.936.344,31	109.899.305,82	84.963.876,38	64.643.556,64	75.365.788,63	66.677.092,83	66.309.810,68	68.356.947,47	70.550.464,82	78.613.085,93	893.932.334,62	6.839.390,62
Obrigações Patronais	9.989.930,39	10.003.332,12	9.942.838,42	19.902.971,86	9.841.522,00	10.110.796,95	10.280.903,35	10.364.859,84	10.357.965,23	10.251.379,00	10.890.473,22	10.892.476,60	132.829.448,98	120.246,28
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.017.731,02	28.968.668,63	29.217.863,96	42.639.838,11	38.571.189,45	25.951.123,57	29.960.377,20	26.610.597,57	27.557.547,55	27.785.556,53	29.724.804,70	29.176.718,70	361.182.016,99	312.901,44
Aposentadorias, Reservas e Reformas	22.073.356,94	25.800.230,13	26.045.988,22	37.798.265,94	34.166.123,83	22.970.695,58	26.403.489,66	23.597.598,39	24.456.969,67	24.675.911,87	26.565.192,75	25.903.212,30	320.457.035,28	251.269,62
Pensões	2.944.374,08	3.168.438,50	3.171.875,74	4.841.572,17	4.405.065,62	2.980.427,99	3.556.887,54	3.012.999,18	3.100.577,88	3.109.644,66	3.159.611,95	3.273.506,40	40.724.981,71	61.631,82

Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta(§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	24.284.425,49	25.124.574,88	2.557.750,94	1.145.933,34	6.778.007,92	114.120,42	872.320,45	22.781.024,84	26.811.750,91	27.270.095,43	28.949.891,34	28.695.875,49	195.385.771,45	404.565,76
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	44.308,01	556.098,49	387.968,17	756.612,63	443.688,08	114.120,42	267.602,84	237.236,11	233.465,23	453.736,40	190.527,28	548.808,24	4.234.171,90	10.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	739.425,69	389.320,71	0,00	0,00	604.717,61	0,00	0,00	0,00	172,22	0,00	1.733.636,23	394.565,76
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.240.117,48	24.568.476,39	1.430.357,08	0,00	6.334.319,84	0,00	0,00	22.543.788,73	26.578.285,68	26.816.359,03	28.759.191,84	28.147.067,25	189.417.963,32	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	74.174.122,57	87.012.600,33	108.539.295,75	171.296.182,45	126.598.579,91	100.591.356,74	114.734.748,73	80.871.525,40	77.413.572,55	79.123.787,57	82.215.851,40	89.986.405,74	1.192.558.029,14	6.867.972,58

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.199.426.001,72	0,0074072%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.434.884.854,01	0,150370%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	2.313.140.611,30	0,142852%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.191.396.368,61	0,135333%

FONTE: Tesouro Gerencial - Siafi - Secof/TRT 9ª Região - 15/09/2026

Notas:

1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2) Os valores executados de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor não foram inseridos neste demonstrativo, conforme item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011, a saber:

a) Despesas com Precatórios da Justiça do Trabalho executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada:R$ 7.906.419,31

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 4.720.519,04

Des. ARION MAZURKEVIC
Presidente do Tribunal

ARNALDO ROGÉRIO PESTANA DE SOUSA
Ordenador da Despesa

FABRÍCIO TEILO DE ARAÚJO
Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

VILMAR JOSÉ SIQUEIRA
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

PORTARIA PRESI/DIGER/COFIN Nº 3, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA SÉTIMA REGIÃO, no uso das atribuições legais e regimentais e considerando o disposto nos art. 54, III, parágrafo único e art. 55, I, a, c/c §§ 1º e 2º, da LRF, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal em anexo.

Desª ALZENIR BOLLESI DE PLÁ LOEFFLER

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	28.991.464,42	32.850.078,77	33.713.062,02	52.956.569,26	37.181.799,52	29.585.768,39	34.634.216,68	30.199.286,22	29.682.222,97	30.757.663,77	32.005.105,74	32.337.115,42	404.894.353,18	1.712.290,87
Pessoal Ativo	23.242.495,12	26.253.276,74	27.083.402,21	43.672.857,08	28.861.212,96	23.811.622,69	27.625.986,62	24.390.654,88	23.552.711,62	24.546.958,49	25.463.051,29	25.643.502,36	324.147.732,06	1.712.290,87
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	19.770.601,96	22.796.551,56	23.565.778,33	36.773.740,66	25.412.851,76	20.151.508,70	24.081.304,25	20.844.646,73	20.017.781,66	21.029.654,44	21.705.435,29	21.902.124,07	278.051.979,41	1.712.290,87
Obrigações Patronais	3.471.893,16	3.456.725,18	3.517.623,88	6.899.116,42	3.448.361,20	3.660.113,99	3.544.682,37	3.546.008,15	3.534.929,96	3.517.304,05	3.757.616,00	3.741.378,29	46.095.752,65	
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.748.969,30	6.596.802,03	6.629.659,81	9.283.712,18	8.320.586,56	5.774.145,70	7.008.230,06	5.808.631,34	6.129.511,35	6.210.705,28	6.542.054,45	6.693.613,06	80.746.621,12	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.088.026,57	5.926.166,88	5.973.875,37	8.352.193,18	7.445.704,63	5.166.966,76	6.298.333,62	5.190.879,31	5.512.219,95	5.593.413,88	5.910.468,78	6.062.027,39	72.520.276,32	0,00
Pensões	660.942,73	670.635,15	655.784,44	931.519,00	874.881,93	607.178,94	709.896,44	617.752,03	617.291,40	617.291,40	631.585,67	631.585,67	8.226.344,80	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.409.764,48	5.207.581,64	1.412.815,26	4.620.676,61	7.827.620,74	5.311.334,87	6.589.629,05	5.390.030,33	5.710.910,34	5.792.104,27	6.086.678,58	6.234.484,46	65.593.630,63	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração			15.236,44	15.236,44									30.472,88	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração			1.397.578,82	0,00	53.623,90								1.451.202,72	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.409.764,48	5.207.581,64	0,00	4.605.440,17	7.773.996,84	5.311.334,87	6.589.629,05	5.390.030,33	5.710.910,34	5.792.104,27	6.086.678,58	6.234.484,46	64.111.955,03	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	23.581.699,94	27.642.497,13	32.300.246,76	48.335.892,65	29.354.178,78	24.274.433,52	28.044.587,63	24.809.255,89	23.971.312,63	24.965.559,50	25.918.427,16	26.102.630,96	339.300.722,55	1.712.290,87

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	341.013.013,42	0,021060%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	798.571.632,27	0,049317%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	758.643.050,66	0,046851%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	718.714.469,0464	0,044385%

FONTE: TESOURO GERENCIAL, COFIN/TRT17ª R., 18/09/2026

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro/2025 a agosto/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	98.458.548,06	112.137.175,21	111.097.046,69	172.442.115,79	133.376.587,83	100.705.477,16	115.607.069,18	103.652.550,24	104.225.323,46	106.393.883,00	111.165.742,74	118.682.281,23	1.387.943.800,59	7.272.538,34
Pessoal Ativo	73.440.817,04	83.168.506,58	81.879.182,73	129.802.277,68	94.805.398,38	74.754.353,59	85.646.691,98	77.041.952,67	76.667.775,91	78.608.326,47	81.440.938,04	89.505.562,53	1.026.761.783,60	6.959.636,90
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	63.450.886,65	73.165.174,46	71.936.344,31	109.899.305,82	84.963.876,38	64.643.556,64	75.365.788,63	66.677.092,83	66.309.810,68	68.356.947,47	70.550.464,82	78.613.085,93	893.932.334,62	6.839.390,62
Obrigações Patronais	9.989.930,39	10.003.332,12	9.942.838,42	19.902.971,86	9.841.522,00	10.110.796,95	10.280.903,35	10.364.859,84	10.357.965,23	10.251.379,00	10.890.473,22	10.892.476,60	132.829.448,98	120.246,28
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.017.731,02	28.968.668,63	29.217.863,96	42.639.838,11	38.571.189,45	25.951.123,57	29.960.377,20	26.610.597,57	27.557.547,55	27.785.556,53	29.724.804,70	29.176.718,70	361.182.016,99	312.901,44
Aposentadorias, Reserva e Reformas	22.073.356,94	25.800.230,13	26.045.988,22	37.798.265,94	34.166.123,83	22.970.695,58	26.403.489,66	23.597.598,39	24.456.969,67	24.675.911,87	26.565.192,75	25.903.212,30	320.457.035,28	251.269,62
Pensões	2.944.374,08	3.168.438,50	3.171.875,74	4.841.572,17	4.405.065,62	2.980.427,99	3.556.887,54	3.012.999,18	3.100.577,88	3.109.644,66	3.159.611,95	3.273.506,40	40.724.981,71	61.631,82
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	24.284.425,49	25.124.574,88	2.557.750,94	1.145.933,34	6.778.007,92	114.120,42	872.320,45	22.781.024,84	26.811.750,91	27.270.095,43	28.949.891,34	28.695.875,49	195.385.771,45	404.565,76
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	44.308,01	556.098,49	387.968,17	756.612,63	443.688,08	114.120,42	267.602,84	237.236,11	233.465,23	453.736,40	190.527,28	548.808,24	4.234.171,90	10.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	739.425,69	389.320,71	0,00	0,00	604.717,61	0,00	0,00	0,00	172,22	0,00	1.733.636,23	394.565,76
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.240.117,48	24.568.476,39	1.430.357,08	0,00	6.334.319,84	0,00	0,00	22.543.788,73	26.578.285,68	26.816.359,03	28.759.191,84	28.147.067,25	189.417.963,32	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	74.174.122,57	87.012.600,33	108.539.295,75	171.296.182,45	126.598.579,91	100.591.356,74	114.734.748,73	80.871.525,40	77.413.572,55	79.123.787,57	82.215.851,40	89.986.405,74	1.192.558.029,14	6.867.972,58

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**1.199.426.001,72**	**0,074072%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.434.884.854,01	0,150370%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.313.140.611,30	0,142852%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.191.396.368,61	0,135333%

FONTE: Tesouro Gerencial - Siafi - Secof/TRT 9ª Região - 15/09/2026

NOTA:

1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2) Os valores executados de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor não foram inseridos neste demonstrativo, conforme item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011, a saber:

a) Despesas com Precatórios da Justiça do Trabalho executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 7.906.419,31

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 4.720.519,04

(assinado digitalmente)
ARION MAZURKEVIC
Presidente do TRT da 9ª Região

(assinado digitalmente)
ARNALDO ROGÉRIO PESTANA DE SOUSA
Ordenador da Despesa

(assinado digitalmente)
FABRÍCIO TEILO DE ARAÚJO
Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

(assinado digitalmente)
VILMAR JOSÉ SIQUEIRA
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

ARNALDO ROGÉRIO PESTANA DE SOUSA 28/09/2026 ODESP

VILMAR JOSÉ SIQUEIRA 28/09/2026 SECOF

FABRÍCIO TEILO DE ARAUJO 28/09/2026 AUDINT

ARION MAZURKEVIC 29/09/2026 GAB28

Documento Relatório de Gestão Fiscal - 2Q/2026 - Preenchido (Anexo I - RGF - Preenchido.pdf), no sistema Vetor, processo RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2º QUADRIMESTRE 2026 (Nº 388368). Para verificar a autenticidade desta cópia, informe o código 2026.JUEVQ.SPHLY no endereço eletrônico: https://www.trt9.jus.br/vetor/doc_assinado

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
SAS Quadra 1 Bloco D - Bairro Asa Sul - CEP 70097-900 - Brasília - DF - www.trt10.jus.br
Praça dos Tribunais Superiores

OFÍCIO PRE-SEAUD Nº 3261550

Exmo. Senhor Presidente do Congresso Nacional

Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem

Senado Federal - Praça dos Três Poderes

Brasília - DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto no art. 59 da LRF combinado com o art. 5º, inciso I da Lei n.º 10.028/2000, cópia da publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, referente ao 2° quadrimestre de 2026, que compreende o período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Respeitosamente,

Desembargador DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Documento assinado eletronicamente por **DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO**, **Desembargador do Trabalho Vice-Presidente e Corregedor Regional**, em 30/09/2026, às 17:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.trt10.jus.br/validadorsei.htm informando o código verificador **3261550** e o código CRC **19AB7D1A**.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

PORTARIA Nº 164, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,considerando o contido nos autos do Processo SEI 0010087-62.2026.5.10.8000, especialmente o documento Relatório de Gestão Fiscal 3256797 subscrito pelo Diretor-Geral, pelo Secretário de Auditoria e pelo Chefe de Divisão de Gestão das Informações Contábeis da Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal,considerando o disposto no artigo 55, I, da Lei Complementar 101/2000; resolve:

Tornar Público o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, relativo ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026, conforme constante do Anexo desta Portaria.

Des. DORIVAL BORGES DE SOUZA NETO

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026 RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL

DESPESAS EXECUTADAS
(Últimos 12 Meses)

	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RP	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	NÃO PROCESSADOS (B)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	53.768.567,44	60.807.745,58	59.873.523,69	97.358.364,48	73.009.907,02	56.706.360,25	63.391.181,66	55.977.117,23	56.448.537,48	57.390.803,99	59.088.981,16	59.715.498,05	753.536.588,03	5.046.058,89	758.582.646,92
Pessoal Ativo	33.002.663,81	38.586.042,38	37.451.555,23	63.487.515,21	41.647.807,86	34.894.289,06	39.887.791,11	34.578.253,93	34.741.866,95	35.604.352,30	36.186.918,37	36.271.412,98	466.340.469,19	4.844.090,06	471.184.559,25
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	28.560.740,28	34.128.895,57	32.939.191,30	54.645.372,09	37.233.685,08	30.275.248,88	35.361.325,42	30.063.117,97	30.240.862,39	31.096.279,74	31.415.456,40	31.495.069,40	407.455.244,52	3.341.334,76	410.796.579,28
Obrigações Patronais	4.441.923,53	4.457.146,81	4.512.363,93	8.842.143,12	4.414.122,78	4.619.040,18	4.526.465,69	4.515.135,96	4.501.004,56	4.508.072,56	4.771.461,97	4.776.343,58	58.885.224,67	1.502.755,30	60.387.979,97
Pessoal Inativo e Pensionistas	20.765.903,63	22.221.703,20	22.421.968,46	33.870.849,27	31.362.099,16	21.812.071,19	23.503.390,55	21.398.863,30	21.706.670,53	21.786.451,69	22.902.062,79	23.444.085,07	287.196.118,84	201.968,83	287.398.087,67
Aposentadorias, Reserva e Reformas	18.593.327,66	20.011.716,18	20.185.711,77	30.301.579,71	28.157.356,77	19.494.471,54	21.147.995,17	19.210.108,64	19.428.484,38	19.577.855,61	20.635.631,01	21.187.807,08	257.932.045,52	150.581,75	258.082.627,27
Pensões	2.172.575,97	2.209.987,02	2.236.256,69	3.569.269,56	3.204.742,39	2.317.599,65	2.355.395,38	2.188.754,66	2.278.186,15	2.208.596,08	2.266.431,78	2.256.277,99	29.264.073,32	51.387,08	29.315.460,40
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.426.629,91	2.469.083,45	2.876.160,84	5.026.016,73	3.442.432,30	2.840.679,67	3.013.409,95	2.527.237,45	2.570.716,40	2.473.239,24	15.484.974,95	19.370.815,69	64.521.396,58	—	64.521.396,58
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	—	—	437.623,67	136.657,55	—	—	529.912,65	—	—	—	—	—	1.104.193,87	—	1.104.193,87
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.426.629,91	2.469.083,45	2.438.537,17	4.889.359,18	3.442.432,30	2.840.679,67	2.483.497,30	2.527.237,45	2.570.716,40	2.473.239,24	15.484.974,95	19.370.815,69	63.417.202,71	—	63.417.202,71
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	51.341.937,53	58.338.662,13	56.997.362,85	92.332.347,75	69.567.474,72	53.865.680,58	60.377.771,71	53.449.879,78	53.877.821,08	54.917.564,75	43.604.006,21	40.344.682,36	689.015.191,45	5.046.058,89	694.061.250,34

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	694.061.250,34	0,042863%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.526.608.194,89	0,094278%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.450.277.785,15	0,089564%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.373.947.375,40	0,084850%

FONTE: TESOURO GERENCIAL - DIGIC/SEORF/TRT 10ª Região - 22/setembro/2026 - 18h00min.

Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei
2) A despesa líquida (descontando-se as não computadas) com pessoal foi de R$ 694 milhões. Verifica-se que este Egrégio está dentro do limite máximo legal de R$ 1,52 bilhão, dispondo de margem de crescimento de cerca de 54,5%, o que equivale a, aproximadamente, R$ 832,5 milhões.
3) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram incluídas:
a) Despesas com "Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)": despesas executadas por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque), sendo despesa liquidada R$ 0,00.
b) Despesas com Precatórios da Administração Direta "Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor (RPV)": despesas executadas por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque), sendo despesa liquidada cerca de R$ 23,1 milhões.
c) Despesas com Precatórios "Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Excedentes ao sublimite": despesas executadas por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque), sendo despesa liquidada cerca de R$ 23,8 milhões.
4) Despesas com Pessoal Ativo: despesa liquidada no valor de R$ 466 milhões, cerca de 61,8% do total de R$ 753 milhões, e 4,8 milhões em restos a pagar não processados, cerca de 96% do total inscrito de R$ 5 milhões.
a) Contribuição patronal para o RPPS: despesa liquidada no valor de R$ 52 milhões e 1,4 milhões inscrita em restos a pagar não processados, cerca de 11% do total de liquidado com ativo e 30,5% da despesa inscrita em restos a pagar não processados.
b) Contribuições previdenciárias ao INSS: montante de R$ 339 mil, equivalente a 0,07% da despesa com pessoal ativo;
c) Contribuições previdenciárias ao FUNPRESP: montante de R$ 6,3 milhões, equivalente a 1,35% da despesa com pessoal ativo;
d) Demais Despesas: R$ 407 milhões no período, equivalente a 86,4% da despesa com pessoal ativo;
5) Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas: despesa liquidada no valor de R$ 282 milhões, cerca de 37,5% do total de R$ 753 milhões, e 201 mil inscrita em restos a pagar não processados,
a) Pessoal Inativo: montante de R$ 253 milhões, equivalente a 89,8% da despesa com pessoal inativo e pensionistas;
b) Pensionistas: montante de R$ 28,8 milhões, equivalente a 10,2% da despesa com pessoal inativo e pensionistas;
6) Em relação às despesas de exercícios anteriores - DEA, destacamos que todos os desembolsos foram deduzidos da despesa bruto, pois não contamos com sistema gerencial que evidencie a data do fato gerador de cada gasto, logo não é possível expurgar os pagamentos cujo fato gerador tenha ocorrido nos últimos 12 meses.
7) Receita Corrente Líquida, conforme Portaria STN/MF nº 2.804/2026

Des. JOSE RIBAMAR OLIVEIRA LIMA JUNIOR
Presidente do Tribunal

RAFAEL ALVES BELLINELLO
Diretor-Geral e Ordenador de Despesas

WAGNER AZEVEDO DA SILVA
Secretário de Auditoria

BRUNO HENRIQUE NUNES PEDROZO
Contador Responsável

JORGE ALVARO MARQUES GUEDES
30/09/2026 14:25

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Secretaria-Geral da Presidência

Ofício 609/2026/SGP

Manaus, 30 de setembro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor

Senador DAVI SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM

Presidente do Congresso Nacional (CN)

Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º andar

70165-900 – Brasília - DF

slcn@senado.leg.br

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre de 2026 (PROAD 27581/2026)**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar n. 101/2000 (LRF) e no art. 5º, I, da Lei n. 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a Vossa Excelência a Portaria n. 179/2026/DG, de 28/09/2026, que tornou público o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deste E. Tribunal, referente ao 2º Quadrimestre de 2026 (setembro de 2025 a agosto de 2026), publicado no Diário Oficial da União (DOU) no dia 30/09/2026, seção 1, nº 185, página 269, conforme cópia anexa.

Cordialmente,

Assinado Eletronicamente
JORGE ALVARO MARQUES GUEDES

Desembargador do Trabalho
Presidente do TRT da 11ª Região

PROAD n. 27581/2026 DOC 20. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.FYTP.KKLT:
https://proad.trt11.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
28/09/2026 14:09

PORTARIA Nº. 179/2026/DG, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal/RGF do 2º Quadrimestre de 2026 (PROAD 27581/2026).

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em cumprimento ao art. 1º, inciso I e II da Portaria Nº 86/2017/SGP, datada de 25-1-2017, e o determinado no inciso III e parágrafo único do art. 54, e § 2º do art. 55 da Lei Complementar no. 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2026 desta Corte, na forma constante de seu anexo, pertinente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Assinado eletronicamente
ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Diretor-Geral do TRT da 11ª Região
Ordenador de Despesas

/sss/isr

PROAD n. 27581/2026 DOC 14
Cadastrado por 110714 - SUELY SILVA DE SA
Juntado em 28/09/2026

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	42.329.902,88	46.209.186,45	58.812.025,01	78.679.507,83	57.987.270,71	44.150.257,60	49.387.632,16	44.043.756,36	43.896.485,06	44.503.297,60	46.492.574,42	46.717.498,97	603.209.395,05	454.869,79	603.664.264,84
Pessoal Ativo	26.629.150,19	29.569.974,66	33.205.757,78	53.304.143,35	34.690.402,21	28.095.395,12	31.971.511,44	28.308.190,83	27.748.807,54	28.435.894,65	29.588.741,25	29.793.550,28	381.341.519,30	454.869,79	381.796.389,09
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	22.670.531,57	25.626.533,26	28.912.239,03	45.407.762,46	30.760.968,88	23.980.934,35	27.940.030,92	24.250.607,75	23.710.792,47	24.397.377,50	25.290.333,85	25.502.090,51	328.450.202,55	454.869,79	328.905.072,34
Obrigações Patronais	3.958.618,62	3.943.441,40	4.293.518,75	7.896.380,89	3.929.433,33	4.114.460,77	4.031.480,52	4.057.583,08	4.038.015,07	4.038.517,15	4.298.407,40	4.291.459,77	52.891.316,75		52.891.316,75
Pessoal Inativo e Pensionistas	15.700.752,69	16.639.211,79	25.606.267,23	25.375.364,48	23.296.868,50	16.054.862,48	17.416.120,72	15.735.565,53	16.147.677,52	16.067.402,95	16.903.833,17	16.923.948,69	221.867.875,75	0,00	221.867.875,75
Aposentadorias, Reserva e Reformas	12.968.140,84	13.685.632,17	22.581.649,89	21.076.788,71	19.206.579,48	13.152.829,17	14.324.735,49	12.912.410,57	13.193.321,71	13.188.385,35	13.981.502,61	14.002.103,51	184.274.079,50		184.274.079,50
Pensões	2.732.611,85	2.953.579,62	3.024.617,34	4.298.575,77	4.090.289,02	2.902.033,31	3.091.385,23	2.823.154,96	2.954.355,81	2.879.017,60	2.922.330,56	2.921.845,18	37.593.796,25		37.593.796,25
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)															
													0,00		0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	5.141.986,01	4.614.188,19	12.692.116,09	1.261.607,13	19.206.579,48	13.152.829,17	14.325.501,29	12.912.410,57	13.193.321,71	13.190.882,29	5.481.295,57	2.106.825,40	117.279.542,90	52.347,89	117.331.890,79
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração													0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	12.692.116,09	1.261.607,13	7.282,23	64.141,11	765,80	0,00	0,00	2.496,94	0,00	0,00	14.028.409,30	52.347,89	14.080.757,19
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.141.986,01	4.614.188,19	0,00	0,00	19.199.297,25	13.088.688,06	14.324.735,49	12.912.410,57	13.193.321,71	13.188.385,35	5.481.295,57	2.106.825,40	103.251.133,60		103.251.133,60
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	37.187.916,87	41.594.998,26	46.119.908,92	77.417.900,70	38.780.691,23	30.997.428,43	35.062.130,87	31.131.345,79	30.703.163,35	31.312.415,31	41.011.278,85	44.610.673,57	485.929.852,15	402.521,90	486.332.374,05

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	**486.332.374,05**	**0,030034%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.069.053.221,70	0,066021%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.015.600.560,61	0,062720%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	962.147.899,53	0,059419%

FONTE: TG - DIVISÃO DE CONTABILIDADE: 24/09/2026 - 09h 55m

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Os gastos com Precatórios de Requisição de Pequenos Valores na ação 0625, foi consolidado no valor de R$ 1.824.500,58

2. Os gastos com Precatórios da Administração Direta, na Ação 00WU, foram executados no valor de R$ 10.351.717,81

3. Cancelamento de Restos a Pagar não Processados no valor de R$ 12.085,77

JORGE ÁLVARO MARQUES GUEDES
Presidente do Tribunal

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Ordenador da Despesa

LUANA JÓIA DE FIGUEIREDO COSTA BALBINO
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

CLÁUDIO HENRIQUE CORREA MOREIRA
Contador Responsável

EDILAMAR RODRIGUES DA COSTA
Diretor da Secretaria de Auditoria

PROAD n. 27581/2026 DOC 14. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.YNDJ.WQQX: https://proad.trt11.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

PROAD n. 27581/2026 DOC 16
Cadastrado por 110714 - SUELY SILVA DE SA
Juntado em 29/09/2026

Imprimir Recibo | Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

SUELY SILVA DE SA
29/09/2026 09:57

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 29/09/2026 09:08:10
Origem do Ofício: Diretoria-Geral
Operador: Iago Bruno Sousa dos Reis
Ofício: 12113303
Data prevista de publicação: 30/09/2026
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
24427373	RGF - Demonstrativo da Despesa com Pessoal 2026 2 QUAD (IMPRENSA).rtf	a07f0e4781094c36c1096be56ca49512	92,00	R$ 4.128,96
24427374	179 - Torna Publico o Relatorio de Gestao Fiscal - RGF do 2A Quadrimestre-2026.rtf	b78410877098fedf605a02fb9cf04e28	5,00	R$ 224,40
TOTAL DO OFICIO			**97,00**	**R$ 4.353,36**

PROAD n. 27581/2026 DOC 16. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.YCHF.YCYC:
https://proad.trf1.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

PROAD n. 27581/2026 DOC 17
Cadastrado por 110714 - SUELY SILVA DE SA
Juntado em 30/09/2026

SUELY SILVA DE SA
30/09/2026 09:07

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 179/DG, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal/RGF do 2º Quadrimestre de 2026 (PROAD 27581/2026).

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em cumprimento ao art. 1º, incisos I e II da Portaria Nº 86/2017/SGP, datada de 25-1-2017, e o determinado no inciso III e parágrafo único do art. 54, e § 2º do art. 55 da Lei Complementar no. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2026 desta Corte, na forma constante de seu anexo, pertinente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026.– –

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA

ANEXO

UNIÃO DO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO 2026 RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	42.329.902,88	46.209.186,45	58.812.025,01	78.679.507,83	57.987.270,71	44.150.257,60	49.387.632,16	44.043.756,36	43.896.485,06	44.503.297,60	46.492.574,42	46.717.498,97	603.209.395,05	454.869,79	603.664.264,84
Pessoal Ativo	26.629.150,19	29.569.974,66	33.205.757,78	53.304.143,35	34.690.402,21	28.095.395,12	31.971.511,44	28.308.190,83	27.748.807,54	28.435.894,65	29.588.741,25	29.793.550,28	381.341.519,30	454.869,79	381.796.389,09
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	22.670.531,57	25.626.533,26	28.912.239,03	45.407.762,46	30.760.968,88	23.980.934,35	27.940.030,92	24.250.607,75	23.710.792,47	24.397.377,50	25.290.333,85	25.502.090,51	328.450.202,55	454.869,79	328.905.072,34
Obrigações Patronais	3.958.618,62	3.943.441,40	4.293.518,75	7.896.380,89	3.929.433,33	4.114.460,77	4.031.480,52	4.057.583,08	4.038.015,07	4.038.517,15	4.298.407,40	4.291.459,77	52.891.316,75		52.891.316,75
Pessoal Inativo e Pensionistas	15.700.752,69	16.639.211,79	25.606.267,23	25.375.364,48	23.296.868,50	16.054.862,48	17.416.120,72	15.735.565,53	16.147.677,52	16.067.402,95	16.903.833,17	16.923.948,69	221.867.875,75	0,00	221.867.875,75
Aposentadorias, Reserva e Reformas	12.968.140,84	13.685.632,17	22.581.649,89	21.076.788,71	19.206.579,48	13.152.829,17	14.324.735,49	12.912.410,57	13.193.321,71	13.188.385,35	13.981.502,61	14.002.103,51	184.274.079,50		184.274.079,50
Pensões	2.732.611,85	2.953.579,62	3.024.617,34	4.298.575,77	4.090.289,02	2.902.033,31	3.091.385,23	2.823.154,96	2.954.355,81	2.879.017,60	2.922.330,56	2.921.845,18	37.593.796,25		37.593.796,25
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	5.141.986,01	4.614.188,19	12.692.116,09	1.261.607,13	19.206.579,48	13.152.829,17	14.325.501,29	12.912.410,57	13.193.321,71	13.190.882,29	5.481.295,57	2.106.825,40	117.279.542,90	52.347,89	117.331.890,79
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	12.692.116,09	1.261.607,13	7.282,23	64.141,11	765,80	0,00	0,00	2.496,94	0,00	0,00	14.028.409,30	52.347,89	14.080.757,19
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.141.986,01	4.614.188,19	0,00	0,00	19.199.297,25	13.088.688,06	14.324.735,49	12.912.410,57	13.193.321,71	13.188.385,35	5.481.295,57	2.106.825,40	103.251.133,60		103.251.133,60
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	37.187.916,87	41.594.998,26	46.119.908,92	77.417.900,70	38.780.691,23	30.997.428,43	35.062.130,87	31.131.345,79	30.703.163,35	31.312.415,31	41.011.278,85	44.610.673,57	485.929.852,15	402.521,90	486.332.374,05

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	486.332.374,05	0,030034%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.069.053.221,70	0,066021%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.015.600.560,61	0,062720%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	962.147.899,53	0,059419%

FONTE: TESOURO GERENCIAL - DIVISÃO DE CONTABILIDADE/TRT 11ª Região - 24/setembro/2026 - 9h.

NOTAS:

1. Os gastos com Precatórios de Requisição de Pequenos Valores na Ação 0625 foram consolidados no valor de R$ 1.824.500,58.
2. Os gastos com Precatórios na Ação 00WU Administração Direta foram executados no valor de R$ 10.351.717,81.
3. Cancelamento de restos a pagar não processados no valor de R$ 12.085,77.

JORGE ALVARO MARQUES GUEDES
Presidente do Tribunal

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Ordenador de Despesas

LUANA JÓIA DE FIGUEIREDO COSTA BALBINO
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

CLÁUDIO HENRIQUE CORREA MOREIRA
Contador Responsável

EDUARDO RODRIGUES DA CRUZ
Diretor da Secretaria de Auditoria

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152026093000269

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROAD n. 27581/2026 DOC 17. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.VCNY.LQJM: https://proad.trt11.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

OFÍCIO Nº 132/2026/PRESI

Florianópolis, 28 de setembro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **David Samuel Alcolumbre Tobelem**
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes
CEP 70165-900 - Brasília/DF

Assunto: ***Relatório de Gestão Fiscal – TRT da 12ª Região.***

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Atendendo aos termos da Orientação Normativa CSJT.SG.SEOFI Nº 4/2026, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, uma cópia do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, composto pelo demonstrativo da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida, referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Esclareço, por oportuno, que o referido Relatório foi publicado no Diário Oficial da União nº 183, do dia 28.09.2026, Seção 1, páginas 239 e 240.

Respeitosamente.

TERESA REGINA COTOSKY:1345
Assinado de forma digital por TERESA REGINA COTOSKY:1345
Dados: 2026.09.29 09:58:03 -03'00'

TERESA REGINA COTOSKY
Desembargadora do Trabalho-Presidente
do TRT da 12ª Região

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	11.136.906,08	3.488.573,33	536.817,17	691.637,51	16.537.138,65	11.074.581,59	12.894.049,44	11.231.015,06	11.737.380,84	11.545.011,00	12.040.303,84	6.325.572,59	109.238.987,10	0,00	109.238.987,10
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	8.370,52			4.094,70									12.465,22		12.465,22
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração													0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração			376.283,52	497.007,63			108.081,02						981.372,17		981.372,17
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.128.535,56	3.488.573,33	160.533,65	190.535,18	16.537.138,65	11.074.581,59	12.785.968,42	11.231.015,06	11.737.380,84	11.545.011,00	12.040.303,84	6.325.572,59	108.245.149,71		108.245.149,71
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	28.731.465,32	41.711.648,43	43.978.481,27	75.681.176,83	35.767.437,36	29.726.635,06	33.930.569,05	31.783.920,96	30.410.518,37	31.544.443,01	32.160.785,35	39.803.819,13	455.230.900,14	283.398,63	455.514.298,77

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	455.514.298,77	0,028131%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.123.930.024,05	0,069410%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.067.733.522,85	0,065940%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.011.537.021,65	0,062469%

FONTE: SIAFI / TESOURO GERENCIAL/Coordenadoria de Contabilidade/SOF/TRT 7ª Região - 14/setembro/2026 - 11h
Notas: 1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos (coluna B)
2) Foram cancelados e excluídos da coluna (B) R$ 5.763,40 (diferença na Desp.Bruta (I) para o sistema Tesouro Gerencial) do saldo original dos Restos a Pagar inscritos dez/25 - R$ 289.162,03, restando saldo de R$ 283.398,63 de RPNP Pessoal Requisitado - 3190.9602;
3) Pessoal Ativo - Obrigações Patronais agrega valores da contribuição previdenciária patronal para o RPPS (R$ 51.540.424,30) , para o INSS e SAT (R$ 779.562,09) e da Contribuição patronal para o FUNPRESP LEI 12618/12 (R$ 3.867.939,04) incluindo despesa exerc.anter.nesses elementos;
4) Nas despesas com Pessoal não estão computadas as Sentenças Judiciais executadas por meio de descentralização interna (provisão) e descentralização externa de crédito (Destaque), conforme disposição do item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011-Plenário que neste quadrimestre são referentes às Requisições de Pequeno Valor (RPV) de R$ 35.852.802,65 (provisões) e despesas com precatórios federais de R$ 213.702.244,25 (destaques) mais precatórios de custeio 3390.9107-26NE000281 de R$ 2.616.203,00;
5) No item "Despesas não computadas" foram consideradas as despesas de exercícios anteriores (ND 92), apropriadas em novembro e dezembro/2025, pois pertencem à competência de período anterior ao ano 2025 (R$ 873.291,15), além do valor de R$ 108.081,02 referente fato gerador de 2023 - ATS e patronal - 26NE258/NE259-FL79/FL86 paga em março26; Não foram deduzidas despesas de exerc.anteriores cujos fatos geradores ocorreram de setembro a dezembro/25, R$ 1.811,54 - 3190.9296 -ressarcimento pessoal cedido, pagas em fev/mar/abr26, estando portanto divergentes do relatório do Tesouro Gerencial (TG) nesse valor;
6) As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000

Desª FERNANDA MARIA UCHOA DE ALBUQUERQUE
Presidente do Tribunal

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora Geral e Ordenadora de Despesas

FABIANO REGO DE SOUSA
Secretário de Orçamento e Finanças

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
Secretário de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PORTARIA PRESI Nº 491, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto nos artigos 54, III, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04-05-2000, resolve:

Art. 1º. Emitir o Relatório de Gestão Fiscal, composto pelo demonstrativo da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida, referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Art. 2º. O Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, será publicado na forma do disposto no § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000.

TERESA REGINA COTOSKY

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
DESPESA COM PESSOAL	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	71.756.730,96	80.316.346,28	79.588.211,47	131.711.476,78	96.490.375,97	74.717.264,07	84.862.841,26	76.074.633,93	74.280.086,64	75.749.877,74	79.455.269,47	79.935.913,61	1.004.939.028,18	1.458.259,11
Pessoal Ativo	46.801.454,66	52.653.006,25	51.609.155,82	90.478.325,69	57.878.191,09	48.319.792,84	55.323.374,32	49.270.378,83	47.847.400,57	49.081.724,87	51.514.145,32	51.990.270,72	652.767.220,98	1.310.117,32
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	40.271.123,27	46.151.289,62	45.112.906,27	77.450.961,73	51.439.595,54	41.713.950,12	48.590.026,82	42.613.139,02	41.269.705,42	42.512.745,81	44.535.583,36	45.003.956,89	566.664.983,87	1.310.117,32
Obrigações Patronais	6.530.331,39	6.501.716,63	6.496.249,55	13.027.363,96	6.438.595,55	6.605.842,72	6.733.347,50	6.657.239,81	6.577.695,15	6.568.979,06	6.978.561,96	6.986.313,83	86.102.237,11	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	24.955.276,30	27.663.340,03	27.979.055,65	41.233.151,09	37.700.117,02	25.690.725,12	29.530.657,88	25.846.232,41	26.360.607,49	26.650.879,35	27.923.307,11	27.945.642,89	349.478.992,34	148.141,79
Aposentadorias, Reserva e Reformas	22.369.640,82	24.619.154,56	24.934.870,18	36.703.785,53	33.790.048,92	22.967.503,55	26.344.715,94	23.223.166,71	23.691.855,56	23.773.849,12	25.141.786,62	25.195.737,54	312.756.115,05	131.141,79
Pensões	2.585.635,48	3.044.185,47	3.044.185,47	4.529.365,56	3.910.068,10	2.723.221,57	3.185.941,94	2.623.065,70	2.668.751,93	2.877.030,23	2.781.520,49	2.749.905,35	36.722.877,29	17.000,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou Contratação de Forma Indireta-§1º do art. 18 da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	912.067,86	706.746,11	8.809,06	958.022,69	72.078,58	17.273,52	17.817,04	0,00	2.692.814,86	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	417.285,97	-58.637,05	509.146,68	912.020,43	37.240.139,97	25.334.520,03	29.190.254,84	25.492.822,38	26.003.304,87	26.292.752,88	832.445,06	307.437,12	172.473.493,18	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	414.548,71	-44.085,72	368.183,64	722.159,36	44.901,69	44.552,45	44.878,88	44.643,12	44.643,12	44.643,12	319.238,65	307.437,12	2.355.744,14	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	126.411,71	189.861,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	316.272,78	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.737,26	-14.551,33	14.551,33	0,00	37.195.238,28	25.289.967,58	29.145.375,96	25.448.179,26	25.958.661,75	26.248.109,76	513.206,41	0,00	169.801.476,26	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	71.339.444,99	80.374.983,33	79.079.064,79	130.799.456,35	59.250.236,00	49.382.744,04	55.672.586,42	50.581.811,55	48.276.781,77	49.457.124,86	78.622.824,41	79.628.476,49	832.465.535,00	1.458.259,11

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	--
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - DTP (V)= (A)+(B)	833.923.794,11	0,051500%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.848.031.779,06	0,114128%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.755.630.190,11	0,108422%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.663.228.601,15	0,102715%
FONTE: Tesouro Gerencial - 17/09/2026 às 14h. Secretaria de Orçamento e Finanças - TRT 12ª Região - SC .		

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1 - Despesas com Precatórios de Pessoal da Administração Direta, executadas por meio de descentralização de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 3.931.953,26, sendo R$ 1.315.443,26 ref. SET/2025 e R$ 2.616.510,00 ref. MAR/2026;

2 - Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização de crédito (provisão): despesa liquidada: R$ 4.468.800,74, sendo R$ 1.924.858,26 ref. SET/2025 a DEZ/2025, R$ 1.032.498,07 ref. JAN/2026 a ABR/2026 e R$ 1.511.444,41 ref. MAI/2026 a AGO/2026;

3 - Conforme o Acórdão TCU 799/2024-Plenário, as despesas de natureza indenizatória que não possuam a natureza típica de recomposição patrimonial devem ser computadas no total das despesas com pessoal para todos os fins da LC 101/2000; dessa forma estão incluídas nas despesas com pessoal as licenças compensatórias liquidadas e pagas por este Regional;

4 - As despesas com Pessoal não executadas orçamentariamente lançadas neste demonstrativo referem-se às licenças-prêmio de servidores e às férias indenizadas de magistrados e servidores, para as quais não se pôde atestar a disponibilidade orçamentária e financeira no momento do fato gerador. Os valores de JAN/2026 a ABR/2026, que no demonstrativo do 1Q26 somavam R$ 2.138.897,03, foram retificados, em virtude de alteração nas bases de cálculo das despesas demonstradas.

5 - O valor negativo para Despesas Não Computadas - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração na competência OUT/2025 refere-se à reclassificação de rubrica de opção por função/cargo da esfera judicial para administrativa relativa ao período de JAN/2025 a SET/2025, no total de R$ 420.818,02 reclassificadas para Pessoal Inativo e Pensionistas - Aposentadorias, Reserva e Reformas.

Desª TERESA REGINA COTOSKY
Presidente do Tribunal

FERNANDA GOMES FERREIRA
Diretora-Geral da Secretaria

FERNANDO SCHLICKMANN OLIVEIRA SOUZA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

YANN MICHEL TEIXEIRA DUARTE
Diretor da Divisão de Contabilidade e Informações Gerenciais

ALEX CRISTIANO GRAMKOW HAMMES
Diretor da Secretaria de Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

PORTARIA GP Nº 1.257, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000;
CONSIDERANDO o que consta nos autos do PROAD nº 3767/2026, resolve:
TORNAR público o Relatório de Gestão Fiscal correspondente ao 2º quadrimestre do exercício 2026 - período de setembro de 2025 a Agosto de 2026.

Des. ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026
(Anexo I da Portaria GP Nº 1257/2026-TRT14ªRG)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00															
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	31.751.926,45	34.703.978,57	34.432.255,99	57.809.657,65	41.362.020,57	33.412.101,88	37.718.288,08	32.701.886,90	32.405.618,60	33.323.397,88	34.515.412,73	34.679.550,93	438.816.096,23	5.160.677,76	443.976.773,99
Pessoal Ativo	22.041.478,35	23.667.054,24	23.051.345,25	41.665.049,67	27.064.907,65	23.513.363,46	25.729.487,48	22.811.764,12	22.271.765,09	23.239.383,84	23.948.910,23	24.049.898,65	303.054.408,03	4.993,503,10	308.047.911,13
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.911.523,18	20.543.743,00	19.926.915,59	35.384.229,53	23.950.518,68	20.272.696,30	22.553.177,88	19.577.235,15	19.040.965,59	20.036.572,98	20.548.477,69	20.650.334,06	261.396.389,63	2.852.562,70	264.248.952,33
Obrigações Patronais	3.129.955,17	3.123.311,24	3.124.429,66	6.280.820,14	3.114.388,97	3.240.667,16	3.176.309,60	3.234.528,97	3.230.799,50	3.202.810,86	3.400.432,54	3.399.564,59	41.658.018,40	2.140.940,40	43.798.958,80
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.710.448,10	11.036.924,33	11.380.910,74	16.144.607,98	14.297.112,92	9.898.738,42	11.988.800,60	9.890.122,78	10.133.853,51	10.084.014,04	10.566.502,50	10.629.652,28	135.761.688,20	167.174,66	135.928.862,86
Aposentadorias, Reserva e Reformas	8.570.956,77	9.745.667,76	9.990.484,75	14.177.112,55	12.586.356,73	8.683.118,50	10.577.358,08	8.709.625,93	8.953.533,66	8.877.917,50	9.281.928,39	9.361.231,52	119.515.292,14	122.000,00	119.637.292,14
Pensões	1.139.491,33	1.291.256,57	1.390.425,99	1.967.495,43	1.710.756,19	1.215.619,92	1.411.442,52	1.180.496,85	1.180.319,85	1.206.096,54	1.284.574,11	1.268.420,76	16.246.396,06	45.174,66	16.291.570,72
Outras Desp. de Pessoal decor. de Contr. de Terc. ou de Cont. forma Indir. (§ 1º do art. 18 da LRF)															
Desp. com pessoal não Executada Orçamentariamente															
DESP. NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	4.032.350.93	3.843.357.80	5.399.595,57	4.559.434,60	12.201.862,59	5.606.662,02	7.016.600,54	4.921.617,25	5.110.595,81	5.096.824,59	5.288.873,00	5.302.609,49	68.380.384,19		68.380.384,19
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	2.195,20	2.195,20	2.195,20	2.195,20	2.210,76	2.179,64	2.195,20	2.590,94	2.590,94	2.590,94	1.723,86	1.723,86	26.586,94		26.586,94

Outlook

ENC: Encaminha Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre de 2026

De Gabinete Presidência Senado Federal <presidencia@senado.leg.br>
Data Qui, 01/10/2026 14:09
Para Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>

2 anexos (240 KB)

Relatório Gestão Fiscal 2 quadrimestre 2026 PROAD 10615-2026.pdf; OF CGP 133_2026 Encaminha Relatório Gestão Fiscal Congresso Nacional PROAD 10615-2026 pdf.pdf;

De: Sen. Davi Alcolumbre <sen.davialcolumbre@senado.leg.br>
Enviada em: quinta-feira, 1 de outubro de 2026 14:02
Para: Gabinete Presidência Senado Federal <presidencia@senado.leg.br>
Assunto: ENC: Encaminha Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre de 2026

De: CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA <cgp@trt13.jus.br>
Enviada em: quinta-feira, 1 de outubro de 2026 13:13
Para: Sen. Davi Alcolumbre <sen.davialcolumbre@senado.leg.br>
Assunto: Encaminha Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre de 2026

De ordem, da Excelentíssima Desembargadora Presidente deste Regional, encaminho Ofício TRT13 CGP n.º133/2026 e Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre do exercício de 2026.
Respeitosamente

--
Chefia de Gabinete da Presidência
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
Av. Corálio Soares de Oliveira, S/N, Centro, João Pessoa/PB - 58013-260
(83) 3533-6102

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

HERMINEGILDA LEITE MACHADO
01/10/2026 09:32

OFÍCIO TRT13 CGP N.º 133/2026

João Pessoa, 30 de setembro de 2026.

A Sua Senhoria o Senhor
Senador **DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM**
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar
70165-900 - Brasília/DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal – RGF, 2º quadrimestre do exercício 2026.

Proad n.º 10615/2026

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar n.º 101/2000, c/c art. 5º, inciso I, da Lei n.º 10.028/2000, bem como em atendimento à solicitação contida no OFÍCIO CIRCULAR CSJT.SG.SEOFI N.º 085/2026, oriundo do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, deste Regional, referente ao 2º quadrimestre do exercício 2026, publicado no DOU, Edição 185, Seção 1, página 270, do dia 30.09.2026.

Respeitosamente,

HERMINEGILDA LEITE MACHADO
Desembargadora Presidente

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1 ISSN 1677-7042 Nº 185, quarta-feira, 30 de setembro de 2026

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

PORTARIA TRT13 CGP Nº 450, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, considerando o constante no Proad n.º 10615/2026, resolve:

I - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2026, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 13ª Região e no Diário Oficial da União, em cumprimento ao disposto no art. 54, inciso III, e no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

II - Esta Portaria passa a vigorar a contar de sua publicação.

Des. HERMINEGILDA LEITE MACHADO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2025 E JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	set/2025	out/2025	nov/2025	dez/2025	jan/2026	fev/2026	mar/2026	abr/2026	mai/2026	jun/2026	jul/2026	ago/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	40.840.090,59	44.825.575,10	48.911.484,52	74.471.587,62	52.392.368,10	43.139.842,77	47.133.297,38	42.388.249,96	42.364.524,98	43.420.142,57	45.178.789,85	45.065.307,14	570.131.260,58	2.302.165,35	572.433.425,93
Pessoal Ativo	28.674.208,95	31.707.171,02	33.671.940,17	55.148.023,95	34.326.132,14	30.551.571,76	32.943.881,85	29.622.726,34	29.534.657,20	30.332.124,40	31.299.082,22	31.309.155,56	399.120.675,56	2.233.530,96	401.354.206,52
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	24.328.614,65	27.365.450,48	29.114.111,57	46.488.166,86	30.018.436,11	25.954.441,77	28.529.270,05	25.227.412,80	25.166.748,61	25.998.857,25	26.679.523,21	26.691.148,57	341.562.181,93	2.226.307,32	343.788.489,25
Obrigações Patronais	4.345.594,30	4.341.720,54	4.557.828,60	8.659.857,09	4.307.696,03	4.597.129,99	4.414.611,80	4.395.313,54	4.367.908,59	4.333.267,15	4.619.559,01	4.618.006,99	57.558.493,63	7.223,64	57.565.717,27
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.165.881,64	13.118.404,08	15.239.544,35	19.323.563,67	18.066.235,96	12.588.271,01	14.189.415,53	12.765.523,62	12.829.867,78	13.088.018,17	13.879.707,63	13.756.151,58	171.010.585,02	68.634,39	171.079.219,41
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.395.425,32	11.133.250,38	12.292.578,99	16.328.786,79	15.364.548,41	10.719.781,51	11.935.968,06	10.906.483,64	10.875.780,97	11.171.597,03	11.909.889,86	11.786.333,81	144.820.424,77	27.755,50	144.848.180,27
Pensões	1.770.456,32	1.985.153,70	2.946.965,36	2.994.776,88	2.701.687,55	1.868.489,50	2.253.447,47	1.859.039,98	1.954.086,81	1.916.421,14	1.969.817,77	1.969.817,77	26.190.160,25	40.878,89	26.231.039,14
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	11.958.943,71	12.912.204,54	14.339.231,99	8.807.865,49	180.815,33	184.327,49	14.189.415,53	12.499.680,21	12.564.024,37	12.838.819,42	13.593.287,84	13.470.409,27	127.539.025,19	324,79	127.539.349,98
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	180.815,33	180.815,33	184.327,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545.958,15	0,00	545.958,15
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	4.204.231,26	32.287,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.236.518,73	324,79	4.236.843,52
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.958.943,71	12.912.204,54	10.135.000,73	8.594.762,69	0,00	0,00	14.189.415,53	12.499.680,21	12.564.024,37	12.838.819,42	13.593.287,84	13.470.409,27	122.756.548,31	0,00	122.756.548,31
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	28.881.146,88	31.913.370,56	34.572.252,53	65.663.722,13	52.211.552,77	42.955.515,28	32.943.881,85	29.888.569,75	29.800.500,61	30.581.323,15	31.585.502,01	31.594.897,87	442.592.235,39	2.301.840,56	444.894.075,95

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	444.894.075,95	0,027475%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.094.265.137,09	0,067578%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.039.551.880,24	0,064199%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	984.838.623,38	0,060820%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, SOF - DCCONT, 16/SET/2026 às 10:00 horas

NOTA[1]. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA[2]: Despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização de créditos (Provisão): R$ 5.411.791,26

NOTA[3]: Despesas com Outros Precatórios Judiciais executados por meio de descentralização de créditos (destaque): R$ 0,00

Des. HERMINEGILDA LEITE MACHADO
Presidente do Tribunal

ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA
Diretor-Geral

NATHÁLIA DE ALMEIDA TORRES
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

LEONARDO GUEDES PEREIRA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

PORTARIA TRT13 CGP Nº 450, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, considerando o constante no Proad n.º 10615/2026, resolve:

I - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2026, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 13ª Região e no Diário Oficial da União, em cumprimento ao disposto no art. 54, inciso III, e no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

II - Esta Portaria passa a vigorar a contar de sua publicação.

Des. HERMINEGILDA LEITE MACHADO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2025 E JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	set/2025	out/2025	nov/2025	dez/2025	jan/2026	fev/2026	mar/2026	abr/2026	mai/2026	jun/2026	jul/2026	ago/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	40.840.090,59	44.825.575,10	48.911.484,52	74.471.587,62	52.392.368,10	43.139.842,77	47.133.297,38	42.388.249,96	42.364.524,98	43.420.142,57	45.178.789,85	45.065.307,14	570.131.260,58	2.302.165,35	572.433.425,93
Pessoal Ativo	28.674.208,95	31.707.171,02	33.671.940,17	55.148.023,95	34.326.132,14	30.551.571,76	32.943.881,85	29.622.726,34	29.534.657,20	30.332.124,40	31.299.082,22	31.309.155,56	399.120.675,56	2.233.530,96	401.354.206,52
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	24.328.614,65	27.365.450,48	29.114.111,57	46.488.166,86	30.018.436,11	25.954.441,77	28.529.270,05	25.227.412,80	25.166.748,61	25.998.857,25	26.679.523,21	26.691.148,57	341.562.181,93	2.226.307,32	343.788.489,25
Obrigações Patronais	4.345.594,30	4.341.720,54	4.557.828,60	8.659.857,09	4.307.696,03	4.597.129,99	4.414.611,80	4.395.313,54	4.367.908,59	4.333.267,15	4.619.559,01	4.618.006,99	57.558.493,63	7.223,64	57.565.717,27
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.165.881,64	13.118.404,08	15.239.544,35	19.323.563,67	18.066.235,96	12.588.271,01	14.189.415,53	12.765.523,62	12.829.867,78	13.088.018,17	13.879.707,63	13.756.151,58	171.010.585,02	68.634,39	171.079.219,41
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.395.425,32	11.133.250,38	12.292.578,99	16.328.786,79	15.364.548,41	10.719.781,51	11.935.968,06	10.906.483,64	10.875.780,97	11.171.597,03	11.909.889,86	11.786.333,81	144.820.424,77	27.755,50	144.848.180,27
Pensões	1.770.456,32	1.985.153,70	2.946.965,36	2.994.776,88	2.701.687,55	1.868.489,50	2.253.447,47	1.859.039,98	1.954.086,81	1.916.421,14	1.969.817,77	1.969.817,77	26.190.160,25	40.878,89	26.231.039,14
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	11.958.943,71	12.912.204,54	14.339.231,99	8.807.865,49	180.815,33	184.327,49	14.189.415,53	12.499.680,21	12.564.024,37	12.838.819,42	13.593.287,84	13.470.409,27	127.539.025,19	324,79	127.539.349,98
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	180.815,33	180.815,33	184.327,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545.958,15	0,00	545.958,15
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	4.204.231,26	32.287,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.236.518,73	324,79	4.236.843,52
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.958.943,71	12.912.204,54	10.135.000,73	8.594.762,69	0,00	0,00	14.189.415,53	12.499.680,21	12.564.024,37	12.838.819,42	13.593.287,84	13.470.409,27	122.756.548,31	0,00	122.756.548,31
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	28.881.146,88	31.913.370,56	34.572.252,53	65.663.722,13	52.211.552,77	42.955.515,28	32.943.881,85	29.888.569,75	29.800.500,61	30.581.323,15	31.585.502,01	31.594.897,87	442.592.235,39	2.301.840,56	444.894.075,95

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	444.894.075,95	0,027475%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.094.265.137,09	0,067578%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.039.551.880,24	0,064199%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	984.838.623,38	0,060820%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, SOF - DCCONT, 16/SET/2026 às 10:00 horas

NOTA[1]. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA[2]: Despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização de créditos (Provisão): R$ 5.411.791,26

NOTA[3]: Despesas com Outros Precatórios Judiciais executados por meio de descentralização de créditos (destaque): R$ 0,00

Des. HERMINEGILDA LEITE MACHADO
Presidente do Tribunal

ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA
Diretor-Geral

NATHÁLIA DE ALMEIDA TORRES
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

LEONARDO GUEDES PEREIRA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
25/09/2026 14:22

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Gabinete da Presidência
PROAD 3767/2026

OFÍCIO N.º 1097/2026/TRT14/GP

Porto Velho/RO, data conforme assinatura digital.

Exmo. Senhor Presidente do Congresso Nacional
Senador **DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM**
Senado Federal, Praça dos Três Poderes.
BRASÍLIA/DF
CEP: 70.165-900
(Via *e-mail* slcn@senado.leg.br)

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal – Proad TRT14 n. 3767/2026**

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, encaminho cópia do Relatório de Gestão Fiscal correspondente ao 2º quadrimestre do exercício 2026 – período de setembro de 2025 a agosto de 2026, bem como das respectivas publicações da matéria, mediante Portaria GP n. 1257/2026, no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

No ensejo, reitero votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

(assinado digitalmente)
Desembargador **ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR**
Presidente, Gestor de Governança, Metas e Ordenador de Despesas
do TRT da 14ª Região

PROAD n. 5606/2026 DOC 278. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.KLJH.SDHW:
https://proad.trt14.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

PROAD n. 3767/2026 DOC 30
Cadastrado por 09593076646 - IVINA SANTOS DALDEGAN
Juntado em 25/09/2026

Anexo 1 - PORTARIA GP N. 1257 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026. 4553/2026 - Sexta-feira, 25 de Setembro de 2026 Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região 1

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL (C)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**31.751.926,45**	**34.703.978,57**	**34.432.255,99**	**57.809.657,65**	**41.362.020,57**	**33.412.101,88**	**37.718.288,08**	**32.701.886,90**	**32.405.618,60**	**33.323.397,88**	**34.515.412,73**	**34.679.550,93**	**438.816.096,23**	**5.160.677,76**	**443.976.773,**
Pessoal Ativo	**22.041.478,35**	**23.667.054,24**	**23.051.345,25**	**41.665.049,67**	**27.064.907,65**	**23.513.363,46**	**25.729.487,48**	**22.811.764,12**	**22.271.765,09**	**23.239.383,84**	**23.948.910,23**	**24.049.898,65**	**303.054.408,03**	**4.993.503,10**	**[illegible]**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.911.523,18	20.543.743,00	19.926.915,59	35.384.229,53	23.950.518,68	20.272.696,30	22.553.177,88	19.577.235,15	19.040.965,59	20.036.572,98	20.548.477,69	20.650.334,06	**261.396.389,63**	2.852.562,70	**[illegible]**
Obrigações Patronais	3.129.955,17	3.123.311,24	3.124.429,66	6.280.820,14	3.114.388,97	3.240.667,16	3.176.309,60	3.234.528,97	3.230.799,50	3.202.810,86	3.400.432,54	3.399.564,59	**41.658.018,40**	2.140.940,40	**[illegible]**
Pessoal Inativo e Pensionistas	**9.710.448,10**	**11.036.924,33**	**11.380.910,74**	**16.144.607,98**	**14.297.112,92**	**9.898.738,42**	**11.988.800,60**	**9.890.122,78**	**10.133.853,51**	**10.084.014,04**	**10.566.502,50**	**10.629.652,28**	**135.761.688,20**	**167.174,66**	**135.928.862,**
Aposentadorias, Reserva e Reformas	8.570.956,77	9.745.667,76	9.990.484,75	14.177.112,55	12.586.356,73	8.683.118,50	10.577.358,08	8.709.625,93	8.953.533,66	8.877.917,50	9.281.928,39	9.361.231,52	**119.515.292,14**	122.000,00	**[illegible]**
Pensões	1.139.491,33	1.291.256,57	1.390.425,99	1.967.495,43	1.710.756,19	1.215.619,92	1.411.442,52	1.180.496,85	1.180.319,85	1.206.096,54	1.284.574,11	1.268.420,76	**16.246.396,06**	45.174,66	**[illegible]**
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	0,00	**0,**
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	0,00	**0,**
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**4.032.350,93**	**3.843.357,80**	**5.399.595,57**	**4.559.434,60**	**12.201.862,59**	**5.606.662,02**	**7.016.600,54**	**4.921.617,25**	**5.110.595,81**	**5.096.824,59**	**5.288.873,00**	**5.302.609,49**	**68.380.384,19**	**0,00**	**68.380.384,**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	0,00	**0,**
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	2.195,20	2.195,20	2.195,20	2.195,20	2.210,76	2.179,64	2.195,20	2.590,94	2.590,94	2.590,94	1.723,86	1.723,86	**26.586,94**	0,00	**26.586,**
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	238.439,33	0,00	0,00	0,00	0,00	3.918,94	2.617,28	0,00	0,00	19.276,19	**264.251,74**	0,00	**264.251,**
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.030.155,73	3.841.162,60	5.158.961,04	4.557.239,40	12.199.651,83	5.604.482,38	7.014.405,34	4.915.107,37	5.105.387,59	5.094.233,65	5.287.149,14	5.281.609,44	**68.089.545,51**	0,00	**68.089.545,**
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**27.719.575,52**	**30.860.620,77**	**29.032.660,42**	**53.250.223,05**	**29.160.157,98**	**27.805.439,86**	**30.701.687,54**	**27.780.269,65**	**27.295.022,79**	**28.226.573,29**	**29.226.539,73**	**29.376.941,44**	**370.435.712,04**	**5.160.677,76**	**375.596.389,**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	**375.596.389,80**	**0,023196%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	930.735.828,45	0,057479%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	884.199.037,02	0,054605%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	837.662.245,60	0,051731%

FONTE: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial, Núcleo de Contabilidade Analítica

NOTAS:

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em Despesas liquidadas (quando houve a entrega do material ou serviço – art. 63 da Lei 4.320/64) e Despesas Empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

3. As despesas liquidadas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização interna de créditos (provisão), totalizaram R$ 6.691.321,49

4. As despesas liquidadas com Precatórios, executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque), totalizaram R$ 90.719.057,08

(ASSINADO DIGITALMENTE)
ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
DESEMBARGADOR-PRESIDENTE

(ASSINADO DIGITALMENTE)
FRANK LUZ DE FREITAS
DIRETOR-GERAL

(ASSINADO DIGITALMENTE)
EDSON FURTADO ALVES JUNIOR
SECRETÁRIO DE AUDITORIA INTERNA

(ASSINADO DIGITALMENTE)
RAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA
SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROAD n. 3767/2026 DOC 30. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.WRFC.DRTL: https://proad.trt14.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	414.548,71	-44.085,72	368.183,64	722.159,36	44.901,69	44.552,45	44.878,88	44.643,12	44.643,12	44.643,12	319.238,65	307.437,12	2.355.744,14	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	126.411,71	189.861,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	316.272,78	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.737,26	-14.551,33	14.551,33	0,00	37.195.238,28	25.289.967,58	29.145.375,96	25.448.179,26	25.958.661,75	26.248.109,76	513.206,41	0,00	169.801.476,26	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	71.339.444,99	80.374.983,33	79.079.064,79	130.799.456,35	59.250.236,00	49.382.744,04	55.672.586,42	50.581.811,55	48.276.781,77	49.457.124,86	78.622.824,41	79.628.476,49	832.465.535,00	1.458.259,11

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	--
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - DTP (V)= (A)+(B)	833.923.794,11	0,051500%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.848.031.779,06	0,114128%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.755.630.190,11	0,108422%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.663.228.601,15	0,102715%
FONTE: Tesouro Gerencial - 17/09/2026 às 14h. Secretaria de Orçamento e Finanças - TRT 12ª Região - SC .		

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1 - Despesas com Precatórios de Pessoal da Administração Direta, executadas por meio de descentralização de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 3.931.953,26, sendo R$ 1.315.443,26 ref. SET/2025 e R$ 2.616.510,00 ref. MAR/2026;

2 - Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização de crédito (provisão): despesa liquidada: R$ 4.468.800,74, sendo R$ 1.924.858,26 ref. SET/2025 a DEZ/2025, R$ 1.032.498,07 ref. JAN/2026 a ABR/2026 e R$ 1.511.444,41 ref. MAI/2026 a AGO/2026;

3 - Conforme o Acórdão TCU 799/2024-Plenário, as despesas de natureza indenizatória que não possuam a natureza típica de recomposição patrimonial devem ser computadas no total das despesas com pessoal para todos os fins da LC 101/2000; dessa forma estão incluídas nas despesas com pessoal as licenças compensatórias liquidadas e pagas por este Regional;

4 - As despesas com Pessoal não executadas orçamentariamente lançadas neste demonstrativo referem-se às licenças-prêmio de servidores e às férias indenizadas de magistrados e servidores, para as quais não se pôde atestar a disponibilidade orçamentária e financeira no momento do fato gerador. Os valores de JAN/2026 a ABR/2026, que no demonstrativo do 1Q26 somavam R$ 2.138.897,03, foram retificados, em virtude de alteração nas bases de cálculo das despesas demonstradas.

5 - O valor negativo para Despesas Não Computadas - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração na competência OUT/2025 refere-se à reclassificação de rubrica de opção por função/cargo da esfera judicial para administrativa relativa ao período de JAN/2025 a SET/2025, no total de R$ 420.818,02 reclassificadas para Pessoal Inativo e Pensionistas - Aposentadorias, Reserva e Reformas.

Desª TERESA REGINA COTOSKY
Presidente do Tribunal

FERNANDA GOMES FERREIRA
Diretora-Geral da Secretaria

FERNANDO SCHLICKMANN OLIVEIRA SOUZA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

YANN MICHEL TEIXEIRA DUARTE
Diretor da Divisão de Contabilidade e Informações Gerenciais

ALEX CRISTIANO GRAMKOW HAMMES
Diretor da Secretaria de Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

PORTARIA GP Nº 1.257, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000;
CONSIDERANDO o que consta nos autos do PROAD nº 3767/2026, resolve:
TORNAR público o Relatório de Gestão Fiscal correspondente ao 2º quadrimestre do exercício 2026 - período de setembro de 2025 a Agosto de 2026.

Des. ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026
(Anexo I da Portaria GP Nº 1257/2026-TRT14ªRG)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00															
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	31.751.926,45	34.703.978,57	34.432.255,99	57.809.657,65	41.362.020,57	33.412.101,88	37.718.288,08	32.701.886,90	32.405.618,60	33.323.397,88	34.515.412,73	34.679.550,93	438.816.096,23	5.160.677,76	443.976.773,99
Pessoal Ativo	22.041.478,35	23.667.054,24	23.051.345,25	41.665.049,67	27.064.907,65	23.513.363,46	25.729.487,48	22.811.764,12	22.271.765,09	23.239.383,84	23.948.910,23	24.049.898,65	303.054.408,03	4.993,503,10	308.047.911,13
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.911.523,18	20.543.743,00	19.926.915,59	35.384.229,53	23.950.518,68	20.272.696,30	22.553.177,88	19.577.235,15	19.040.965,59	20.036.572,98	20.548.477,69	20.650.334,06	261.396.389,63	2.852.562,70	264.248.952,33
Obrigações Patronais	3.129.955,17	3.123.311,24	3.124.429,66	6.280.820,14	3.114.388,97	3.240.667,16	3.176.309,60	3.234.528,97	3.230.799,50	3.202.810,86	3.400.432,54	3.399.564,59	41.658.018,40	2.140.940,40	43.798.958,80
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.710.448,10	11.036.924,33	11.380.910,74	16.144.607,98	14.297.112,92	9.898.738,42	11.988.800,60	9.890.122,78	10.133.853,51	10.084.014,04	10.566.502,50	10.629.652,28	135.761.688,20	167.174,66	135.928.862,86
Aposentadorias, Reserva e Reformas	8.570.956,77	9.745.667,76	9.990.484,75	14.177.112,55	12.586.356,73	8.683.118,50	10.577.358,08	8.709.625,93	8.953.533,66	8.877.917,50	9.281.928,39	9.361.231,52	119.515.292,14	122.000,00	119.637.292,14
Pensões	1.139.491,33	1.291.256,57	1.390.425,99	1.967.495,43	1.710.756,19	1.215.619,92	1.411.442,52	1.180.496,85	1.180.319,85	1.206.096,54	1.284.574,11	1.268.420,76	16.246.396,06	45.174,66	16.291.570,72
Outras Desp. de Pessoal decor. de Contr. de Terc. ou de Cont. forma Indir. (§ 1º do art. 18 da LRF)															
Desp. com pessoal não Executada Orçamentariamente															
DESP. NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	4.032.350.93	3.843.357.80	5.399.595,57	4.559.434,60	12.201.862,59	5.606.662,02	7.016.600,54	4.921.617,25	5.110.595,81	5.096.824,59	5.288.873,00	5.302.609,49	68.380.384,19		68.380.384,19
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	2.195,20	2.195,20	2.195,20	2.195,20	2.210,76	2.179,64	2.195,20	2.590,94	2.590,94	2.590,94	1.723,86	1.723,86	26.586,94		26.586,94

Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração			238.439.33					3.918,94	2.617,28			19.276,19	264.251,74		264.251,74
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.030.155,73	3.841.162,60	5.158.961,04	4.557.239,40	12.199.651,83	5.604.482,38	7.014.405,34	4.915.107,37	5.105.387,59	5.094.233,65	5.287.149,14	5.281.609,44	68.089.545,51		68.089.545,51
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	27.719.575.52	30.860.620,77	29.032.660,42	53.250.223,05	29.160.157,98	27.805.439,86	30.701.687,54	27.780.269,65	27.295.022,79	28.226.573,29	29.226.539,73	29.376.941,44	370.435.712,04	5.160.677,76	375.596.389,80

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)=(A) + (B)	375.596.389,80	0,023196%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	930.735.828,45	0,057479%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	884.199.037,02	0,054605%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	837.662.245,60	0,051731%

FONTE: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial, Núcleo de Contabilidade Analítica
NOTAS:
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
2. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em Despesas líquidas (quando houve a entrega do material ou serviço - art. 63 da Lei 4.320/64 e Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.
3. As despesas liquidadas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização interna de créditos (provisão), totalizaram R$6.691.321,49.
4. As despesas liquidas com Precatórios, executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque), totalizaram R$90.719.057,08.

Des. ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Presidente do Tribunal

FRANK LUZ DE FREITAS
Diretor-Geral

EDSON FURTADO ALVES JUNIOR
Secretário de Auditoria Interna

RAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA
Secretário de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PORTARIA GP Nº 73, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Desª ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	148.408.466,17	172.977.798,32	258.517.940,08	192.375.516,05	196.857.039,52	158.730.364,34	180.672.290,10	155.654.258,15	155.292.336,47	163.257.110,19	164.379.571,60	169.846.513,14	2.116.969.204,13	5.592.341,84	2.122.561.545,97
Pessoal Ativo	104.878.455,20	121.987.105,90	183.532.181,91	139.560.391,48	131.092.131,09	112.691.767,28	127.001.278,06	110.096.728,03	108.457.739,61	116.127.273,51	115.094.084,94	120.300.753,83	1.490.819.890,84	4.914.638,09	1.495.734.528,93
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	90.259.975,26	107.382.014,73	154.370.632,94	124.815.262,89	116.665.921,59	97.424.834,32	112.154.198,22	95.323.826,36	93.706.938,81	101.353.065,75	99.430.976,51	104.655.162,16	1.297.542.809,54	4.705.518,09	1.302.248.327,63
Obrigações Patronais	14.618.479,94	14.605.091,17	29.161.548,97	14.745.128,59	14.426.209,50	15.266.932,96	14.847.079,84	14.772.901,67	14.750.800,80	14.774.207,76	15.663.108,43	15.645.591,67	193.277.081,30	209.120,00	193.486.201,30
Pessoal Inativo e Pensionistas	43.530.010,97	50.990.692,42	74.985.758,17	52.815.124,57	65.764.908,43	46.038.597,06	53.671.012,04	45.557.530,12	46.834.596,86	47.129.836,68	49.285.486,66	49.545.759,31	626.149.313,29	677.703,75	626.827.017,04
Aposentadorias, Reserva e Reformas	39.163.461,20	45.986.946,76	67.107.130,42	47.292.581,34	59.092.424,73	41.336.512,55	47.780.373,81	40.920.836,97	42.221.971,50	42.229.776,36	44.172.674,85	44.480.719,89	561.785.410,38	560.782,98	562.346.193,36
Pensões	4.366.549,77	5.003.745,66	7.878.627,75	5.522.543,23	6.672.483,70	4.702.084,51	5.890.638,23	4.636.693,15	4.612.625,36	4.900.060,32	5.112.811,81	5.065.039,42	64.363.902,91	116.920,77	64.480.823,68
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	42.004.350,87	8.672.135,70	8.650.118,38	2.394.290,92	21.086.380,19	74.004,67	2.029.266,68	-7.720,39	20.879.435,44	45.136.918,83	47.336.036,54	47.534.063,76	245.789.281,59	458.977,11	246.248.258,70
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	108.991,04	14.341,75	44.105,84	0,00	62.067,19	8.419,95	1.383,50	2.222,56	0,00	0,00	0,00	241.531,83	37.000,00	278.531,83
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	4.243,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.243,43	0,00	4.243,43
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	8.635.776,63	2.350.185,08	0,00	0,00	2.020.846,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.006.808,44	421.977,11	13.428.785,55
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	42.004.350,87	8.563.144,66	0,00	0,00	21.082.136,76	11.937,48	0,00	-9.103,89	20.877.212,88	45.136.918,83	47.336.036,54	47.534.063,76	232.536.697,89	0,00	232.536.697,89
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	106.404.115,30	164.305.662,62	249.867.821,70	189.981.225,13	175.770.659,33	158.656.359,67	178.643.023,42	155.661.978,54	134.412.901,03	118.120.191,36	117.043.535,06	122.312.449,38	1.871.179.922,54	5.133.364,73	1.876.313.287,27

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	**1.876.313.287,27**	**0,115875%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.132.260.460,42	0,255194%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.925.647.437,40	0,242434%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.719.034.414,38	0,229675%

FONTE: SIAFI/Tesouro Gerencial - SOF/CCONT - 22/09/2026 - 16h

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

1. Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram incluídas:

a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R$ 22.526.572,62;

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão), sendo despesa liquidada R$ 11.473.267,92.

2. Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006 - TCU - Plenário, não foi incluído o valor de R$ 3.428.096,01 referente a Precatórios da Administração Indireta.

MARCO ANTONIO FERNANDES
Secretário de Orçamento e Finanças

ADLEI CRISTIAN CARVALHO PEREIRA SCHLOSSER
Diretor-Geral

CARLA JOYCE GOMES ALARCON DE PAULA
Secretária de Auditoria Interna Substituta

Desª ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN
Presidente do Tribunal

JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

TRT-14ª REGIÃO
Rondônia e Acre

ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
25/09/2026 14:22

PORTARIA GP N. 1257, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO,** no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000;

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Proad n. 3767/2026,

RESOLVE

TORNAR público o Relatório de Gestão Fiscal correspondente ao 2º quadrimestre do exercício 2026 – período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Publique-se.

(assinado digitalmente)
Desembargador **ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR**
Presidente, Gestor de Governança, Metas e Ordenador de Despesas
do TRT da 14ª Região

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
www.trt15.jus.br

ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN
28/09/2026 22:26

OFÍCIO Nº 48/2026-GP/DG

Campinas, 28 de setembro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente do Congresso Nacional
BRASÍLIA/DF

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 c/c o artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, a anexa cópia do Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao período de setembro/2025 a agosto/2026, deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Campinas, publicado no Diário Oficial da União, em 28 de setembro de 2026, Seção 1, n.º 183, página 241, e disponibilizado no site desta Corte, cujo acesso poderá ser efetivado pelo link: https://trt15.jus.br/transparencia/contas-publicas/relatorio-de-gestao-fiscal.

Ao ensejo, renovo protestos de estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN
Desembargadora Presidente do
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

PROAD n. 10403/2026 DOC 44. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.CRCZ.DDXP: https://proad.trt15.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

PROAD n. 10403/2026 DOC 40
Cadastrado por fernandotorraca - FERNANDO DEL GUERRA TORRACA
Juntado em 28/09/2026

FERNANDO DEL GUERRA TORRACA
28/09/2026 10:28

Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração			238.439.33					3.918,94	2.617,28			19.276,19	264.251,74		264.251,74
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.030.155,73	3.841.162,60	5.158.961,04	4.557.239,40	12.199.651,83	5.604.482,38	7.014.405,34	4.915.107,37	5.105.387,59	5.094.233,65	5.287.149,14	5.281.609,44	68.089.545,51		68.089.545,51
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	27.719.575.52	30.860.620,77	29.032.660,42	53.250.223,05	29.160.157,98	27.805.439,86	30.701.687,54	27.780.269,65	27.295.022,79	28.226.573,29	29.226.539,73	29.376.941,44	370.435.712,04	5.160.677,76	375.596.389,80

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)=(A) + (B)	375.596.389,80	0,023196%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	930.735.828,45	0,057479%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	884.199.037,02	0,054605%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	837.662.245,60	0,051731%

FONTE: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial, Núcleo de Contabilidade Analítica
NOTAS:
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
2. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em Despesas líquidas (quando houve a entrega do material ou serviço - art. 63 da Lei 4.320/64 e Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.
3. As despesas liquidadas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização interna de créditos (provisão), totalizaram R$6.691.321,49.
4. As despesas liquidas com Precatórios, executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque), totalizaram R$90.719.057,08.

Des. ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Presidente do Tribunal

FRANK LUZ DE FREITAS
Diretor-Geral

EDSON FURTADO ALVES JUNIOR
Secretário de Auditoria Interna

RAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA
Secretário de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PORTARIA GP Nº 73, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Desª ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	148.408.466,17	172.977.798,32	258.517.940,08	192.375.516,05	196.857.039,52	158.730.364,34	180.672.290,10	155.654.258,15	155.292.336,47	163.257.110,19	164.379.571,60	169.846.513,14	2.116.969.204,13	5.592.341,84	2.122.561.545,97
Pessoal Ativo	104.878.455,20	121.987.105,90	183.532.181,91	139.560.391,48	131.092.131,09	112.691.767,28	127.001.278,06	110.096.728,03	108.457.739,61	116.127.273,51	115.094.084,94	120.300.753,83	1.490.819.890,84	4.914.638,09	1.495.734.528,93
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	90.259.975,26	107.382.014,73	154.370.632,94	124.815.262,89	116.665.921,59	97.424.834,32	112.154.198,22	95.323.826,36	93.706.938,81	101.353.065,75	99.430.976,51	104.655.162,16	1.297.542.809,54	4.705.518,09	1.302.248.327,63
Obrigações Patronais	14.618.479,94	14.605.091,17	29.161.548,97	14.745.128,59	14.426.209,50	15.266.932,96	14.847.079,84	14.772.901,67	14.750.800,80	14.774.207,76	15.663.108,43	15.645.591,67	193.277.081,30	209.120,00	193.486.201,30
Pessoal Inativo e Pensionistas	43.530.010,97	50.990.692,42	74.985.758,17	52.815.124,57	65.764.908,43	46.038.597,06	53.671.012,04	45.557.530,12	46.834.596,86	47.129.836,68	49.285.486,66	49.545.759,31	626.149.313,29	677.703,75	626.827.017,04
Aposentadorias, Reserva e Reformas	39.163.461,20	45.986.946,76	67.107.130,42	47.292.581,34	59.092.424,73	41.336.512,55	47.780.373,81	40.920.836,97	42.221.971,50	42.229.776,36	44.172.674,85	44.480.719,89	561.785.410,38	560.782,98	562.346.193,36
Pensões	4.366.549,77	5.003.745,66	7.878.627,75	5.522.543,23	6.672.483,70	4.702.084,51	5.890.638,23	4.636.693,15	4.612.625,36	4.900.060,32	5.112.811,81	5.065.039,42	64.363.902,91	116.920,77	64.480.823,68
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	42.004.350,87	8.672.135,70	8.650.118,38	2.394.290,92	21.086.380,19	74.004,67	2.029.266,68	-7.720,39	20.879.435,44	45.136.918,83	47.336.036,54	47.534.063,76	245.789.281,59	458.977,11	246.248.258,70
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	108.991,04	14.341,75	44.105,84	0,00	62.067,19	8.419,95	1.383,50	2.222,56	0,00	0,00	0,00	241.531,83	37.000,00	278.531,83
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	4.243,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.243,43	0,00	4.243,43
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	8.635.776,63	2.350.185,08	0,00	0,00	2.020.846,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.006.808,44	421.977,11	13.428.785,55
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	42.004.350,87	8.563.144,66	0,00	0,00	21.082.136,76	11.937,48	0,00	-9.103,89	20.877.212,88	45.136.918,83	47.336.036,54	47.534.063,76	232.536.697,89	0,00	232.536.697,89
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	106.404.115,30	164.305.662,62	249.867.821,70	189.981.225,13	175.770.659,33	158.656.359,67	178.643.023,42	155.661.978,54	134.412.901,03	118.120.191,36	117.043.535,06	122.312.449,38	1.871.179.922,54	5.133.364,73	1.876.313.287,27

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	**1.876.313.287,27**	**0,115875%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.132.260.460,42	0,255194%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.925.647.437,40	0,242434%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.719.034.414,38	0,229675%

FONTE: SIAFI/Tesouro Gerencial - SOF/CCONT - 22/09/2026 - 16h

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

1. Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram incluídas:

a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R$ 22.526.572,62;

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão), sendo despesa liquidada R$ 11.473.267,92.

2. Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006 - TCU - Plenário, não foi incluído o valor de R$ 3.428.096,01 referente a Precatórios da Administração Indireta.

MARCO ANTONIO FERNANDES
Secretário de Orçamento e Finanças

ADLEI CRISTIAN CARVALHO PEREIRA SCHLOSSER
Diretor-Geral

CARLA JOYCE GOMES ALARCON DE PAULA
Secretária de Auditoria Interna Substituta

Desª ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN
Presidente do Tribunal

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152026092800241

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROAD n. 10403/2026 DOC 40. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.MBXP.QZTL: https://proad.trt15.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

OFÍCIO Nº 527/2026/GPRE/TRT16

São Luís/MA, datado e assinado digitalmente.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar.
Brasília – DF.
CEP: 70.165-900

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre de 2026.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no Art. 59 da Lei nº 101/2000 c/c Art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho o Anexo I - Demonstrativo de Despesa Com Pessoal, de que trata o art. 55, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Atenciosamente,

Desembargador JOSÉ EVANDRO DE SOUZA
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ EVANDRO DE SOUZA**, **Presidente**, em 24/09/2026, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site Autenticar Documentos informando o código verificador **1337449** e o código CRC **E4BE08D9**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1 ISSN 1677-7042 Nº 182, sexta-feira, 25 de setembro de 2026

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

PORTARIA GPRE/TRT16 Nº 744, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve Determinar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do Anexo I - Demonstrativo de Despesa Com Pessoal, de que trata o art. 55, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026. Dê-se ciência. Publique-se no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e disponibilize-se do sítio eletrônico do Tribunal.

Des. JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	NÃO PROCESSADOS (B)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.417.974,90	23.043.921,37	35.695.840,90	28.231.473,35	26.171.945,86	20.912.599,25	25.137.313,01	20.978.949,45	21.162.365,26	21.614.363,22	22.482.308,18	22.804.071,63	288.653.126,38	2.583.128,42	291.236.254,80
Pessoal Ativo	17.506.363,74	19.636.937,17	30.242.726,66	24.804.127,57	21.770.631,56	17.824.171,15	21.309.739,02	17.956.116,54	18.058.607,00	18.507.243,12	19.230.454,77	19.459.880,87	246.306.999,17	2.430.736,32	248.737.735,49
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.996.318,67	17.127.833,00	25.152.201,71	22.266.068,31	19.208.563,73	15.257.237,59	18.747.198,39	15.394.220,94	15.493.822,71	15.948.299,96	16.499.839,86	16.736.387,45	212.827.992,32	2.422.130,43	215.250.122,75
Obrigações Patronais	2.510.045,07	2.509.104,17	5.090.524,95	2.538.059,26	2.562.067,83	2.566.933,56	2.562.540,63	2.561.895,60	2.564.784,29	2.558.943,16	2.730.614,91	2.723.493,42	33.479.006,85	8.605,89	33.487.612,74
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.911.611,16	3.406.984,20	5.453.114,24	3.427.345,78	4.401.314,30	3.088.428,10	3.827.573,99	3.022.832,91	3.103.758,26	3.107.120,10	3.251.853,41	3.344.190,76	42.346.127,21	152.392,10	42.498.519,31
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.333.566,52	2.853.759,24	3.945.707,68	2.793.240,57	3.599.414,99	2.550.839,64	3.153.924,51	2.492.377,05	2.540.364,50	2.543.726,34	2.693.131,03	2.736.682,88	34.236.734,95	97.888,92	34.334.623,87
Pensões	578.044,64	553.224,96	1.507.406,56	634.105,21	801.899,31	537.588,46	673.649,48	530.455,86	563.393,76	563.393,76	558.722,38	607.507,88	8.309.392,26	54.503,18	8.363.895,44
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.860.543,36	1.808.248,67	4.670.657,74	1.339.415,90	4.325.416,37	3.025.703,75	3.766.439,25	2.961.698,17	3.042.623,52	3.045.985,36	3.190.718,67	3.283.056,02	36.320.506,78	107.435,93	36.427.942,71
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	9.462,35	0,00	1.122.708,28	495.193,50	10.289,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.637.653,23	527,36	1.638.180,59
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.851.081,01	1.808.248,67	3.547.949,46	844.222,40	4.315.127,27	3.025.703,75	3.766.439,25	2.961.698,17	3.042.623,52	3.045.985,36	3.190.718,67	3.283.056,02	34.682.853,55	106.908,57	34.789.762,12
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.557.431,54	21.235.672,70	31.025.183,16	26.892.057,45	21.846.529,49	17.886.895,50	21.370.873,76	18.017.251,28	18.119.741,74	18.568.377,86	19.291.589,51	19.521.015,61	252.332.619,60	2.475.692,49	254.808.312,09

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	254.808.312,09	0,015736%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	694.372.097,56	0,042882%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	659.653.492,68	0,040738%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	624.934.887,80	0,038594%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Unidade Responsável TRT16, Data da emissão 22 de setembro de 2026 às 12h 10min
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTA:
Nota1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
Nota2: As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, que totalizaram R$ 129.383,20, não foram computadas no Relatório, conforme orientação constante no Ofício-Circular Conjunto Nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF, e no Acórdão Nº 894/2012 - TCU - Plenário;
Nota3: As despesas de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV), cujo montante chegou a R$ 10.362.142,77, também não foram registradas no Relatório, em cumprimento ao Acórdão Nº 2097/2011 - TCU - Plenário.

Des. JOSÉ EVANDRO DE SOUZA
Presidente do Tribunal

FERNANDA CRISTINA MUNIZ MARQUES
Diretora-Geral

FLÁVIA REGINA RÊGO CORDEIRO
Secretária de Orçamento e Finanças

JOSÉ AUGUSTO CASTELO BRANCO FILHO
Secretário de Auditoria

JOÃO BATISTA SOBRINHO
Setor de Contabilidade Analítica

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**20.417.974,90**	**23.043.921,37**	**35.695.840,90**	**28.231.473,35**	**26.171.945,86**	**20.912.599,25**	**25.137.313,01**	**20.978.949,45**	**21.162.365,26**	**21.614.363,22**	**22.482.308,18**	**22.804.071,63**	**288.653.126,38**	**2.583.128,42**	**291.236.254,80**
Pessoal Ativo	**17.506.363,74**	**19.636.937,17**	**30.242.726,66**	**24.804.127,57**	**21.770.631,56**	**17.824.171,15**	**21.309.739,02**	**17.956.116,54**	**18.058.607,00**	**18.507.243,12**	**19.230.454,77**	**19.459.880,87**	**246.306.999,17**	**2.430.736,32**	**248.737.735,49**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.996.318,67	17.127.833,00	25.152.201,71	22.266.068,31	19.208.563,73	15.257.237,59	18.747.198,39	15.394.220,94	15.493.822,71	15.948.299,96	16.499.839,86	16.736.387,45	212.827.992,32	2.422.130,43	215.250.122,75
Obrigações Patronais	2.510.045,07	2.509.104,17	5.090.524,95	2.538.059,26	2.562.067,83	2.566.933,56	2.562.540,63	2.561.895,60	2.564.784,29	2.558.943,16	2.730.614,91	2.723.493,42	33.479.006,85	8.605,89	33.487.612,74
Pessoal Inativo e Pensionistas	**2.911.611,16**	**3.406.984,20**	**5.453.114,24**	**3.427.345,78**	**4.401.314,30**	**3.088.428,10**	**3.827.573,99**	**3.022.832,91**	**3.103.758,26**	**3.107.120,10**	**3.251.853,41**	**3.344.190,76**	**42.346.127,21**	**152.392,10**	**42.498.519,31**
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.333.566,52	2.853.759,24	3.945.707,68	2.793.240,57	3.599.414,99	2.550.839,64	3.153.924,51	2.492.377,05	2.540.364,50	2.543.726,34	2.693.131,03	2.736.682,88	34.236.734,95	97.888,92	34.334.623,87
Pensões	578.044,64	553.224,96	1.507.406,56	634.105,21	801.899,31	537.588,46	673.649,48	530.455,86	563.393,76	563.393,76	558.722,38	607.507,88	8.109.392,26	54.503,18	8.163.895,44
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**1.860.543,36**	**1.808.248,67**	**4.670.657,74**	**1.339.415,90**	**4.325.416,37**	**3.025.703,75**	**3.766.439,25**	**2.961.698,17**	**3.042.623,52**	**3.045.985,36**	**3.190.718,67**	**3.283.056,02**	**36.320.506,78**	**107.435,93**	**36.427.942,71**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	9.462,35	0,00	1.122.708,28	495.193,50	10.289,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.637.653,23	527,36	1.638.180,59
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.851.081,01	1.808.248,67	3.547.949,46	844.222,40	4.315.127,27	3.025.703,75	3.766.439,25	2.961.698,17	3.042.623,52	3.045.985,36	3.190.718,67	3.283.056,02	34.682.853,55	106.908,57	34.789.762,12
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**18.557.431,54**	**21.235.672,70**	**31.025.183,16**	**26.892.057,45**	**21.846.529,49**	**17.886.895,50**	**21.370.873,76**	**18.017.251,28**	**18.119.741,74**	**18.568.377,86**	**19.291.589,51**	**19.521.015,61**	**252.332.619,60**	**2.475.692,49**	**254.808.312,09**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	254.808.312,09	0,015734%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	694.372.097,56	0,042882%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	659.653.492,68	0,040738%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	624.934.887,80	0,038594%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Unidade Responsável TRT16. Data da emissão 22 de setembro de 2026 às 12hs e 10 min

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

Nota1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota2: As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, que totalizaram R$ 129.383,20, não foram computadas no Relatório, conforme orientação constante no Ofício-Circular Conjunto Nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF, e no Acórdão Nº 894/2012 - TCU - Plenário;

Nota3: As despesas de Precatório e Requisições de Pequeno Valor, cujo montante chegou a R$ 10.362.142,77, também não foram registradas no Relatório, em cumprimento ao Acórdão Nº 2097/2011 - TCU - Plenário.

JOSÉ EVANDRO DE SOUZA
Desembargador Presidente

JOSE EVANDRO DE SOUZA:326 Assinado de forma digital por JOSE EVANDRO DE SOUZA:326 Dados: 2026.09.24 14:15:42 -03'00'

FERNANDA CRISTINA MUNIZ MARQUES
Diretora Geral

FERNANDA CRISTINA MUNIZ MARQUES:126 Assinado de forma digital por FERNANDA CRISTINA MUNIZ MARQUES:126 Dados: 2026.09.24 13:50:41 -03'00'

FLÁVIA REGINA RÊGO CORDEIRO
Secretária de Orçamento e Finanças

FLAVIA REGINA REGO CORDEIRO:530 Assinado de forma digital por FLAVIA REGINA REGO CORDEIRO:530 Dados: 2026.09.24 13:07:37 -03'00'

JOSÉ AUGUSTO CASTELO BRANCO FILHO
Secretário de Auditoria

JOSE AUGUSTO CASTELO BRANCO FILHO:999 Assinado de forma digital por JOSE AUGUSTO CASTELO BRANCO FILHO:999 Dados: 2026.09.24 13:18:18 -03'00'

JOÃO BATISTA SOBRINHO
Setor de Contabilidade Analítica

ICP Brasil Documento assinado digitalmente
JOAO BATISTA SOBRINHO
Data: 24/09/2026 13:02:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17.ª REGIÃO

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 17ª Região (ES)

SECRETARIA DE AUDITORIA

Ofício Nº 06/2026-SEAUD

Vitória-ES, 29 de setembro de 2026.

Exmo. Sr. Senador
David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Informo a V.Exa. que foi publicado o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deste Tribunal, referente ao 2º quadrimestre de 2026, no Diário Oficial da União nº 184, de 29/09/2026, Seção I, páginas 110 e 111.

Encaminho, em anexo, cópia do relatório publicado no Diário Oficial da União, em conformidade com o disposto no art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar nº 101/2000), c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000.

Atenciosamente,

FABIO ROCHA HILÁRIO
Secretário de Auditoria Substituto

FABIO ROCHA HILARIO:30817 0760
Assinado de forma digital por FABIO ROCHA HILARIO:308170760
Dados: 2026.09.29 15:06:54 -03'00'

Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta(§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	24.284.425,49	25.124.574,88	2.557.750,94	1.145.933,34	6.778.007,92	114.120,42	872.320,45	22.781.024,84	26.811.750,91	27.270.095,43	28.949.891,34	28.695.875,49	195.385.771,45	404.565,76
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	44.308,01	556.098,49	387.968,17	756.612,63	443.688,08	114.120,42	267.602,84	237.236,11	233.465,23	453.736,40	190.527,28	548.808,24	4.234.171,90	10.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	739.425,69	389.320,71	0,00	0,00	604.717,61	0,00	0,00	0,00	172,22	0,00	1.733.636,23	394.565,76
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.240.117,48	24.568.476,39	1.430.357,08	0,00	6.334.319,84	0,00	0,00	22.543.788,73	26.578.285,68	26.816.359,03	28.759.191,84	28.147.067,25	189.417.963,32	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	74.174.122,57	87.012.600,33	108.539.295,75	171.296.182,45	126.598.579,91	100.591.356,74	114.734.748,73	80.871.525,40	77.413.572,55	79.123.787,57	82.215.851,40	89.986.405,74	1.192.558.029,14	6.867.972,58

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.199.426.001,72	0,0074072%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.434.884.854,01	0,150370%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	2.313.140.611,30	0,142852%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.191.396.368,61	0,135333%

FONTE: Tesouro Gerencial - Siafi - Secof/TRT 9ª Região - 15/09/2026

Notas:

1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2) Os valores executados de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor não foram inseridos neste demonstrativo, conforme item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011, a saber:

a) Despesas com Precatórios da Justiça do Trabalho executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada:R$ 7.906.419,31

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 4.720.519,04

Des. ARION MAZURKEVIC
Presidente do Tribunal

ARNALDO ROGÉRIO PESTANA DE SOUSA
Ordenador da Despesa

FABRÍCIO TEILO DE ARAÚJO
Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

VILMAR JOSÉ SIQUEIRA
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

PORTARIA PRESI/DIGER/COFIN Nº 3, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA SÉTIMA REGIÃO, no uso das atribuições legais e regimentais e considerando o disposto nos art. 54, III, parágrafo único e art. 55, I, a, c/c §§ 1º e 2º, da LRF, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal em anexo.

Desª ALZENIR BOLLESI DE PLÁ LOEFFLER

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	28.991.464,42	32.850.078,77	33.713.062,02	52.956.569,26	37.181.799,52	29.585.768,39	34.634.216,68	30.199.286,22	29.682.222,97	30.757.663,77	32.005.105,74	32.337.115,42	404.894.353,18	1.712.290,87
Pessoal Ativo	23.242.495,12	26.253.276,74	27.083.402,21	43.672.857,08	28.861.212,96	23.811.622,69	27.625.986,62	24.390.654,88	23.552.711,62	24.546.958,49	25.463.051,29	25.643.502,36	324.147.732,06	1.712.290,87
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	19.770.601,96	22.796.551,56	23.565.778,33	36.773.740,66	25.412.851,76	20.151.508,70	24.081.304,25	20.844.646,73	20.017.781,66	21.029.654,44	21.705.435,29	21.902.124,07	278.051.979,41	1.712.290,87
Obrigações Patronais	3.471.893,16	3.456.725,18	3.517.623,88	6.899.116,42	3.448.361,20	3.660.113,99	3.544.682,37	3.546.008,15	3.534.929,96	3.517.304,05	3.757.616,00	3.741.378,29	46.095.752,65	
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.748.969,30	6.596.802,03	6.629.659,81	9.283.712,18	8.320.586,56	5.774.145,70	7.008.230,06	5.808.631,34	6.129.511,35	6.210.705,28	6.542.054,45	6.693.613,06	80.746.621,12	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.088.026,57	5.926.166,88	5.973.875,37	8.352.193,18	7.445.704,63	5.166.966,76	6.298.333,62	5.190.879,31	5.512.219,95	5.593.413,88	5.910.468,78	6.062.027,39	72.520.276,32	0,00
Pensões	660.942,73	670.635,15	655.784,44	931.519,00	874.881,93	607.178,94	709.896,44	617.752,03	617.291,40	617.291,40	631.585,67	631.585,67	8.226.344,80	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.409.764,48	5.207.581,64	1.412.815,26	4.620.676,61	7.827.620,74	5.311.334,87	6.589.629,05	5.390.030,33	5.710.910,34	5.792.104,27	6.086.678,58	6.234.484,46	65.593.630,63	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração			15.236,44	15.236,44									30.472,88	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração			1.397.578,82	0,00	53.623,90								1.451.202,72	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.409.764,48	5.207.581,64	0,00	4.605.440,17	7.773.996,84	5.311.334,87	6.589.629,05	5.390.030,33	5.710.910,34	5.792.104,27	6.086.678,58	6.234.484,46	64.111.955,03	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	23.581.699,94	27.642.497,13	32.300.246,76	48.335.892,65	29.354.178,78	24.274.433,52	28.044.587,63	24.809.255,89	23.971.312,63	24.965.559,50	25.918.427,16	26.102.630,96	339.300.722,55	1.712.290,87

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	341.013.013,42	0,021060%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	798.571.632,27	0,049317%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	758.643.050,66	0,046851%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	718.714.469,0464	0,044385%

FONTE: TESOURO GERENCIAL, COFIN/TRT17ª R., 18/09/2026

Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
2) Despesas com Precatórios da Administração Direta e Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 22.783.662,04.
3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 6.700.150,68.
4) Receita Corrente Líquida conforme portaria STN n.º 2.804, de 15/09/2026, publicada em 16/09/2026.
Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, e parágrafo único da LRF):

Desª ALZENIR BOLLESI DE PLÁ LOEFFLER
Presidente do Tribunal

CARLOS TADEU GOULART
Diretor-Geral de Secretaria

MARCOS DECOTÉ RODRIGUES
Coordenador de Orçamento e Finanças

ANTÔNIO ROGÉRIO CARDOSO DA COSTA
Secretário de Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

ATO DG.PR Nº 34, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, e no PROAD nº 1500/2026, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal, no período compreendido entre setembro/2025 a agosto/2026, constante do anexo deste ato.

Des. JOSENILDO DOS SANTOS CARVALHO

ANEXO ÚNICO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.543.508,01	19.209.698,94	29.105.352,02	22.363.589,27	21.307.838,93	17.827.582,29	19.844.383,41	17.324.781,55	17.242.605,13	17.822.827,81	18.539.367,80	18.579.152,24	235.710.687,40	329.841,09	236.040.528,49
Pessoal Ativo	13.003.786,90	14.996.679,93	23.053.189,50	18.211.982,14	16.079.107,11	14.254.970,42	15.486.525,55	13.812.582,81	13.553.931,99	14.109.680,35	14.656.656,10	14.492.354,29	185.711.447,09	329.841,09	186.041.288,18
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.016.499,00	13.018.242,65	19.095.607,95	16.224.878,61	14.110.302,79	12.147.051,21	13.444.056,90	11.758.911,23	11.509.001,95	12.059.282,43	12.478.391,62	12.323.798,11	159.186.024,45	327.261,09	159.513.285,54
Obrigações Patronais	1.987.287,90	1.978.437,28	3.957.581,55	1.987.103,53	1.968.804,32	2.107.919,21	2.042.468,65	2.053.671,58	2.044.930,04	2.050.397,92	2.178.264,48	2.168.556,18	26.525.422,64	2.580,00	26.528.002,64
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.539.721,11	4.213.019,01	6.052.162,52	4.151.607,13	5.228.731,82	3.572.611,87	4.357.857,86	3.512.198,74	3.688.673,14	3.713.147,46	3.882.711,70	4.086.797,95	49.999.240,31	0,00	49.999.240,31
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.891.687,41	3.428.852,77	5.156.709,40	3.532.793,35	4.362.905,44	2.967.141,78	3.395.568,62	2.920.839,02	3.065.343,13	3.086.246,53	3.248.645,73	3.452.731,98	41.509.465,16	0,00	41.509.465,16
Pensões	648.033,70	784.166,24	895.453,12	618.813,78	865.826,38	605.470,09	962.289,24	591.359,72	623.330,01	626.900,93	634.065,97	634.065,97	8.489.775,15	0,00	8.489.775,15
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.341.930,53	2.948.627,50	4.360.419,83	291.982,52	4.165.836,92	2.838.211,96	3.364.727,23	2.804.941,45	2.942.777,60	3.208.649,09	3.464.029,84	3.669.847,14	37.401.981,61	0,00	37.401.981,61
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	39.483,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.868,66	4.500,11	4.500,11	71.352,73	0,00	71.352,73
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	1.020.576,46	252.498,67	0,00	0,00	0,00	7.676,20	1.008,24	0,00	0,00	0,00	1.281.759,57	0,00	1.281.759,57
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.341.930,53	2.948.627,50	3.339.843,37	0,00	4.165.836,92	2.838.211,96	3.364.727,23	2.797.265,25	2.941.769,36	3.185.780,43	3.459.529,73	3.665.347,03	36.048.869,31	0,00	36.048.869,31
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.201.577,48	16.261.071,44	24.744.932,19	22.071.606,75	17.142.002,01	14.989.370,33	16.479.656,18	14.519.840,10	14.299.827,53	14.614.178,72	15.075.337,96	14.909.305,10	198.308.705,79	329.841,09	198.638.546,88

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	198.638.546,88	0,012267%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	471.172.969,89	0,029098%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	447.614.321,39	0,027643%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	424.055.672,90	0,026188%

FONTE: Sistema SIAFI- TESOURO GERENCIAL, Unidade Responsável TRT20, Data da emissão 17/09/2026 e hora de emissão 12h15'00"
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTA:
1) Despesas com Precatórios da Adm. Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): Despesa Liquidada R$ 1.683.756,23.
2) Despesas com Requisição de Pequeno Valor (RPV) da Adm. Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): Despesa Liquidada R$ 390.920,13.

Des. JOSENILDO DOS SANTOS CARVALHO
Presidente do Tribunal

MÔNICA OLIVEIRA BARRETO
Ordenadora de Despesa
Em Substituição

MARCUS VINÍCIUS REIS DE ALCÂNTARA
Secretário de Auditoria

GIVALDO COSTA NASCIMENTO
Secretário de Orçamento e Finanças

AÉLIO FÁBIO OLIVEIRA DE AMORIM
Chefe da Divisão de Contabilidade

EUGÊNIO JOSÉ CESÁRIO ROSA
29/09/2026 16:27

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Gabinete da Presidência
Secretaria-Geral da Presidência

OFÍCIO TRT 18ª GP/SGP Nº 11/2026
(*Proad nº 10.411/2023*)

Goiânia/GO, data da assinatura eletrônica.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM
Presidente do Congresso Nacional
Brasília-DF

Assunto: Encaminha Relatório de Gestão Fiscal – 2º Quadrimestre de 2026

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para, em observância ao disposto no art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminhar, em anexo, cópia da publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre de 2026, compreendendo as despesas realizadas no período de setembro/2025 a agosto/2026, publicado no Diário Oficial da União nº 183, Seção 1, página 242, de 28 de setembro de 2026.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)
Des. EUGÊNIO JOSÉ CESÁRIO ROSA
Presidente TRT18 Goiás

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

PORTARIA TRT 18ª Nº 2.730, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Determina a publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2026.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo (Proad) nº 10.411/2023, resolve:

Art. 1º Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2026, que compreende as despesas de pessoal realizadas no período de setembro/2025 a agosto/2026, nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Des. EUGÊNIO JOSÉ CESÁRIO ROSA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	50.186.559,81	56.158.402,68	55.643.544,77	94.187.573,03	68.492.957,71	52.599.428,26	59.291.586,87	52.206.159,49	52.191.234,40	53.651.112,41	55.197.620,87	55.974.431,63	705.780.611,93	209.968,40
Pessoal Ativo	42.411.075,15	46.937.794,58	46.417.418,79	80.425.985,46	56.859.273,79	44.799.923,45	49.643.430,00	44.433.550,96	43.957.952,80	45.332.825,78	46.522.015,30	47.372.041,42	595.113.287,48	125.438,68
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	36.376.980,45	40.903.242,84	40.367.947,05	68.386.499,04	50.769.931,23	38.528.667,60	43.439.091,31	38.218.873,51	37.766.781,13	39.138.440,71	39.942.379,32	40.781.426,79	514.620.260,98	
Obrigações Patronais	6.034.094,70	6.034.551,74	6.049.471,74	12.039.486,42	6.089.342,56	6.271.255,85	6.204.338,69	6.214.677,45	6.191.171,67	6.194.385,07	6.579.635,98	6.590.614,63	80.493.026,50	125.438,68
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.775.484,66	9.220.608,10	9.226.125,98	13.761.587,57	11.633.683,92	7.799.504,81	9.648.156,87	7.772.608,53	8.233.281,60	8.318.286,63	8.675.605,57	8.602.390,21	110.667.324,45	84.529,72
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.783.661,47	8.174.859,13	8.157.162,58	12.020.762,00	10.276.224,37	6.893.341,94	8.430.394,66	6.880.271,30	7.327.410,75	7.403.152,48	7.751.423,59	7.677.276,33	97.775.940,60	61.457,00
Pensões	991.823,19	1.045.748,97	1.068.963,40	1.740.825,57	1.357.459,55	906.162,87	1.217.762,21	892.337,23	905.870,85	915.134,15	924.181,98	925.113,88	12.891.383,85	23.072,72
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00	
Despesas com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	7.605.063,71	7.581.120,83	6.855.543,60	6.892.714,61	11.450.269,96	7.618.989,96	9.511.336,05	7.587.565,46	8.049.610,63	8.121.245,12	8.478.564,06	8.403.094,95	98.155.118,94	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		28,00			26.462,98	4.616,14			10.843,45	0,00	0,00	0,00	41.950,57	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração													0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	3.817,60		56.008,39	423.967,27	70.959,04	86,78	48.396,95	174,70	1.382,86	0,00	0,00	0,00	604.793,59	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.601.246,11	7.581.092,83	6.799.535,21	6.468.747,34	11.352.847,94	7.614.287,04	9.462.939,10	7.587.390,76	8.037.384,32	8.121.245,12	8.478.564,06	8.403.094,95	97.508.374,78	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	42.581.496,10	48.577.281,85	48.788.001,17	87.294.858,42	57.042.687,75	44.980.438,30	49.780.250,82	44.618.594,03	44.141.623,77	45.529.867,29	46.719.056,81	47.571.336,68	607.625.492,99	209.968,40

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa)+(IIIb)	607.835.461,39	0,037538%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.249.649.555,92	0,077174%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.187.167.078,12	0,073315%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.124.684.600,33	0,069457%

FONTE: SIAFI - SOF/COORDENADORIA DE CONTABILIDADE, 18/setembro/2026 às 14h e 10m.

NOTA(S):

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a. Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei n.º 4.320/64;

b. Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;

2) Com base nos dados extraídos do controle gerencial elaborado pela Coordenadoria de Pagamento de Pessoal, não foram consideradas as Despesas de Exercícios Anteriores de pessoal liquidadas no período de apuração, no montante de R$ 555.415,16, conforme detalhado a seguir:

a. R$ 277.049,55 liquidado em janeiro/2026, referente ao 3º quadrimestre de 2025;

b. R$ 111.369,39 liquidado em fevereiro/2026, referente ao 3º quadrimestre de 2025;

c. R$ 85.713,89 liquidado em março/2026, referente ao 3º quadrimestre de 2025;

d. R$ 17.311,26 liquidado em abril/2026, referente ao 3º quadrimestre de 2025;

e. R$ 44.803,99 liquidado em maio/2026, referente ao 3º quadrimestre de 2025;

f. R$ 370,72 liquidado em junho/2026, referente ao 3º quadrimestre de 2025;

g. R$ 18.796,36 liquidado em agosto/2026, referente ao 3º quadrimestre de 2025.

3) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram incluídas:

a. As despesas liquidadas com Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor (RPV), do grupo Pessoal e Encargos, executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão) no período em epígrafe, no montante de R$ 855.216,86;

b. As despesas com Precatórios, do grupo Pessoal e Encargos, executadas por meio de descentralização externa de crédito no período em epígrafe, no total de R$ 4.352.893,61.

4) Receita Corrente Líquida, conforme Portaria STN/MF n.º 2804, de 15 de setembro de 2026.

Des. EUGÊNIO JOSÉ CESÁRIO ROSA
Presidente do Tribunal

ERICK ALEXANDRE FERREIRA DE JESUS
Diretor da Secretaria de Auditoria em substituição

FLÁVIA FERREIRA SOUZA
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

Ofício n.358 /2026/GP

Maceió, 29 de setembro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes,
Brasília - DF
CEP 70.165-900

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região – Segundo Quadrimestre de 2026.

Senhor Senador Presidente,

Em cumprimento ao estabelecido na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal - Segundo Quadrimestre de 2026 deste Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026, o qual foi publicado no Diário Oficial da União – Seção 1, em 25 de setembro de 2026, conforme cópia anexa.

Respeitosamente,

JASIEL IVO
Desembargador Presidente

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Avenida da Paz, 2076 – 8º andar – Centro.
Maceió/AL – CEP: 57020-440
Telefone: (82) 2121-8230/8286
Email: presidencia@trt19.jus.br

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

PORTARIA Nº 678/GP/TRT19ª, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no art. 24 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do artigo 54 e §2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e na Lei nº 15.321/2025, de 31 de dezembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026) c/c o art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais). resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2026, que compreende o período de setembro/2025 a agosto/2026, conforme documentação em anexo.

Des. JASIEL IVO

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	21.510.540,91	24.323.326,54	36.060.646,30	29.647.534,16	26.468.981,30	22.483.207,39	25.702.300,99	22.104.062,01	22.463.378,54	22.642.691,70	23.380.561,86	23.742.799,89	300.530.031,59	847.686,91	301.377.718,50
Pessoal Ativo	18.104.544,87	20.144.773,78	29.734.665,24	25.445.001,87	21.255.499,41	18.900.202,63	21.152.171,84	18.536.735,80	18.568.436,49	18.801.402,59	19.391.169,20	19.754.096,05	249.788.699,77	456.287,32	250.244.987,09
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.700.150,67	17.733.204,21	24.934.381,54	23.049.478,91	18.866.140,89	16.353.497,47	18.607.528,71	16.070.980,73	16.112.520,73	16.351.004,14	16.778.111,45	17.154.352,36	217.711.351,81	450.850,66	218.162.202,47
Obrigações Patronais	2.404.394,20	2.411.569,57	4.800.283,70	2.395.522,96	2.389.358,52	2.546.705,16	2.544.643,13	2.465.755,07	2.455.915,76	2.450.398,45	2.613.057,75	2.599.743,69	32.077.347,96	5.436,66	32.082.784,62
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.405.996,04	4.178.552,76	6.325.981,06	4.202.532,29	5.213.481,89	3.583.004,76	4.550.129,15	3.567.326,21	3.894.942,05	3.841.289,11	3.989.392,66	3.988.703,84	50.741.331,82	391.399,59	51.132.731,41
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.914.752,90	3.552.753,75	5.439.157,71	3.576.733,28	4.455.646,43	3.077.781,17	3.954.340,47	3.062.102,62	3.367.643,51	3.310.848,97	3.456.659,75	3.455.970,93	43.624.391,49	340.296,14	43.964.687,63
Pensões	491.243,14	625.799,01	886.823,35	625.799,01	757.835,46	505.223,59	595.788,68	505.223,59	527.298,54	530.440,14	532.732,91	532.732,91	7.116.940,33	51.103,45	7.168.043,78
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.354.699,54	3.406.077,01	135.624,73	23.819,07	4.864.780,30	3.354.037,76	4.380.235,93	3.315.204,88	3.643.488,38	3.703.066,34	3.729.463,62	3.737.782,71	37.648.280,27	0,77	37.648.281,04
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	177.666,51	101.628,99	135.624,73	23.819,07	0,00	25.056,29	82.228,11	0,00	667,66	112.698,36	0,00	0,00	659.389,72	0,00	659.389,72
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.177.033,03	3.304.448,02	0,00	0,00	4.864.780,30	3.328.981,47	4.298.007,82	3.315.204,88	3.642.820,72	3.590.367,98	3.729.463,62	3.737.782,71	36.988.890,55	0,77	36.988.891,32
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.155.841,37	20.917.249,53	35.925.021,57	29.623.715,09	21.604.201,00	19.129.169,63	21.322.065,06	18.788.857,13	18.819.890,16	18.939.625,36	19.651.098,24	20.005.017,18	262.881.751,32	847.686,14	263.729.437,46

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	**263.729.437,46**	**0,016287%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	562.499.368,61	0,034738%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	534.374.400,18	0,033001%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	506.249.431,75	0,031264%

FONTE: TESOURO GERENCIAL - SOF/Núcleo de Contabilidade e Pagamento TRT 19ª Região - 17/09/2026 ás 13:37

NOTAS:

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
2. Identificam-se como despesas executadas:
   a) as despesas liquidadas, assim consideradas por terem ocorrido as entregas do correspondente material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964;
   b) as despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/1964.
3. A despesa total com pessoal foi de R$ 263.729.437,46. Verifica-se que o valor corresponde a aproximadamente 46,89% do limite máximo legal, dispondo de margem de R$ 242.519.994,29 em relação ao limite de alerta, conforme inciso II do §1º do art. 59 da LRF.
4. Receita Corrente Líquida conforme Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

JASIEL IVO
Desembargador Presidente

BRÁULIO CLEMENTINO MARTINS MENDES SOARES
Diretor da Divisão de Ordenação de Despesas

GUSTAVO HENRIQUE CAITANO LOPES
Secretário de Orçamento e Finanças

RAFAELA DE FREITAS CAVALCANTE
Secretária de Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

ATO GP Nº 121, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de setembro/2025 a agosto/2026, em conformidade com o anexo demonstrativo que integra o presente Ato.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Des. TÉSSIO DA SILVA TÔRRES

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													Inscritas em Restos a Pagar Não proces (B)	Total Executado (C)=(A)+(B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	Total Últimos 12 meses(A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.869.366,51	16.120.184,66	16.113.773,25	27.956.520,23	17.369.944,47	15.551.175,91	17.641.759,25	14.627.056,35	14.646.889,06	15.013.741,17	16.122.044,29	16.333.124,58	201.365.579,73	1.546.126,69	202.911.706,42
Pessoal Ativo	12.393.798,11	14.191.737,15	13.945.669,96	25.339.710,13	15.189.100,59	14.061.115,22	15.718.139,82	13.068.040,18	13.053.926,79	13.363.908,85	14.440.262,23	14.611.855,36	179.377.264,39	1.511.934,68	180.889.199,07
Vencimentos, Vant. e Outras Desp. Variáveis	10.470.683,03	12.266.239,73	12.005.809,54	21.514.150,30	13.270.163,11	12.030.503,02	13.739.791,52	11.095.598,77	11.082.011,09	11.392.369,45	12.344.236,31	12.524.761,36	153.736.317,23	1.346.529,48	155.082.846,71
Obrigações Patronais	1.923.115,08	1.925.497,42	1.939.860,42	3.825.559,83	1.918.937,48	2.030.612,20	1.978.348,30	1.972.441,41	1.971.915,70	1.971.539,40	2.096.025,92	2.087.094,00	25.640.947,16	165.405,20	25.806.352,36
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.475.568,40	1.928.447,51	2.168.103,29	2.616.810,10	2.180.843,88	1.490.060,69	1.923.619,43	1.559.016,17	1.592.962,27	1.649.832,32	1.681.782,06	1.721.269,22	21.988.315,34	34.192,01	22.022.507,35
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.214.646,55	1.481.065,43	1.686.672,04	2.031.289,31	1.738.045,35	1.138.949,65	1.318.258,32	1.155.520,15	1.209.652,38	1.241.099,75	1.298.649,59	1.338.136,75	16.851.985,27	11.570,55	16.863.555,82
Pensões	260.921,85	447.382,08	481.431,25	585.520,79	442.798,53	351.111,04	605.361,11	403.496,02	383.309,89	408.732,57	383.132,47	383.132,47	5.136.330,07	22.621,46	5.158.951,53
O.D.Pes.Dec. Terc ou de cont de forma indireta(§1º Art.18, LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO
Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, s/n – Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Bairro Capucho – Aracaju (SE) – 49081-015
Telefone: (79) 2105 8640 E-mail: dg@trt20.jus.br

FABIO TÚLIO CORREIA RIBEIRO
29/09/2026 15:28

OFÍCIO DG.PR Nº 055/2026

Aracaju, 29 de setembro de 2026

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes
Brasília-DF
70.165-900
E-mail: slcn@senado.leg.br

Assunto: Cópia da publicação do Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, em atendimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar nº 101 /2000 (LRF) c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a V. Exª. cópia da publicação do **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**, relativo ao ***2º quadrimestre do exercício 2026***, publicado no Diário Oficial da União nº 184 - Seção 1, edição de 29/9/2026, página 111.

Por oportuno, informo a V. Exª. que o presente relatório foi disponibilizado no *site* ***www.trt20.jus.br***, no item "Transparência".

Nesta oportunidade, apresento votos de elevada estima e especial consideração.

(assinado eletronicamente)
FABIO TÚLIO CORREIA RIBEIRO
Desembargador Vice-Presidente,
no exercício da Presidência

Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
2) Despesas com Precatórios da Administração Direta e Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 22.783.662,04.
3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 6.700.150,68.
4) Receita Corrente Líquida conforme portaria STN n.º 2.804, de 15/09/2026, publicada em 16/09/2026.
Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, e parágrafo único da LRF):

Desª ALZENIR BOLLESI DE PLÁ LOEFFLER
Presidente do Tribunal

CARLOS TADEU GOULART
Diretor-Geral de Secretaria

MARCOS DECOTÉ RODRIGUES
Coordenador de Orçamento e Finanças

ANTÔNIO ROGÉRIO CARDOSO DA COSTA
Secretário de Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

ATO DG.PR Nº 34, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, e no PROAD nº 1500/2026, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal, no período compreendido entre setembro/2025 a agosto/2026, constante do anexo deste ato.

Des. JOSENILDO DOS SANTOS CARVALHO

ANEXO ÚNICO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.543.508,01	19.209.698,94	29.105.352,02	22.363.589,27	21.307.838,93	17.827.582,29	19.844.383,41	17.324.781,55	17.242.605,13	17.822.827,81	18.539.367,80	18.579.152,24	235.710.687,40	329.841,09	236.040.528,49
Pessoal Ativo	13.003.786,90	14.996.679,93	23.053.189,50	18.211.982,14	16.079.107,11	14.254.970,42	15.486.525,55	13.812.582,81	13.553.931,99	14.109.680,35	14.656.656,10	14.492.354,29	185.711.447,09	329.841,09	186.041.288,18
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.016.499,00	13.018.242,65	19.095.607,95	16.224.878,61	14.110.302,79	12.147.051,21	13.444.056,90	11.758.911,23	11.509.001,95	12.059.282,43	12.478.391,62	12.323.798,11	159.186.024,45	327.261,09	159.513.285,54
Obrigações Patronais	1.987.287,90	1.978.437,28	3.957.581,55	1.987.103,53	1.968.804,32	2.107.919,21	2.042.468,65	2.053.671,58	2.044.930,04	2.050.397,92	2.178.264,48	2.168.556,18	26.525.422,64	2.580,00	26.528.002,64
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.539.721,11	4.213.019,01	6.052.162,52	4.151.607,13	5.228.731,82	3.572.611,87	4.357.857,86	3.512.198,74	3.688.673,14	3.713.147,46	3.882.711,70	4.086.797,95	49.999.240,31	0,00	49.999.240,31
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.891.687,41	3.428.852,77	5.156.709,40	3.532.793,35	4.362.905,44	2.967.141,78	3.395.568,62	2.920.839,02	3.065.343,13	3.086.246,53	3.248.645,73	3.452.731,98	41.509.465,16	0,00	41.509.465,16
Pensões	648.033,70	784.166,24	895.453,12	618.813,78	865.826,38	605.470,09	962.289,24	591.359,72	623.330,01	626.900,93	634.065,97	634.065,97	8.489.775,15	0,00	8.489.775,15
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.341.930,53	2.948.627,50	4.360.419,83	291.982,52	4.165.836,92	2.838.211,96	3.364.727,23	2.804.941,45	2.942.777,60	3.208.649,09	3.464.029,84	3.669.847,14	37.401.981,61	0,00	37.401.981,61
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	39.483,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.868,66	4.500,11	4.500,11	71.352,73	0,00	71.352,73
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	1.020.576,46	252.498,67	0,00	0,00	0,00	7.676,20	1.008,24	0,00	0,00	0,00	1.281.759,57	0,00	1.281.759,57
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.341.930,53	2.948.627,50	3.339.843,37	0,00	4.165.836,92	2.838.211,96	3.364.727,23	2.797.265,25	2.941.769,36	3.185.780,43	3.459.529,73	3.665.347,03	36.048.869,31	0,00	36.048.869,31
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.201.577,48	16.261.071,44	24.744.932,19	22.071.606,75	17.142.002,01	14.989.370,33	16.479.656,18	14.519.840,10	14.299.827,53	14.614.178,72	15.075.337,96	14.909.305,10	198.308.705,79	329.841,09	198.638.546,88

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	198.638.546,88	0,012267%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	471.172.969,89	0,029098%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	447.614.321,39	0,027643%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	424.055.672,90	0,026188%

FONTE: Sistema SIAFI- TESOURO GERENCIAL, Unidade Responsável TRT20, Data da emissão 17/09/2026 e hora de emissão 12h15'00"
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTA:
1) Despesas com Precatórios da Adm. Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): Despesa Liquidada R$ 1.683.756,23.
2) Despesas com Requisição de Pequeno Valor (RPV) da Adm. Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): Despesa Liquidada R$ 390.920,13.

Des. JOSENILDO DOS SANTOS CARVALHO
Presidente do Tribunal

MÔNICA OLIVEIRA BARRETO
Ordenadora de Despesa
Em Substituição

MARCUS VINÍCIUS REIS DE ALCÂNTARA
Secretário de Auditoria

GIVALDO COSTA NASCIMENTO
Secretário de Orçamento e Finanças

AÉLIO FÁBIO OLIVEIRA DE AMORIM
Chefe da Divisão de Contabilidade

OFÍCIO TRT – GP/COF Nº 008/2026

Natal/RN, 28 de setembro de 2026

A Sua Excelência o Senhor
Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente do Congresso Nacional
Brasília/DF

Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, nos termos e para fins do disposto no art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) c/c art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), cópia do Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao período de setembro de 2025 a agosto de 2025, elaborado por este Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.

Informo, ainda, que o mencionado Relatório foi publicado no Diário Oficial da União do dia 28/09/2026, Seção I, Página 243 bem como, a Administração deste Regional publicou o referido Relatório, na forma prevista no § 2º do art. 55, da LRF, inclusive por meio eletrônico (site www.trt21.jus.br).

Respeitosamente,

EDUARDO SERRANO DA ROCHA
Desembargador Presidente

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

ATO PORTARIA TRT-GP Nº 259, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de setembro/2025 a agosto/2026, em conformidade com os anexos demonstrativos que integram esta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se no DEJT, DOU e no site deste Tribunal.

Des. EDUARDO SERRANO DA ROCHA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**26.973.862,28**	**30.050.159,88**	**45.128.023,60**	**37.236.060,83**	**33.857.325,88**	**28.825.667,60**	**31.446.423,35**	**28.345.302,66**	**28.133.247,68**	**28.636.471,61**	**29.829.638,41**	**30.038.578,90**	**378.500.762,68**	**315.689,72**	**378.816.452,40**
Pessoal Ativo	**20.989.679,17**	**23.488.409,31**	**35.397.979,63**	**30.630.722,32**	**24.841.459,88**	**22.643.161,27**	**24.754.462,61**	**22.255.141,46**	**21.821.926,27**	**22.323.188,81**	**23.172.926,51**	**23.379.253,20**	**295.698.310,44**	**315.689,72**	**296.014.000,16**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	17.748.551,89	20.249.834,27	28.926.154,77	27.370.242,49	21.601.253,19	19.215.723,21	21.422.359,07	18.912.059,26	18.518.589,19	18.988.426,40	19.622.398,78	19.823.984,40	252.399.576,92	315.689,72	252.715.266,64
Obrigações Patronais	3.241.127,28	3.238.575,04	6.471.824,86	3.260.479,83	3.240.206,69	3.427.438,06	3.332.103,54	3.343.082,20	3.303.337,08	3.334.762,41	3.550.527,73	3.555.268,80	43.298.733,52	0,00	43.298.733,52
Pessoal Inativo e Pensionistas	**5.984.183,11**	**6.561.750,57**	**9.730.043,97**	**6.605.338,51**	**9.015.866,00**	**6.182.506,33**	**6.691.960,74**	**6.090.161,20**	**6.311.321,41**	**6.313.282,80**	**6.656.711,90**	**6.659.325,70**	**82.802.452,24**	**0,00**	**82.802.452,24**
Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.109.901,52	5.614.132,96	8.279.139,17	5.604.873,13	7.649.777,84	5.255.389,00	5.678.433,06	5.169.365,89	5.330.860,72	5.318.215,65	5.647.461,42	5.650.075,22	70.307.625,58	0,00	70.307.625,58
Pensões	874.281,59	947.617,61	1.450.904,80	1.000.465,38	1.366.088,16	927.117,33	1.013.527,68	920.795,31	980.460,69	995.067,15	1.009.250,48	1.009.250,48	12.494.826,66	0,00	12.494.826,66
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**6.048.743,33**	**5.652.749,24**	**8.514.909,68**	**921.422,59**	**8.950.196,18**	**6.138.726,45**	**6.648.180,86**	**6.046.381,32**	**6.253.058,98**	**6.255.545,64**	**6.598.974,74**	**6.601.588,54**	**74.630.477,55**	**0,00**	**74.630.477,55**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	96.399,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.399,16	0,00	96.399,16
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.952.344,17	5.652.749,24	8.514.909,68	921.422,59	8.950.196,18	6.138.726,45	6.648.180,86	6.046.381,32	6.253.058,98	6.255.545,64	6.598.974,74	6.601.588,54	74.534.078,39	0,00	74.534.078,39
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**20.925.118,95**	**24.397.410,64**	**36.613.113,92**	**36.314.638,24**	**24.907.129,70**	**22.686.941,15**	**24.798.242,49**	**22.298.921,34**	**21.880.188,70**	**22.380.925,97**	**23.230.663,67**	**23.436.990,36**	**303.870.285,13**	**315.689,72**	**304.185.974,85**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**304.185.974,85**	**0,018785%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	678.341.399,91	0,041892%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	644.424.329,91	0,039797%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	610.507.259,92	0,037703%

FONTE: Tesouro Gerencial e SIAFI 2025/2026 - SECA/COF/TRT21 - 24/09/2026 - 13h54min.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011-TCU-Plenário, não foram incluídas Despesas Liquidadas com Sentenças Judiciais (Precatórios e RPVs), executadas por meio de descentralização interna e externa de créditos (provisão e destaque), no valor de R$ 13.698.629,37.

2) O valor de R$ 21.071,42, informado na linha "Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente" no 1° quadrimestre/2025, na coluna "abril/2025", foi executado no mês de julho/2025. No SIAFI, referido valor foi reclassificado somente em setembro/2025 da conta 86.331.01.00 - Despesa com Pessoal a Executar - RGF para a conta de controle 86.331.02.00 - Despesa com Pessoal Executada - RGF.

3) O valor de R$ 11.851,87 relativo a despesas decorrentes de decisão judicial, registrado no SIAFI em dezembro/2025, não foi informado na linha "Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração" considerando que a competência da despesa é dez/2025, portanto, dentro do período de apuração do RGF.

EDUARDO SERRANO DA ROCHA
Desembargador Presidente

CARLO HENRIQUE BRANDÃO TEIXEIRA
Ordenador de Despesa Substituto

JEREMIAS IDUÍNO DA ROCHA E SILVA
Secretário de Auditoria Interna

ENOCK DE PAIVA CAVALCANTE
Coordenador de Orçamento e Finanças e Gestor Financeiro

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

PORTARIA TRT/GP/DG Nº 227, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

TORNAR PÚBLICO, nos termos do inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL deste Tribunal, relativo ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Des. TOMÁS BAWDEN DE CASTRO SILVA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.796.862,76	25.734.876,38	38.233.754,26	31.060.482,19	27.485.890,16	23.786.258,72	27.437.461,20	23.627.400,42	23.730.971,19	23.998.252,92	25.778.575,34	26.181.991,55	319.852.777,09	2.147.572,09
Pessoal Ativo	18.208.999,72	20.369.485,48	30.197.568,10	25.667.670,59	20.588.431,76	19.014.630,31	21.638.933,20	18.631.404,57	18.593.910,12	18.982.841,88	20.413.452,08	20.853.334,54	253.160.662,35	2.147.572,09
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.883.909,77	18.052.273,46	25.564.932,62	23.343.744,13	18.280.137,63	16.578.713,85	19.284.794,79	16.260.992,02	16.206.955,57	16.627.892,70	17.891.513,17	18.346.015,34	222.321.875,05	2.144.572,09
Obrigações Patronais	2.325.089,95	2.317.212,02	4.632.635,48	2.323.926,46	2.308.294,13	2.435.916,46	2.354.138,41	2.370.412,55	2.386.954,55	2.354.949,18	2.521.938,91	2.507.319,20	30.838.787,30	3.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.587.863,04	5.365.390,90	8.036.186,16	5.392.811,60	6.897.458,40	4.771.628,41	5.798.528,00	4.995.995,85	5.137.061,07	5.015.411,04	5.365.123,26	5.328.657,01	66.692.114,74	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	4.244.951,16	4.979.032,25	7.472.361,78	5.011.639,12	6.353.006,95	4.391.020,80	5.423.608,57	4.616.651,61	4.756.178,66	4.634.528,63	4.972.970,68	4.941.027,06	61.796.977,27	
Pensões	342.911,88	386.358,65	563.824,38	381.172,48	544.451,45	380.607,61	374.919,43	379.344,24	380.882,41	380.882,41	392.152,58	387.629,95	4.895.137,47	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	4.499.526,62	5.276.803,53	6.188.237,16	0,00	2.237.671,82	3.539.698,42	5.643.616,61	4.856.063,52	4.957.471,38	4.855.530,49	5.203.915,30	5.166.744,29	52.425.279,14	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
PROAD nº 2772/2026

TÉSSIO DA SILVA TÔRRES
25/09/2026 10:00

OFÍCIO GP Nº 290/2026

Teresina-PI, data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar
CEP: 70.165-900 Brasília-DF

Assunto: Envio do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre de 2026.

Exmo. Senhor Presidente,

Ao tempo em que o cumprimento, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 2º Quadrimestre de 2026.

Aproveito a oportunidade para apresentar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

TÉSSIO DA SILVA TÔRRES
Desembargador-Presidente

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

PORTARIA Nº 678/GP/TRT19ª, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no art. 24 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do artigo 54 e §2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e na Lei nº 15.321/2025, de 31 de dezembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026) c/c o art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais). resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2026, que compreende o período de setembro/2025 a agosto/2026, conforme documentação em anexo.

Des. JASIEL IVO

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	21.510.540,91	24.323.326,54	36.060.646,30	29.647.534,16	26.468.981,30	22.483.207,39	25.702.300,99	22.104.062,01	22.463.378,54	22.642.691,70	23.380.561,86	23.742.799,89	300.530.031,59	847.686,91	301.377.718,50
Pessoal Ativo	18.104.544,87	20.144.773,78	29.734.665,24	25.445.001,87	21.255.499,41	18.900.202,63	21.152.171,84	18.536.735,80	18.568.436,49	18.801.402,59	19.391.169,20	19.754.096,05	249.788.699,77	456.287,32	250.244.987,09
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.700.150,67	17.733.204,21	24.934.381,54	23.049.478,91	18.866.140,89	16.353.497,47	18.607.528,71	16.070.980,73	16.112.520,73	16.351.004,14	16.778.111,45	17.154.352,36	217.711.351,81	450.850,66	218.162.202,47
Obrigações Patronais	2.404.394,20	2.411.569,57	4.800.283,70	2.395.522,96	2.389.358,52	2.546.705,16	2.544.643,13	2.465.755,07	2.455.915,76	2.450.398,45	2.613.057,75	2.599.743,69	32.077.347,96	5.436,66	32.082.784,62
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.405.996,04	4.178.552,76	6.325.981,06	4.202.532,29	5.213.481,89	3.583.004,76	4.550.129,15	3.567.326,21	3.894.942,05	3.841.289,11	3.989.392,66	3.988.703,84	50.741.331,82	391.399,59	51.132.731,41
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.914.752,90	3.552.753,75	5.439.157,71	3.576.733,28	4.455.646,43	3.077.781,17	3.954.340,47	3.062.102,62	3.367.643,51	3.310.848,97	3.456.659,75	3.455.970,93	43.624.391,49	340.296,14	43.964.687,63
Pensões	491.243,14	625.799,01	886.823,35	625.799,01	757.835,46	505.223,59	595.788,68	505.223,59	527.298,54	530.440,14	532.732,91	532.732,91	7.116.940,33	51.103,45	7.168.043,78
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.354.699,54	3.406.077,01	135.624,73	23.819,07	4.864.780,30	3.354.037,76	4.380.235,93	3.315.204,88	3.643.488,38	3.703.066,34	3.729.463,62	3.737.782,71	37.648.280,27	0,77	37.648.281,04
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	177.666,51	101.628,99	135.624,73	23.819,07	0,00	25.056,29	82.228,11	0,00	667,66	112.698,36	0,00	0,00	659.389,72	0,00	659.389,72
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.177.033,03	3.304.448,02	0,00	0,00	4.864.780,30	3.328.981,47	4.298.007,82	3.315.204,88	3.642.820,72	3.590.367,98	3.729.463,62	3.737.782,71	36.988.890,55	0,77	36.988.891,32
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.155.841,37	20.917.249,53	35.925.021,57	29.623.715,09	21.604.201,00	19.129.169,63	21.322.065,06	18.788.857,13	18.819.890,16	18.939.625,36	19.651.098,24	20.005.017,18	262.881.751,32	847.686,14	263.729.437,46

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	**263.729.437,46**	**0,016287%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	562.499.368,61	0,034738%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	534.374.400,18	0,033001%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	506.249.431,75	0,031264%

FONTE: TESOURO GERENCIAL - SOF/Núcleo de Contabilidade e Pagamento TRT 19ª Região - 17/09/2026 ás 13:37

NOTAS:

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
2. Identificam-se como despesas executadas:
   a) as despesas liquidadas, assim consideradas por terem ocorrido as entregas do correspondente material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964;
   b) as despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/1964.
3. A despesa total com pessoal foi de R$ 263.729.437,46. Verifica-se que o valor corresponde a aproximadamente 46,89% do limite máximo legal, dispondo de margem de R$ 242.519.994,29 em relação ao limite de alerta, conforme inciso II do §1º do art. 59 da LRF.
4. Receita Corrente Líquida conforme Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

JASIEL IVO
Desembargador Presidente

BRÁULIO CLEMENTINO MARTINS MENDES SOARES
Diretor da Divisão de Ordenação de Despesas

GUSTAVO HENRIQUE CAITANO LOPES
Secretário de Orçamento e Finanças

RAFAELA DE FREITAS CAVALCANTE
Secretária de Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

ATO GP Nº 121, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de setembro/2025 a agosto/2026, em conformidade com o anexo demonstrativo que integra o presente Ato.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Des. TÉSSIO DA SILVA TÔRRES

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													Inscritas em Restos a Pagar Não proces (B)	Total Executado (C)=(A)+(B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	Total Últimos 12 meses(A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.869.366,51	16.120.184,66	16.113.773,25	27.956.520,23	17.369.944,47	15.551.175,91	17.641.759,25	14.627.056,35	14.646.889,06	15.013.741,17	16.122.044,29	16.333.124,58	201.365.579,73	1.546.126,69	202.911.706,42
Pessoal Ativo	12.393.798,11	14.191.737,15	13.945.669,96	25.339.710,13	15.189.100,59	14.061.115,22	15.718.139,82	13.068.040,18	13.053.926,79	13.363.908,85	14.440.262,23	14.611.855,36	179.377.264,39	1.511.934,68	180.889.199,07
Vencimentos, Vant. e Outras Desp. Variáveis	10.470.683,03	12.266.239,73	12.005.809,54	21.514.150,30	13.270.163,11	12.030.503,02	13.739.791,52	11.095.598,77	11.082.011,09	11.392.369,45	12.344.236,31	12.524.761,36	153.736.317,23	1.346.529,48	155.082.846,71
Obrigações Patronais	1.923.115,08	1.925.497,42	1.939.860,42	3.825.559,83	1.918.937,48	2.030.612,20	1.978.348,30	1.972.441,41	1.971.915,70	1.971.539,40	2.096.025,92	2.087.094,00	25.640.947,16	165.405,20	25.806.352,36
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.475.568,40	1.928.447,51	2.168.103,29	2.616.810,10	2.180.843,88	1.490.060,69	1.923.619,43	1.559.016,17	1.592.962,27	1.649.832,32	1.681.782,06	1.721.269,22	21.988.315,34	34.192,01	22.022.507,35
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.214.646,55	1.481.065,43	1.686.672,04	2.031.289,31	1.738.045,35	1.138.949,65	1.318.258,32	1.155.520,15	1.209.652,38	1.241.099,75	1.298.649,59	1.338.136,75	16.851.985,27	11.570,55	16.863.555,82
Pensões	260.921,85	447.382,08	481.431,25	585.520,79	442.798,53	351.111,04	605.361,11	403.496,02	383.309,89	408.732,57	383.132,47	383.132,47	5.136.330,07	22.621,46	5.158.951,53
O.D.Pes.Dec. Terc ou de cont de forma indireta(§1º Art.18, LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas não comp. (§1° do art. 19 da LRF) (II)	1.478.196,20	1.902.201,60	828.564,05	139.684,24	2.702.300,35	2.000.658,05	2.399.560,20	1.531.590,52	1.587.903,28	1.606.959,13	1.640.120,26	1.679.595,86	19.497.333,74	0,00	19.497.333,74
Indeniz. por Dem. e Inc. à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Dec. Jud. de Período Ant. ao da Apuração	2.627,80	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	46.670,70	0,00	46.670,70
Despesas de Exerc. Ant. ao Período Ant. ao da Apuração			265.279,16	0,00	564.596,90	538.023,01	503.366,42	0,00	22.366,66	0,00			1.893.632,15	0,00	1.893.632,15
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.475.568,40	1.898.197,70	559.280,99	135.680,34	2.133.699,55	1.458.631,14	1.892.189,88	1.527.586,62	1.561.532,72	1.602.955,23	1.636.116,36	1.675.591,96	17.557.030,89	0,00	17.557.030,89
Despesa Líquida c/ Pessoal (III) = (I - II)	12.391.170,31	14.217.983,06	15.285.209,20	27.816.835,99	14.667.644,12	13.550.517,86	15.242.199,05	13.095.465,83	13.058.985,78	13.406.782,04	14.481.924,03	14.653.528,72	181.868.245,99	1.546.126,69	183.414.372,68

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	183.414.372,68	0,011327%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	481.746.753,29	0,029751%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (Parag. Único do art. 22 da LRF)	457.659.415,62	0,028263%
LIMITE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	433.572.077,96	0,026776%

FONTE: Tesouro Gerencial/SIAFI, SGTF/COFI, 22/09/2026 às 10:02:25.
NOTAS:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
2) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pelo Ato Conjunto CSJT nº 12, de 1º de julho de 2015;
3) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram incluídas:
a) Despesas com "Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)": despesas executadas por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque) - Ação 0005: Sent. Judiciais: R$ 0,00;
b) Despesas com Precatórios da Administração Direta "Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor (RPV)": despesas executadas por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque): - Ação 0625: R$ 1.177.363,49.
4) Receita Corrente Líquida, conforme Portaria STN/MF n° 2.804, de 16 de setembro de 2026, publicada em 16/09/2026 no D.O.U. Nº 175, Seção I, fls. 69/70.
5) Conforme o Acórdão TCU 799/2024 - Plenário, as despesas de natureza indenizatória que não possuem a natureza típica de recomposição patrimonial devem ser computadas no total das despesas com pessoal para todos os fins da LC 101/2000; dessa forma estão incluídas nas despesas com pessoal as licenças compensatórias liquidadas e pagas por este Regional;
6) As despesas com Pessoal e Encargos Sociais deste estão dentro dos limites estabelecidos pela LC 101/2000 (LRF).

Des. TÉSSIO DA SILVA TÔRRES
Presidente do Tribunal

DANILO CARVALHO FRANCO PEREIRA
Diretor-Geral de Administração

RODRIGO PIZZATO
Secretário de Auditoria

RAIMUNDO SARAIVA DE MORAES FILHO
Coordenador de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

PORTARIA Nº 618, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23 REGIÃO, usando de suas atribuições legais e regulamentares, observado o disposto nos artigos 54, inciso III e Parágrafo único, e 55, 2º, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o constante da Portaria n.º 2.057, de 15 de setembro de 2025 que aprovou a 15ª Edição do do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, alterado pela Portaria STN/MF número 1.948 de 02 de julho de 2026, resolve determinar a publicação do anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Des. AGUIMAR MARTINS PEIXOTO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RPNP (b)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.168.621,10	34.256.324,42	33.772.537,83	60.817.123,67	36.429.012,26	32.174.518,41	37.167.835,21	31.765.000,69	30.948.313,23	32.349.461,09	33.524.643,87	33.896.877,42	427.270.269,20	1.977.384,78
Pessoal Ativo	25.617.024,17	28.568.094,58	28.063.146,02	52.737.103,61	29.468.412,15	27.360.699,58	31.110.178,12	26.898.436,49	25.855.524,21	27.230.356,27	28.169.385,56	28.540.474,34	359.618.835,10	1.932.705,98
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	22.213.635,22	25.154.783,74	24.654.806,25	45.928.789,2	26.018.562,40	23.783.284,45	27.631.311,54	23.408.085,33	22.383.083,40	23.770.162,08	24.482.427,55	24.866.195,49	314.295.126,65	1.918.597,46
Obrigações Patronais	3.403.388,95	3.413.310,84	3.408.339,77	6.808.314,41	3.449.849,75	3.577.415,13	3.478.866,58	3.490.351,16	3.472.440,81	3.460.194,19	3.686.958,01	3.674.278,85	45.323.708,45	14.108,52
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.551.596,93	5.688.229,84	5.709.391,81	8.080.020,06	6.960.600,11	4.813.818,83	6.057.657,09	4.866.564,20	5.092.789,02	5.119.104,82	5.355.258,31	5.356.403,08	67.651.434,10	44.678,80
Aposentadorias, Reservas e Reformas	4.058.159,15	4.993.902,10	5.015.939,23	7.178.125,05	6.187.156,03	4.298.165,02	5.186.028,76	4.324.769,70	4.518.197,63	4.541.529,54	4.724.912,05	4.765.583,48	59.792.467,74	39.317,66
Pensões	493.437,78	694.327,74	693.452,58	901.895,01	773.444,08	515.653,81	871.628,33	541.794,50	574.591,39	577.575,28	630.346,26	590.819,60	7.858.966,36	5.361,14
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta(§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.262.554,87	5.396.189,23	5.119.515,54	4.401.293,64	6.567.610,06	4.434.757,91	5.669.584,03	4.499.220,84	4.724.893,02	4.745.763,23	4.987.362,31	4.967.726,18	59.776.470,86	709,35

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)
SECRETARIA DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS – SOF

Aguimar Martins Peixoto:30823205
25/09/2026 08:06

Ofício n. 0080/2026/TRT/SOF/DG

Cuiabá-MT, 25 de setembro de 2026

Exmo. Senhor Presidente do Congresso Nacional
Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem
Senado Federal, Praça dos Três Poderes.
Brasília – DF.
CEP 70.165-900

Assunto: Publicação Relatório de Gestão Fiscal.

Exmo. Senhor Presidente,

A par de cumprimentá-lo, em atendimento ao disposto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), comunico a Vossa Excelência a publicação do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026, no Diário Oficial da União, Edição nº 182, Seção 1, páginas 152/153, em 25 de setembro de 2026, por intermédio da Portaria TRT/DG/GP nº 618 de 24 de setembro de 2026.

Ao ensejo, renovo protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

(assinado digitalmente)
Desembargador Aguimar Martins Peixoto
Presidente do TRT da 23ª Região

PROAD n. 222/2026 DOC 70. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.TKYZ.HCTM:
https://proad.trt23.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

PROAD n. 222/2026 DOC 68
Cadastrado por r104-7 - RINALDO BARBOSA DOS REIS
Juntado em 25/09/2026

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
15124 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS														
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXEC (C) = (A) + (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.168.621,10	34.256.324,42	33.772.537,83	60.817.123,67	36.429.012,26	32.174.518,41	37.167.835,21	31.765.000,69	30.948.313,23	32.349.461,09	33.524.643,87	33.896.877,42	427.270.269,20	1.977.384,78	4
Pessoal Ativo	25.617.024,17	28.568.094,58	28.063.146,02	52.737.103,61	29.468.412,15	27.360.699,58	31.110.178,12	26.898.436,49	25.855.524,21	27.230.356,27	28.169.385,56	28.540.474,34	359.618.835,10	1.932.705,98	3
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	22.213.635,22	25.154.783,74	24.654.806,25	45.928.789,20	26.018.562,40	23.783.284,45	27.631.311,54	23.408.085,33	22.383.083,40	23.770.162,08	24.482.427,55	24.866.195,49	314.295.126,65	1.918.597,46	316.213.724
Obrigações Patronais	3.403.388,95	3.413.310,84	3.408.339,77	6.808.314,41	3.449.849,75	3.577.415,13	3.478.866,58	3.490.351,16	3.472.440,81	3.460.194,19	3.686.958,01	3.674.278,85	45.323.708,45	14.108,52	45.337.816,97
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.551.596,93	5.688.229,84	5.709.391,81	8.080.020,06	6.960.600,11	4.813.818,83	6.057.657,09	4.866.564,20	5.092.789,02	5.119.104,82	5.355.258,31	5.356.403,08	67.651.434,10	44.678,80	90
Aposentadorias, Reserva e Reformas	4.058.159,15	4.993.902,10	5.015.939,23	7.178.125,05	6.187.156,03	4.298.165,02	5.186.028,76	4.324.769,70	4.518.197,63	4.541.529,54	4.724.912,05	4.765.583,48	59.792.467,74	39.317,66	40
Pensões	493.437,78	694.327,74	693.452,58	901.895,01	773.444,08	515.653,81	871.628,33	541.794,50	574.591,39	577.575,28	630.346,26	590.819,60	7.858.966,36	5.361,14	50
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	4.262.554,87	5.396.189,23	5.119.515,54	4.401.293,64	6.567.610,06	4.434.757,91	5.669.584,03	4.499.220,84	4.724.893,02	4.745.763,23	4.987.362,31	4.967.726,18	59.776.470,86	709,35	59.777.180,21
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária.	-	2.699,47	-	-	-		-	-	-	-	-	-	2.699,47	-	2.699,47
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	-	-	126.116,89	89.640,43	60.049,82	81,41		4.137,64		2.390,84	-	3.180,73	285.597,76	-	285.597,76
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.262.554,87	5.393.489,76	4.993.398,65	4.311.653,21	6.507.560,24	4.434.676,50	5.669.584,03	4.495.083,20	4.724.893,02	4.743.372,39	4.987.362,31	4.964.545,45	59.488.173,63	709,35	59.488.882,98
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	25.906.066,23	28.860.135,19	28.653.022,29	56.415.830,03	29.861.402,20	27.739.760,50	31.498.251,18	27.265.779,85	26.223.420,21	27.603.697,86	28.537.281,56	28.929.151,24	367.493.798,34	1.976.675,43	369.470.473,77

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III A) + (III B)	369.470.473,77	0,022817%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	796.919.984,64	0,049215%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	757.073.985,41	0,046754%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	717.227.986,18	0,044294%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial. Unidade Responsável: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região. Data da emissão: 21/09/2026 Hora de emissão: 13h 45 min.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e só podem ser excluídos no caso de cancelamento.

NOTA:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Receita Corrente Líquida, conforme Portaria STN/MF nº 2.804, de 1 5 de setembro de 2026.

3 - As Sentenças Judiciais, no período a que se refere o relatório, totalizaram R$ 4.676.104,23 , assim compostas: RPV - Sentenças de Pequeno Valor da Administração Direta R$ 1.419.267,35 e Precatórios da Administração Indireta R$ 3.256.836,88

4 - No período de referência, o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região registrou ingresso de recursos de compensação financeira entre regimes previdenciários (COMPREV), de que trata o §9º do art. 201 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no montante de R$ 68.431,62. Contudo, não houve utilização desses recursos no custeio de despesas com inativos e pensionistas no período de apuração, razão pela qual não foi efetuada dedução no Demonstrativo da Despesa com Pessoal, em observância ao art. 19, §1º, inciso VI, da Lei Complementar nº 101 de 2000 e às orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, segundo as quais a exclusão limita-se à parcela da despesa efetivamente custeada com recursos vinculados da previdência.

Aguimar Martins Peixoto	Marlon Carvalho de Sousa Rocha	Darciana Costa Santos França	Fábio Ricardo Moraes Martins
Desembargador-Presidente	Diretor-Geral e Ordenador de Despesa	Secretária de Orçamento e Finanças	Secretário de Auditoria.

DARCIANA COSTA SANTOS FRANÇA
24/09/2026 14:36

FABIO RICARDO MORAES MARTINS:38823048
24/09/2026 14:41

MARLON CARVALHO DE SOUSA ROCHA
24/09/2026 14:59

Assinado Martins Peixoto:38232005
25/09/2026 08:05

PROAD n. 222/2026 DOC 68. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.NXFP.SPNJ:
https://proad.trt23.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

PROAD n. 222/2026 DOC 74
Cadastrado por r104-7 - RINALDO BARBOSA DOS REIS
Juntado em 25/09/2026

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 25/09/2026 | Edição: 182 | Seção: 1 | Página: 152

Órgão: Poder Judiciário/Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região

RINALDO BARBOSA DOS REIS:30023331076
25/09/2026 08:17

PORTARIA Nº 618, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23 REGIÃO, usando de suas atribuições legais e regulamentares, observado o disposto nos artigos 54, inciso III e Parágrafo único, e 55, 2º, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o constante da Portaria n.º 2.057, de 15 de setembro de 2025 que aprovou a 15ª Edição do do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, alterado pela Portaria STN/MF número 1.948 de 02 de julho de 2026, resolve determinar a publicação do anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

DES. AGUIMAR MARTINS PEIXOTO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")						
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)					
	LIQUIDADAS					
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.168.621,10	34.256.324,42	33.772.537,83	60.817.123,67	36.429.012,26	32.174.518,41
Pessoal Ativo	25.617.024,17	28.568.094,58	28.063.146,02	52.737.103,61	29.468.412,15	27.360.699,58
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	22.213.635,22	25.154.783,74	24.654.806,25	45.928.789,2	26.018.562,40	23.783.284,45
Obrigações Patronais	3.403.388,95	3.413.310,84	3.408.339,77	6.808.314,41	3.449.849,75	3.577.415,13
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.551.596,93	5.688.229,84	5.709.391,81	8.080.020,06	6.960.600,11	4.813.818,83
Aposentadorias, Reservas e Reformas	4.058.159,15	4.993.902,10	5.015.939,23	7.178.125,05	6.187.156,03	4.298.165,02
Pensões	493.437,78	694.327,74	693.452,58	901.895,01	773.444,08	515.653,81
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta(§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-

PROAD n. 222/2026 DOC 74. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.LJFF.TBQK: https://proad.trt23.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

PROAD n. 222/2026 DOC 74
Cadastrado por r104-7 - RINALDO BARBOSA DOS REIS
Juntado em 25/09/2026

Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.262.554,87	5.396.189,23	5.119.515,54	4.401.293,64	6.567.610,06	4.434.757,91
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	2.699,47	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	-	-	126.116,89	89.640,43	60.049,82	81,41
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.262.554,87	5.393.489,76	4.993.398,65	4.311.653,21	6.507.560,24	4.434.676,50
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	25.906.066,23	28.860.135,19	28.653.022,29	56.415.830,03	29.861.402,20	27.739.760,50

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	369.470.473,77	0,022817%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	796.919.984,64	0,049215%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	757.073.985,41	0,046754%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	717.227.986,18	0,044294%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial. Unidade Responsável: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região. Data da emissão: 21/09/2026 Hora de emissão: 13h 45 min.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados, inscritos em 31 de dezembro do exercício

anterior, continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e só podem ser excluídos no caso de cancelamento.

NOTA;

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Receita Corrente Líquida, conforme Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026.

3 As Sentenças Judiciais, no período a que se refere o relatório, totalizaram R$ 4.676.104,23, assim compostas RPV - Sentenças de Pequeno Valor da Administração Direta R$ 1.419.267,35 e

Precatórios da Administração Indireta R$ 3.256.836,88.

PROAD n. 222/2026 DOC 74. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.LJFF.TBQK:
https://proad.trt23.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

PROAD n. 222/2026 DOC 74
Cadastrado por r104-7 - RINALDO BARBOSA DOS REIS
Juntado em 25/09/2026

4) No período de referência, o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região registrou ingresso de recursos de compensação financeira entre regimes previdenciários (COMPREV),

de que trata o §9º do art. 201 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no montante de R$ 68.431,62. Contudo, não houve utilização desses recursos no custeio de despesas com inativos e pensionistas no período de apuração, razão pela qual não foi efetuada dedução no Demonstrativo da Despesa com Pessoal, em observância ao art. 19, §1º, inciso VI, da Lei Complementar nº 101 de 2000 e às orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, segundo as quais a exclusão limita-se à parcela da despesa efetivamente custeada com recursos vinculados da previdência.

DES. AGUIMAR MARTINS PEIXOTO
Presidente do Tribunal

MARLON CARVALHO DE SOUZA ROCHA
Ordenador da Despesa

DARCIANA COSTA SANTOS FRANÇA
Secretária de Orçamento e Finanças

FÁBIO RICARDO MORAES MARTINS
Secretário de Auditoria

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

PROAD n. 222/2026 DOC 74. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.LJFF.TBQK:
https://proad.trt23.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

OFÍCIO TRT24/SOF N. 26/2026

Campo Grande, 28 de setembro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal – 2º Quadrimestre de 2026**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, c/c art. 5º, inciso I, da Lei n. 10.028, de 19 de outubro de 2000, a publicação, no Diário Oficial da União do dia 28 deste mês, do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Colho o ensejo para renovar as manifestações de elevada estima e consideração.

ADRIANO PIRES DE SOUZA:55896405120

Assinado de forma digital por ADRIANO PIRES DE SOUZA:55896405120
Dados: 2026.09.28 10:59:36 -04'00'

ADRIANO PIRES DE SOUZA
Secretário de Orçamento e Finanças do
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

ATO PORTARIA TRT-GP Nº 259, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de setembro/2025 a agosto/2026, em conformidade com os anexos demonstrativos que integram esta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se no DEJT, DOU e no site deste Tribunal.

Des. EDUARDO SERRANO DA ROCHA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**26.973.862,28**	**30.050.159,88**	**45.128.023,60**	**37.236.060,83**	**33.857.325,88**	**28.825.667,60**	**31.446.423,35**	**28.345.302,66**	**28.133.247,68**	**28.636.471,61**	**29.829.638,41**	**30.038.578,90**	**378.500.762,68**	**315.689,72**	**378.816.452,40**
Pessoal Ativo	**20.989.679,17**	**23.488.409,31**	**35.397.979,63**	**30.630.722,32**	**24.841.459,88**	**22.643.161,27**	**24.754.462,61**	**22.255.141,46**	**21.821.926,27**	**22.323.188,81**	**23.172.926,51**	**23.379.253,20**	**295.698.310,44**	**315.689,72**	**296.014.000,16**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	17.748.551,89	20.249.834,27	28.926.154,77	27.370.242,49	21.601.253,19	19.215.723,21	21.422.359,07	18.912.059,26	18.518.589,19	18.988.426,40	19.622.398,78	19.823.984,40	252.399.576,92	315.689,72	252.715.266,64
Obrigações Patronais	3.241.127,28	3.238.575,04	6.471.824,86	3.260.479,83	3.240.206,69	3.427.438,06	3.332.103,54	3.343.082,20	3.303.337,08	3.334.762,41	3.550.527,73	3.555.268,80	43.298.733,52	0,00	43.298.733,52
Pessoal Inativo e Pensionistas	**5.984.183,11**	**6.561.750,57**	**9.730.043,97**	**6.605.338,51**	**9.015.866,00**	**6.182.506,33**	**6.691.960,74**	**6.090.161,20**	**6.311.321,41**	**6.313.282,80**	**6.656.711,90**	**6.659.325,70**	**82.802.452,24**	**0,00**	**82.802.452,24**
Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.109.901,52	5.614.132,96	8.279.139,17	5.604.873,13	7.649.777,84	5.255.389,00	5.678.433,06	5.169.365,89	5.330.860,72	5.318.215,65	5.647.461,42	5.650.075,22	70.307.625,58	0,00	70.307.625,58
Pensões	874.281,59	947.617,61	1.450.904,80	1.000.465,38	1.366.088,16	927.117,33	1.013.527,68	920.795,31	980.460,69	995.067,15	1.009.250,48	1.009.250,48	12.494.826,66	0,00	12.494.826,66
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**6.048.743,33**	**5.652.749,24**	**8.514.909,68**	**921.422,59**	**8.950.196,18**	**6.138.726,45**	**6.648.180,86**	**6.046.381,32**	**6.253.058,98**	**6.255.545,64**	**6.598.974,74**	**6.601.588,54**	**74.630.477,55**	**0,00**	**74.630.477,55**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	96.399,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.399,16	0,00	96.399,16
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.952.344,17	5.652.749,24	8.514.909,68	921.422,59	8.950.196,18	6.138.726,45	6.648.180,86	6.046.381,32	6.253.058,98	6.255.545,64	6.598.974,74	6.601.588,54	74.534.078,39	0,00	74.534.078,39
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**20.925.118,95**	**24.397.410,64**	**36.613.113,92**	**36.314.638,24**	**24.907.129,70**	**22.686.941,15**	**24.798.242,49**	**22.298.921,34**	**21.880.188,70**	**22.380.925,97**	**23.230.663,67**	**23.436.990,36**	**303.870.285,13**	**315.689,72**	**304.185.974,85**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**304.185.974,85**	**0,018785%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	678.341.399,91	0,041892%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	644.424.329,91	0,039797%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	610.507.259,92	0,037703%

FONTE: Tesouro Gerencial e SIAFI 2025/2026 - SECA/COF/TRT21 - 24/09/2026 - 13h54min.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011-TCU-Plenário, não foram incluídas Despesas Liquidadas com Sentenças Judiciais (Precatórios e RPVs), executadas por meio de descentralização interna e externa de créditos (provisão e destaque), no valor de R$ 13.698.629,37.

2) O valor de R$ 21.071,42, informado na linha "Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente" no 1° quadrimestre/2025, na coluna "abril/2025", foi executado no mês de julho/2025. No SIAFI, referido valor foi reclassificado somente em setembro/2025 da conta 86.331.01.00 - Despesa com Pessoal a Executar - RGF para a conta de controle 86.331.02.00 - Despesa com Pessoal Executada - RGF.

3) O valor de R$ 11.851,87 relativo a despesas decorrentes de decisão judicial, registrado no SIAFI em dezembro/2025, não foi informado na linha "Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração" considerando que a competência da despesa é dez/2025, portanto, dentro do período de apuração do RGF.

EDUARDO SERRANO DA ROCHA
Desembargador Presidente

CARLO HENRIQUE BRANDÃO TEIXEIRA
Ordenador de Despesa Substituto

JEREMIAS IDUÍNO DA ROCHA E SILVA
Secretário de Auditoria Interna

ENOCK DE PAIVA CAVALCANTE
Coordenador de Orçamento e Finanças e Gestor Financeiro

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

PORTARIA TRT/GP/DG Nº 227, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

TORNAR PÚBLICO, nos termos do inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL deste Tribunal, relativo ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Des. TOMÁS BAWDEN DE CASTRO SILVA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.796.862,76	25.734.876,38	38.233.754,26	31.060.482,19	27.485.890,16	23.786.258,72	27.437.461,20	23.627.400,42	23.730.971,19	23.998.252,92	25.778.575,34	26.181.991,55	319.852.777,09	2.147.572,09
Pessoal Ativo	18.208.999,72	20.369.485,48	30.197.568,10	25.667.670,59	20.588.431,76	19.014.630,31	21.638.933,20	18.631.404,57	18.593.910,12	18.982.841,88	20.413.452,08	20.853.334,54	253.160.662,35	2.147.572,09
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.883.909,77	18.052.273,46	25.564.932,62	23.343.744,13	18.280.137,63	16.578.713,85	19.284.794,79	16.260.992,02	16.206.955,57	16.627.892,70	17.891.513,17	18.346.015,34	222.321.875,05	2.144.572,09
Obrigações Patronais	2.325.089,95	2.317.212,02	4.632.635,48	2.323.926,46	2.308.294,13	2.435.916,46	2.354.138,41	2.370.412,55	2.386.954,55	2.354.949,18	2.521.938,91	2.507.319,20	30.838.787,30	3.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.587.863,04	5.365.390,90	8.036.186,16	5.392.811,60	6.897.458,40	4.771.628,41	5.798.528,00	4.995.995,85	5.137.061,07	5.015.411,04	5.365.123,26	5.328.657,01	66.692.114,74	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	4.244.951,16	4.979.032,25	7.472.361,78	5.011.639,12	6.353.006,95	4.391.020,80	5.423.608,57	4.616.651,61	4.756.178,66	4.634.528,63	4.972.970,68	4.941.027,06	61.796.977,27	
Pensões	342.911,88	386.358,65	563.824,38	381.172,48	544.451,45	380.607,61	374.919,43	379.344,24	380.882,41	380.882,41	392.152,58	387.629,95	4.895.137,47	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	4.499.526,62	5.276.803,53	6.188.237,16	0,00	2.237.671,82	3.539.698,42	5.643.616,61	4.856.063,52	4.957.471,38	4.855.530,49	5.203.915,30	5.166.744,29	52.425.279,14	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														

Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração			22.893,76										22.893,76	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.499.526,62	5.276.803,53	6.165.343,40	0,00	2.237.671,82	3.539.698,42	5.643.616,61	4.856.063,52	4.957.471,38	4.855.530,49	5.203.915,30	5.166.744,29	52.402.385,38	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.297.336,14	20.458.072,85	32.045.517,10	31.060.482,19	25.248.218,34	20.246.560,30	21.793.844,59	18.771.336,90	18.773.499,81	19.142.722,43	20.574.660,04	21.015.247,26	267.427.497,95	2.147.572,09

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a) + (III b)	269.575.070,04	0,016648%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	719.017.271,11	0,044404%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	683.066.407,55	0,042184%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	647.115.544,00	0,039964%

FONTE: SIAFI, STN, SOF/TRT DA 24ª REGIÃO, 18/9/2026, 10h15m

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2. Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (provisão), no valor de R$ 1.671.774,89.

3. Despesas com Precatórios da Administração Indireta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R$ 3.989.506,76.

Des. TOMÁS BAWDEN DE CASTRO SILVA
Presidente do Tribunal

ADRIANO PIRES DE SOUZA
Secretário de Orçamento e Finanças

JOÃO CARLOS VALENTE
Secretário de Auditoria Interna

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃO DE 17 DE SETEMBRO DE 2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR SEI N. 25.0.000002523-5.
ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro.
DENUNCIADOS: Walter Palis Ventura (CRM-RJ 52-40442-5), Flávio Antônio de Sá Ribeiro (CRM-RJ 52-50072-9), Clovis Bersot Munhoz (CRM-RJ 52-24130-0), Luiz Fernando Nunes (CRM-RJ 52-62888-3), Joel Carlos Barros Silveira Filho (CRM-RJ 52-76859-6) e Guilherme Castelliano Nadais (CRM-RJ 52-71122-5).

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes os denunciados acima indicados, acordam os Conselheiros Federais do Conselho Federal de Medicina, em Sessão do Pleno, por unanimidade, pela absolvição do médico Guilherme Castelliano Nadais e, também por unanimidade, pela aplicação da sanção de perda do mandato de conselheiro regional aos médicos Clóvis Bersot Munhoz, Luiz Fernando Nunes, Walter Palis Ventura, Flávio Antônio de Sá Ribeiro e Joel Carlos Barros Silveira Filho. Quanto aos Drs. Clovis Bersot Munhoz e Flávio Antônio de Sá Ribeiro, considerando que não mais exercem mandato de conselheiro regional, reconhecer a impossibilidade de execução material dessa sanção, sem prejuízo do reconhecimento de suas responsabilidades administrativas e das demais providências decorrentes deste julgamento, tudo nos termos do voto do Sr. Conselheiro Federal Relator. Brasília, 17 de setembro de 2026 (data do julgamento).

JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO
Presidente do Conselho

FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES
Relator

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

RESOLUÇÃO CONFERE Nº 2.203, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais - Confere, por sua Diretoria-Executiva, no uso de suas atribuições previstas no artigo 17, I e XXIV, do Regimento Interno da Entidade, tendo em vista o disposto no artigo 10, VIII, da Lei nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.246, de 27 de maio de 2010,

Considerando que os Conselhos Federal e Regionais dos Representantes Comerciais constituem o Sistema Confere/Cores, aos quais incumbem a fiscalização do exercício profissional da atividade de Representação Comercial, nos termos do artigo 6º da Lei nº 4.886/65, cabendo ao Conselho Federal adotar as providências legais e regimentais para garantir o cumprimento de suas finalidades institucionais previstas em sua lei de criação;

Considerando que as pessoas físicas e jurídicas que exercem a atividade de Representação Comercial estão obrigadas ao registro nos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 4.886/65;

Considerando a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro das entidades que compõem o Sistema Confere/Cores, assim como a disponibilidade de recursos que lhes permitam cumprir suas finalidades institucionais no campo do poder de polícia da profissão, em benefício e proteção da sociedade;

Considerando ser atribuição do Conselho Federal dos Representantes Comerciais fixar, mediante Resolução, os valores das anuidades devidas aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais pelas pessoas físicas e jurídicas neles registradas;

Considerando que o § 2º do art. 10 da Lei nº 4.886/65 dispõe que os valores correspondentes aos limites máximos estabelecidos naquele artigo para as anuidades devidas pelos representantes comerciais, pessoas físicas e jurídicas, aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais nos quais estejam registrados, serão corrigidos, anualmente, pelo índice oficial de preços ao consumidor;

Considerando que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, foi de 4,22% (quatro vírgula vinte e dois por cento), conforme apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

Considerando que, com a correção pelo IPCA, os limites máximos estabelecidos pelo art. 10, VIII, da Lei nº 4.886/65, passam a ser os seguintes:

a) Anuidade para pessoas físicas: até R$ 735,73 (setecentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos);

b) Anuidade para pessoas jurídicas, de acordo com as seguintes classes de capital social;

1. de R$ 1,00 (um real) a R$ 10.000,00 (dez mil reais): até R$ 858,34 (oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos);

2. de R$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): até R$ 1.030,02 (um mil e trinta reais e dois centavos);

3. de R$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) a R$ 100.000,00 (cem mil reais): até R$ 1.236,01 (um mil duzentos e trinta e seis reais e hum centavo);

4. de R$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais): até R$ 1.481,30 (um mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta centavos);

5. de R$ 300.000,01 (trezentos mil reais e um centavo) a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): até R$ 2.256,33 (dois mil duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e três centavos);

6. acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) - até R$ 3.359,98 (três mil trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos).

Considerando a deliberação da Diretoria-Executiva do Confere, em Reunião realizada nesta data, resolve:

Art. 1°. Os valores das anuidades para o exercício de 2027 devidos pelos representantes comerciais, pessoas físicas e jurídicas, aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais nos quais estejam registrados, serão os seguintes:

I - Pessoa Física: R$ 735,73 (setecentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos);

II - Pessoa Jurídica, de acordo com as seguintes classes de capital social:

a) de R$ 1,00 (um real) a R$ 10.000,00 (dez mil reais): R$ 858,34 (oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos);

b) de R$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 1.030,02 (um mil e trinta reais e dois centavos);

c) de R$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) a R$ 100.000,00 (cem mil reais): R$ 1.236,01 (um mil duzentos e trinta e seis reais e um centavo);

d) de R$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais): R$ 1.481,30 (um mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta centavos)

e) de R$ 300.000,01 (trezentos mil reais e um centavo) a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 2.256,33 (dois mil duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e três centavos);

f) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 3.359,98 (três mil trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos).

Parágrafo único. As classes a que se refere o inciso II deste artigo, terão como base de cálculo exclusivamente o capital social total da pessoa jurídica, sendo irrelevante eventual existência de fracionamento ou proporcionalização de capital social entre as atividades constantes do objeto social da empresa.

Art. 2º. O pagamento da anuidade será efetuado pelo representante comercial, pessoa física ou jurídica, até o dia 31 de março de 2027, com desconto de 10% (dez por cento), ou em até 3 (três) parcelas, sem desconto, vencendo-se a primeira em 30 de abril, a segunda em 31 de agosto e a terceira em 31 de dezembro do mesmo ano.

§ 1º. Ao pagamento antecipado da anuidade de 2027 será concedido desconto de 20% (vinte por cento) até 31 de janeiro e de 15% (quinze por cento) até 28 de fevereiro de 2027.

§ 2º. As anuidades que forem pagas após o vencimento serão acrescidas de 2% (dois por cento) de multa, 1% (um por cento) de juros de mora por mês de atraso e atualização monetária pelo índice oficial de preços ao consumidor.

§ 3º. A filial ou representação de pessoa jurídica instalada em jurisdição de outro Conselho Regional que não o da sua sede, pagará anuidade em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do que for pago pela matriz.

§ 4º. O representante comercial, pessoa física, como responsável técnico de pessoa jurídica devidamente registrada no Conselho Regional dos Representantes Comerciais, pagará anuidade em valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da anuidade devida pelos demais profissionais autônomos registrados no mesmo Conselho Regional.

§ 5º. Não incidirá anuidade à filial ou representação de pessoa jurídica instalada na mesma base territorial do Conselho Regional onde se encontrar registrada a respectiva matriz.

§ 6º. Será devida anuidade integral pela filial de representação comercial, caso sua matriz não esteja obrigada ao registro profissional.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor a partir desta data.

ARCHIMEDES CAVALCANTI JÚNIOR
Diretor-Presidente

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREF13/BA Nº 85, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO-CREF13/BA, no uso de suas atribuições regimentais, conforme dispõe o inciso X do artigo73 do Regimento Interno do CREF13/BA, e: CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que tratadas contribuições devidas aos Conselhos Profissionais em geral; CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.197, de 14 de janeiro de 2010, que fixa limites para o valor das anuidades devidas aos Conselhos Regionais de Educação Física; CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 123/2006; CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 147/2014; CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONFEF nº 457/2023, que dispõe sobre a faculdade de pagamento de anuidades do Profissional de Educação Física que tenha completado 65 anos ou mais e esteja registrado no Sistema CONFEF/CREFs; CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONFEF nº 613/2026, que institui a unificação do índice de correção monetária e de juros de mora na atualização dos débitos pagos em atraso, no âmbito do Sistema CONFEF/CREFs, e dá outras providências; CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONFEF nº 619/2026, que dispõe sobre a isenção de pagamento junto ao Sistema CONFEF/CREFs para portadores de doenças graves, mediante critérios que estabelece; CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONFEF nº 630/2026, que dispõe sobrea A anuidade de Pessoa Física devida ao Sistema CONFEF/CREFs para o exercício de 2027; CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONFEF nº 631/2026, que dispõe sobre a anuidade de Pessoa Jurídica devida ao Sistema CONFEF/CREFs para o exercício de 2027; CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONFEF nº 632/2026, que dispõe sobre a fixação de taxas e similares devidos ao Sistema CONFEF/CREFs para o exercício de 2027; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CREF13/BA, em Reunião Ordinária realizada em 23 de setembro de 2026, resolve: Art. 1º Fixar as anuidades devidas ao CREF13/BA para o exercício de 2027 nos seguintes valores: I - Pessoa Física: R$ 635,15 (seiscentos e trinta e cinco reais e quinze centavos); II - Pessoa Jurídica: R$ 1.569,68 (um mil quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos). Art. 2º A anuidade da Pessoa Física, para profissionais registrados e ativos, poderá ser paga com desconto nos seguintes prazos e valores: I - de 1º a 29 de janeiro de 2027: desconto de 50% (cinquenta por cento), no valor de R$ 317,58 (trezentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos); II - de 1º a 26 de fevereiro de 2027: desconto de 40% (quarenta por cento), no valor de R$ 381,09 (trezentos e oitenta e um reais e nove centavos); III - de 1º a 31 de março de 2027: desconto de 30% (trinta por cento), no valor de R$ 444,61 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e um centavos). Art. 3º A partir de 1º de abril de 2027, a anuidade de Pessoa Física será cobrada pelo seu valor integral de R$ 635,15 (seiscentos e trinta e cinco reais e quinze centavos). Parágrafo único. O pagamento efetuado após 30 de abril de 2027 sujeitar-se-incidência da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), a título de correção monetária e juros de mora, nos termos da legislação aplicável. Art. 4º A anuidade da Pessoa Jurídica registrada

Outlook

TRE-AL / Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao 2º Quadrimestre de 2026

De Juscelino Moraes de Lucena <juscelinolucena@tre-al.jus.br>
Data Qui, 24/09/2026 14:12
Para SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional <congresso@senado.leg.br>; diref@tcu.gov.br <diref@tcu.gov.br>; cofic@tse.jus.br <cofic@tse.jus.br>; seconge@tse.jus.br <seconge@tse.jus.br>
Cc SAD <sad@tre-al.jus.br>; Auditoria <auditoria@tre-al.jus.br>; Rui Carlos Galvão <ruigalvao@tre-al.jus.br>; Márcio Andrade da Silva <marciosilva@tre-al.jus.br>

2 anexos (3 MB)
Comprovante de entraga TCU.pdf; RGF 2º Quadr.2026 - (DOU).pdf;

Geralmente, você não recebe emails de juscelinolucena@tre-al.jus.br. Saiba por que isso é importante

Prezados (as),

Estou encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao 2º Quadrimestre de 2026 do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

Destaco que o mesmo foi publicado no DOU de 23/09/2026, na seção 1, páginas 149 e 150.

Por fim, informo o envio, também, através do protocolo TCU anexo.

Atenciosamente,
TRE-AL/COFIN/SCON
(82) 2122-7786
(82) 2122-7785

Considerando a paralisação do procedimento de apuração por mais de três anos, pendente da execução de atos que se amoldem àqueles dispostos nos §§ 1º e 2º do art. 8º da Resolução TCU 344/2022, entre o Despacho da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - Coordenação-Geral de Prestação de Contas (CGPC) e o Checklist de triagem processual 878/2022, o que enseja a ocorrência da prescrição intercorrente prevista no caput do art. 8º da aludida resolução;

Considerando os pareceres uniformes nos autos, exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) (peças 382 a 384) e pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 385), no sentido de considerar consumada a prescrição punitiva e ressarcitória à luz do que estabelece a Resolução TCU 344/2022;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com base no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 8º e 11 da Resolução TCU 344/2022, em determinar o arquivamento do seguinte processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.686/2026-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Raimundo Antônio de Macêdo (163.127.673-53); Roberta Sampaio de Menezes de Macedo (629.889.643-00)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5095/2026 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em razão da aplicação irregular de recursos no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular, sob a responsabilidade da Farmácia Sayonara da Piedade Ltda. e de seu administrador, Sr. Leandro Martins,

Considerando que o tomador de contas apontou débito no valor histórico de R$ 66.339,60, decorrente de constatações de fiscalização realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) abrangendo o período de janeiro a novembro de 2013, remetendo o processo a este Tribunal após providências administrativas internas,

Considerando que, uma vez recebida a tomada de contas especial, realizou-se exame prescricional por parte da unidade instrutiva (peça 52), que concluiu pela ocorrência de prescrição intercorrente, nos termos da Resolução TCU 344/2022,

Considerando que diante da prescrição a AudTCE propõe o arquivamento deste processo,

Considerando que o Ministério Público/TCU também se manifesta no mesmo sentido, conforme parecer de peça 55 destes autos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) reconhecer a ocorrência de prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, com fundamento nos arts. 1º da Lei 9.873/1999 e arts. 1º e 8º da Resolução-TCU 344/2022;

b) deixar de prosseguir com o julgamento das contas, com fulcro no art. 12, parágrafo único, da Resolução-TCU 344/2022;

c) arquivar o processo, nos termos do art. 11 da Resolução-TCU 344/2022; e

d) dar ciência deste acórdão aos responsáveis.

1. Processo TC-012.911/2026-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Farmacia Sayonara da Piedade Ltda (11.003.243/0001-08); Leandro Martins (061.183.226-78)

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5096/2026 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em 7/5/2025 (peça 1), tendo em vista a concessão irregular do benefício de pensão por morte 21/151.117.749-4, em desfavor de José Wanderlei Moreira dos Santos Silva, habilitador do benefício, deferido sem a comprovação de atividade rural do instituidor (peças 8, p. 23-24, 41 e 52).

Considerando que esgotadas as medidas administrativas, sem elisão do dano, apurado no valor original de R$ 92.779,87 (peça 41), e subsistindo os pressupostos de procedibilidade (peças 1 a 43), ainda após as manifestações do órgão de controle interno (peças 44 a 47) e o pronunciamento ministerial (peça 48);

Considerando que, realizada a avaliação da ocorrência da prescrição pela unidade técnica, foram identificados os seguintes marcos, não exaustivos, merecedores de alguns ajustes pontuais, à luz do que dispõe a Resolução TCU 344/2022 (peça 52):

Termo inicial da contagem do prazo prescricional		
Descrição	Data	Peça
Último pagamento irregular realizado	26/4/2017	25, p. 22
Marcos impeditivos, suspensivos e interruptivos da prescrição		
Relatório de apuração de indícios de irregularidades	27/7/2017	16
Termo de interrogatório	7/8/2023	5
Relatório Final	7/8/2024	10-12
Edital de notificação	5/6/2025	33
Relatório de TCE 35014.166493/2025-31	30/6/2025	41

Considerando que, consoante Despacho 00505/2025/GAB/PFFINSS/PGF/AGU (peça 21), os processos judiciais relacionados ao responsável arrolado, identificados a partir de consulta aos sistemas informatizados da AGU e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, não têm correlação com a concessão irregular do benefício de pensão por morte 21/151.117.749-4, razão pela qual não se aplica ao presente caso a regra insculpida no art. 3º da Resolução TCU 344/2022, no sentido de que a prescrição deve reger-se segundo os prazos previstos na lei penal;

Considerando a paralisação do procedimento de apuração por mais de cinco anos, pendente de atos impeditivos, suspensivos e interruptivos da prescrição, entre o Relatório de apuração de indícios de irregularidades e o Termo de interrogatório, o que enseja a ocorrência da prescrição quinquenal, prevista no art. 2º da Resolução TCU 344/2022, e também a ocorrência da prescrição intercorrente, prevista no art. 8º da referida resolução;

Considerando os pareceres uniformes nos autos, exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) (peças 52 a 54) e pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 55), no sentido de considerar consumada a prescrição punitiva e ressarcitória à luz do que estabelece a Resolução TCU 344/2022;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com base no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 2º, 8º e 11 da Resolução TCU 344/2022, em determinar o arquivamento do seguinte processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.174/2025-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Jose Wanderlei Moreira dos Santos Silva (126.929.642-68)

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss Em Marabá.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5097/2026 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em 7/5/2025 (peça 1), tendo em vista a concessão irregular do benefício de pensão por morte 21/145.262.029-3, em desfavor de José Wanderlei Moreira dos Santos Silva, habilitador do benefício, deferido sem a comprovação de atividade rural do instituidor (peças 8, p. 13-14, 40 e 51).

Considerando que esgotadas as medidas administrativas, sem elisão do dano, apurado no valor original de R$ 91.241,62 (peça 40), e subsistindo os pressupostos de procedibilidade (peças 1 a 42), ainda após as manifestações do órgão de controle interno (peças 43 a 46) e o pronunciamento ministerial (peça 47);

Considerando que, realizada a avaliação da ocorrência da prescrição pela unidade técnica, foram identificados os seguintes marcos, não exaustivos, merecedores de alguns ajustes pontuais, à luz do que dispõe a Resolução TCU 344/2022 (peça 51):

Termo inicial da contagem do prazo prescricional		
Descrição	Data	Peça
Último pagamento irregular realizado	17/2/2017	24, p. 26
Marcos impeditivos, suspensivos e interruptivos da prescrição		
Relatório de apuração de indícios de irregularidades	19/5/2017	16
Termo de interrogatório	7/8/2023	5
Relatório Final	7/8/2024	10-12
Edital de notificação	5/6/2025	32
Relatório de TCE 35014.166493/2025-31	18/7/2025	40

Considerando que, consoante Despacho 00505/2025/GAB/PFFINSS/PGF/AGU (peça 20), os processos judiciais relacionados ao responsável arrolado, identificados a partir de consulta aos sistemas informatizados da AGU e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, não têm correlação com a concessão irregular do benefício de pensão por morte 21/145.262.029-3, razão pela qual não se aplica ao presente caso a regra insculpida no art. 3º da Resolução TCU 344/2022, no sentido de que a prescrição deve reger-se segundo os prazos previstos na lei penal;

Considerando a paralisação do procedimento de apuração por mais de cinco anos, pendente de atos impeditivos, suspensivos e interruptivos da prescrição, entre o Relatório de apuração de indícios de irregularidades e o Termo de interrogatório, o que enseja a ocorrência da prescrição quinquenal, prevista no art. 2º da Resolução TCU 344/2022, e também a ocorrência da prescrição intercorrente, prevista no art. 8º da referida resolução;

Considerando os pareceres uniformes nos autos, exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) (peças 51 a 53) e pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 54), no sentido de considerar consumada a prescrição punitiva e ressarcitória à luz do que estabelece a Resolução TCU 344/2022;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com base no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 2º, 8º e 11 da Resolução TCU 344/2022, em determinar o arquivamento do seguinte processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.234/2025-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Jose Wanderlei Moreira dos Santos Silva (126.929.642-68)

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss Em Marabá.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 36 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pelo Presidente e a ser homologada pela Primeira Câmara.

ALINE GUIMARÃES DIÓGENES
Subsecretária Câmara

Aprovada em 16 de setembro de 2026.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente da Câmara

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PORTARIA TRE-AL/PRE/DG/SAD/COFIN/SCON Nº 308, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1°. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 2º quadrimestre do exercício 2026, na forma do Anexo a presente Portaria.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ALCIDES GUSMÃO DA SILVA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SET/2025 A AGO/2026

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA Últimos 12 Meses													
	LIQUIDADAS													INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	Total (últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.384.676,70	9.493.904,97	15.234.521,44	10.669.215,42	13.484.057,75	9.675.634,17	9.682.418,53	9.731.876,14	9.717.593,35	10.537.269,26	10.939.257,47	10.696.030,62	129.246.455,82	1.018.721,66
Pessoal Ativo	8.306.788,37	8.376.161,52	13.410.858,63	9.549.351,42	11.756.257,20	8.542.726,19	8.549.510,55	8.570.771,81	8.548.830,53	9.349.533,53	9.689.568,40	9.479.523,95	114.129.882,10	1.018.721,66
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.078.749,40	7.158.128,00	11.016.171,64	8.323.229,87	10.530.775,97	7.318.691,37	7.325.336,66	7.343.354,62	7.315.676,00	8.014.206,22	8.276.925,17	8.111.995,08	97.813.240,00	1.006.963,97
Obrigações Patronais	1.228.038,97	1.218.033,52	2.394.686,99	1.226.121,55	1.225.481,23	1.224.034,82	1.224.173,89	1.227.417,19	1.233.154,53	1.335.327,31	1.412.643,23	1.367.528,87	16.316.642,10	11.757,69
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.077.888,33	1.117.743,45	1.823.662,81	1.119.864,00	1.727.800,55	1.132.907,98	1.132.907,98	1.161.104,33	1.168.762,82	1.187.735,73	1.249.689,07	1.216.506,67	15.116.573,72	---
Aposentadorias, Reserva e Reformas	919.664,24	959.519,36	1.583.584,59	961.639,91	1.485.445,65	971.338,06	971.338,06	967.862,25	995.817,52	1.026.763,64	1.069.375,72	1.043.698,24	12.956.047,24	---
Pensões	158.224,09	158.224,09	240.078,22	158.224,09	242.354,90	161.569,92	161.569,92	193.242,08	172.945,30	160.972,09	180.313,35	172.808,43	2.160.526,48	---
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art.18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	---	---
Despesas com pessoal não executadas orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	---	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	1.077.888,33	1.117.743,45	1.862.745,93	604.710,22	1.728.751,10	1.138.771,24	1.132.907,98	1.196.060,19	1.168.762,82	1.301.558,93	1.266.939,40	1.205.142,19	14.801.981,78	---
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	---	---
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	---	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração[2]	---	---	39.083,12	---	950,55	5.863,26	---	34.955,86	---	113.823,20	17.250,33	2.370,93	214.297,25	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.077.888,33	1.117.743,45	1.823.662,81	604.710,22	1.727.800,55	1.132.907,98	1.132.907,98	1.161.104,33	1.168.762,82	1.187.735,73	1.249.689,07	1.202.771,26	14.587.684,53	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	8.306.788,37	8.376.161,52	13.371.775,51	10.064.505,20	11.755.306,65	8.536.862,93	8.549.510,55	8.535.815,95	8.548.830,53	9.235.710,33	9.672.318,07	9.490.888,43	114.444.474,04	1.018.721,66

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) [3]	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	115.463.195,70	0,007130
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) [4]	269.348.105,75	0,016634
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) [4]	255.880.700,46	0,015802
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	242.413.295,18	0,014971

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE - SCON/COFIN/TRE-AL.

Notas:

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - Valores anteriores ao período de apuração deste demonstrativo (art.19, §1º, IV da LRF).

3 - Valor referente à Portaria STN/MF nº 2.804 de 15.09.2026 (DOU de 16.09.2026).

4 - Limite Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

RUI CARLOS GALVÃO
Gestor Financeiro

MARCELO TENÓRIO DA COSTA
Coordenador de Auditoria Interna

De acordo.

MAURÍCIO DE OMENA SOUZA
Diretor-Geral

Des. ALCIDES GUSMÃO DA SILVA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 208, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2°, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI n° 0002050-57.2026.6.03.8000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá relativo ao segundo quadrimestre de 2026, nos termos do anexo a esta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CARMO ANTONIO DE SOUZA

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Fiscalização a serviço da sociedade

Comprovante de Entrega

N° do Protocolo: 81.131.904-9 Protocolado por **Juscelino Moraes de Lucena**

Processo: 007.318/2026-0

Data de Entrega: 24/09/2026 **Hora de Entrega:** 13:59:05 **Local de Entrega:** Protocolo Eletrônico

Código do Documento	Arquivo Associado	Validação do Documento *
81.131.903-2	rgf-2-quadrimestre-2026.pdf	D6AE086591A3694C1CFDDFA275B38EFD

* Essa sequência alfanumérica identifica o arquivo de forma exclusiva, por meio de uma função *hash*, garantindo a integridade do arquivo enviado.

Usuário: Juscelino Moraes de Lucena (X06382047473)

IP: 192.168.100.147, 192.168.100.199, 192.168.100.199

Em caso de dúvidas, sugestões ou reclamações entre em contato com a Central de Atendimento pelo 3527-5234.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
Avenida Mendonça Junior, 1502 - Bairro Centro - CEP 68900-914 - Macapá - AP - https://www.tre-ap.jus.br

Ofício nº 2598 / 2026 - TRE-AP/PRES/ACPRES/GABPRES

Macapá, 24 de setembro de 2026.

A Sua Senhoria a Senhora
ROBERTA LYS DE MOURA ROCHAEL
Diretora da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
E-mail: slcn@senado.leg.br

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2026

Senhora Diretora,

Cumprimentando-a cordialmente, e em observância ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, encaminho a Vossa Senhoria o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deste Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, referente ao 2º quadrimestre de 2026, conforme Portaria Presidência nº 208/2026 TRE-AP/PRES/DG/SAO/COF/SECON, anexa.

Renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **CARMO ANTONIO DE SOUZA**, **Presidente**, em 28/09/2026, às 07:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1138014** e o código CRC **116FC783**.

0002050-57.2026.6.03.8000 1138014v3

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
Avenida Mendonça Junior, 1502 - Bairro Centro - CEP 68900-914 - Macapá - AP - https://www.tre-ap.jus.br

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 208/2026 TRE-AP/PRES/DG/SAO/COF/SECON

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2°, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI n° 0002050-57.2026.6.03.8000, RESOLVE:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá relativo ao segundo quadrimestre de 2026, nos termos do anexo a esta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DES. CARMO ANTONIO DE SOUZA

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2025 A AGOSTO 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Valores em Real (R$ 1,00)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXEC (Últimos 12 M							
	LIQUIDADAS							
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**3.766.700,40**	**3.847.710,18**	**6.273.479,83**	**6.279.800,65**	**5.235.802,49**	**4.097.077,35**	**4.164.817,47**	**4.023.**
Pessoal Ativo	**3.353.055,58**	**3.434.065,36**	**5.646.953,12**	**5.866.155,83**	**4.605.840,40**	**3.668.529,87**	**3.745.395,11**	**3.584.**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.861.865,17	2.940.262,93	4.699.156,39	5.332.893,81	4.110.308,58	3.148.314,84	3.224.430,93	3.060.
Obrigações Patronais	491.190,41	493.802,43	947.796,73	533.262,02	495.531,82	520.215,03	520.964,18	524.79
Pessoal Inativo e Pensionistas	**413.644,82**	**413.644,82**	**626.526,71**	**413.644,82**	**629.962,09**	**428.547,48**	**419.422,36**	**438.45**
Aposentadorias, Reserva e Reformas	371.703,56	371.703,56	563.614,82	371.703,56	564.596,63	384.970,51	380.684,11	380.68
Pensões	41.941,26	41.941,26	62.911,89	41.941,26	65.365,46	43.576,97	38.738,25	57.770
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**413.644,82**	**111.753,08**	**104.643,24**	**230.501,98**	**633.625,80**	**464.580,13**	**419.422,36**	**438.45**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	10.502,64	3.663,71	3.663,71	3.663,71	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	-	2.176,16	1.905,25	52.118,48	-	36.032,65	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	413.644,82	99.074,28	99.074,28	174.719,79	629.962,09	428.547,48	419.422,36	438.45
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**3.353.055,58**	**3.735.957,10**	**6.168.836,59**	**6.049.298,67**	**4.602.176,69**	**3.632.497,22**	**3.745.395,11**	**3.584.**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)

FONTE: SIAFI, Unidade Responsável: Seção de Contabilidade - TRE/AP, 21/09/2026 às 18h.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.
3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração", referente ao mês de agosto de 2026, foi excluído o valor de R$ 338,02, uma v

Documento assinado eletronicamente por **DILMA CELIA DE OLIVEIRA PIMENTA**, **Diretor(a)-Geral**, em 22/09/2026, às 11:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO BARROS FERREIRA**, **Coordenador(a)**, em 22/09/2026, às 13:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **CARMO ANTONIO DE SOUZA**, **Presidente**, em 22/09/2026, às 13:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ELINETE NUNES FREITAS**, **Secretário(a)**, em 22/09/2026, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RUBENILSON GUIMARAES GOMES**, **Chefe(a) de Seção**, em 23/09/2026, às 08:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1136313** e o código CRC **8E40733A**.

0002050-57.2026.6.03.8000 1136313v29

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Tribunal Regional Eleitoral - AP (Poder Judiciário)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2026
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.766.700,40	3.847.710,18	6.273.479,83	6.279.800,65	5.235.802,49	4.097.077,35	4.164.817,47	4.023.261,78	4.292.446,83	4.235.006,67	4.047.365,93	4.355.464,13	54.618.933,71	-0,00
Pessoal Ativo	3.353.055,58	3.434.065,36	5.646.953,12	5.866.155,83	4.605.840,40	3.668.529,87	3.745.395,11	3.584.807,12	3.867.569,31	3.810.129,15	3.597.016,66	3.867.520,40	49.047.037,91	-0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.861.865,17	2.940.262,93	4.699.156,39	5.332.893,81	4.110.308,58	3.148.314,84	3.224.430,93	3.060.016,38	3.341.331,75	3.283.641,24	3.038.669,79	3.308.299,88	42.349.191,69	-0,00
Obrigações Patronais	491.190,41	493.802,43	947.796,73	533.262,02	495.531,82	520.215,03	520.964,18	524.790,74	526.237,56	526.487,91	558.346,87	559.220,52	6.697.846,22	-0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	413.644,82	413.644,82	626.526,71	413.644,82	629.962,09	428.547,48	419.422,36	438.454,66	424.877,52	424.877,52	450.349,27	487.943,73	5.571.895,80	-0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	371.703,56	371.703,56	563.614,82	371.703,56	564.596,63	384.970,51	380.684,11	380.684,11	381.300,55	381.300,55	406.772,30	444.366,76	5.003.401,02	-0,00
Pensões	41.941,26	41.941,26	62.911,89	41.941,26	65.365,46	43.576,97	38.738,25	57.770,55	43.576,97	43.576,97	43.576,97	43.576,97	568.494,78	-0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	413.644,82	111.753,08	104.643,24	230.501,98	633.625,80	464.580,13	419.422,36	438.454,66	541.729,91	424.877,52	450.349,27	491.227,82	4.724.810,59	-0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-0,00	10.502,64	3.663,71	3.663,71	3.663,71	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	21.493,77	-0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	-0,00	2.176,16	1.905,25	52.118,48	-0,00	36.032,65	-0,00	-0,00	116.852,39	-0,00	-0,00	3.284,09	212.369,02	-0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	413.644,82	99.074,28	99.074,28	174.719,79	629.962,09	428.547,48	419.422,36	438.454,66	424.877,52	424.877,52	450.349,27	487.943,73	4.490.947,80	-0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.353.055,58	3.735.957,10	6.168.836,59	6.049.298,67	4.602.176,69	3.632.497,22	3.745.395,11	3.584.807,12	3.750.716,92	3.810.129,15	3.597.016,66	3.864.236,31	49.894.123,12	-0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	49.894.123,12	0,003081
LIMITE MÁXIMO (VI) (inciso I, II e III do art. 20 da LRF)	126.626.318,80	0,000782
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	120.295.002,86	0,007429
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	113.963.686,92	0,007038

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	FONTE: SIAFI, Unidade Responsável, Seção de Contabilidade - TRE/AP, 21/09/2026 às 18h. 1Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. NOTAS: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013. 2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026. 3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração", referente ao mês de agosto de 2026, foi excluído o valor de R$ 338,02, uma vez que corresponde a despesas pertencentes ao período de apuração.

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (VI) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (IX) (%)	
Excedente em 2021 (X) = (IX - VI) (%)	
Redutor anual (XI) = (0,10 x X) (%)	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA DE PESSOAL (IV)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)												
% DTP (V / IV)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by ELINETE NUNES FREITAS:31614175268
Date: 2026.09.22 09:37:16 BRT
Reason: Perfil: Responsável pela Administração Financeira
Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - AP

Assinatura: 2

Digitally signed by DILMA CELIA DE OLIVEIRA PIMENTA:30927193
Date: 2026.09.22 12:23:51 BRT
Reason: Perfil: Diretor Geral
Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - AP

Assinatura: 3

Digitally signed by RODRIGO BARROS FERREIRA:30928183
Date: 2026.09.22 13:37:22 BRT
Reason: Perfil: Responsável pelo Controle Interno
Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - AP

Assinatura: 4

Digitally signed by CARMO ANTONIO DE SOUZA:710
Date: 2026.09.22 16:56:33 BRT
Reason: Perfil: Titular do Poder Judiciário
Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - AP

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SET/2025 A AGO/2026

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA Últimos 12 Meses													
	LIQUIDADAS													INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	Total (últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.384.676,70	9.493.904,97	15.234.521,44	10.669.215,42	13.484.057,75	9.675.634,17	9.682.418,53	9.731.876,14	9.717.593,35	10.537.269,26	10.939.257,47	10.696.030,62	129.246.455,82	1.018.721,66
Pessoal Ativo	8.306.788,37	8.376.161,52	13.410.858,63	9.549.351,42	11.756.257,20	8.542.726,19	8.549.510,55	8.570.771,81	8.548.830,53	9.349.533,53	9.689.568,40	9.479.523,95	114.129.882,10	1.018.721,66
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.078.749,40	7.158.128,00	11.016.171,64	8.323.229,87	10.530.775,97	7.318.691,37	7.325.336,66	7.343.354,62	7.315.676,00	8.014.206,22	8.276.925,17	8.111.995,08	97.813.240,00	1.006.963,97
Obrigações Patronais	1.228.038,97	1.218.033,52	2.394.686,99	1.226.121,55	1.225.481,23	1.224.034,82	1.224.173,89	1.227.417,19	1.233.154,53	1.335.327,31	1.412.643,23	1.367.528,87	16.316.642,10	11.757,69
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.077.888,33	1.117.743,45	1.823.662,81	1.119.864,00	1.727.800,55	1.132.907,98	1.132.907,98	1.161.104,33	1.168.762,82	1.187.735,73	1.249.689,07	1.216.506,67	15.116.573,72	---
Aposentadorias, Reserva e Reformas	919.664,24	959.519,36	1.583.584,59	961.639,91	1.485.445,65	971.338,06	971.338,06	967.862,25	995.817,52	1.026.763,64	1.069.375,72	1.043.698,24	12.956.047,24	---
Pensões	158.224,09	158.224,09	240.078,22	158.224,09	242.354,90	161.569,92	161.569,92	193.242,08	172.945,30	160.972,09	180.313,35	172.808,43	2.160.526,48	---
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art.18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	---	---
Despesas com pessoal não executadas orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	---	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	1.077.888,33	1.117.743,45	1.862.745,93	604.710,22	1.728.751,10	1.138.771,24	1.132.907,98	1.196.060,19	1.168.762,82	1.301.558,93	1.266.939,40	1.205.142,19	14.801.981,78	---
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	---	---
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	---	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração[2]	---	---	39.083,12	---	950,55	5.863,26	---	34.955,86	---	113.823,20	17.250,33	2.370,93	214.297,25	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.077.888,33	1.117.743,45	1.823.662,81	604.710,22	1.727.800,55	1.132.907,98	1.132.907,98	1.161.104,33	1.168.762,82	1.187.735,73	1.249.689,07	1.202.771,26	14.587.684,53	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	8.306.788,37	8.376.161,52	13.371.775,51	10.064.505,20	11.755.306,65	8.536.862,93	8.549.510,55	8.535.815,95	8.548.830,53	9.235.710,33	9.672.318,07	9.490.888,43	114.444.474,04	1.018.721,66

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) [3]	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	115.463.195,70	0,007130
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) [4]	269.348.105,75	0,016634
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) [4]	255.880.700,46	0,015802
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	242.413.295,18	0,014971

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE - SCON/COFIN/TRE-AL.

Notas:

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - Valores anteriores ao período de apuração deste demonstrativo (art.19, §1º, IV da LRF).

3 - Valor referente à Portaria STN/MF nº 2.804 de 15.09.2026 (DOU de 16.09.2026).

4 - Limite Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

RUI CARLOS GALVÃO
Gestor Financeiro

MARCELO TENÓRIO DA COSTA
Coordenador de Auditoria Interna

De acordo.

MAURÍCIO DE OMENA SOUZA
Diretor-Geral

Des. ALCIDES GUSMÃO DA SILVA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 208, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2°, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI n° 0002050-57.2026.6.03.8000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá relativo ao segundo quadrimestre de 2026, nos termos do anexo a esta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CARMO ANTONIO DE SOUZA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2025 A AGOSTO 2026
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													Inscritas em Restos A Pagar Não Processados 1 (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (Últimos 12 Meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.766.700,40	3.847.710,18	6.273.479,83	6.279.800,65	5.235.802,49	4.097.077,35	4.164.817,47	4.023.261,78	4.292.446,83	4.235.006,67	4.047.365,93	4.355.464,13	54.618.933,71	-
Pessoal Ativo	3.353.055,58	3.434.065,36	5.646.953,12	5.866.155,83	4.605.840,40	3.668.529,87	3.745.395,11	3.584.807,12	3.867.569,31	3.810.129,15	3.597.016,66	3.867.520,40	49.047.037,91	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.861.865,17	2.940.262,93	4.699.156,39	5.332.893,81	4.110.308,58	3.148.314,84	3.224.430,93	3.060.016,38	3.341.331,75	3.283.641,24	3.038.669,79	3.308.299,88	42.349.191,69	-
Obrigações Patronais	491.190,41	493.802,43	947.796,73	533.262,02	495.531,82	520.215,03	520.964,18	524.790,74	526.237,56	526.487,91	558.346,87	559.220,52	6.697.846,22	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	413.644,82	413.644,82	626.526,71	413.644,82	629.962,09	428.547,48	419.422,36	438.454,66	424.877,52	424.877,52	450.349,27	487.943,73	5.571.895,80	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	371.703,56	371.703,56	563.614,82	371.703,56	564.596,63	384.970,51	380.684,11	380.684,11	381.300,55	381.300,55	406.772,30	444.366,76	5.003.401,02	-
Pensões	41.941,26	41.941,26	62.911,89	41.941,26	65.365,46	43.576,97	38.738,25	57.770,55	43.576,97	43.576,97	43.576,97	43.576,97	568.494,78	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	413.644,82	111.753,08	104.643,24	230.501,98	633.625,80	464.580,13	419.422,36	438.454,66	541.729,91	424.877,52	450.349,27	491.227,82	4.724.810,59	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	10.502,64	3.663,71	3.663,71	3.663,71	-	-	-	-	-	-	-	21.493,77	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	-	2.176,16	1.905,25	52.118,48	-	36.032,65	-	-	116.852,39	-	-	3.284,09	212.369,02	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	413.644,82	99.074,28	99.074,28	174.719,79	629.962,09	428.547,48	419.422,36	438.454,66	424.877,52	424.877,52	450.349,27	487.943,73	4.490.947,80	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.353.055,58	3.735.957,10	6.168.836,59	6.049.298,67	4.602.176,69	3.632.497,22	3.745.395,11	3.584.807,12	3.750.716,92	3.810.129,15	3.597.016,66	3.864.236,31	49.894.123,12	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	49.894.123,12	0,003081
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	126.626.318,80	0,00782
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	120.295.002,86	0,007429
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	113.963.686,92	0,007038

FONTE: SIAFI, Unidade Responsável: Seção de Contabilidade - TRE/AP, 21/09/2026 às 18h.
[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.
3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração", referente ao mês de agosto de 2026, foi excluído o valor de R$ 338,02, uma vez que corresponde a despesas pertencentes ao período de apuração.

Des. CARMO ANTONIO DE SOUZA
Presidente do Tribunal

DILMA CÉLIA DE OLIVEIRA PIMENTA
Diretora-Geral

ELINETE NUNES FREITAS
Secretária de Administração e Orçamento

RODRIGO BARROS FERREIRA
Coordenador de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 948, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Eleitoral do Amazonas relativo ao segundo quadrimestre de 2026.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos art. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda o Procedimento Administrativo SEI 0011434-58.2026.6.04.0000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas relativo ao segundo quadrimestre de 2026 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal, nos termos do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CARLA MARIA SANTOS DOS REIS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.020.960,60	9.868.361,39	15.238.338,72	16.027.614,43	13.011.741,59	10.056.576,36	10.491.746,51	10.348.218,30	10.321.953,29	10.172.025,03	10.878.276,53	10.792.053,95	137.227.866,70	939.462,29
Pessoal Ativo	8.731.744,96	8.791.261,59	13.601.220,45	14.941.729,23	11.321.091,83	8.835.170,19	9.304.488,46	9.151.857,01	9.186.840,42	9.027.146,50	9.707.459,70	9.611.138,82	122.211.149,16	836.199,13
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.499.838,64	7.565.679,70	11.210.811,36	13.628.322,97	10.141.206,23	7.593.571,41	7.955.968,30	7.859.007,43	7.916.307,10	7.759.747,79	8.339.938,79	8.236.184,76	105.706.584,48	754.994,95
Obrigações Patronais	1.231.906,32	1.225.581,89	2.390.409,09	1.313.406,26	1.179.885,60	1.241.598,78	1.348.520,16	1.292.849,58	1.270.533,32	1.267.398,71	1.367.520,91	1.374.954,06	16.504.564,68	81.204,18
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.289.215,64	1.077.099,80	1.637.118,27	1.085.885,20	1.690.649,76	1.221.406,17	1.187.258,05	1.196.361,29	1.135.112,87	1.144.878,53	1.170.816,83	1.180.915,13	15.016.717,54	103.263,16
Aposentadorias, Reserva e Reformas	917.935,56	705.819,72	1.070.510,58	714.605,12	1.115.156,71	837.744,16	780.995,18	743.948,87	743.948,87	753.714,53	788.327,91	788.210,26	9.960.917,47	-
Pensões	371.280,08	371.280,08	566.607,69	371.280,08	575.493,05	383.662,01	406.262,87	452.412,42	391.164,00	391.164,00	382.488,92	392.704,87	5.055.800,07	103.263,16

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SET/2025 A AGO/2026

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA Últimos 12 Meses													
	LIQUIDADAS													INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	Total (últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.384.676,70	9.493.904,97	15.234.521,44	10.669.215,42	13.484.057,75	9.675.634,17	9.682.418,53	9.731.876,14	9.717.593,35	10.537.269,26	10.939.257,47	10.696.030,62	129.246.455,82	1.018.721,66
Pessoal Ativo	8.306.788,37	8.376.161,52	13.410.858,63	9.549.351,42	11.756.257,20	8.542.726,19	8.549.510,55	8.570.771,81	8.548.830,53	9.349.533,53	9.689.568,40	9.479.523,95	114.129.882,10	1.018.721,66
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.078.749,40	7.158.128,00	11.016.171,64	8.323.229,87	10.530.775,97	7.318.691,37	7.325.336,66	7.343.354,62	7.315.676,00	8.014.206,22	8.276.925,17	8.111.995,08	97.813.240,00	1.006.963,97
Obrigações Patronais	1.228.038,97	1.218.033,52	2.394.686,99	1.226.121,55	1.225.481,23	1.224.034,82	1.224.173,89	1.227.417,19	1.233.154,53	1.335.327,31	1.412.643,23	1.367.528,87	16.316.642,10	11.757,69
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.077.888,33	1.117.743,45	1.823.662,81	1.119.864,00	1.727.800,55	1.132.907,98	1.132.907,98	1.161.104,33	1.168.762,82	1.187.735,73	1.249.689,07	1.216.506,67	15.116.573,72	---
Aposentadorias, Reserva e Reformas	919.664,24	959.519,36	1.583.584,59	961.639,91	1.485.445,65	971.338,06	971.338,06	967.862,25	995.817,52	1.026.763,64	1.069.375,72	1.043.698,24	12.956.047,24	---
Pensões	158.224,09	158.224,09	240.078,22	158.224,09	242.354,90	161.569,92	161.569,92	193.242,08	172.945,30	160.972,09	180.313,35	172.808,43	2.160.526,48	---
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art.18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	---	---
Despesas com pessoal não executadas orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	---	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	1.077.888,33	1.117.743,45	1.862.745,93	604.710,22	1.728.751,10	1.138.771,24	1.132.907,98	1.196.060,19	1.168.762,82	1.301.558,93	1.266.939,40	1.205.142,19	14.801.981,78	---
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	---	---
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	---	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração[2]	---	---	39.083,12	---	950,55	5.863,26	---	34.955,86	---	113.823,20	17.250,33	2.370,93	214.297,25	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.077.888,33	1.117.743,45	1.823.662,81	604.710,22	1.727.800,55	1.132.907,98	1.132.907,98	1.161.104,33	1.168.762,82	1.187.735,73	1.249.689,07	1.202.771,26	14.587.684,53	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	8.306.788,37	8.376.161,52	13.371.775,51	10.064.505,20	11.755.306,65	8.536.862,93	8.549.510,55	8.535.815,95	8.548.830,53	9.235.710,33	9.672.318,07	9.490.888,43	114.444.474,04	1.018.721,66

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) [3]	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	115.463.195,70	0,007130
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) [4]	269.348.105,75	0,016634
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) [4]	255.880.700,46	0,015802
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	242.413.295,18	0,014971

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE - SCON/COFIN/TRE-AL.

Notas:

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - Valores anteriores ao período de apuração deste demonstrativo (art.19, §1º, IV da LRF).

3 - Valor referente à Portaria STN/MF nº 2.804 de 15.09.2026 (DOU de 16.09.2026).

4 - Limite Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

RUI CARLOS GALVÃO
Gestor Financeiro

MARCELO TENÓRIO DA COSTA
Coordenador de Auditoria Interna

De acordo.

MAURÍCIO DE OMENA SOUZA
Diretor-Geral

Des. ALCIDES GUSMÃO DA SILVA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 208, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2°, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI n° 0002050-57.2026.6.03.8000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá relativo ao segundo quadrimestre de 2026, nos termos do anexo a esta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CARMO ANTONIO DE SOUZA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2025 A AGOSTO 2026
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													Inscritas em Restos A Pagar Não Processados 1 (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (Últimos 12 Meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.766.700,40	3.847.710,18	6.273.479,83	6.279.800,65	5.235.802,49	4.097.077,35	4.164.817,47	4.023.261,78	4.292.446,83	4.235.006,67	4.047.365,93	4.355.464,13	54.618.933,71	-
Pessoal Ativo	3.353.055,58	3.434.065,36	5.646.953,12	5.866.155,83	4.605.840,40	3.668.529,87	3.745.395,11	3.584.807,12	3.867.569,31	3.810.129,15	3.597.016,66	3.867.520,40	49.047.037,91	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.861.865,17	2.940.262,93	4.699.156,39	5.332.893,81	4.110.308,58	3.148.314,84	3.224.430,93	3.060.016,38	3.341.331,75	3.283.641,24	3.038.669,79	3.308.299,88	42.349.191,69	-
Obrigações Patronais	491.190,41	493.802,43	947.796,73	533.262,02	495.531,82	520.215,03	520.964,18	524.790,74	526.237,56	526.487,91	558.346,87	559.220,52	6.697.846,22	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	413.644,82	413.644,82	626.526,71	413.644,82	629.962,09	428.547,48	419.422,36	438.454,66	424.877,52	424.877,52	450.349,27	487.943,73	5.571.895,80	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	371.703,56	371.703,56	563.614,82	371.703,56	564.596,63	384.970,51	380.684,11	380.684,11	381.300,55	381.300,55	406.772,30	444.366,76	5.003.401,02	-
Pensões	41.941,26	41.941,26	62.911,89	41.941,26	65.365,46	43.576,97	38.738,25	57.770,55	43.576,97	43.576,97	43.576,97	43.576,97	568.494,78	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	413.644,82	111.753,08	104.643,24	230.501,98	633.625,80	464.580,13	419.422,36	438.454,66	541.729,91	424.877,52	450.349,27	491.227,82	4.724.810,59	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	10.502,64	3.663,71	3.663,71	3.663,71	-	-	-	-	-	-	-	21.493,77	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	-	2.176,16	1.905,25	52.118,48	-	36.032,65	-	-	116.852,39	-	-	3.284,09	212.369,02	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	413.644,82	99.074,28	99.074,28	174.719,79	629.962,09	428.547,48	419.422,36	438.454,66	424.877,52	424.877,52	450.349,27	487.943,73	4.490.947,80	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.353.055,58	3.735.957,10	6.168.836,59	6.049.298,67	4.602.176,69	3.632.497,22	3.745.395,11	3.584.807,12	3.750.716,92	3.810.129,15	3.597.016,66	3.864.236,31	49.894.123,12	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	49.894.123,12	0,003081
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	126.626.318,80	0,00782
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	120.295.002,86	0,007429
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	113.963.686,92	0,007038

FONTE: SIAFI, Unidade Responsável: Seção de Contabilidade - TRE/AP, 21/09/2026 às 18h.
[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.
3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração", referente ao mês de agosto de 2026, foi excluído o valor de R$ 338,02, uma vez que corresponde a despesas pertencentes ao período de apuração.

Des. CARMO ANTONIO DE SOUZA
Presidente do Tribunal

DILMA CÉLIA DE OLIVEIRA PIMENTA
Diretora-Geral

ELINETE NUNES FREITAS
Secretária de Administração e Orçamento

RODRIGO BARROS FERREIRA
Coordenador de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 948, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Eleitoral do Amazonas relativo ao segundo quadrimestre de 2026.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos art. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda o Procedimento Administrativo SEI 0011434-58.2026.6.04.0000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas relativo ao segundo quadrimestre de 2026 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal, nos termos do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CARLA MARIA SANTOS DOS REIS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.020.960,60	9.868.361,39	15.238.338,72	16.027.614,43	13.011.741,59	10.056.576,36	10.491.746,51	10.348.218,30	10.321.953,29	10.172.025,03	10.878.276,53	10.792.053,95	137.227.866,70	939.462,29
Pessoal Ativo	8.731.744,96	8.791.261,59	13.601.220,45	14.941.729,23	11.321.091,83	8.835.170,19	9.304.488,46	9.151.857,01	9.186.840,42	9.027.146,50	9.707.459,70	9.611.138,82	122.211.149,16	836.199,13
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.499.838,64	7.565.679,70	11.210.811,36	13.628.322,97	10.141.206,23	7.593.571,41	7.955.968,30	7.859.007,43	7.916.307,10	7.759.747,79	8.339.938,79	8.236.184,76	105.706.584,48	754.994,95
Obrigações Patronais	1.231.906,32	1.225.581,89	2.390.409,09	1.313.406,26	1.179.885,60	1.241.598,78	1.348.520,16	1.292.849,58	1.270.533,32	1.267.398,71	1.367.520,91	1.374.954,06	16.504.564,68	81.204,18
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.289.215,64	1.077.099,80	1.637.118,27	1.085.885,20	1.690.649,76	1.221.406,17	1.187.258,05	1.196.361,29	1.135.112,87	1.144.878,53	1.170.816,83	1.180.915,13	15.016.717,54	103.263,16
Aposentadorias, Reserva e Reformas	917.935,56	705.819,72	1.070.510,58	714.605,12	1.115.156,71	837.744,16	780.995,18	743.948,87	743.948,87	753.714,53	788.327,91	788.210,26	9.960.917,47	-
Pensões	371.280,08	371.280,08	566.607,69	371.280,08	575.493,05	383.662,01	406.262,87	452.412,42	391.164,00	391.164,00	382.488,92	392.704,87	5.055.800,07	103.263,16

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA

OFÍCIO TRE-BA nº 2842/2026 - PRE/DG/ASSESD

Salvador, data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência o Senhor
David Samuel Alcolumbre Tobelem
PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL
Palácio do Congresso Nacional - Praça dos 3 Poderes, Brasília - DF, 70160-9003

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal – 2º Quadrimestre de 2026 – TRE-BA**

Senhor Presidente,

Conforme previsto no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, relativo ao 2º Quadrimestre de 2026, devidamente publicado no Diário Oficial da União, edição nº 182, no dia 25/09/2026, páginas 144 e 145 , da Seção 1.

Respeitosamente,

MIRELLA SOPHIA PEREGRINO FERRAZ CUNHA

Diretora-Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Documento assinado eletronicamente por **Mirella Sophia Peregrino Ferraz Cunha**, **Diretora Geral**, em 25/09/2026, às 14:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar informando o código verificador **4104946** e o código CRC **7FF8928C**.

Processo SEI n.º: 0019886-86.2026.6.05.8000 Documento n.º: 4104946v4

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1 ISSN 1677-7042 Nº 182, sexta-feira, 25 de setembro de 2026

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

PORTARIA Nº 321 PRESI/GAPRES, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso de suas atribuições legais e regimentais, destacando-se as disposições do art. 19, incisos no Art. 19, LV e LVII, do Regimento Interno e o disposto no Art. 18, § 2º, Art. 54, caput e III, Art. 55, I, "a" e § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e, considerando o que consta do Processo SEI n. 0002305-16.2015.6.24.8000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026, com os respectivos Demonstrativos de Despesa com Pessoal, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. LOIS ARRUDA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.933.711,92	5.037.334,89	6.240.844,76	6.459.367,12	5.502.572,91	4.118.137,09	4.494.147,45	3.965.800,77	4.392.118,39	4.633.142,08	4.570.271,55	5.223.023,70	58.570.472,63	770.223,32
Pessoal Ativo	3.369.687,41	4.473.616,00	5.384.277,19	5.895.648,23	4.649.286,96	3.549.279,84	3.925.290,20	3.397.249,14	3.823.261,14	4.051.425,63	3.960.268,26	4.617.640,15	51.096.930,15	770.223,32
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.830.723,14	3.927.425,13	4.336.007,57	5.309.187,76	4.100.710,23	2.996.151,24	3.372.517,28	2.848.381,25	3.256.717,12	3.445.148,67	3.318.710,65	3.983.002,39	43.724.682,43	748.015,04
Obrigações Patronais	538.964,27	546.190,87	1.048.269,62	586.460,47	548.576,73	553.128,60	552.772,92	548.867,89	566.544,02	606.276,96	641.557,61	634.637,76	7.372.247,72	22.208,28
Pessoal Inativo e Pensionistas	564.024,51	563.718,89	856.567,57	563.718,89	853.285,95	568.857,25	568.857,25	568.551,63	568.857,25	581.716,45	610.003,29	605.383,55	7.473.542,48	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	423.187,76	422.971,38	643.142,69	422.971,38	639.411,75	426.274,47	426.274,47	426.274,47	426.274,47	439.133,67	461.004,75	456.385,01	5.613.306,27	-
Pensões	140.836,75	140.747,51	213.424,88	140.747,51	213.874,20	142.582,78	142.582,78	142.277,16	142.582,78	142.582,78	148.998,54	148.998,54	1.860.236,21	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	564.024,51	563.718,89	702.140,02	2.104.125,40	853.285,95	569.293,71	568.857,25	568.616,03	603.964,93	581.716,45	610.003,29	605.383,55	8.895.129,98	1,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	58.997,33	1.724.183,34	-	436,46	-	64,40	35.107,68	-	-	-	1.818.789,21	1,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	564.024,51	563.718,89	643.142,69	379.942,06	853.285,95	568.857,25	568.857,25	568.551,63	568.857,25	581.716,45	610.003,29	605.383,55	7.076.340,77	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.369.687,41	4.473.616,00	5.538.704,74	4.355.241,72	4.649.286,96	3.548.843,38	3.925.290,20	3.397.184,74	3.788.153,46	4.051.425,63	3.960.268,26	4.617.640,15	49.675.342,65	770.222,32

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	50.445.564,97	0,003115
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	136.633.360,37	0,008438
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	129.801.692,35	0,008016
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	122.970.024,33	0,00759

FONTE: Sistema SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE/AC. Data da emissão 17/09/2026 e hora de emissão 08:20.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.
3. Em atendimento ao inciso IV, § 1º, do art. 19, da LRF, as despesas de exercício anterior registradas em maio/2026 foram excluídas da linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração" pois os fatos geradores ocorreram no mesmo período de apuração deste RGF (dezembro/2025 - R$ 3.929,95).

IGOR CHAVES DE MEDEIROS
Coordenador de Finanças e Orçamento

PATRÍCIA TIEME IMADA
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

JONATHAS SANTOS ALMEIDA DE CARVALHO
Diretor-Geral

LOIS CARLOS ARRUDA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PORTARIA Nº 1.610, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e considerando o constante no Sistema Eletrônico de Informações nº 0019886-86.2026.6.05.8000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte - Período: setembro de 2025 a agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MAURÍCIO KERTZMAN SZPORER

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1 ISSN 1677-7042 Nº 182, sexta-feira, 25 de setembro de 2026

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a') R$ 1,00

DESPESACOM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS													
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.128.782,48	29.797.020,21	48.636.676,41	38.771.800,30	43.731.235,95	30.362.339,54	30.188.626,12	30.427.840,66	31.241.975,97	31.559.146,82	35.947.629,30	33.347.015,60	413.140.089,36	4.174.210,56
Pessoal Ativo	24.072.673,97	24.579.951,98	40.770.169,35	33.594.025,62	35.956.843,00	25.421.992,25	24.958.117,33	25.147.880,48	26.079.741,53	26.366.557,06	30.331.964,44	27.767.067,30	345.046.984,31	3.873.922,37
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	20.281.863,80	20.632.448,17	32.964.555,42	29.514.276,84	31.978.281,34	21.451.098,50	20.975.186,71	21.164.406,60	22.066.806,06	21.916.232,42	25.251.332,60	23.235.673,63	291.432.162,09	3.411.692,36
Obrigações Patronais	3.790.810,17	3.947.503,81	7.805.613,93	4.079.748,78	3.978.561,66	3.970.893,75	3.982.930,62	3.983.473,88	4.012.935,47	4.450.324,64	5.080.631,84	4.531.393,67	53.614.822,22	462.230,01
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.056.108,51	5.217.068,23	7.866.507,06	5.177.774,68	7.774.392,95	4.940.347,29	5.230.508,79	5.279.960,18	5.162.234,44	5.192.589,76	5.615.664,86	5.579.948,30	68.093.105,05	300.288,19
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.772.116,81	3.841.524,08	5.835.462,41	3.856.886,42	5.782.320,89	3.617.502,89	3.915.765,17	3.934.471,99	3.861.708,42	3.895.138,05	4.201.972,47	4.221.191,44	50.736.061,04	300.008,56
Pensões	1.283.991,70	1.375.544,15	2.031.044,65	1.320.888,26	1.992.072,06	1.322.844,40	1.314.743,62	1.345.488,19	1.300.526,02	1.297.451,71	1.413.692,39	1.358.756,86	17.357.044,01	279,63
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1° do art. 19 da LRF)	5.043.002,24	5.376.647,90	6.459.830,01	4.833.795,29	7.758.760,92	4.924.105,62	5.338.968,55	5.298.145,71	5.362.870,89	5.191.347,04	5.609.420,29	5.612.474,71	66.809.369,17	1.958.551,74
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	111.983,43	-	-	-	-	-	-	42.962,61	14.895,55	-	-	169.841,59	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.525,76	71.737,84	124.725,55	3.134.315,09	-	-	124.701,43	34.427,20	173.915,51	103,40	9.997,10	48.768,08	3.725.216,96	1.958.551,74
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.040.476,48	5.192.926,63	6.335.104,46	1.699.480,20	7.758.760,92	4.924.105,62	5.214.267,12	5.263.718,51	5.145.992,77	5.176.348,09	5.599.423,19	5.563.706,63	62.914.310,62	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)	24.085.780,24	24.420.372,31	42.176.846,40	33.938.005,01	35.972.475,03	25.438.233,92	24.849.657,57	25.129.694,95	25.879.105,08	26.367.799,78	30.338.209,01	27.734.540,89	346.330.720,19	2.215.658,82

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)= (IIIa + IIIb)	348.546.379,01	0,021525
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	887.420.559,55	0,054804
LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95xVI) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	843.049.531,57	0,052064
LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90xVI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	798.678.503,59	0,049324

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TRE-BA. Emitido em 17/09/2026 às 08h e 30min.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestres de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Limite máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembroo de 2026, publicada no DOU, em 16 de setembro de 2026.

3. Na linha Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração, foram excluídos os seguintes valores de R$ 4.250,94 e R$ 51.286,04, R$ 17.259.94, R$ 3.508,64, R$ 9.362,50 e R$ 2.174,42 nos meses de março/2026, abril/2026, maio/2026, junho/2026, julho/2026 e agosto/2026, respectivamente, pois as competências das despesas pertencem ao período de apuração , ou seja, não serão deduzidos neste quadrimestre.

Des. MAURÍCIO KERTZMAN SZPORER

Presidente do Tribunal

MIRELLA SOPHIA PEREGRINO FERRAZ CUNHA

Diretora-Geral

CARLA LUSTOSA PINTO DA SILVA

Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade

CATIUSCIA DANTAS ABREU OLIVEIRA

Secretária de Auditoria Interna

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	Secretaria do Tesouro Nacional - STN
	Ministério da Economia - ME
	Atestado de Publicação de Relatórios

Atestado

Atesto que foi publicado, em 25/09/2026, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do(a) Tribunal Regional Eleitoral - BA, do 2º quadrimestre de 2026, conforme preceituam os arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

União, em 28/09/2026.

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by Mauricio Kertzman Szporer:9681060 Date: 2026.09.28 19:46:31 BRT Reason: Perfil: Titular do Poder Judiciário Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - BA

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

Ofício nº 1103/2026

Fortaleza, 24 de setembro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional
Anexo Luiz Eduardo Magalhães (Anexo II)
Ala C – Sala 8 – Térreo
70160-900 – Brasília – DF (slcn@senado.leg.br)

Assunto: Remessa de Relatório de Gestão Fiscal. Segundo quadrimestre /2026.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 5º da Lei nº 10.028/2000, encaminho a V. Ex.ª, para os fins devidos, cópia anexa do Relatório de Gestão Fiscal do TRE/CE alusivo ao segundo quadrimestre de 2026, o qual foi publicado no Diário Oficial da União nº 181, Seção 1, páginas 333 e 334, em 24/09/2026.

Respeitosamente,

Orleanes Cavalcanti de Oliveira Viana Gomes
Diretora-Geral

Documento assinado eletronicamente por **ORLEANES CAVALCANTI DE OLIVEIRA VIANA GOMES**, **DIRETORA-GERAL**, em 25/09/2026, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=0001603047&crc=B436C188, informando, caso não preenchido, o código verificador **0001603047** e o código CRC **B436C188**.

Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	13.218.241,90	13.999.440,39	19.541.855,80	5.953.218,98	19.724.012,97	13.551.239,35	13.955.194,62	13.348.372,55	14.008.223,19	13.740.822,28	14.731.364,53	14.735.201,17	170.507.187,73	963.550,92
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	398.231,26	260.957,42	148.744,26	201.759,80	0,00	289.874,35	179.602,22	150.478,52	203.291,70	235.295,63	311.434,39	298.971,54	2.678.641,09	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	90.550,29	301.900,48	0,00	5.280,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	397.731,04	932.544,98
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.729.460,35	13.436.582,49	19.393.111,54	5.746.178,91	19.724.012,97	13.261.365,00	13.775.592,40	13.197.894,03	13.804.931,49	13.505.526,65	14.419.930,14	14.436.229,63	167.430.815,60	31.005,94
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	61.898.430,66	68.422.054,99	96.883.113,10	72.430.694,13	92.974.676,75	65.350.919,46	72.803.382,01	68.015.404,18	70.588.801,73	68.912.853,61	71.084.165,29	71.370.878,82	880.735.374,73	1.213.700,50

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	881.949.075,23	0,054466%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.797.251.710,55	0,110992%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.707.389.125,03	0,105442%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.617.526.539,50	0,099893%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Unidade Responsável: Seção de Contabilidade, Data da emissão: 17/09/2026 e hora de emissão 14:10
NOTA:1. Os valores pagos na rubrica de decisão judicial na fonte 1000, referem-se a parcelas mensais, incluídas no contracheque e devem ser consideradas no período do RGF.
2.No período de 01/09/25 a 31/12/25 foram consideradas, na linha de deduções, todas as despesas liquidadas de exercícios anteriores,tendo em visa a certeza de que pertencem à competência de períodos anteriores ao RGF.
3.No período de 01/01/26 a 31/08/26 na linha de deduções, não foram consideradas as despesas liquidadas de exercícios anteriores em virtude das dificuldades operacionais na apuração das competências, o que impossibilita a identificação das parcelas de períodos anteriores ao do RGF, porventura existentes.
4.Alteração em restos a pagar, em razão dos cancelamentos em 2026 (R$148.898,43).
5.Não foram incluídas na linha de Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária as seguintes despesas liquidadas classificadas como indenizatórias, porém sem natureza típica de recomposição patrimonial, maio/26 (R$4.212.384,43), jun26 (R$4.891.652,09), jul/26 (R$5.000.046,35), ago/26 (R$5.050.427,97).

JULIANO PIMENTEL DUARTE
Diretor da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações

SÔNIA MARIA DOS SANTOS LOPES
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna
Em substituição

MARCOS RICARDO CORDEIRO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PORTARIA Nº 783, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte referente ao segundo quadrimestre de 2026, constante do anexo I desta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª MARIA IRANEIDE MOURA SILVA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.921.639,01	20.931.601,84	32.154.631,52	30.806.209,59	27.703.562,61	21.559.745,83	21.282.684,37	21.697.418,06	21.086.845,07	23.051.470,81	23.162.338,46	25.165.747,67	289.523.894,84	3.027.465,67
Pessoal Ativo	16.602.820,17	16.614.061,27	25.482.337,19	26.492.757,33	21.145.424,79	17.126.965,71	16.783.058,66	17.183.330,22	16.540.179,59	18.443.075,77	18.226.417,84	20.361.634,84	231.002.063,38	2.623.930,77
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.065.128,41	14.071.931,25	20.509.923,01	23.898.926,18	18.642.280,32	14.529.375,59	14.243.209,93	14.644.719,04	14.018.982,62	15.649.970,99	15.399.210,15	17.432.749,41	197.106.406,90	2.258.722,96
Obrigações Patronais	2.537.691,76	2.542.130,02	4.972.414,18	2.593.831,15	2.503.144,47	2.597.590,12	2.539.848,73	2.538.611,18	2.521.196,97	2.793.104,78	2.827.207,69	2.928.885,43	33.895.656,48	365.207,81
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.318.818,84	4.317.540,57	6.672.294,33	4.313.452,26	6.558.137,82	4.432.780,12	4.499.625,71	4.514.087,84	4.546.665,48	4.608.395,04	4.935.920,62	4.804.112,83	58.521.831,46	403.534,90
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.331.276,46	3.329.998,19	5.173.447,37	3.328.504,98	5.047.713,08	3.425.830,40	3.513.202,74	3.527.664,87	3.560.242,51	3.621.972,07	3.916.520,84	3.790.339,38	45.566.712,89	339.321,08
Pensões	987.542,38	987.542,38	1.498.846,96	984.947,28	1510424,74	1.006.949,72	986.422,97	986.422,97	986.422,97	986.422,97	1.019.399,78	1.013.773,45	12.955.118,57	64.213,82
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														

Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1° do art. 19 da LRF)	2.214.480,58	3.555.686,02	4.346.461,56	9.767.570,83	5.835.115,97	3.926.589,28	4.010.280,13	3.984.012,61	4.038.543,08	4.104.440,56	4.412.869,01	4.356.208,29	54.552.257,92	791.871,34
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	11.509,46	33.432,04	4.843,45	6.841.683,72	-	-	9.702,25	1,77	-	23.976,33	47,88	75.194,95	7.000.391,85	441.708,58
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.202.971,12	3.522.253,98	4.341.618,11	2.925.887,11	5.835.115,97	3.926.589,28	4.000.577,88	3.984.010,84	4.038.543,08	4.080.464,23	4.412.821,13	4.281.013,34	47.551.866,07	350.162,76
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.707.158,43	17.375.915,82	27.808.169,96	21.038.638,76	21.868.446,64	17.633.156,55	17.272.404,24	17.713.405,45	17.048.301,99	18.947.030,25	18.749.469,45	20.809.539,38	234.971.636,92	2.235.594,33

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	237.207.231,25	0,014649
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	743.662.444,67	0,045926
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	706.479.322,44	0,043630
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	669.296.200,20	0,041333

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE, Emitido em 17/SET/2026 às 8h e 30min

[1] Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1) Limite Máximo e Prudencial estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada no DOU nº 175 , Seção 1, em 16 de setembro de 2026, págs. 69 e 70

3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração" foram excluídos R$ 5.287,98 (abril/2026), R$ 53.313,98 (junho/2026) e R$ 39.523,05 (agosto/2026),tendo em vista que esses registros se referem a competências abrangidas pelo período de apuração considerado no relatório.

IBERÊ COMIN NUNES
Secretário de Orçamento e Finanças

MARIA MADALENA SOARES FERNANDES
Secretária de Auditoria

ORLEANES CAVALCANTI DE OLIVEIRA VIANA GOMES
Diretora-Geral

Desª MARIA IRANEIDE MOURA SILVA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PORTARIA TRE Nº 433, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso relativo ao segundo quadrimestre de 2026.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XI do artigo 19, do Regimento Interno deste Tribunal, e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e ainda no Processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 05133.2026-1, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao segundo quadrimestre de 2026, constituído do Demonstrativo de Despesa com Pessoal, constante do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª SERLY MARCONDES ALVES

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.947.060,40	10.019.600,72	15.362.832,98	10.662.178,67	13.874.945,18	10.425.289,99	10.325.719,40	10.318.431,17	10.048.289,98	11.363.509,14	11.173.256,58	11.050.251,30	134.571.365,51	1.483.541,43
Pessoal Ativo	8.305.214,12	8.390.729,57	12.877.503,03	9.029.090,46	11.349.895,77	8.737.434,25	8.637.863,66	8.630.575,43	8.336.042,90	9.573.509,06	9.326.950,74	9.215.363,92	112.410.172,91	1.318.541,43
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.131.632,87	7.201.195,09	10.513.212,65	7.843.941,40	10.141.634,15	7.527.230,06	7.438.951,29	7.426.746,22	7.134.958,99	8.174.479,50	7.996.033,85	7.892.896,32	96.422.912,39	1.103.558,15
Obrigações Patronais	1.173.581,25	1.189.534,48	2.364.290,38	1.185.149,06	1.208.261,62	1.210.204,19	1.198.912,37	1.203.829,21	1.201.083,91	1.399.029,56	1.330.916,89	1.322.467,60	15.987.260,52	214.983,28
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.641.846,28	1.628.871,15	2.485.329,95	1.633.088,21	2.525.049,41	1.687.855,74	1.687.855,74	1.687.855,74	1.712.247,08	1.790.000,08	1.846.305,84	1.834.887,38	22.161.192,60	165.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.204.340,17	1.198.898,72	1.827.240,32	1.198.835,28	1.858.960,80	1.243.796,70	1.243.796,70	1.243.796,70	1.268.188,04	1.345.941,04	1.390.714,57	1.379.296,11	16.403.805,15	165.000,00
Pensões	437.506,11	429.972,43	658.089,63	434.252,93	666.088,61	444.059,04	444.059,04	444.059,04	444.059,04	444.059,04	455.591,27	455.591,27	5.757.387,45	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.641.846,28	1.628.871,15	2.485.638,01	256.848,05	2.525.049,41	1.712.008,30	1.687.855,74	1.687.960,71	1.712.247,08	1.790.273,00	1.846.305,84	1.834.887,38	20.809.790,95	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	308,06	43.238,79	-	24.152,56	-	104,97	-	272,92	-	-	68.077,30	-

Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	666.053,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666.053,36	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	35.983.832,58	38.046.985,95	31.482.490,92	4.910.648,21	54.037.517,25	36.800.383,50	38.798.550,58	36.453.941,55	37.495.639,36	37.660.390,04	39.763.065,21	41.352.332,77	432.785.777,92	160.873,12
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	167.360.433,27	185.254.202,47	291.357.548,64	201.154.368,41	256.662.803,84	172.618.252,10	189.671.773,01	187.998.659,77	181.630.905,93	185.648.169,61	190.571.531,30	190.585.103,48	2.400.513.751,83	5.724.198,54

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	2.406.237.950,37	0,148601%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.952.238.741,47	0,305833%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.704.626.804,40	0,290541%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.457.014.867,33	0,275250%

FONTE: TESOURO GERENCIAL, DIRFIC/AUDITORIA, 14/09/2026 16:00 hs

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

Nota[1] - No item " Obrigações Patronais", estão incluídos os valores correspondentes ao elemento de despesa 07- Contribuição Patronal a Entidade de Previdência Privada e 13 - Obrigações Patronais (RPPS e RGPS).

Nota[2] - Nas deduções, não foram efetivadas as exclusões das despesas decorrentes de decisões judiciais de fontes não vinculadas, tendo em vista dificuldades operacionais na apuração da sua competência.

Nota[3]- No mês de março de 2026, foi liquidado na fonte 1056, na natureza 31909291, o valor de R$ 1.898,32 (mil oitocentos e noventa e oito reais e trinta e dois centavos), referente ao pagamento de despesa de exercício anterior de decisão judicial não transitada em julgado à pensionista de servidor da falecido da Seção Judiciária de Santa Catarina (SJSC).

Nota[4] - Nas despesas não computadas, despesas de exercícios anteriores, foram processadas as exclusões das despesas somente daquelas correspondentes aos meses do exercício de 2025 que integram o período de apuração do RGF do 3º quadrimestre de 2025. Com relação aos meses do exercício de 2026, em razão de dificuldades operacionais na apuração da sua competência, os valores somente serão excluídos por ocasião da elaboração do RGF do 3º quadrimestre de 2026.

Nota[5] - Nas despesas não computadas, Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária, a partir de maio de 2026, não foram processadas as exclusões pela dificuldade operacional de segregação entre as despesas que efetivamente são relativas a exoneração ou demissão e as novas despesas de caráter indenizatório criadas recentemente.

ROBERTO CAPELETI
Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade

WOLFGANG STRIEBEL
Diretor de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA TRE-DF Nº 270, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - TRE-DF, referente ao segundo quadrimestre de 2026, período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no inciso III e parágrafo único do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o que consta do Procedimento Administrativo SEI nº 0003945-82.2016.6.07.8100, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026, nos termos do anexo a esta Portaria.

Des. ANGELO PASSARELI

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.132.657,87	8.203.135,76	12.637.918,59	9.918.812,33	11.844.454,99	8.650.318,73	8.322.907,81	8.352.530,20	9.230.779,99	9.014.403,84	10.432.927,13	10.834.713,88	115.575.561,12	586.989,82
Pessoal Ativo	5.556.976,41	5.650.827,75	8.733.959,04	7.312.549,52	8.028.372,77	6.045.387,74	5.689.593,79	5.661.016,28	6.297.902,18	6.242.418,98	7.592.748,17	7.945.299,99	80.757.052,62	303.874,75
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.782.628,98	4.871.797,58	7.189.457,10	6.530.973,33	7.242.605,67	5.272.339,03	4.896.151,44	4.873.343,76	5.518.049,14	5.430.119,25	6.501.368,33	6.877.972,27	69.986.805,88	292.764,05
Obrigações Patronais	774.347,43	779.030,17	1.544.501,94	781.576,19	785.767,1	773.048,71	793.442,35	787.672,52	779.853,04	812.299,73	1.091.379,84	1.067.327,72	10.770.246,74	11.110,70
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.575.681,46	2.552.308,01	3.903.959,55	2.606.262,81	3.816.082,22	2.604.930,99	2.633.314,02	2.691.513,92	2.932.877,81	2.771.984,86	2.840.178,96	2.889.413,89	34.818.508,50	283.115,07
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.888.120,05	1.865.797,16	2.842.585,33	1.918.702,87	2.784.489,37	1.868.660,35	1.894.510,72	1.966.628,16	2.204.402,57	1.996.968,41	2.073.746,90	2.110.745,14	25.415.357,03	139.568,90
Pensões	687.561,41	686.510,85	1.061.374,22	687.559,94	1.031.592,85	736.270,64	738.803,30	724.885,76	728.475,24	775.016,45	766.432,06	778.668,75	9.403.151,47	143.546,17
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.480.472,82	2.457.099,37	1.984.899,87	1.572.132,57	3.673.269,24	2.502.296,09	1.560.478,16	1.544.269,98	1.793.630,90	1.611.697,55	1.620.684,46	1.648.199,92	24.449.130,93	164.167,63
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.956,67	3.956,67	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	170.574,17	-	-	-	-	1.057,55	396,97	-	-	172.028,69	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.480.472,82	2.457.099,37	1.984.899,87	1.401.558,4	3.673.269,24	2.502.296,09	1.560.478,16	1.544.269,98	1.792.573,35	1.611.300,58	1.620.684,46	1.644.243,25	24.273.145,57	164.167,63
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.652.185,05	5.746.036,39	10.653.018,72	8.346.679,76	8.171.185,75	6.148.022,64	6.762.429,65	6.808.260,22	7.437.149,09	7.402.706,29	8.812.242,67	9.186.513,96	91.126.430,19	422.822,19

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	91.549.252,38	0,005654
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	381.546.796,67	0,023563
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	362.469.456,84	0,022385
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	343.392.117,00	0,021207

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CORF/SAO/TRE-DF, emitido em 17/09/2026, às 14h.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração", foram excluídos os valores de R$ 366,51 e R$ 363,16 do mês de junho de 2026, restando R$ 396,97, pois as competências dos referidos valores (novembro e dezembro de 2026, respectivamente) estão contidas no período de apuração deste "Demonstrativo da Despesa com Pessoal".

EUNICE SUEMI KATANIWA
Gestora Financeira

CHRISTIAN EINSTEIN SILVA OLIVEIRA
Coordenador de Auditoria Interna

LÚCIA DE CARVALHO BITAR YUNG-TAY
Diretora-Geral

Des. ANGELO PASSARELI
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
PRAÇA CÍVICA, 300 - Bairro CENTRO - CEP 74003-010 - Goiânia - GO - www.tre-go.jus.br

OFÍCIO Nº 653 - PRES (1551646)

Goiânia/GO, *datado e assinado eletronicamente*.

A Sua Excelência o Senhor

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional

Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do TRE/GO – 2º Quadrimestre de 2026

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, e em estrito cumprimento às disposições do art. 54 da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), combinado com o art. 5º, inc. I, da Lei n. 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a esse egrégio Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO), correspondente ao 2º quadrimestre do exercício financeiro de 2026.

Por oportuno, cumpre informar que o referido relatório foi devidamente veiculado no Diário Oficial da União (DOU) Edição n. 184, de 29 de setembro de 2026, Seção 1, página 104, assegurando-se a escorreita publicidade e a transparência dos atos de gestão orçamentária e financeira desta Corte.

Coloco a estrutura técnica desta Justiça Especializada à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos suplementares que as comissões competentes dessa Casa Legislativa julgarem necessários.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Desembargadora ELIZABETH MARIA DA SILVA

Presidente do TRE/GO

Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Maria da Silva**, **PRESIDENTE**, em 30/09/2026, às 12:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei4.tre-go.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1551646** e o código CRC **1302328B**.


2024
PRÊMIO
CNJ DE
QUALIDADE
Ouro
2025
PRÊMIO
CNJ DE
QUALIDADE
Ouro

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF
Recibo de Declaração Homologada

Valide com o app vio Serpro

A instituição **Tribunal Regional Eleitoral - GO** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Tribunal Regional Eleitoral - GO
Declaração:	Relatório de Gestão Fiscal
Periodicidade:	Quadrimestral
Período:	2º quadrimestre
Exercício:	2026
Assinatura(s):	• Nome: ELIZABETH MARIA DA SILVA *Titular do Poder Judiciário* CPF: 500.136.371-34 Data: 28/09/2026 15:17:22

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **28/09/2026, às 15:17:35** , é:

06.KV.FR-D

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Fiscalização a serviço da sociedade

Comprovante de Entrega

N° do Protocolo: 81.157.412-7 Protocolado por **Maria Sirene Carneiro Matos**

Data de Entrega: 29/09/2026 **Hora de Entrega:** 13:47:41 **Local de Entrega:** Protocolo Eletrônico

Código do Documento	Arquivo Associado	Validação do Documento *
81.157.410-3	Publicação RGF 2QD DOU.pdf	9A44A0028BA5D6B01880FE5264C9D70C

* Essa sequência alfanumérica identifica o arquivo de forma exclusiva, por meio de uma função *hash*, garantindo a integridade do arquivo enviado.

Usuário: Maria Sirene Carneiro Matos (X32408501172)

IP: 192.168.100.147, 192.168.100.199, 192.168.100.199

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Tribunal Regional Eleitoral - GO (Poder Judiciário)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2026
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.140.409,10	15.768.529,18	24.855.668,07	18.259.133,02	22.009.445,20	16.959.198,91	16.639.232,14	16.460.029,54	18.078.829,51	17.123.769,92	18.289.047,33	19.537.233,28	220.120.525,20	342.058,16
Pessoal Ativo	14.045.891,53	13.674.011,61	21.704.941,67	16.133.990,97	18.806.298,77	14.808.433,14	14.527.240,61	14.351.140,27	15.892.107,13	14.972.723,18	16.020.766,85	17.264.153,98	192.201.699,71	342.058,16
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	12.055.081,05	11.696.535,69	17.805.347,06	14.141.466,46	16.772.486,62	12.771.283,77	12.496.294,41	12.312.922,80	13.579.312,45	12.856.157,10	13.739.033,80	14.940.106,12	165.166.027,33	282.058,16
Obrigações Patronais	1.990.810,48	1.977.475,92	3.899.594,61	1.992.524,51	2.033.812,15	2.037.149,37	2.030.946,20	2.038.217,47	2.312.794,68	2.116.566,08	2.281.733,05	2.324.047,86	27.035.672,38	60.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.094.517,57	2.094.517,57	3.150.726,40	2.125.142,05	3.203.146,43	2.150.765,77	2.111.991,53	2.108.889,27	2.186.722,38	2.151.046,74	2.268.280,48	2.273.079,30	27.918.825,49	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.693.004,25	1.693.004,25	2.544.511,41	1.723.628,73	2.589.319,02	1.704.743,02	1.702.773,30	1.699.671,04	1.777.504,15	1.741.828,51	1.848.875,12	1.853.021,52	22.571.884,32	
Pensões	401.513,32	401.513,32	606.214,99	401.513,32	613.827,41	446.022,75	409.218,23	409.218,23	409.218,23	409.218,23	419.405,36	420.057,78	5.346.941,17	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.114.690,94	2.091.899,72	2.244.171,73	779.059,05	3.224.482,53	2.152.723,42	2.130.898,31	2.110.405,50	2.190.877,13	2.148.326,79	2.269.267,73	2.300.670,32	25.757.473,17	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	22.791,22		489,42	57.546,69	24.056,05	4.677,60	21.626,73	4.236,18	6.874,70		3.707,20	33.476,71	179.482,50	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.091.899,72	2.091.899,72	2.243.682,31	721.512,36	3.200.426,48	2.148.045,82	2.109.271,58	2.106.169,32	2.184.002,43	2.148.326,79	2.265.560,53	2.267.193,61	25.577.990,67	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.025.718,16	13.676.629,46	22.611.496,34	17.480.073,97	18.784.962,67	14.806.475,49	14.508.333,83	14.349.624,04	15.887.952,38	14.975.443,13	16.019.779,60	17.236.562,96	194.363.052,03	342.058,16

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	194.705.110,19	0,012024
LIMITE MÁXIMO (VI) (inciso I, II e III do art. 20 da LRF)	378.227.308,77	0,023358
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	359.315.943,33	0,022190
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	340.404.577,89	0,021022

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013. 2.Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.057, de 15 de setembro de 2026, publicada em 15 de setembro de 2026. 3. Foi deduzido o valor de R$ 928.277,52 relativamente aos meses de janeiro/2026 (R$ 584.074,14), fevereiro/2026 (R$ 186.011,33), março/2026 (R$ 123.002,40), abril/2026 (R$ 2.228,22), julho/2026 (R$ 13.228,06) e agosto/2026 (R$ 19.733,37) da linha de Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração por se tratar de despesas referentes à setembro de 2025 a agosto de 2026.

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (VI) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (IX) (%)	
Excedente em 2021 (X) = (IX - VI) (%)	
Redutor anual (XI) = (0,10 x X) (%)	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA DE PESSOAL (IV)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)												
% DTP (V / IV)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by ELIZABETH MARIA DA SILVA:5064660 Date: 2026.09.28 15:16:37 BRT Reason: Perfil: Titular do Poder Judiciário Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - GO
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

CORREGEDORIA REGIONAL

RESOLUÇÃO CONJUNTA PRESI/COGER Nº 31, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a criação do Núcleo de Justiça 4.0 - Acordo do Rio Doce para processamento e decisão de questões relativas à execução do "Acordo judicial para reparação relativa ao rompimento da barragem de Fundão", em cumprimento à delegação realizada pelo Supremo Tribunal Federal para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO e o CORREGEDOR REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o constante nos autos do PAe SEI nº 0014449-05.2026.4.06.8000,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CNJ nº 385, de 6 de abril de 2021, que autoriza os tribunais a instituírem Núcleos de Justiça 4.0 especializados em razão de uma mesma matéria dentro dos limites de sua jurisdição, bem como autoriza o estabelecimento de sua estrutura de funcionamento;

CONSIDERANDO que o Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF, no Referendo na Petição nº 13.157/DF, homologou o "Acordo judicial para reparação relativa ao rompimento da barragem de Fundão", para que produza seus efeitos legais e jurídicos;

CONSIDERANDO que, no mesmo julgamento, o STF delegou o monitoramento da execução do referido acordo à Coordenadoria Regional de Demandas Estruturais e Cooperação Judiciária - CODES do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, determinando que lhe seja assegurada a estrutura administrativa necessária ao desempenho dessa atribuição;

CONSIDERANDO que compete à CODES decidir sobre questões ordinárias relativas à execução do acordo, sob a supervisão do Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo da submissão à Suprema Corte das controvérsias que envolvam conflitos interfederativos ou questões de maior complexidade que não sejam solucionadas por meio da autocomposição;

CONSIDERANDO o expressivo volume de processos relacionados à execução do aludido acordo, cuja complexidade e relevância social, econômica e ambiental recomendam tratamento jurisdicional célere, uniforme e especializado;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar racionalização dos procedimentos, uniformidade da atuação jurisdicional, eficiência administrativa, especialização e adequada gestão processual das demandas vinculadas à execução do referido acordo;

CONSIDERANDO a proposição formulada pela CODES para a instituição de unidade especializada destinada à apreciação das demandas vinculadas à execução do "Acordo judicial para reparação relativa ao rompimento da barragem de Fundão", resolvem:

Art. 1º Fica criado o Núcleo de Justiça 4.0 - Acordo do Rio Doce, destinado ao processamento e decisão de questões relativas à execução do "Acordo judicial para reparação relativa ao rompimento da barragem de Fundão", em cumprimento à delegação realizada pelo Supremo Tribunal Federal para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região no Referendo na Petição nº 13.157/DF.

§ 1º A atuação jurisdicional do Núcleo de Justiça 4.0 - Acordo do Rio Doce observará as atribuições conferidas à CODES pelo STF, no Referendo na Petição nº 13.157/DF e as demais deliberações emanadas pela Suprema Corte relativas à execução e ao monitoramento do acordo.

§ 2º Não se incluem na competência do Núcleo de Justiça 4.0 - Acordo do Rio Doce as controvérsias que, nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal, devam ser submetidas diretamente àquela Corte, especialmente as que envolvam conflitos interfederativos ou questões de maior complexidade não solucionadas por meio da autocomposição.

Art. 2º O Núcleo de Justiça 4.0 - Acordo do Rio Doce atuará vinculado à Coordenadoria Regional de Demandas Estruturais e Cooperação Judiciária - CODES e será integrado por até 4 (quatro) magistrados, designados pela Presidência do Tribunal, mediante indicação do Coordenador da CODES.

§ 1º Os magistrados atuarão no Núcleo em regime de acumulação de jurisdição com as respectivas unidades de lotação, sem prejuízo ou com prejuízo parcial de suas atribuições ordinárias.

§ 2º A designação dos magistrados será formalizada por ato da Presidência, pelo prazo de 1 (um) ano, admitida a renovação.

§ 3º Poderão ser designados outros magistrados para atuação temporária no Núcleo, quando necessário à adequada prestação jurisdicional, mediante proposta do Coordenador da CODES e observadas as competências da Presidência e da Corregedoria Regional.

Art. 3º O Núcleo de Justiça 4.0 - Acordo do Rio Doce será coordenado pelo Desembargador Federal Coordenador da CODES.

§ 1º O Coordenador do Núcleo poderá designar, dentre os magistrados que o integram, um Coordenador-Adjunto.

§ 2º Compete ao Coordenador do Núcleo, sem prejuízo das atribuições próprias da CODES:

I - orientar e coordenar administrativamente os trabalhos do Núcleo;

II - promover a uniformização dos fluxos de trabalho e das rotinas necessárias ao processamento das demandas;

III - adotar medidas destinadas à gestão eficiente do acervo e à racionalização da atividade jurisdicional;

IV - acompanhar os resultados da atuação do Núcleo e fornecer os dados e informações necessários ao monitoramento da execução do acordo e à elaboração dos relatórios destinados ao Supremo Tribunal Federal;

V - fomentar, quando cabível, a adoção de mecanismos de cooperação judiciária e de métodos consensuais de solução de controvérsias.

Art. 4º O Núcleo de Justiça 4.0 - Acordo do Rio Doce atuará no sistema processual junto à unidade CODES, existente no Eproc2g.

§ 1º A Coordenadoria deverá proceder ao cadastramento dos magistrados integrantes do Núcleo na referida unidade para atuação em regime de mutirão e a distribuição interna dos processos entre eles deverá ser realizada por meio da inserção do respectivo localizador fixo no Eproc, conforme critério objetivo a ser definido pelo Desembargador Federal Coordenador da CODES.

§ 2º Os magistrados integrantes do Núcleo de Justiça 4.0 - Acordo do Rio Doce serão assessorados pela equipe do seu gabinete de origem e residentes jurídicos que forem disponibilizados pela Administração.

Art. 5º O Núcleo de Justiça 4.0 - Acordo do Rio Doce atuará integralmente em ambiente eletrônico e remoto, sem prejuízo da realização presencial de atos processuais quando a natureza da causa, a necessidade de adequada prestação jurisdicional ou determinação judicial assim o exigir.

Parágrafo único. O atendimento às partes, aos advogados, aos membros do Ministério Público, às Defensorias Públicas, aos entes públicos e aos demais interessados será realizado preferencialmente por meios eletrônicos, observadas as normas aplicáveis aos Núcleos de Justiça 4.0 e aos serviços digitais do Poder Judiciário, conforme rotina definida pela CODES.

Art. 6º A Secretaria Processual Unificada do Tribunal exercerá as funções de secretaria processante dos feitos em tramitação perante o Núcleo de Justiça 4.0 - Acordo do Rio Doce.

Art. 7º As atividades e os resultados do Núcleo serão acompanhados pela CODES e integrarão os relatórios semestrais de monitoramento a serem encaminhados ao Supremo Tribunal Federal.

Art. 8º A CODES poderá estabelecer, por ato próprio, as rotinas necessárias para o funcionamento do Núcleo de Justiça 4.0 - Acordo do Rio Doce.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."

Des. RICARDO MACHADO RABELO
Presidente do Tribunal

Des. MIGUEL ANGELO DE ALVARENGA LOPES
Corregedor Regional

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

PORTARIA TRE-GO Nº 388, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás relativo ao segundo quadrimestre de 2026.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, relativo ao segundo quadrimestre de 2026, nos termos do documento anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª ELIZABETH MARIA DA SILVA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.140.409,10	15.768.529,18	24.855.668,07	18.259.133,02	22.009.445,20	16.959.198,91	16.639.232,14	16.460.029,54	18.078.829,51	17.123.769,92	18.289.047,33	19.537.233,28	220.120.525,20	342.058,16
Pessoal Ativo	14.045.891,53	13.674.011,61	21.704.941,67	16.133.990,97	18.806.298,77	14.808.433,14	14.527.240,61	14.351.140,27	15.892.107,13	14.972.723,18	16.020.766,85	17.264.153,98	192.201.699,71	342.058,16
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	12.055.081,05	11.696.535,69	17.805.347,06	14.141.466,46	16.772.486,62	12.771.283,77	12.496.294,41	12.312.922,80	13.579.312,45	12.856.157,10	13.739.033,80	14.940.106,12	165.166.027,33	282.058,16
Obrigações Patronais	1.990.810,48	1.977.475,92	3.899.594,61	1.992.524,51	2.033.812,15	2.037.149,37	2.030.946,20	2.038.217,47	2.312.794,68	2.116.566,08	2.281.733,05	2.324.047,86	27.035.672,38	60.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.094.517,57	2.094.517,57	3.150.726,40	2.125.142,05	3.203.146,43	2.150.765,77	2.111.991,53	2.108.889,27	2.186.722,38	2.151.046,74	2.268.280,48	2.273.079,30	27.918.825,49	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.693.004,25	1.693.004,25	2.544.511,41	1.723.628,73	2.589.319,02	1.704.743,02	1.702.773,30	1.699.671,04	1.777.504,15	1.741.828,51	1.848.875,12	1.853.021,52	22.571.884,32	-
Pensões	401.513,32	401.513,32	606.214,99	401.513,32	613.827,41	446.022,75	409.218,23	409.218,23	409.218,23	409.218,23	419.405,36	420.057,78	5.346.941,17	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.114.690,94	2.091.899,72	2.244.171,73	779.059,05	3.224.482,53	2.152.723,42	2.130.898,31	2.110.405,50	2.190.877,13	2.148.326,79	2.269.267,73	2.300.670,32	25.757.473,17	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	22.791,22	-	489,42	57.546,69	24.056,05	4.677,60	21.626,73	4.236,18	6.874,70	-	3.707,20	33.476,71	179.482,50	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.091.899,72	2.091.899,72	2.243.682,31	721.512,36	3.200.426,48	2.148.045,82	2.109.271,58	2.106.169,32	2.184.002,43	2.148.326,79	2.265.560,53	2.267.193,61	25.577.990,67	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.025.718,16	13.676.629,46	22.611.496,34	17.480.073,97	18.784.962,67	14.806.475,49	14.508.333,83	14.349.624,04	15.887.952,38	14.975.443,13	16.019.779,60	17.236.562,96	194.363.052,03	342.058,16

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	194.705.110,19	0,0120246
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	378.227.308,77	0,0233588
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	359.315.943,33	0,022190
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	340.404.577,89	0,0210222

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFI/SAO, Data da emissão: 17/09/2026.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2.Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.057, de 15 de setembro de 2026, publicada em 15 de setembro de 2026.

3. Foi deduzido o valor de R$ 928.277,52 relativamente aos meses de janeiro/2026 (R$ 584.074,14), fevereiro/2026 (R$ 186.011,33), março/2026 (R$ 123.002,40), abril/2026 (R$ 2.228,22), julho/2026 (R$ 13.228,06) e agosto/2026 (R$ 19.733,37) da linha de Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração por se tratar de despesas referentes à setembro de 2025 a agosto de 2026.

THAÍS CEDRO GOMES
Diretora-Geral

MARIA SIRENE CARNEIRO MATOS
Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade

SANDRA FLEURY NOGUEIRA
Secretária de Auditoria Interna

Desª ELIZABETH MARIA DA SILVA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA PR Nº 80, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

Relatório de Gestão Fiscal, 2° Quadrimestre de 2026, período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso da atribuição que lhe é conferida por meio do artigo 24, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 48 e 55 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, e com base na Portaria STN/MF n° 2.804, de 15 de setembro de 2026; e

CONSIDERANDO o que consta do Processo SEI nº 2026.0.000017710-1, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, relativo às despesas executadas por esta Unidade Gestora no período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIO DE MELLO TAVARES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													Inscritas Em Restos a Pagar
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	Não Processados[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	43.304.207	43.826.834	67.471.411	44.365.916	62.395.961	45.559.377	44.671.896	44.166.965	43.272.783	46.990.852	53.897.092	49.198.671	589.121.964	4.491.631
Pessoal Ativo	30.984.370	31.562.819	48.745.263	32.157.326	44.093.921	33.152.582	32.314.758	31.812.728	30.871.180	34.563.940	40.705.187	35.650.579	426.614.651	4.484.631
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	25.748.467	26.262.342	38.290.853	26.851.378	38.772.328	27.743.968	26.983.672	26.515.053	25.595.606	29.152.760	34.059.149	29.658.634	355.634.210	4.417.853
Obrigações Patronais	5.235.902	5.300.477	10.454.409	5.305.949	5.321.592	5.408.614	5.331.086	5.297.675	5.275.574	5.411.180	6.646.038	5.991.945	70.980.441	66.778
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.319.838	12.264.015	18.726.149	12.208.590	18.302.040	12.406.795	12.357.138	12.354.237	12.401.603	12.426.912	13.191.905	13.548.092	162.507.313	7.000
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.759.551	7.723.123	11.886.503	7.679.794	11.586.035	7.747.147	7.782.503	7.805.826	7.900.536	7.918.580	8.559.132	8.893.461	103.242.191	7.000
Pensões	4.560.286	4.540.892	6.839.645	4.528.796	6.716.005	4.659.648	4.574.636	4.548.411	4.501.067	4.508.332	4.632.773	4.654.631	59.265.122	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	12.388.053	12.247.446	18.722.599	4.686.673	18.285.471	12.381.010	12.332.255	12.334.723	12.378.573	12.414.146	13.228.084	13.716.913	155.115.948	44.019
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	84.784	0	13.019	22.515	0	0	0	5.369	1.853	12.117	61.063	193.704	394.424	44.019
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.303.269	12.247.446	18.709.580	4.664.158	18.285.471	12.381.010	12.332.255	12.329.354	12.376.720	12.402.029	13.167.022	13.523.209	154.721.524	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	30.916.154	31.579.387	48.748.812	39.679.243	44.110.489	33.178.367	32.339.641	31.832.241	30.894.210	34.576.706	40.669.007	35.481.758	434.006.016	4.447.612

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/09/2026 | Edição: 184 | Seção: 1 | Página: 104

Órgão: Poder Judiciário/Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

PORTARIA TRE-GO Nº 388, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás relativo ao segundo quadrimestre de 2026.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, relativo ao segundo quadrimestre de 2026, nos termos do documento anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DESª ELIZABETH MARIA DA SILVA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")					R$ 1,00	
	DESPESAS EXECUTADAS					
	(Últimos 12 meses)					
	LIQUIDADAS					
DESPESA COM PESSOAL	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.140.409,10	15.768.529,18	24.855.668,07	18.259.133,02	22.009.445,20	16.959.198,91
Pessoal Ativo	14.045.891,53	13.674.011,61	21.704.941,67	16.133.990,97	18.806.298,77	14.808.433,14
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	12.055.081,05	11.696.535,69	17.805.347,06	14.141.466,46	16.772.486,62	12.771.283,77
Obrigações Patronais	1.990.810,48	1.977.475,92	3.899.594,61	1.992.524,51	2.033.812,15	2.037.149,37
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.094.517,57	2.094.517,57	3.150.726,40	2.125.142,05	3.203.146,43	2.150.765,77
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.693.004,25	1.693.004,25	2.544.511,41	1.723.628,73	2.589.319,02	1.704.743,02
Pensões	401.513,32	401.513,32	606.214,99	401.513,32	613.827,41	446.022,75

Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.114.690,94	2.091.899,72	2.244.171,73	779.059,05	3.224.482,53	2.152.723,42
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	22.791,22	-	489,42	57.546,69	24.056,05	4.677,60
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.091.899,72	2.091.899,72	2.243.682,31	721.512,36	3.200.426,48	2.148.045,82
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.025.718,16	13.676.629,46	22.611.496,34	17.480.073,97	18.784.962,67	14.806.475,49

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388,7
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	194.705.110,19
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	378.227.308,77
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	359.315.943,33
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	340.404.577,89

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFI/SAO, Data da emissão: 17/09/2026.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2.Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.057, de 15 de setembro de 2026, publicada em 15 de setembro de 2026.

3. Foi deduzido o valor de R$ 928.277,52 relativamente aos meses de janeiro/2026 (R$ 584.074,14), fevereiro/2026 (R$ 186.011,33), março/2026 (R$ 123.002,40), abril/2026 (R$ 2.228,22), julho/2026 (R$ 13.228,06) e agosto/2026 (R$ 19.733,37) da linha de Despesas de Exercícios Anteriores de

período anterior ao da apuração por se tratar de despesas referentes à setembro de 2025 a agosto de 2026.

THAÍS CEDRO GOMES
Diretora-Geral

MARIA SIRENE CARNEIRO MATOS
Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade

SANDRA FLEURY NOGUEIRA
Secretária de Auditoria Interna

DESª ELIZABETH MARIA DA SILVA
Presidente do Tribunal

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA

Ofício nº 10226 / 2026 - TRE-MA/PRES/DG/SAO/COFIN/SECAC

São Luís, 22 de setembro de 2026.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Assunto: Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal – 2º Quadrimestre de 2026 – TRE/MA

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Cumprimentando-o cordialmente e conforme o previsto no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a essa Casa Legislativa o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), correspondente ao 2º Quadrimestre de 2026, compreendendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal referente ao período de Setembro/2025 a Agosto/2026.

Por oportuno, informo que o Relatório foi publicado por meio da Portaria nº 118/2026, no Diário Oficial da União de 22/09/2026, Edição nº 179, Seção 1, página 122.

Respeitosamente,

Desa. **MARIA FRANCISCA GUALBERTO DE GALIZA**

Presidente

Documento assinado eletronicamente por **MARIA FRANCISCA GUALBERTO DE GALIZA**, **Presidente**, em 22/09/2026, às 14:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar informando o código verificador **2886563** e o código CRC **D2C6C8D9**.

0006148-19.2026.6.27.8000 2886563v2

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 118, DE 19 DE SETEMBRO DE 2026

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 54, caput e inciso III, c/c o inciso I, alínea a do art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

Art. 1º Tornar público, na forma do Anexo desta Portaria, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão relativo ao segundo quadrimestre de 2026, compreendendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª MARIA FRANCISCA GUALBERTO DE GALIZA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.349.707,17	15.273.018,84	22.775.551,85	18.202.557,33	19.665.958,03	15.878.966,64	15.582.224,29	15.722.652,07	16.914.684,81	16.445.827,84	17.247.410,53	17.309.279,78	206.367.839,18	1.618.663,32
Pessoal Ativo	13.583.717,45	13.505.447,04	20.082.110,98	16.406.733,02	17.041.330,43	14.129.215,06	13.734.927,90	13.940.638,49	15.129.270,62	14.576.823,09	15.360.204,46	15.418.291,63	182.908.710,17	1.618.663,32
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.599.113,92	11.509.098,46	16.684.688,34	14.385.903,52	15.062.008,99	12.110.769,01	11.733.410,99	11.918.729,29	12.910.914,38	12.455.095,36	13.111.916,78	13.120.922,94	156.602.571,98	1.618.663,32
Obrigações Patronais	1.984.603,53	1.996.348,58	3.397.422,64	2.020.829,50	1.979.321,44	2.018.446,05	2.001.516,91	2.021.909,20	2.218.356,24	2.121.727,73	2.248.287,68	2.297.368,69	26.306.138,19	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.765.989,72	1.767.571,80	2.693.440,87	1.795.824,31	2.624.627,60	1.749.751,58	1.847.296,39	1.782.013,58	1.785.414,19	1.869.004,75	1.887.206,07	1.890.988,15	23.459.129,01	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.347.981,25	1.349.239,47	2.055.033,73	1.298.480,65	1.953.653,53	1.302.435,60	1.302.435,60	1.302.435,60	1.306.039,43	1.354.972,45	1.399.240,00	1.403.022,08	17.374.969,39	-
Pensões	418.008,47	418.332,33	638.407,14	497.343,66	670.974,07	447.315,98	544.860,79	479.577,98	479.374,76	514.032,30	487.966,07	487.966,07	6.084.159,62	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.765.989,72	1.147.131,39	1.896.329,59	1.204.745,12	2.624.627,60	1.749.751,58	1.847.296,39	1.782.013,58	1.785.414,19	1.943.531,50	1.967.879,29	1.890.988,15	21.605.698,10	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	29.260,34	-	-	-	-	-	74.526,75	80.673,22	-	184.460,31	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.765.989,72	1.147.131,39	1.896.329,59	1.175.484,78	2.624.627,60	1.749.751,58	1.847.296,39	1.782.013,58	1.785.414,19	1.869.004,75	1.887.206,07	1.890.988,15	21.421.237,79	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.583.717,45	14.125.887,45	20.879.222,26	16.997.812,21	17.041.330,43	14.129.215,06	13.734.927,90	13.940.638,49	15.129.270,62	14.502.296,34	15.279.531,24	15.418.291,63	184.762.141,08	1.618.663,32

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	186.380.804,40	0,011510
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	450.802.649,04	0,027840
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	428.262.516,58	0,026448
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	405.722.384,13	0,025056

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 16 de setembro de 2026, 14:00h.
[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

PAULO HENRIQUE DOS REIS LIMA
Auditor-Chefe

LEANA BATISTA NEVES
Secretário de Administração e Orçamento

Desª. MARIA FRANCISCA GUALBERTO DE GALIZA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 966, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54 e parágrafos 2º e 4º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2026 desta Corte.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da publicação.

Des. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	Jul/2026	Ago/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSA-DOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.812.953,19	23.249.663,30	35.897.695,76	30.762.391,67	31.879.740,61	24.099.722,51	24.009.143,71	23.701.887,19	25.352.904,82	26.985.763,03	26.140.866,31	26.326.337,49	321.219.069,59	2.127.675,32
Pessoal Ativo	17.918.263,51	18.263.176,27	28.195.996,65	25.849.012,44	24.397.918,86	19.111.978,55	18.999.127,59	18.691.127,69	20.264.498,88	21.618.465,63	20.825.576,75	20.979.865,63	255.115.008,45	2.127.675,32

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - Bairro CIDADE JARDIM
CEP 30380000 - Belo Horizonte - MG

Ofício Nº 2257 / 2026 - DG/SOF

Belo Horizonte, 24 de setembro de 2026.

À Sua Excelência o Senhor
DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes - Brasília, DF
CEP 70160-900

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre de 2026 (Setembro/2025 a Agosto/2026)

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência e em observância ao art. 5º, I, da Lei nº 10.028/2000, encaminho o demonstrativo que compõe o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, relativo ao 2º quadrimestre de 2026.

Informo que o mencionado relatório foi publicado no Diário Oficial da União, Edição nº 181, de 24 de setembro de 2026, Seção 1, página 335.

ANA CAROLINA SILVA COSTA

Secretária de Orçamento e Finanças
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA SILVA COSTA**, **Secretário(a)**, em 25/09/2026, às 19:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7858279** e o código CRC **B27A414F**.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	56.269.697,80	57.594.079,11	89.460.305,34	74.185.049,20	76.780.378,93	58.152.556,16	57.034.377,39	56.916.968,53	60.139.590,26	60.702.155,08	62.822.846,03	69.109.665,44	779.167.669,27	3.416.210,89
Pessoal Ativo	44.471.293,66	45.725.392,50	71.226.198,80	61.874.758,16	59.066.095,87	46.264.386,42	45.112.273,91	44.857.316,05	48.148.285,51	48.788.297,17	49.671.351,08	55.543.649,50	620.749.298,63	3.176.810,89
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	37.460.443,62	38.539.045,08	56.872.533,27	54.557.331,29	52.064.210,49	39.201.719,58	38.068.820,72	37.842.512,06	41.116.298,87	41.698.336,49	41.807.258,16	46.564.587,01	525.793.096,64	3.083.710,89
Obrigações Patronais	7.010.850,04	7.186.347,42	14.353.665,53	7.317.426,87	7.001.885,38	7.062.666,84	7.043.453,19	7.014.803,99	7.031.986,64	7.089.960,68	7.864.092,92	8.979.062,49	94.956.201,99	93.100,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.798.404,14	11.868.686,61	18.234.106,54	12.310.291,04	17.714.283,06	11.888.169,74	11.922.103,48	12.059.652,48	11.991.304,75	11.913.857,91	13.151.494,95	13.566.015,94	158.418.370,64	239.400,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	9.764.452,00	9.871.711,75	15.192.475,20	10.266.880,11	14.601.941,35	9.850.503,51	9.818.798,30	10.055.607,06	9.955.205,66	9.888.626,89	11.095.380,17	11.493.202,95	131.854.784,95	44.900,00
Pensões	2.033.952,14	1.996.974,86	3.041.631,34	2.043.410,93	3.112.341,71	2.037.666,23	2.103.305,18	2.004.045,42	2.036.099,09	2.025.231,02	2.056.114,78	2.072.812,99	26.563.585,69	194.500,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	11.759.264,26	11.829.546,73	15.848.854,06	-	17.673.616,73	11.847.503,41	11.963.465,57	12.018.986,15	12.027.431,60	12.116.494,21	13.366.588,89	13.575.479,57	144.027.231,18	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00			82.028,42	0,00	76.793,18	243.302,63	255.760,27	50.129,96	708.014,46	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.759.264,26	11.829.546,73	15.848.854,06	0,00	17.673.616,73	11.847.503,41	11.881.437,15	12.018.986,15	11.950.638,42	11.873.191,58	13.110.828,62	13.525.349,61	143.319.216,72	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	44.510.433,54	45.764.532,38	73.611.451,28	74.185.049,20	59.106.762,20	46.305.052,75	45.070.911,82	44.897.982,38	48.112.158,66	48.585.660,87	49.456.257,14	55.534.185,87	635.140.438,09	3.416.210,89

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**638.556.648,98**	0,039435
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.230.234.599,87	0,075975
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.168.722.869,88	0,072176
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.107.211.139,89	0,068378

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: TSE/SOF/COFIC e TREMG/SOF/NSECO. Data da emissão 18/09/2026, 15h00min.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.
3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração" foram excluídos os valores de R$25.578,70 (mar/2026); R$5.219,08 (mai/2026); R$11.615,49 (jun/2026); R$25.216,05 (jul/2026) e R$85.428,15 (ago/2026) pois a competência pertence ao período de apuração.

TÂNIA MARA CORDEIRO
Coordenadora de Auditoria Interna

ANA CAROLINA SILVA COSTA
Secretária de Orçamento e Finanças

RODOLFO FRANCISCO CASTRO PACHECO
Diretor-Geral

Des. CARLOS HENRIQUE PERPETUO BRAGA
Presidente

Outlook

Relatório de Gestão Fiscal - Segundo Quadrimestre 2026 - TRE/MS

De TRE-MS/SEÇÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL <sacont@tre-ms.jus.br>
Data Ter, 29/09/2026 13:52
Para COLECN - Coord. das Matérias Leg. do Congresso Nacional <colecn@senado.leg.br>; SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional <congresso@senado.leg.br>

4 anexos (2 MB)

Publicacao_2130376_D.O.U_RGF_fl_183.pdf; Publicacao_2131348_SICONFI_RGF_DECLARACAO_DO_RELATORIO.pdf; Atesto_2131352_SICONFI_Atestado_de_Publicacao_28_SETEMBRO_2026.pdf; Comprovante_2131356_Protocolo_TCU_Comprovante_de_Envio_Protocolo_Eletronico_TCU_2__QD_2026.pdf;

Boa tarde,

1 - Encaminhamos, em anexo, as planilhas relativas ao Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, referentes ao 2º quadrimestre de 2026 (setembro 2025 a agosto/2026).

2 - Informamos que o referido Relatório foi publicado no Diário Oficial da União nº 183, seção 1, de 28 de setembro de 2026, página 233.

3- Favor acusar recebimento.

Atenciosamente,

João Fernando Neves Preza
Seção de Análise Contábil
TRE-MS
(67) 2107-7061

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA TRE-PRE-DG-AEDG Nº 231, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR CARLOS EDUARDO CONTAR, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e no parágrafo único do artigo 54 e parágrafo segundo do artigo 55 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao segundo quadrimestre de 2026, constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CARLOS EDUARDO CONTAR

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SET 2025 A AGO 2026
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a') R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) +(B)
	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	Jul/2026	Ago/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.588.005,85	9.582.371,85	14.628.911,05	11.186.079,71	13.177.735,56	9.884.360,70	9.915.038,93	9.834.289,16	9.951.063,91	10.827.655,24	11.332.907,78	10.707.595,64	130.616.015,38	786.576,58	131.402.591,96
Pessoal Ativo	7.720.607,88	7.769.021,88	11.847.432,77	9.310.073,91	10.405.028,69	8.010.385,71	8.040.184,48	7.959.434,71	7.987.266,55	8.858.499,99	9.308.865,72	8.683.553,58	105.900.355,87	776.576,58	106.676.932,45
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.644.433,76	6.659.589,50	9.679.425,76	8.199.639,64	9.296.579,55	6.904.491,03	6.918.898,15	6.843.538,74	6.861.398,45	7.580.056,98	8.072.321,83	7.439.226,35	91.099.599,74	731.073,58	91.830.673,32
Obrigações Patronais	1.076.174,12	1.109.432,38	2.168.007,01	1.110.434,27	1.108.449,14	1.105.894,68	1.121.286,33	1.115.895,97	1.125.868,10	1.278.443,01	1.236.543,89	1.244.327,23	14.800.756,13	45.503,00	14.846.259,13
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.867.397,97	1.813.349,97	2.781.478,28	1.876.005,80	2.772.706,87	1.873.974,99	1.874.854,45	1.874.854,45	1.963.797,36	1.969.155,25	2.024.042,06	2.024.042,06	24.715.659,51	10.000,00	24.725.659,51
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.626.971,20	1.572.923,20	2.415.238,74	1.635.579,03	2.399.175,96	1.624.954,40	1.625.833,86	1.625.833,86	1.714.776,77	1.720.134,66	1.775.939,59	1.775.939,59	21.513.300,86	10.000,00	21.523.300,86
Pensões	240.426,77	240.426,77	366.239,54	240.426,77	373.530,91	249.020,59	249.020,59	249.020,59	249.020,59	249.020,59	248.102,47	248.102,47	3.202.358,65	0,00	3.202.358,65
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.800.803,29	1.801.747,74	1.632.464,88	1.257.795,41	2.757.221,14	1.858.489,26	1.859.368,72	1.859.368,72	1.958.506,90	1.957.332,06	2.008.556,33	2.018.046,51	22.769.700,96	0,00	22.769.700,96
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.357,78	3.302,23	1.441,60	2.565,30					10.195,27	3.662,54		9.490,18	33.014,90	0,00	33.014,90
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.798.445,51	1.798.445,51	1.631.023,28	1.255.230,11	2.757.221,14	1.858.489,26	1.859.368,72	1.859.368,72	1.948.311,63	1.953.669,52	2.008.556,33	2.008.556,33	22.736.686,06	0,00	22.736.686,06
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.787.202,56	7.780.624,11	12.996.446,17	9.928.284,30	10.420.514,42	8.025.871,44	8.055.670,21	7.974.920,44	7.992.557,01	8.870.323,18	9.324.351,45	8.689.549,13	107.846.314,42	786.576,58	108.632.891,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP - (V) = (A) + (B)	108.632.891,00	0,006709%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	261.802.343,02	0,016168%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	248.712.225,87	0,015360%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	235.622.108,72	0,014551%

Fonte: Sistema Siafi e Secretaria Secretaria Gestão de Pessoas, Unidade Responsável SACONT/COFIC/SAF/TRE-MS, Data da emissão 16 de setembro 2026 e hora de emissão 16h e 17m.
NOTAS: 1)- Limite Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013; 2)- Valor da RCL referente à portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026; 3)- Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos; 4)- Não há, no momento, despesa com pessoal não executada orçamentariamente.

SÉRGIO ROBERTO DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

ALESSANDRA FALCÃO GUTIERRES DE SOUZA
Dirigente de Auditoria Interna

TATIANA QUEVEDO DE SOUZA RODRIGUES
Diretora-Geral

Des. CARLOS EDUARDO CONTAR
Presidente do Tribunal

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Tribunal Regional Eleitoral - MS (Poder Judiciário)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 03883929000102
Exercício: 2026
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.588.005,85	9.582.371,85	14.628.911,05	11.186.079,71	13.177.735,56	9.884.360,70	9.915.038,93	9.834.289,16	9.951.063,91	10.827.655,24	11.332.907,78	10.707.595,64	130.616.015,38	786.576,58
Pessoal Ativo	7.720.607,88	7.769.021,88	11.847.432,77	9.310.073,91	10.405.028,69	8.010.385,71	8.040.184,48	7.959.434,71	7.987.266,55	8.858.499,99	9.308.865,72	8.683.553,58	105.900.355,87	776.576,58
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.644.433,76	6.659.589,50	9.679.425,76	8.199.639,64	9.296.579,55	6.904.491,03	6.918.898,15	6.843.538,74	6.861.398,45	7.580.056,98	8.072.321,83	7.439.226,35	91.099.599,74	731.073,58
Obrigações Patronais	1.076.174,12	1.109.432,38	2.168.007,01	1.110.434,27	1.108.449,14	1.105.894,68	1.121.286,33	1.115.895,97	1.125.868,10	1.278.443,01	1.236.543,89	1.244.327,23	14.800.756,13	45.503,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.867.397,97	1.813.349,97	2.781.478,28	1.876.005,80	2.772.706,87	1.873.974,99	1.874.854,45	1.874.854,45	1.963.797,36	1.969.155,25	2.024.042,06	2.024.042,06	24.715.659,51	10.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.626.971,20	1.572.923,20	2.415.238,74	1.635.579,03	2.399.175,96	1.624.954,40	1.625.833,86	1.625.833,86	1.714.776,77	1.720.134,66	1.775.939,59	1.775.939,59	21.513.300,86	10.000,00
Pensões	240.426,77	240.426,77	366.239,54	240.426,77	373.530,91	249.020,59	249.020,59	249.020,59	249.020,59	249.020,59	248.102,47	248.102,47	3.202.358,65	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.800.803,29	1.801.747,74	1.632.464,88	1.257.795,41	2.757.221,14	1.858.489,26	1.859.368,72	1.859.368,72	1.958.506,90	1.957.332,06	2.008.556,33	2.018.046,51	22.769.700,96	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	2.357,78	3.302,23	1.441,60	2.565,30					10.195,27	3.662,54		9.490,18	33.014,90	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.798.445,51	1.798.445,51	1.631.023,28	1.255.230,11	2.757.221,14	1.858.489,26	1.859.368,72	1.859.368,72	1.948.311,63	1.953.669,52	2.008.556,33	2.008.556,33	22.736.686,06	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.787.202,56	7.780.624,11	12.996.446,17	9.928.284,30	10.420.514,42	8.025.871,44	8.055.670,21	7.974.920,44	7.992.557,01	8.870.323,18	9.324.351,45	8.689.549,13	107.846.314,42	786.576,58

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	108.632.891,00	0,006709
LIMITE MÁXIMO (VI) (inciso I, II e III do art. 20 da LRF)	261.802.343,02	0,016168
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	248.712.225,87	0,015360
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	235.622.108,72	0,014551

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Fonte: Sistema Siafi e Secretaria Secretaria Gestão de Pessoas, Unidade Responsável SACONT/COFIC/SAF/TRE-MS, Data da emissão 16 de setembro 2026 e hora de emissão 16h e 17m. NOTAS: 1)- Limite Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013; 2)- Valor da RCL referente à portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026; 3)- Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos; 4)- Não há, no momento, despesa com pessoal não executada orçamentariamente;

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (VI) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (IX) (%)	
Excedente em 2021 (X) = (IX - VI) (%)	
Redutor anual (XI) = (0,10 x X) (%)	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA DE PESSOAL (IV)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)												
% DTP (V / IV)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by ALESSANDRA FALCAO GUTIERRES DE SOUZA:61524808172 Date: 2026.09.28 18:52:50 AMT Reason: Perfil: Responsável pelo Controle Interno Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - MS
Assinatura: 2
Digitally signed by SERGIO ROBERTO DA SILVA:32578490104 Date: 2026.09.28 19:58:07 GMT-04:00 Reason: Perfil: Responsável pela Administração Financeira Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - MS
Assinatura: 3
Digitally signed by JOAO FERNANDO NEVES PREZA:88866580104 Date: 2026.09.28 20:12:33 GMT-04:00 Reason: Perfil: Delegatário para Gestão de Declaração Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - MS
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Atestado

Atesto que foi publicado, em 28/09/2026, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do(a) Tribunal Regional Eleitoral - MS, do 2º quadrimestre de 2026, conforme preceituam os arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

União, em 28/09/2026.

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by JOAO FERNANDO NEVES PREZA:88866580104 Date: 2026.09.28 20:14:53 GMT-04:00 Reason: Perfil: Delegatário para Gestão de Declaração Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - MS

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Fiscalização a serviço da sociedade

Comprovante de Entrega

N° do Protocolo: 81.152.506-8 Protocolado por **João Fernando Neves Preza**

Data de Entrega: 28/09/2026 **Hora de Entrega:** 20:50:59 **Local de Entrega:** Protocolo Eletrônico

Código do Documento	Arquivo Associado	Validação do Documento *
81.152.502-0	D.O.U_RGF_fl 183.pdf	43ACEEF24D7CDEBD3F794DB90C5BAC92
81.152.503-7	SICONFI_Atestado de Publicação_28 SETEMBRO 2026_OCR.pdf	35837B54578F70A19495E36ED4B6678D
81.152.504-4	SICONFI_RGF_DECLARAÇÃO DO RELATÓRIO_OCR.pdf	CC43DA9E2ADAF1D8DE8FE5D216DB40E1
81.152.505-1	SICONFI-RECIBO HOMOLOGAÇÃO-06.KC.7R-T_OCR.pdf	A720ED29D5A8BEB2FAF80035E155A903

* Essa sequência alfanumérica identifica o arquivo de forma exclusiva, por meio de uma função *hash*, garantindo a integridade do arquivo enviado.

Usuário: João Fernando Neves Preza (X88866580104) **IP:** 192.168.100.147, 192.168.100.199, 192.168.100.199

Em caso de dúvidas, sugestões ou reclamações entre em contato com a Central de Atendimento pelo 3527-5234.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA
RUA JOÃO DIOGO, 288 - Bairro CAMPINA - CEP 66015902 - Belém - PA

Ofício nº 3422 / 2026 - TRE/PRE/DG/SOFC/CCF/SCONT

Belém, 28 de setembro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor Senador
Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional
Brasília- DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre 2026

Exmo Sr. Presidente,

Em cumprimento às determinações e prazos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como ao disposto no art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 2º Quadrimestre de 2026, o qual foi publicado no Diário Oficial da União nº 183, de 28/09/2026, Seção 1, pág. 234, por meio da Portaria TRE/PA nº 25.197/2026.

Adicionalmente, informo que o referido Relatório também se encontra disponibilizado no Portal da Transparência deste TRE - www.tre-pa.jus.br.

Cordiais Saudações.

(assinado e datado digitalmente)

Desembargador **José Maria Teixeira do Rosário**

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO**, **Presidente**, em 28/09/2026, às 16:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3161050** e o código CRC **34102722**.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA TRE-PA Nº 25.197, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º Quadrimestre de 2026, em cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário Item 9.4, na forma de seu anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Set/25	Out /25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.215.902,18	15.138.653,75	23.193.878,23	23.612.443,73	20.529.580,54	16.011.729,02	15.807.974,87	15.791.585,02	16.833.112,15	16.231.407,16	16.819.661,21	17.263.873,62	212.449.801,48	628.762,94
Pessoal Ativo	12.676.881,10	12.660.443,72	19.425.645,48	21.087.836,16	16.727.260,27	13.483.130,44	13.259.444,49	13.254.038,36	14.265.533,78	13.707.036,77	14.143.994,20	14.604.535,30	179.295.780,07	628.762,94
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.967.661,52	10.964.806,49	16.066.399,02	19.271.795,99	15.001.480,46	11.751.945,21	11.507.961,85	11.504.320,40	12.345.533,29	11.897.723,85	12.225.534,74	12.670.222,87	156.175.385,69	594.090,81
Obrigações Patronais	1.709.219,58	1.695.637,23	3.359.246,46	1.816.040,17	1.725.779,81	1.731.185,23	1.751.482,64	1.749.717,96	1.920.000,49	1.809.312,92	1.918.459,46	1.934.312,43	23.120.394,38	34.672,13
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.539.021,08	2.478.210,03	3.768.232,75	2.524.607,57	3.802.320,27	2.528.598,58	2.548.530,38	2.537.546,66	2.567.578,37	2.524.370,39	2.675.667,01	2.659.338,32	33.154.021,41	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.001.039,37	1.940.228,32	2.950.310,83	1.940.228,32	2.959.558,47	1.965.750,89	1.986.487,82	1.945.849,39	1.999.773,34	1.956.565,39	2.072.251,43	2.072.251,43	25.790.295,00	-
Pensões	537.981,71	537.981,71	817.921,92	584.379,25	842.761,80	562.847,69	562.042,56	591.697,27	567.805,03	567.805,00	603.415,58	587.086,89	7.363.726,41	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.430.281,82	2.387.934,19	3.677.956,91	2.106.707,45	3.708.523,67	2.447.008,70	2.454.845,26	2.443.861,54	2.475.490,00	2.454.746,35	2.581.981,89	2.565.653,20	31.734.990,98	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	40.662,00	-	12.206.72	-	-	-	22.464,30	-	-	75.333,02	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.430.281,82	2.387.934,19	3.677.956,91	2.066.045,45	3.708.523,67	2.434.801,98	2.454.845,26	2.443.861,54	2.475.490,00	2.432.282,05	2.581.981,89	2.565.653,20	31.659.657,96	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.785.620,36	12.750.719,56	19.515.921,32	21.505.736,28	16.821.056,87	13.564.720,32	13.353.129,61	13.347.723,48	14.357.622,15	13.776.660,81	14.237.679,32	14.698.220,42	180.714.810,50	628.762,94

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	181.343.573,44	0,011199
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	433.816.586,58	0,026791
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	412.125.757,25	0,025451
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	390.434.927,92	0,024112

FONTE: Sistema SIAFI - Tesouro Gerencial, Unidade Responsável CCF/SOFC/TRE-PA, Data de emissão 18/set/2026 e hora de emissão 11h e 17m.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

3. No mês de fevereiro de 2026, a rubrica "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao de apuração" registrou a dedução do montante de R$ 466.391,25, referente à quitação de obrigações com fatos geradores ocorridos nos períodos de setembro a novembro de 2025 (R$ 33.538,14) e de dezembro de 2025 (R$ 432.853,11). Adicionalmente, no mês de junho de 2026, efetuou-se a dedução do valor de R$ 771,67, pertinente a fato gerador do mês de setembro de 2025, em razão de todos os casos terem ocorridos no âmbito do período de apuração.

RICARDO SERRUYA DE MEDEIROS

Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EVANDRO MOREIRA RAMOS

Secretário de Auditoria Interna

BRUNO GIORGI ALMEIDA E SILVA

Diretor-Geral

Des. JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58013-251 - João Pessoa - PB

Ofício nº 337 / 2026 - TRE-PB/PTRE/GAB. PTRE

João Pessoa, 24 de setembro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente do Congresso Nacional
slcn@senado.leg.br

Assunto: Encaminha Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2026, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, encaminho o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – 2º quadrimestre de 2026, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, em atendimento à previsão contida no art. 59 da LRF c/c art. 5º, inciso I, da Lei 10.028/2000.

Segue, inserido no mesmo documento, Portaria e demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Cordialmente,

MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS
PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Documento assinado eletronicamente por Márcio Murilo da Cunha Ramos em 25/09/2026, às 14:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2517968&crc=EBC17089, informando, caso não preenchido, o código verificador **2517968** e o código CRC **EBC17089**..

Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Portaria nº 328/2026 TRE-PB/PTRE/ASPRE

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, relativo ao segundo quadrimestre de 2026.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nº 0006542-59.2026.6.15.8000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, relativo ao segundo quadrimestre de 2026, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

João Pessoa, 15 de setembro de 2026.

MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS
PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Documento assinado eletronicamente por Márcio Murilo da Cunha Ramos em 15/09/2026, às 14:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2505573&crc=9AF28368, informando, caso não preenchido, o código verificador **2505573** e o código CRC **9AF28368**..

o (Demonstrativo da Despesa com Pessoal) (2505573) Portaria 328 (2505573) Quadrimestral (0006542-59.2026.6.15.8000) (2511387) SEI 0006542-59.2026.6

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2025 A AGOSTO 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.770.930,34	12.845.258,44	19.725.209,10	15.135.076,67	18.245.361,44	13.421.850,71	13.180.452,39	13.104.194,36	14.436.830,73	13.439.001,01	14.525.496,71	14.494.443,97	175.324.105,87	1.139.628,46
Pessoal Ativo	10.684.989,07	10.732.933,77	16.477.466,42	12.939.794,18	14.923.497,50	11.289.060,33	10.927.988,68	10.844.214,56	12.127.898,94	11.195.798,50	12.188.970,34	12.118.423,07	146.451.035,36	1.061.428,46
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.014.327,10	9.061.641,00	13.153.233,92	11.264.460,72	13.225.990,92	9.575.919,68	9.237.570,93	9.159.706,63	10.235.994,80	9.454.852,42	10.290.774,99	10.214.489,09	123.888.962,20	943.428,46
Obrigações Patronais	1.670.661,97	1.671.292,77	3.324.232,50	1.675.333,46	1.697.506,58	1.713.140,65	1.690.417,75	1.684.507,93	1.891.904,14	1.740.946,08	1.898.195,35	1.903.933,98	22.562.073,16	118.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.085.941,27	2.112.324,67	3.247.742,68	2.195.282,49	3.321.863,94	2.132.790,38	2.252.463,71	2.259.979,80	2.308.931,79	2.243.202,51	2.336.526,37	2.366.520,90	28.863.570,51	78.200,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.518.474,03	1.535.042,20	2.381.827,29	1.594.623,52	2.468.797,36	1.560.898,02	1.618.683,31	1.667.216,61	1.721.103,64	1.657.306,84	1.753.831,39	1.782.325,36	21.260.129,57	48.200,00
Pensões	567.467,24	577.282,47	865.915,39	600.658,97	853.066,58	571.892,36	633.780,40	592.763,19	587.828,15	585.895,67	582.694,98	584.195,54	7.603.440,94	30.000,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.500,00	9.500,00	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.064.140,04	2.092.994,92	3.204.418,38	566.065,57	3.298.887,70	2.109.814,14	2.229.487,47	2.237.003,56	2.285.955,55	2.220.226,27	2.313.722,18	2.343.544,66	26.966.260,44	27.804,16
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	-	12.321,74	165,94	79.023,64	-	-	-	-	-	-	172,05	-	91.683,37	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.064.140,04	2.080.673,18	3.204.252,44	487.041,93	3.298.887,70	2.109.814,14	2.229.487,47	2.237.003,56	2.285.955,55	2.220.226,27	2.313.550,13	2.343.544,66	26.874.577,07	27.804,16
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	10.706.790,30	10.752.263,52	16.520.790,72	14.569.011,10	14.946.473,74	11.312.036,57	10.950.964,92	10.867.190,80	12.150.875,18	11.218.774,74	12.211.774,53	12.150.899,31	148.357.845,43	1.111.824,30

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	149.469.669,73	0,009231
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	360.739.274,97	0,022278
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	342.702.311,22	0,021164
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	324.665.347,47	0,020050

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial/SIAFI, SECON/SOF/TRE-PB, emissão 18/09/2026, às 08h:00min

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

3. Em atenção à orientação contida no e-mail da SOF/TSE (evento SEI 2510808) e visando ao cumprimento do disposto no inciso IV, parágrafo 1º do art. 19 da LRF, procedeu-se à exclusão, da linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração", dos valores de R$ 6.996,57 (Competência: dez/2025) e R$ 25.755,36 (Competências: out, nov e dez/2025). Tal exclusão deve-se ao fato de que tais despesas possuem fatos geradores ocorridos no mesmo período de apuração deste RGF (set/2025 a ago/2026), conforme informações encaminhadas pela unidade SEPAD e SEPAG/TRE-PB (Processo SEI de n. 0004318-51.2026.6.15.8000 - docs. 2382513 e 2386057 ; Processo SEI de nº 0006542-59.2026.6.15.8000 - docs. 2506007 e 2510623).

DES. MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS
Presidente do Tribunal

ANDRÉ VIEIRA QUEIROZ
Diretor-Geral

RANULFO LACET VIÉGAS DE ARAÚJO
Secretário de Orçamento e Finanças

JOÃO DEMAR LUCENA RODRIGUES
Coordenador de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 118, DE 19 DE SETEMBRO DE 2026

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 54, caput e inciso III, c/c o inciso I, alínea a do art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

Art. 1º Tornar público, na forma do Anexo desta Portaria, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão relativo ao segundo quadrimestre de 2026, compreendendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª MARIA FRANCISCA GUALBERTO DE GALIZA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.349.707,17	15.273.018,84	22.775.551,85	18.202.557,33	19.665.958,03	15.878.966,64	15.582.224,29	15.722.652,07	16.914.684,81	16.445.827,84	17.247.410,53	17.309.279,78	206.367.839,18	1.618.663,32
Pessoal Ativo	13.583.717,45	13.505.447,04	20.082.110,98	16.406.733,02	17.041.330,43	14.129.215,06	13.734.927,90	13.940.638,49	15.129.270,62	14.576.823,09	15.360.204,46	15.418.291,63	182.908.710,17	1.618.663,32
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.599.113,92	11.509.098,46	16.684.688,34	14.385.903,52	15.062.008,99	12.110.769,01	11.733.410,99	11.918.729,29	12.910.914,38	12.455.095,36	13.111.916,78	13.120.922,94	156.602.571,98	1.618.663,32
Obrigações Patronais	1.984.603,53	1.996.348,58	3.397.422,64	2.020.829,50	1.979.321,44	2.018.446,05	2.001.516,91	2.021.909,20	2.218.356,24	2.121.727,73	2.248.287,68	2.297.368,69	26.306.138,19	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.765.989,72	1.767.571,80	2.693.440,87	1.795.824,31	2.624.627,60	1.749.751,58	1.847.296,39	1.782.013,58	1.785.414,19	1.869.004,75	1.887.206,07	1.890.988,15	23.459.129,01	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.347.981,25	1.349.239,47	2.055.033,73	1.298.480,65	1.953.653,53	1.302.435,60	1.302.435,60	1.302.435,60	1.306.039,43	1.354.972,45	1.399.240,00	1.403.022,08	17.374.969,39	-
Pensões	418.008,47	418.332,33	638.407,14	497.343,66	670.974,07	447.315,98	544.860,79	479.577,98	479.374,76	514.032,30	487.966,07	487.966,07	6.084.159,62	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.765.989,72	1.147.131,39	1.896.329,59	1.204.745,12	2.624.627,60	1.749.751,58	1.847.296,39	1.782.013,58	1.785.414,19	1.943.531,50	1.967.879,29	1.890.988,15	21.605.698,10	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	29.260,34	-	-	-	-	-	74.526,75	80.673,22	-	184.460,31	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.765.989,72	1.147.131,39	1.896.329,59	1.175.484,78	2.624.627,60	1.749.751,58	1.847.296,39	1.782.013,58	1.785.414,19	1.869.004,75	1.887.206,07	1.890.988,15	21.421.237,79	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.583.717,45	14.125.887,45	20.879.222,26	16.997.812,21	17.041.330,43	14.129.215,06	13.734.927,90	13.940.638,49	15.129.270,62	14.502.296,34	15.279.531,24	15.418.291,63	184.762.141,08	1.618.663,32

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	186.380.804,40	0,011510
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	450.802.649,04	0,027840
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	428.262.516,58	0,026448
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	405.722.384,13	0,025056

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 16 de setembro de 2026, 14:00h.
[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

PAULO HENRIQUE DOS REIS LIMA
Auditor-Chefe

LEANA BATISTA NEVES
Secretário de Administração e Orçamento

Desª. MARIA FRANCISCA GUALBERTO DE GALIZA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 966, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54 e parágrafos 2º e 4º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2026 desta Corte.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da publicação.

Des. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	Jul/2026	Ago/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSA-SADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.812.953,19	23.249.663,30	35.897.695,76	30.762.391,67	31.879.740,61	24.099.722,51	24.009.143,71	23.701.887,19	25.352.904,82	26.985.763,03	26.140.866,31	26.326.337,49	321.219.069,59	2.127.675,32
Pessoal Ativo	17.918.263,51	18.263.176,27	28.195.996,65	25.849.012,44	24.397.918,86	19.111.978,55	18.999.127,59	18.691.127,69	20.264.498,88	21.618.465,63	20.825.576,75	20.979.865,63	255.115.008,45	2.127.675,32

Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.305.576,71	15.598.836,75	22.946.311,98	23.104.278,77	21.681.898,37	16.389.705,11	16.294.667,21	15.977.389,25	17.500.666,91	18.622.632,27	17.780.485,92	17.958.029,53	219.160.478,78	2.088.509,15
Obrigações Patronais	2.612.686,80	2.664.339,52	5.249.684,67	2.744.733,67	2.716.020,49	2.722.273,44	2.704.460,38	2.713.738,44	2.763.831,97	2.995.833,36	3.045.090,83	3.021.836,10	35.954.529,67	39.166,17
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.894.689,68	4.986.487,03	7.701.699,11	4.913.379,23	7.481.821,75	4.987.743,96	5.010.016,12	5.010.759,50	5.088.405,94	5.367.297,40	5.315.289,56	5.346.471,86	66.104.061,14	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.987.453,55	4.079.250,90	6.158.531,66	3.984.912,88	6.061.113,18	4.040.604,99	4.062.877,15	4.063.620,53	4.141.266,97	4.420.158,43	4.337.757,20	4.368.334,59	53.705.882,03	0,00
Pensões	907.236,13	907.236,13	1.543.167,45	928.466,35	1.420.708,57	947.138,97	947.138,97	947.138,97	947.138,97	917.138,97	977.532,36	978.137,27	12.398.179,11	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	4.468.056,74	4.558.618,59	6.041.026,93	2.729.208,31	6.825.380,22	4.550.116,33	4.579.131,49	4.575.079,39	4.626.536,83	4.902.734,79	4.857.864,87	4.958.591,42	57.672.345,91	52.465,10
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	3.676,04	0,00	0,00	6.743,00	1.947,52	0,00	0,00	7.137,92	76.682,17	96.186,65	52.465,10
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.468.056,74	4.558.618,59	6.041.026,93	2.725.532,27	6.825.380,22	4.550.116,33	4.572.388,49	4.573.131,87	4.626.536,83	4.902.734,79	4.850.726,95	4.881.909,25	57.576.159,26	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.344.896,45	18.691.044,71	29.856.668,83	28.033.183,36	25.054.360,39	19.549.606,18	19.430.012,22	19.126.807,80	20.726.367,99	22.083.028,24	21.283.001,44	21.367.746,07	263.546.723,68	2.075.210,22

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	265.621.933,90	0,016404
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	708.767.340,19	0,043771
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	673.328.973,18	0,041582
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	637.890.606,17	0,039394

FONTE: SIAFI, COFINC/SOF/TRE-PE, data de emissão 17/setembro/2026 às 10h e 30min.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:
1.Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2.Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15/09/2026, publicada no DOU em 16/09/2026.

MAURÍCIO ALEXANDRE DA SILVA FILHO
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Em exercício

RUY GUSTAVO RATTACASO DE ARAÚJO
Secretário de Auditoria

Des. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PORTARIA TRE/TO Nº 654, DE 19 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto nos artigos 54, III, e 55, § 2º, ambos da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 20, XVIII, da Resolução TRE-TO nº. 282, de 11 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal relativo ao 2º Quadrimestre de 2026, constante do demonstrativo anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ADOLFO AMARO MENDES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2025 A AGOSTO 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/25	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.735.405,05	6.822.824,99	10.185.581,67	8.868.973,31	8.982.957,23	7.078.015,83	6.905.410,46	6.918.946,26	7.965.629,21	7.178.720,31	7.592.493,55	7.881.134,66	93.116.092,53	640.827,66
Pessoal Ativo	5.862.801,00	5.959.065,33	8.875.325,74	7.999.299,41	7.605.988,73	6.095.255,49	5.944.538,26	5.958.074,06	6.953.465,83	6.202.826,98	6.555.565,91	6.825.951,44	80.838.158,18	640.827,66
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.091.819,98	5.188.363,39	7.352.480,05	7.191.682,48	6.829.025,60	5.324.806,29	5.181.943,14	5.191.836,20	6.099.959,36	5.412.056,15	5.695.370,53	5.948.960,17	70.508.303,34	529.007,11
Obrigações Patronais	770.981,02	770.701,94	1.522.845,69	807.616,93	776.963,13	770.449,20	762.595,12	766.237,86	853.506,47	790.770,83	860.195,38	876.991,27	10.329.854,84	111.820,55
Pessoal Inativo e Pensionistas	872.604,05	863.759,66	1.310.255,93	869.673,90	1.376.968,50	982.760,34	960.872.20	960.872,20	1.012.163,38	975.893,33	1.036.927,64	1.055.183,22	12.277.934,35	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	796.083,12	787.238,73	1.194.266,03	792.970,16	1.260.393,43	905.043,63	883.155,49	883.155,49	934.446,67	898.176,62	956.066,68	974.322,26	11.265.318,31	-
Pensões	76.520,93	76.520,93	115.989,90	76.703,74	116.575,07	77.716,71	77.716,71	77.716,71	77.716,71	77.716,71	80.860,96	80.860,96	1.012.616,04	-
Outras despesas de pessoal, decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com Pessoal não Executadas Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	837.034,49	582.417,78	471.709,19	276.333,55	1.330.965,93	1.087.302,83	893.875,16	893.047,45	947.022,06	908.683,25	979.646,49	987.358,47	10.195.396,65	570.230,89
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	3.016,40	-	-	-	-	-	-	1.221,24	-	-	-	4.237,64	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	8.706,26	32.677,56	-	276.333,55	-	173.775,12	827,71	-	1.462,19	614,67	10.543,60	-	504.940,66	570.230,89
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	828.328,23	546.723,82	471.709,19	-	1.330.965,93	913.527,71	893.047,45	893.047,45	944.338,63	908.068,58	969.102,89	987.358,47	9.686.218,35	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.898.370,56	6.240.407,21	9.713.872,48	8.592.639,76	7.651.991,30	5.990.713,00	6.011.535,30	6.025.898,81	7.018.607,15	6.270.037,06	6.612.847,06	6.893.776,19	82.920.695,88	70.596,77

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE AUDITORIA
Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160 - Bairro Graças - CEP 52010904 - Recife - PE
Telefone: (81) 3194-9200

Ofício nº 14510/2026/SAU

Recife, na data da assinatura eletrônica.

À Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União.

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - 2º Quadrimestre de 2026.**

Em cumprimento ao disposto no art. 59, caput, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, bem como no art. 5º, Inciso I, da Lei n.º 10.028/2000, informo a Vossa Senhoria, que o **Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, referente ao período de setembro/2025 a agosto/2026 - 2º Quadrimestre de 2026**, publicado no DOU n.º 179, de 22/09/2026 - Seção I , págs. 122 e 123, foi encaminhado nesta data pelo Sistema CONECTA-TCU, conforme protocolo eletrônico nº 81.164.039-6, bem como a publicação do RGF no SICONFI para as providências cabíveis.

Eventuais dúvidas, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Ruy Rattacaso
Secretário de Auditoria

Documento assinado eletronicamente por **RUY GUSTAVO RATTACASO DE ARAUJO**, **Secretário(a)**, em 30/09/2026, às 12:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3512397** e o código CRC **2AACBA56**.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Tribunal Regional Eleitoral - PE (Poder Judiciário)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2026
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.812.953,19	23.249.663,30	35.897.695,76	30.762.391,67	31.879.740,61	24.099.722,51	24.009.143,71	23.701.887,19	25.352.904,82	26.985.763,03	26.140.866,31	26.326.337,49	321.219.069,59	2.127.675,32
Pessoal Ativo	17.918.263,51	18.263.176,27	28.195.996,65	25.849.012,44	24.397.918,86	19.111.978,55	18.999.127,59	18.691.127,69	20.264.498,88	21.618.465,63	20.825.576,75	20.979.865,63	255.115.008,45	2.127.675,32
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.305.576,71	15.598.836,75	22.946.311,98	23.104.278,77	21.681.898,37	16.389.705,11	16.294.667,21	15.977.389,25	17.500.666,91	18.622.632,27	17.780.485,92	17.958.029,53	219.160.478,78	2.088.509,15
Obrigações Patronais	2.612.686,80	2.664.339,52	5.249.684,67	2.744.733,67	2.716.020,49	2.722.273,44	2.704.460,38	2.713.738,44	2.763.831,97	2.995.833,36	3.045.090,83	3.021.836,10	35.954.529,67	39.166,17
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.894.689,68	4.986.487,03	7.701.699,11	4.913.379,23	7.481.821,75	4.987.743,96	5.010.016,12	5.010.759,50	5.088.405,94	5.367.297,40	5.315.289,56	5.346.471,86	66.104.061,14	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.987.453,55	4.079.250,90	6.158.531,66	3.984.912,88	6.061.113,18	4.040.604,99	4.062.877,15	4.063.620,53	4.141.266,97	4.420.158,43	4.337.757,20	4.368.334,59	53.705.882,03	0,00
Pensões	907.236,13	907.236,13	1.543.167,45	928.466,35	1.420.708,57	947.138,97	947.138,97	947.138,97	947.138,97	947.138,97	977.532,36	978.137,27	12.398.179,11	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.468.056,74	4.558.618,59	6.041.026,93	2.729.208,31	6.825.380,22	4.550.116,33	4.579.131,49	4.575.079,39	4.626.536,83	4.902.734,79	4.857.864,87	4.958.591,42	57.672.345,91	52.465,10
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	3.676,04	0,00	0,00	6.743,00	1.947,52	0,00	0,00	7.137,92	76.682,17	96.186,65	52.465,10
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.468.056,74	4.558.618,59	6.041.026,93	2.725.532,27	6.825.380,22	4.550.116,33	4.572.388,49	4.573.131,87	4.626.536,83	4.902.734,79	4.850.726,95	4.881.909,25	57.576.159,26	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.344.896,45	18.691.044,71	29.856.668,83	28.033.183,36	25.054.360,39	19.549.606,18	19.430.012,22	19.126.807,80	20.726.367,99	22.083.028,24	21.283.001,44	21.367.746,07	263.546.723,68	2.075.210,22

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	265.621.933,90	0,016404
LIMITE MÁXIMO (VI) (inciso I, II e III do art. 20 da LRF)	708.767.340,19	0,043771
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	673.328.973,18	0,041582
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	637.890.606,17	0,039394

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. Notas: 1.Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013. 2.Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804 de 15/09/2026, publicada no DOU em 16/09/2026.

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (VI) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (IX) (%)	
Excedente em 2021 (X) = (IX - VI) (%)	
Redutor anual (XI) = (0,10 x X) (%)	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA DE PESSOAL (IV)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)												
% DTP (V / IV)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by ROBSON COSTA RODRIGUES:05722062839 Date: 2026.09.25 14:13:18 GFT Reason: Perfil: Responsável pela Administração Financeira Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - PE
Assinatura: 2
Digitally signed by RUY GUSTAVO RATTACASO DE ARAUJO:309.16.11 Date: 2026.09.25 15:58:39 GFT Reason: Perfil: Responsável pelo Controle Interno Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - PE
Assinatura: 3
Digitally signed by FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS:1183117 Date: 2026.09.30 09:57:55 GFT Reason: Perfil: Titular do Poder Judiciário Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - PE
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI
Praça Desembargador Edgard Nogueira, nº 80 - Bairro Cabral - CEP 64000-920 - Teresina - PI

Ofício nº 4 / 2026 - TRE/PRESI/DG/SAOF/COOF/SECONT

Teresina, 29 de outubro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor

Senador DAVI SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM

Presidente do Congresso Nacional

Brasília-DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2026 do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Anexos: 1) DOU - 28-09-2026 Publicação RGF (0002874303);

2) DOU - 19-10-2026 Publicação RGF - pag 242 e 243 (0002908656); e

3) TCU - Comprovante de entrega do RGF (0002874715).

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2026 do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº. 10.028, de 19 de outubro de 2000.

2. Cumpre informar que o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2026 do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí foi publicado no Diário Oficial da União no **dia 28 de setembro de 2026**, seção 1, pag. 235, conforme DOU - 28-09-2026 Publicação RGF (0002874303) e encaminhado ao Tribunal de Contas da União em **29 de setembro de 2026,** consoante Anexo TCU - Comprovante de entrega do RGF (0002874715).

3. Por oportuno, é relevante informar que o mencionado relatório, publicado inicialmente no dia 28.09.2026, necessitou de retificação - correção de erro material - que afetou o total apresentado nos *meses de maio/2026, julho/2026 e agosto/2026*, publicado no Diário Oficial da União no dia 13 de outubro de 2026, seção

1, pag. 242 e 243.

Respeitosamente,

Desembargador JOSÉ WILSON FERREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR

Presidente do TRE-PI

Documento assinado eletronicamente por **José Wilson Ferreira de Araújo Júnior**, **Presidente**, em 29/10/2026, às 14:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002917700** e o código CRC **B9D45137**.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI
Praça Desembargador Edgard Nogueira, nº 80 - Bairro Cabral - CEP 64000-920 - Teresina - PI - http://www.tre-pi.jus.br

Relatório nº 998 / 2026 - TRE/PRESI/DG/SAOF/COOF/SECONT

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2025 A AGOSTO 2026
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.542.148,83	13.689.212,30	21.100.919,67	16.459.857,30	19.072.287,75	14.368.941,81	14.066.659,33	14.301.990,26	15.457.108,63	14.706.853,06	16.367.589,30	16.557.720,13	189.691.288,37	1.325.311,27
Pessoal Ativo	11.097.184,53	11.241.739,07	17.378.469,42	14.037.132,42	15.352.858,49	11.861.118,16	11.551.967,51	11.799.315,13	12.879.795,39	12.186.601,32	13.711.350,17	13.904.515,67	157.002.047,28	1.321.309,25
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.394.684,74	9.527.966,94	13.977.810,06	12.274.089,97	13.600.814,25	10.119.594,92	9.789.031,09	10.024.487,71	10.892.523,93	10.345.948,37	11.716.782,47	11.866.528,66	133.530.263,11	1.320.638,31
Obrigações Patronais	1.702.499,79	1.713.772,13	3.400.659,36	1.763.042,45	1.752.044,24	1.741.523,24	1.762.936,42	1.774.827,42	1.987.271,46	1.840.652,95	1.994.567,70	2.037.987,01	23.471.784,17	670,94
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.444.964,30	2.447.473,23	3.722.450,25	2.422.724,88	3.719.429,26	2.507.823,65	2.514.691,82	2.502.675,13	2.577.313,24	2.520.251,74	2.656.239,13	2.653.204,46	32.689.241,09	4.002,02
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.949.314,72	1.951.823,65	2.972.683,73	1.927.075,30	2.958.636,32	2.001.648,18	2.008.516,35	2.008.516,35	2.083.154,46	2.026.092,96	2.147.703,18	2.147.246,15	26.182.411,35	-
Pensões	495.649,58	495.649,58	749.766,52	495.649,58	760.792,94	506.175,47	506.175,47	494.158,78	494.158,78	494.158,78	508.535,95	505.958,31	6.506.829,74	4.002,02
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.381.163,86	2.383.671,00	1.270.582,75	1.756.164,10	3.636.872,54	2.419.781,83	2.424.741,88	2.519.224,42	2.487.363,30	2.426.729,80	2.565.383,21	2.562.801,53	29.009.495,45	1.101.536,93
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	-	(1,79)	302,29	99.792,97	3.863,51	-	-	106.499,23	-	-	-	-	210.456,21	1.101.536,93
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.381.163,86	2.383.672,79	1.270.280,46	1.656.371,13	3.633.009,03	2.419.781,83	2.424.741,88	2.412.725,19	2.487.363,30	2.426.729,80	2.565.383,21	2.562.801,53	28.624.024,01	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.160.984,97	11.305.541,30	19.830.336,92	14.703.693,20	15.435.415,21	11.949.159,98	11.641.917,45	11.782.765,84	12.969.745,33	12.280.123,26	13.802.206,09	13.994.918,60	160.681.792,92	223.774,34

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	160.905.567,26	0,009937
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	430.286.594,57	0,026573
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	408.772.264,84	0,025244
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	387.257.935,11	0,023916

FONTE: SIAFI, SOF/TSE, Data da emissão 16/09/2026

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

3. O valor de R$ 164.041,98, referente a jul/2026, foi anulado por meio de documento contábil lançado no dia 01.09.2026 (SIAFI), devido à necessidade de respeitar os limites previstos na LC n.º 200/2023. Dessa forma o respectivo valor foi removido da linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração" refente a jul/2026. O saldo restante de R$ 3.690,11 é referente a vantagens

decorrentes de qualificação de servidores e estão relacionados a períodos anteriores a janela de apuração.

IRACTAN AYRES SANTANA JÚNIOR
Seção de Contabilidade

JAIME LOPES DE SOUZA JÚNIOR
Assessor de Controle Interno

LEONARDO CARVALHO MARTINS SALES
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

WALTER SCHEL ALVES DA COSTA RAPOSO
Diretor-Geral

Des. JOSÉ WILSON FERREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR
Presidente TRE-PI

Documento assinado eletronicamente por **Iractan Ayres Santana Júnior**, **Chefe de Seção**, em 29/09/2026, às 18:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **José Wilson Ferreira de Araújo Júnior**, **Presidente**, em 30/09/2026, às 09:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Carvalho Martins Sales**, **Secretário de Administração, Orçamento e Finanças**, em 30/09/2026, às 10:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Walter Schel Alves da Costa Raposo**, **Diretor Geral**, em 01/10/2026, às 09:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Jaime Lopes de Souza Junior**, **Assessor(a) de Controle Interno, Integridade e Compliance**, em 02/10/2026, às 10:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002868386** e o código CRC **BD680B32**.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 692, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR JOSÉ WILSON FERREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 2º quadrimestre de 2026, constituído pelo seguinte demonstrativo: Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ WILSON FERREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 1 (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	mai/26	Jun/26	jul/26	ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.542.148,83	13.689.212,30	21.100.919,67	16.459.857,30	19.072.287,75	14.368.941,81	14.066.659,33	14.301.990,26	15.457.108,63	14.706.853,06	16.367.589,30	16.557.720,13	189.691.288,37	1.325.311,27
Pessoal Ativo	11.097.184,53	11.241.739,07	17.378.469,42	14.037.132,42	15.352.858,49	11.861.118,16	11.551.967,51	11.799.315,13	12.879.795,39	12.186.601,32	13.711.350,17	13.904.515,67	157.002.047,28	1.321.309,25
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.394.684,74	9.527.966,94	13.977.810,06	12.274.089,97	13.600.814,25	10.119.594,92	9.789.031,09	10.024.487,71	10.892.523,93	10.345.948,37	11.716.782,47	11.866.528,66	133.530.263,11	1.320.638,31
Obrigações Patronais	1.702.499,79	1.713.772,13	3.400.659,36	1.763.042,45	1.752.044,24	1.741.523,24	1.762.936,42	1.774.827,42	1.987.271,46	1.840.652,95	1.994.567,70	2.037.987,01	23.471.784,17	670,94
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.444.964,30	2.447.473,23	3.722.450,25	2.422.724,88	3.719.429,26	2.507.823,65	2.514.691,82	2.502.675,13	2.577.313,24	2.520.251,74	2.656.239,13	2.653.204,46	32.689.241,09	4.002,02
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.949.314,72	1.951.823,65	2.972.683,73	1.927.075,30	2.958.636,32	2.001.648,18	2.008.516,35	2.008.516,35	2.083.154,46	2.026.092,96	2.147.703,18	2.147.246,15	26.182.411,35	
Pensões	495.649,58	495.649,58	749.766,52	495.649,58	760.792,94	506.175,47	506.175,47	494.158,78	494.158,78	494.158,78	508.535,95	505.958,31	6.506.829,74	4.002,02
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-						
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-						
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.381.163,86	2.383.671,00	1.270.582,75	1.756.164,10	3.636.872,54	2.419.781,83	2.424.741,88	2.519.224,42	2.488.261,01	2.426.729,80	2.733.115,30	2.569.186,96	29.009.495,45	1.101.536,93
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-						
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-						
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	(1,79)	302,29	99.792,97	3.863,51	-	-	106.499,23					210.456,21	1.101.536,93
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.381.163,86	2.383.672,79	1.270.280,46	1.656.371,13	3.633.009,03	2.419.781,83	2.424.741,88	2.412.725,19	2.487.363,30	2.426.729,80	2.565.383,21	2.562.801,53	28.624.024,01	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.160.984,97	11.305.541,30	19.830.336,92	14.703.693,20	15.435.415,21	11.949.159,98	11.641.917,45	11.782.765,84	12.968.847,62	12.280.123,26	13.634.474,00	13.988.533,17	160.681.792,92	223.774,34

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	160.905.567,26	0,009937
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	430.286.594,57	0,026573
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	408.772.264,84	0,025244
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	387.257.935,11	0,023916

FONTE: SIAFI, SOF/TSE, Data da emissão 16/09/2026

1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicado em 16 de setembro de 2026.
3. O valor de R$ 164.041,98, referente a jul/2026, foi anulado por meio de documento contábil lançado no dia 01.09.2026 (SIAFI), devido à necessidade de respeitar os limites previstos na LC n.º 200/2023. Dessa forma o respectivo valor foi removido da linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração" refente a jul/2026.. O saldo restante de R$ 3.690,11 é referente a vantagens decorrentes de qualificação de servidores e estão relacionados a períodos anteriores a janela de apuração.

IRACTAN AYRES SANTANA JÚNIOR
Seção de Contabilidade

JAIME LOPES DE SOUZA JÚNIOR
Assessor de Controle Interno

LEONARDO CARVALHO MARTINS SALES
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

WALTER SCHEL ALVES DA COSTA RAPOSO
Diretor-Geral

Des. JOSÉ WILSON FERREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR
Presidente do Tribunal

000169.2026.18.001/1 - PRT 19ª Região-AL - IC-000453.2024.19.001/6, IC-000384.2025.19.000/0, IC-001592.2025.19.000/1, IC-001662.2025.19.000/0, IC-001797.2025.19.000/3, IC-001805.2025.19.000/2, IC-002170.2025.19.000/7, IC-000122.2026.19.000/0, IC-000581.2026.19.000/0, IC-000743.2026.19.000/0, IC-001696.2026.19.000/2, IC-001715.2026.19.000/3, NF-002000.2026.19.000/7, PP-000402.2026.19.001/9, NF-000482.2026.19.001/7 - PRT 20ª Região-SE - IC-002016.2022.20.000/6, IC-002698.2024.20.000/5, IC-002958.2024.20.000/1, IC-001821.2025.20.000/0, IC-002215.2025.20.000/0, PP-003088.2025.20.000/5, PP-003384.2025.20.000/5, PP-003422.2025.20.000/3, PP-000442.2026.20.000/3, IC-000582.2026.20.000/0, NF-001388.2026.20.000/2, NF-001483.2026.20.000/2, NF-001578.2026.20.000/0, NF-001642.2026.20.000/6, NF-001675.2026.20.000/1, NF-001706.2026.20.000/0, NF-001953.2026.20.000/0, NF-002307.2026.20.000/4, NF-002356.2026.20.000/0, NF-002421.2026.20.000/1, NF-002434.2026.20.000/4, NF-002445.2026.20.000/6, NF-002516.2026.20.000/0, NF-002540.2026.20.000/6, NF-002571.2026.20.000/0, IC-000064.2026.20.001/9, NF-000180.2026.20.001/3, NF-000188.2026.20.001/4, NF-000204.2026.20.001/9, NF-000206.2026.20.001/1 - PRT 21ª Região-RN - PA-TAC-000099.2011.21.000/8, IC-001285.2023.21.000/1, IC-000055.2023.21.002/0, IC-001568.2025.21.000/0, IC-000426.2025.21.001/0, IC-000249.2026.21.000/2, NF-000779.2026.21.000/5, IC-001087.2026.21.000/3, NF-001447.2026.21.000/7, NF-001733.2026.21.000/0, NF-000109.2026.21.002/1, NF-000116.2026.21.002/0 - PRT 22ª Região-PI - IC-000096.2023.22.001/0, IC-000109.2024.22.000/0, IC-000167.2024.22.000/1, IC-000050.2024.22.002/9, IC-000210.2025.22.000/1, IC-001238.2025.22.000/8, IC-001887.2025.22.000/8, IC-002286.2025.22.000/7, IC-002444.2025.22.000/5, IC-000289.2025.22.001/8, PP-000360.2026.22.000/9, IC-000481.2026.22.000/8, IC-000706.2026.22.000/6, PP-001246.2026.22.000/5, IC-001250.2026.22.000/9, NF-001410.2026.22.000/8, NF-001795.2026.22.000/8, NF-001802.2026.22.000/1, NF-001849.2026.22.000/5, NF-001850.2026.22.000/2, NF-001921.2026.22.000/6, NF-001972.2026.22.000/3, IC-000031.2026.22.001/6, IC-000121.2026.22.001/8, PP-000210.2026.22.001/2, IC-000251.2026.22.001/8, NF-000310.2026.22.001/0 - PRT 23ª Região-MT - IC-000722.2025.23.000/3, IC-001602.2025.23.000/3, IC-000166.2025.23.002/5, IC-000211.2025.23.004/1, IC-000350.2026.23.000/2, NF-000498.2026.23.000/0, IC-000507.2026.23.000/7, IC-000521.2026.23.000/3, PP-000563.2026.23.000/5, IC-000688.2026.23.000/0, IC-000697.2026.23.000/0, PP-000898.2026.23.000/3, NF-001211.2026.23.000/7, NF-001240.2026.23.000/0, NF-001273.2026.23.000/6, IC-000122.2026.23.001/5, IC-000053.2026.23.002/0, IC-000036.2026.23.003/6, PP-000079.2026.23.003/0, NF-000366.2026.23.003/2 - PRT 24ª Região-MS - IC-001326.2025.24.000/4, IC-000135.2025.24.001/0, IC-000296.2025.24.001/8, IC-000082.2026.24.000/7, IC-000090.2026.24.000/0, IC-000213.2026.24.000/5, NF-000968.2026.24.000/0, NF-001004.2026.24.000/0, PP-001092.2026.24.000/7, NF-001127.2026.24.000/7, NF-001167.2026.24.000/2, PP-000144.2026.24.001/3, PP-000159.2026.24.001/2, NF-000161.2026.24.002/7, IC-000188.2026.24.002/6, NF-000216.2026.24.002/0.

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da 4ª Subcâmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às 15:05 horas.

SANDRA LIA SIMÓN
Coordenadora

EDELAMARE BARBOSA MELO
Membra

ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA
Membro
Suplente

AUGUSTO GRIECO SANTANNA MEIRINHO
Membro
Suplente

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 580, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a edição da Lei nº 14.582/2023 e tendo em vista o constante do Processo Administrativo TST nº 6003535/2023-00, resolve:

Art. 1º Declarar extinto 1 (um) cargo vago da Carreira Judiciária de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Apoio de Serviços Diversos, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal, nos termos do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 14.582, de 16 de maio de 2023.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. VIEIRA DE MELLO FILHO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 726, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR JOSÉ WILSON FERREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a RETIFICAÇÃO do Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal, integrante do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí referente ao 2º Quadrimestre de 2026, originalmente publicado no Diário Oficial da União nº 183, Seção 1, página 235, de 28 de setembro de 2026.

Art. 2º - A retificação tem por finalidade a correção de erro material identificado na linha de "DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)", na linha de "DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)", referente aos meses de mai/2026, jul/2026 e ago/2026, e na linha "DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ WILSON FERREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 1 (b)
	LIQUIDADAS													
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	mai/26	Jun/26	jul/26	ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.542.148,83	13.689.212,30	21.100.919,67	16.459.857,30	19.072.287,75	14.368.941,81	14.066.659,33	14.301.990,26	15.457.108,63	14.706.853,06	16.367.589,30	16.557.720,13	189.691.288,37	1.325.311,27
Pessoal Ativo	11.097.184,53	11.241.739,07	17.378.469,42	14.037.132,42	15.352.858,49	11.861.118,16	11.551.967,51	11.799.315,13	12.879.795,39	12.186.601,32	13.711.350,17	13.904.515,67	157.002.047,28	1.321.309,25
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.394.684,74	9.527.966,94	13.977.810,06	12.274.089,97	13.600.814,25	10.119.594,92	9.789.031,09	10.024.487,71	10.892.523,93	10.345.948,37	11.716.782,47	11.866.528,66	133.530.263,11	1.320.638,31
Obrigações Patronais	1.702.499,79	1.713.772,13	3.400.659,36	1.763.042,45	1.752.044,24	1.741.523,24	1.762.936,42	1.774.827,42	1.987.271,46	1.840.652,95	1.994.567,70	2.037.987,01	23.471.784,17	670,94
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.444.964,30	2.447.473,23	3.722.450,25	2.422.724,88	3.719.429,26	2.507.823,65	2.514.691,82	2.502.675,13	2.577.313,24	2.520.251,74	2.656.239,13	2.653.204,46	32.689.241,09	4.002,02
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.949.314,72	1.951.823,65	2.972.683,73	1.927.075,30	2.958.636,32	2.001.648,18	2.008.516,35	2.008.516,35	2.083.154,46	2.026.092,96	2.147.703,18	2.147.246,15	26.182.411,35	
Pensões	495.649,58	495.649,58	749.766,52	495.649,58	760.792,94	506.175,47	506.175,47	494.158,78	494.158,78	494.158,78	508.535,95	505.958,31	6.506.829,74	4.002,02
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-						
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-						
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.381.163,86	2.383.671,00	1.270.582,75	1.756.164,10	3.636.872,54	2.419.781,83	2.424.741,88	2.519.224,42	2.487.363,30	2.426.729,80	2.565.383,21	2.562.801,53	28.834.480,22	1.101.536,93
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-						
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-						
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	(1,79)	302,29	99.792,97	3.863,51	-	-	106.499,23					210.456,21	1.101.536,93
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.381.163,86	2.383.672,79	1.270.280,46	1.656.371,13	3.633.009,03	2.419.781,83	2.424.741,88	2.412.725,19	2.487.363,30	2.426.729,80	2.565.383,21	2.562.801,53	28.624.024,01	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.160.984,97	11.305.541,30	19.830.336,92	14.703.693,20	15.435.415,21	11.949.159,98	11.641.917,45	11.782.765,84	12.969.745,33	12.280.123,26	13.994.918,60	13.994.918,60	161.080.582,49	223.774,34

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	161.080.582,49	0,009947
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	430.286.594,57	0,026573
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	408.772.264,84	0,025244
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	387.257.935,11	0,023916

FONTE: SIAFI, SOF/TSE, Data da emissão 16/09/2026
1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicado em 16 de setembro de 2026.
3. O valor de R$ 164.041,98, referente a jul/2026, foi anulado por meio de documento contábil lançado no dia 01.09.2026 (SIAFI), devido à necessidade de respeitar os limites previstos na LC n.º 200/2023. Dessa forma o respectivo valor foi removido da linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração" refente a jul/2026. O saldo restante de R$ 3.690,11 é referente a vantagens decorrentes de qualificação de servidores e estão relacionados a períodos anteriores a janela de apuração.

IRACTAN AYRES SANTANA JÚNIOR
Seção de Contabilidade

JAIME LOPES DE SOUZA JÚNIOR
Assessor de Controle Interno

LEONARDO CARVALHO MARTINS SALES
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

WALTER SCHEL ALVES DA COSTA RAPOSO
Diretor-Geral

Des. JOSÉ WILSON FERREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 663, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, tendo em vista o contido no Processo SEI 0037871/2026, resolve:

Art. 1º Remanejar as Funções Comissionadas e o Cargo em Comissão abaixo relacionados, conforme quadro a seguir:

item	código CJ/FC	origem (nível, descrição e localização CJ/FC)	destino (nível, descrição e localização CJ/FC)
1	8146	CJ-01 de Coordenador do Núcleo Permanente de Suporte à Pesquisa de Preços e aos Estudos Técnicos Preliminares das Contratações - NUPEC	CJ-01 de Coordenador do Núcleo Permanente de Procedimentos Licitatórios - NULIC
2	6241	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Licitações - NULIC	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Pesquisa e Análise de Preços - NUPEP
3	6262	FC-01 do Núcleo de Licitações - NULIC	FC-01 do Núcleo Permanente de Procedimentos Licitatórios - NULIC
4	6238	FC-01 do Núcleo de Licitações - NULIC	FC-01 do Núcleo Permanente de Procedimentos Licitatórios - NULIC
5	6237	FC-01 do Núcleo de Licitações - NULIC	FC-01 do Núcleo Permanente de Procedimentos Licitatórios - NULIC
6	6236	FC-01 do Núcleo de Licitações - NULIC	FC-01 do Núcleo Permanente de Procedimentos Licitatórios - NULIC
7	6235	FC-01 do Núcleo de Licitações - NULIC	FC-01 do Núcleo Permanente de Procedimentos Licitatórios - NULIC
8	6239	FC-03 do Núcleo de Licitações - NULIC	FC-03 do Núcleo Permanente de Procedimentos Licitatórios - NULIC
9	6240	FC-03 do Núcleo de Licitações - NULIC	FC-03 do Núcleo Permanente de Procedimentos Licitatórios - NULIC
10	6249	FC-01 do Núcleo Permanente de Suporte à Pesquisa de Preços e aos Estudos Técnicos Preliminares das Contratações - NUPEC	FC-01 do Núcleo de Pesquisa e Análise de Preços - NUPEP
11	6248	FC-01 do Núcleo Permanente de Suporte à Pesquisa de Preços e aos Estudos Técnicos Preliminares das Contratações - NUPEC	FC-01 do Núcleo de Pesquisa e Análise de Preços - NUPEP
12	6247	FC-01 do Núcleo Permanente de Suporte à Pesquisa de Preços e aos Estudos Técnicos Preliminares das Contratações - NUPEC	FC-01 do Núcleo de Pesquisa e Análise de Preços - NUPEP
13	7923	FC-01 do Núcleo Permanente de Suporte à Pesquisa de Preços e aos Estudos Técnicos Preliminares das Contratações - NUPEC	FC-01 do Núcleo de Pesquisa e Análise de Preços - NUPEP
14	8163	FC-03 do Núcleo Permanente de Suporte à Pesquisa de Preços e aos Estudos Técnicos Preliminares das Contratações - NUPEC	FC-03 do Núcleo de Pesquisa e Análise de Preços - NUPEP

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JAIR SOARES

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO COFEN Nº 126, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

ADMINISTRATIVO. ÉTICO-DISCIPLINAR. PROCESSO SEI COFEN Nº 00232.000344/2025-51. ORIGEM PROCESSO ÉTICO COREN-DF. 593ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO DE RECURSO. SEGUNDA INSTÂNCIA. CONDENAÇÃO. MULTA. Por unanimidade dos votos, decidido pelo recebimento do recurso, por ser tempestivo, pelo seu parcial provimento e pela reforma da Decisão Coren-DF nº 228/2025. Condenação de 01 (um) profissional de enfermagem à penalidade de multa de 03 (três) anuidades da categoria profissional em razão da infração aos artigos 70, 72 e 81 do Código de Ética, aprovado pela Resolução Cofen nº 564/2017.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

BETÂNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS
Relatora

ACÓRDÃO COFEN Nº 127, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

ADMINISTRATIVO. ÉTICO-DISCIPLINAR. PROCESSO SEI COFEN Nº 00235.016/2023-COREN-MA-PE. ORIGEM PROCESSO ÉTICO COREN-MA Nº 016/2023. 593ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO DE RECURSO. SEGUNDA INSTÂNCIA. CONDENAÇÃO. MULTA. Por unanimidade dos votos, decidido pelo recebimento do recurso, por ser tempestivo, pelo seu provimento parcial e pela reforma da Decisão Coren-MA nº 206/2025. Condenação de 01 (um) profissional de enfermagem à penalidade de multa de 07 (sete) anuidades da categoria profissional em razão da infração aos artigos 45, 61 e 91 do Código de Ética, aprovado pela Resolução Cofen nº 564/2017.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

LUDIMILA MAGALHÃES RODRIGUES DA CUNHA
Relatora

ACÓRDÃO COFEN Nº 128, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

ADMINISTRATIVO. ÉTICO-DISCIPLINAR. PROCESSO SEI COFEN Nº 00196.003209/2026-22. ORIGEM PROCESSO ÉTICO COREN-RJ Nº 008/2024. 593ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO DE RECURSO. SEGUNDA INSTÂNCIA. NULIDADE ABSOLUTA. ARQUIVAMENTO. Por unanimidade dos votos, decidido pela nulidade absoluta. Arquivamento.

ELLEN MARCIA PERES
Presidente da Mesa

ANTÔNIO JOSÉ COUTINHO DE JESUS
Relator

ACÓRDÃO COFEN Nº 129, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

ADMINISTRATIVO. ÉTICO-DISCIPLINAR. PROCESSO SEI COFEN Nº 00196.003259/2026-18. ORIGEM PROCESSO ÉTICO COREN-RS Nº 018/2023-E. 593ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO DE RECURSO. SEGUNDA INSTÂNCIA. ABSOLVIÇÃO. Por unanimidade dos votos, decidido pelo recebimento do recurso, por ser tempestivo, pelo seu provimento e pela reforma da Decisão Coren-RS nº 154/2024. Absolvição de 01 (um) profissional de enfermagem.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

CONRADO MARQUES DE SOUZA NETO
Relator

ACÓRDÃO COFEN Nº 130, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

ADMINISTRATIVO. ÉTICO-DISCIPLINAR. PROCESSO SEI COFEN Nº 00196.000939/2026-71. ORIGEM PROCESSO ÉTICO COREN-RS Nº 066/2021-E. 593ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO DE RECURSO. SEGUNDA INSTÂNCIA. CONDENAÇÃO. CENSURA. Por unanimidade dos votos, decidido pelo recebimento do recurso, por ser tempestivo, pelo seu não provimento e pela manutenção da Decisão do Coren-RS nº 032/2025. Condenação de 01 (um) profissional de enfermagem à penalidade de censura em razão da infração aos artigos 24, 26, 61, 63, 70 e 72 do Código de Ética, aprovado pela Resolução Cofen nº 564/2017.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

ELLEN MARCIA PERES
Relatora

ACÓRDÃO COFEN Nº 132, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

ADMINISTRATIVO. ÉTICO-DISCIPLINAR. PROCESSO SEI COFEN Nº 00196.003145/2026-60. ORIGEM PROCESSO ÉTICO COREN-GO Nº 885/2022. 593ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO DE RECURSO. SEGUNDA INSTÂNCIA. NULIDADE ABSOLUTA. ARQUIVAMENTO. Por unanimidade dos votos, decidido pela nulidade absoluta. Arquivamento.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

JOÃO BATISTA DE LIMA
Relator

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Fiscalização a serviço da sociedade

Comprovante de Entrega

N° do Protocolo: 81.161.398-7 Protocolado por **Iractan Ayres Santana Junior**

Data de Entrega: 29/09/2026 **Hora de Entrega:** 18:45:06 **Local de Entrega:** Protocolo Eletrônico

Código do Documento	Arquivo Associado	Validação do Documento *
81.161.394-9	DOU - 28-09-2026 Publicação RGF.pdf	4E3327418E57AE2A8440762A87EB4260
81.161.395-6	SICONFI_RGF_29_QUADRIMESTRAL_2 - DECLARAÇÃO.pdf	1494783E820BA2F77E61D029E84C00EC
81.161.396-3	SICONFI-RECIBO-06.KF.VM-X.pdf	5E71D247E778A98DA3D4F6A77B2F077A
81.161.397-0	arquivo_declaracao_1790698831488 - ATESTADO DE ADIMPLÊNCIA.pdf	E300CBAC78CDC4B5F2500E5099F1D602

* Essa sequência alfanumérica identifica o arquivo de forma exclusiva, por meio de uma função *hash*, garantindo a integridade do arquivo enviado.

Usuário: Iractan Ayres Santana Junior (X04957924384)

IP: 192.168.100.147, 192.168.100.199, 192.168.100.199

Em caso de dúvidas, sugestões ou reclamações entre em contato com a Central de Atendimento pelo 3527-5234.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
Rua João Parolin, 224 - Bairro Prado Velho - CEP 80220-902 - Curitiba - PR - https://www.tre-pr.jus.br

OFÍCIO PRESID Nº 368/2026

Curitiba, 28 de setembro de 2026.

À Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
Por e-mail

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, e em atenção ao disposto no artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminha-se a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, referente ao segundo quadrimestre de 2026, deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Atenciosamente,

Des. LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA
Presidente

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA**, **Presidente**, em 28/09/2026, às 17:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pr.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0479890** e o código CRC **35384BDD**.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
Rua João Parolin, 224 - Bairro Prado Velho - CEP 80220-902 - Curitiba - PR - https://www.tre-pr.jus.br

PORTARIA PRESID Nº 323/2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no SEI nº 0017159-51.2026.6.16.8000,

RESOLVE

Art. 1º TORNAR PÚBLICO, nos termos do Inciso III e parágrafo único do artigo 54, parágrafo 2º do artigo 55 e artigo 72, todos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, 23 de setembro de 2026.

Des.
LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA
Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2025 A AGOSTO 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") **R$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (h)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	28.553.639,59	28.379.455,38	43.920.864,07	29.718.222,37	39.433.184,41	29.780.110,32	29.088.766,12	29.198.047,94	30.936.563,58	30.152.770,60	31.550.641,16	31.732.729,23	382.444.994,77	721.357,89
Pessoal Ativo	23.300.716,70	23.258.944,24	35.914.754,26	24.450.787,43	31.547.268,48	24.437.957,12	23.679.096,84	23.853.960,05	25.594.240,82	24.733.404,26	25.946.397,14	25.966.752,64	312.686.279,98	721.357,89
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	19.830.490,24	19.767.183,25	29.008.393,05	20.988.292,06	28.052.516,69	20.934.776,08	20.183.147,09	20.350.620,80	21.714.416,93	21.075.773,80	22.025.360,64	22.059.707,17	265.990.477,80	715.647,47
Obrigações Patronais	3.470.226,46	3.491.760,99	6.906.361,21	3.462.495,37	3.494.951,79	3.503.181,04	3.495.949,75	3.503.339,25	3.879.823,89	3.659.630,46	3.921.036,50	3.907.045,47	46.695.802,18	5.710,42
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.252.922,89	5.120.511,14	8.006.109,81	5.267.434,94	7.885.915,93	5.342.153,20	5.409.669,28	5.344.087,89	5.342.322,76	5.417.366,34	5.604.244,02	5.765.976,59	69.758.714,79	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	4.235.342,87	4.158.530,86	6.546.952,79	4.347.016,22	6.477.643,15	4.403.304,65	4.423.804,04	4.389.567,11	4.366.173,98	4.462.845,56	4.626.011,96	4.800.103,61	57.237.296,80	-
Pensões	1.017.580,02	961.980,28	1.459.157,02	920.418,72	1.408.272,78	938.848,55	985.865,24	954.520,78	976.148,78	954.520,78	978.232,06	965.872,98	12.521.417,99	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	5.250.365,66	5.117.953,91	5.734.037,33	2.767.557,25	7.883.258,96	5.339.496,23	5.407.012,31	5.341.430,92	5.339.665,79	5.414.709,37	5.601.587,05	5.763.319,62	64.960.394,40	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	28.582,44	-	-	-	-	-	-	-	-	28.582,44	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.250.365,66	5.117.953,91	5.734.037,33	2.738.974,81	7.883.258,96	5.339.496,23	5.407.012,31	5.341.430,92	5.339.665,79	5.414.709,37	5.601.587,05	5.763.319,62	64.931.811,96	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	23.303.273,93	23.261.501,47	38.186.826,74	26.950.665,12	31.549.925,45	24.440.614,09	23.681.753,81	23.856.617,02	25.596.897,79	24.738.061,23	25.949.054,11	25.969.409,61	317.484.600,37	721.357,89

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	318.205.958,26	0,019651
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	678.891.949,12	0,041926
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	644.947.351,66	0,039830
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	611.002.754,21	0,037733

FONTE: SECONGE/SOF/TSE e SECONT/CFIC/SECOFC/TRE-PR; Siafi Operacional e Tesouro Gerencial.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.
3. As despesas de exercícios anteriores do período compreendido entre janeiro/2026 a Agosto/2026, foram excluídas (inciso IV, §1º do art. 19 da LRF).
4. Os valores referentes às despesas de exercícios anteriores excluídas do demonstrativo serão apresentados no 3º quadrimestre de 2026.

Des. LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA
Presidente

VALCIR MOMBACH
Diretor-Geral

HELTON JOSE SANCHEZ
Gestor Financeiro

HILLENE DE CASSIA SBALQUEIRO SILVA MEIRA
Auditoria Interna

À **Seção de Contabilidade**, para publicação
da **Portaria PRESID nº 323/2026.**

Des. Luciano Carrasco Falavinha Souza
Presidente

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA**, **Presidente**, em 23/09/2026, às 17:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **VALCIR MOMBACH**, **Diretor-Geral**, em 23/09/2026, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **HELTON JOSE SANCHEZ**, **Secretário**, em 23/09/2026, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **HILLENE DE CASSIA SBALQUEIRO SILVA MEIRA**, **Secretária**, em 23/09/2026, às 17:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pr.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0475214** e o código CRC **73B4AC78**.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PORTARIA TRE-PR Nº 323, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no SEI 0017159-51.2026.6.16.8000, resolve:
Art. 1º TORNAR PÚBLICO, nos termos do Inciso III e parágrafo único do artigo 54, parágrafo 2º do artigo 55 e artigo 72, todos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	28.553.639,59	28.379.455,38	43.920.864,07	29.718.222,37	39.433.184,41	29.780.110,32	29.088.766,12	29.198.047,94	30.936.563,58	30.152.770,60	31.550.641,16	31.732.729,23	382.444.994,77	721.357,89
Pessoal Ativo	23.300.716,70	23.258.944,24	35.914.754,26	24.450.787,43	31.547.268,48	24.437.957,12	23.679.096,84	23.853.960,05	25.594.240,82	24.735.404,26	25.946.397,14	25.966.752,64	312.686.279,98	721.357,89
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	19.830.490,24	19.767.183,25	29.008.393,05	20.988.292,06	28.052.316,69	20.934.776,08	20.183.147,09	20.350.620,80	21.714.416,93	21.075.773,80	22.025.360,64	22.059.707,17	265.990.477,80	715.647,47
Obrigações Patronais	3.470.226,46	3.491.760,99	6.906.361,21	3.462.495,37	3.494.951,79	3.503.181,04	3.495.949,75	3.503.339,25	3.879.823,89	3.659.630,46	3.921.036,50	3.907.045,47	46.695.802,18	5.710,42
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.252.922,89	5.120.511,14	8.006.109,81	5.267.434,94	7.885.915,93	5.342.153,20	5.409.669,28	5.344.087,89	5.342.322,76	5.417.366,34	5.604.244,02	5.765.976,59	69.758.714,79	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	4.235.342,87	4.158.530,86	6.546.952,79	4.347.016,22	6.477.643,15	4.403.304,65	4.423.804,04	4.389.567,11	4.366.173,98	4.462.845,56	4.626.011,96	4.800.103,61	57.237.296,80	
Pensões	1.017.580,02	961.980,28	1.459.157,02	920.418,72	1.408.272,78	938.848,55	985.865,24	954.520,78	976.148,78	954.520,78	978.232,06	965.872,98	12.521.417,99	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou contratação de forma direta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	5.250.365,66	5.117.953,91	5.734.037,33	2.767.557,25	7.883.258,96	5.339.496,23	5.407.012,31	5.341.430,92	5.339.665,79	5.414.709,37	5.601.587,05	5.763.319,62	64.960.394,40	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				28.582,44									28.582,44	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.250.365,66	5.117.953,91	5.734.037,33	2.738.974,81	7.883.258,96	5.339.496,23	5.407.012,31	5.341.430,92	5.339.665,79	5.414.709,37	5.601.587,05	5.763.319,62	64.931.811,96	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	23.303.273,93	23.261.501,47	38.186.826,74	26.950.665,12	31.549.925,45	24.440.614,09	23.681.753,81	23.856.617,02	25.596.897,79	24.738.061,23	25.949.054,11	25.969.409,61	317.484.600,37	721.357,89

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	318.205.958,26	0,019651
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	678.891.949,12	0,041926
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	644.947.351,66	0,039830
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	611.002.754,21	0,037733

FONTE: Tesouro Gerencial; SECONGE/SO/TSE e SECONT/CFIC/SECOFC/TRE-PR

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804 de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.
3. As despesas de exercícios anteriores do período compreendido entre janeiro/2026 a agosto/2026, foram excluídas (inciso IV, §1º do art. 19 da LRF).
4. Os valores referentes às despesas de exercícios anteriores, excluídas do demonstrativo, serão apresentados no 3º quadrimestre de 2026.

VALCIR MOMBACH
Diretor-Geral

HELTON JOSE SANCHEZ
Gestor Financeiro

HILLENE DE CASSIA SBALQUEIRO SILVA MEIRA
Controle Interno

Des. LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

PORTARIA Nº 380, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições previstas no art. 54 da LC nº 101/2000, resolve:
Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2026, relativo ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026, na forma do Anexo.

Des. MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Setembro de 2025 a agosto de 2026

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.015.051,44	4.328.343,60	6.504.774,64	7.792.358,90	5.828.058,61	4.202.869,74	4.882.750,72	4.341.115,13	4.237.067,43	5.513.269,66	6.408.687,69	5.079.230,87	63.133.578,43	136.763,67
Pessoal Ativo	3.422.277,79	3.734.440,42	5.600.440,50	7.196.272,65	4.942.977,31	3.567.672,28	4.256.832,79	3.720.471,57	3.619.258,33	4.891.405,34	5.753.378,12	4.437.980,58	55.143.407,68	136.763,67
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.895.039,69	3.193.522,05	4.523.675,30	6.647.430,46	4.385.843,61	3.027.472,31	3.690.597,38	3.134.692,15	3.053.839,21	4.340.064,37	5.191.229,38	3.814.218,03	47.897.623,94	136.763,67

Atestado

Atesto que foi publicado, em 24/09/2026, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do(a) Tribunal Regional Eleitoral - PR, do 2º quadrimestre de 2026, conforme preceituam os arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

União, em 26/09/2026.

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA:9542 Date: 2026.09.26 15:50:38 BRT Reason: Perfil: Titular do Poder Judiciário Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - PR

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRESIDÊNCIA
Avenida Rui Barbosa, 165 - Bairro Tirol. Natal/RN. CEP 59015290
E-mail: gabpres@tre-rn.jus.br. Telefone: (84) 3654-5003

OFÍCIO Nº 419/2026/PRES

Natal, *na data da assinatura eletrônica*.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **Vital do Rêgo**
Presidente do Tribunal de Contas da União - TCU
Brasília/DF

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal – 2º Quadrimestre de 2026** (Ref.: SEI nº 07700/2026)

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 2º quadrimestre de 2026, o qual foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, nos termos da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Por oportuno, informo que o aludido Relatório encontra-se disponibilizado na página eletrônica deste Regional, cujo endereço é www.tre-rn.jus.br.

Respeitosamente,

Assinado e datado eletronicamente
Desembargadora **Martha Danyelle**
Presidente

Documento assinado eletronicamente por **Martha Danyelle Sant´Anna Costa Barbosa**, **Presidente do TRE-RN**, em 21/09/2026, às 10:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rn.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2581902&crc=D528CB69 informando, caso não preenchido, o código verificador **2581902** e o código CRC **D528CB69**.

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	149.469.669,73	0,009231
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	360.739.274,97	0,022278
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	342.702.311,22	0,021164
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do parágrafo 1 do art. 59 da LRF)	324.665.347,47	0,020050

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial/SIAFI, SECON/SOF/TRE-PB, emissão 18/09/2026, às 08h:00min.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

3. Em atenção à orientação contida no e-mail da SOF/TSE (evento SEI 2510808) e visando ao cumprimento do disposto no inciso IV, parágrafo 1º do art. 19 da LRF, procedeu-se à exclusão, da linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração", dos valores de R$ 6.996,57 (Competência: dez/2025) e R$ 25.755,36 (Competências: out, nov e dez/2025). Tal exclusão deve-se ao fato de que tais despesas possuem fatos geradores ocorridos no mesmo período de apuração deste RGF (set/2025 a ago/2026), conforme informações encaminhadas pela unidade SEPAD e SEPAG/TRE-PB (Processo SEI de n. 0004318-51.2026.6.15.8000 - docs. 2382513 e 2386057 ; Processo SEI de nº 0006542-59.2026.6.15.8000 - docs. 2506007 e 2510623).

DES. MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS
Presidente do Tribunal

ANDRÉ VIEIRA QUEIROZ
Diretor-Geral

RANULFO LACET VIÉGAS DE ARAÚJO
Secretário de Orçamento e Finanças

JOÃO DEMAR LUCENA RODRIGUES
Coordenador de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA PRES 300, DE 17 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2026.

A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101/2000, e tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 07700/2026, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARTHA DANYELLE SANT´ANNA COSTA BARBOSA
Presidente do Tribunal

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2025 A AGOSTO 2026
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.124.206,36	12.151.130,84	18.607.586,42	15.511.138,63	16.373.281,18	12.852.771,14	12.402.642,31	12.384.523,70	13.484.283,40	13.792.340,12	13.643.053,23	13.748.665,61	167.075.622,94	1.088.328,34
Pessoal Ativo	9.698.384,15	9.737.376,70	14.915.384,91	13.074.595,49	12.672.052,92	10.394.239,59	9.910.666,49	9.904.656,82	10.987.366,93	11.309.473,52	10.985.013,46	11.102.587,74	134.691.798,72	1.088.328,34
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	8.229.337,77	8.251.365,73	12.013.138,56	11.529.131,85	11.205.125,75	8.883.732,51	8.419.605,73	8.415.145,17	9.264.575,71	9.736.065,97	9.324.228,20	9.415.634,30	114.687.087,25	985.328,43
Obrigações Patronais	1.469.046,38	1.486.010,97	2.902.246,35	1.545.463,64	1.466.927,17	1.510.507,08	1.491.060,76	1.489.511,65	1.722.791,22	1.573.407,55	1.660.785,26	1.686.953,44	20.004.711,47	102.999,91
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.425.822,21	2.413.754,14	3.692.201,51	2.436.543,14	3.701.228,26	2.458.531,55	2.491.975,82	2.479.866,88	2.496.916,47	2.482.866,60	2.658.039,77	2.646.077,87	32.383.824,22	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.634.314,89	1.634.874,57	2.507.134,16	1.612.032,76	2.494.183,08	1.659.792,98	1.700.707,65	1.688.598,71	1.707.093,22	1.693.043,35	1.841.556,03	1.837.933,61	22.011.265,01	-
Pensões	791.507,32	778.879,57	1.185.067,35	824.510,38	1.207.045,18	798.738,57	791.268,17	791.268,17	789.823,25	789.823,25	816.483,74	808.144,26	10.372.559,21	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.327.743,54	2.316.100,07	2.357.028,62	2.138.235,09	3.599.741,73	2.357.045,02	2.409.838,31	2.410.970,17	2.395.429,94	2.381.380,07	2.663.005,95	2.544.597,68	29.901.116,19	569,42
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	30.664,07	95.362,23	-	-	19.349,02	32.589,82	-	-	106.452,71	-	284.417,85	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	189,01	613,61	613,61	447.476,54	613,61	613,61	613,61	613,61	613,61	613,61	613,61	619,95	453.807,99	569,42
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.327.554,53	2.315.486,46	2.325.750,94	1.595.396,32	3.599.128,12	2.356.431,41	2.389.875,68	2.377.766,74	2.394.816,33	2.380.766,46	2.555.939,63	2.543.977,73	29.162.890,35	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	9.796.462,82	9.835.030,77	16.250.557,80	13.372.903,54	12.773.539,45	10.495.726,12	9.992.804,00	9.973.553,53	11.088.853,46	11.410.960,05	10.980.047,28	11.204.067,93	137.174.506,75	1.087.758,92

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	138.262.265,67	0,008539
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	396.703.092,63	0,024499
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	376.867.938,00	0,023274
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	357.032.783,36	0,022049

FONTE: Sistema <Tesouro Geencial>, Unidade Responsável <COFIN/SAOF>, Data da emissão <17/09/2026> e hora de emissão <09H30>

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

Desembargadora MARTHA DANYELLE SANT´ANNA COSTA BARBOSA
Presidente
MARCOS FLAVIO NASCIMENTO MAIA
Diretor-Geral
JORGE HENRIQUE DE ALMEIDA
Dirigente de Auditoria Interna
SIMONE MARIA DE OLIVEIRA SOARES MELLO
Secretária de Administração, Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br
Telefones: -

Ofício nº 342 / 2026 - PRES/GABPRES

Porto Velho, 21 de setembro de 2026.

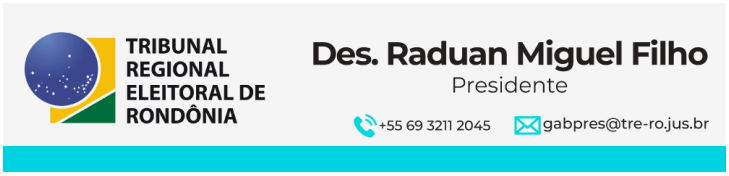
A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Assunto: Demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal. 2º quadrimestre 2026.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atenção ao contido no art. 5º, inciso I, da Lei n. 10.028/2000, encaminho o **Relatório de Gestão Fiscal - RGF** deste Tribunal Regional Eleitoral, referente ao 2º Quadrimestre de 2026, período de setembro de 2025 a agosto de 2026, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Raduan Miguel Filho**, **Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**, em 22/09/2026, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao informando o código verificador **1598499** e o código CRC **00CCCC21**.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA TRE-RS P Nº 2.798, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuicoes legais, resolve:

Tornar publico, nos termos do Inciso III e paragrafo unico do art. 54 da Lei Complementar nr. 101, de 4 de maio de 2000, o Relatorio de Gestao Fiscal, em anexo, ja analisado pelas areas tecnicas desta Corte.

Desa. MARIA DE LOURDES GALVÃO BRACCINI DE GONZALEZ

ANEXO I

UNIAO - PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alinea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Ultimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													Inscritas em Restos a Pagar Nao Processados (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ultimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	24.347.614,64	28.572.993,62	40.719.637,14	30.260.789,75	39.242.213,41	27.645.515,03	27.621.582,21	28.238.328,26	28.700.282,44	29.090.475,29	29.627.668,00	29.627.045,13	363.694.144,92	3.043.451,77
Pessoal Ativo	18.800.669,00	22.990.028,53	32.258.750,75	24.688.562,24	30.659.864,51	21.927.389,31	21.854.883,59	22.475.574,25	22.712.902,51	23.279.553,98	23.407.054,54	23.446.728,99	288.501.962,20	3.043.451,77
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variaveis	15.564.805,70	19.762.520,78	25.847.349,75	21.402.606,72	27.387.033,88	18.599.231,29	18.527.319,60	19.022.710,52	19.337.463,93	19.907.942,82	19.780.402,75	19.823.820,21	244.963.207,95	2.990.416,41
Obrigacoes Patronais	3.235.863,30	3.227.507,75	6.411.401,00	3.285.955,52	3.272.830,63	3.328.158,02	3.327.563,99	3.452.863,73	3.375.438,58	3.371.611,16	3.626.651,79	3.622.908,78	43.538.754,25	53.035,36
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.546.945,64	5.582.965,09	8.460.886,39	5.572.227,51	8.582.348,90	5.718.125,72	5.766.698,62	5.762.754,01	5.987.379,93	5.810.921,31	6.220.613,46	6.180.316,14	75.192.182,72	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	4.651.516,73	4.686.780,41	7.100.108,41	4.670.872,74	7.164.663,88	4.768.054,38	4.817.736,14	4.813.052,29	5.048.301,75	4.871.843,13	5.256.019,96	5.204.758,96	63.053.708,78	
Pensoes	895.428,91	896.184,68	1.360.777,98	901.354,77	1.417.685,02	950.071,34	948.962,48	949.701,72	939.078,18	939.078,18	964.593,50	975.557,18	12.138.473,94	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirizacao ou de contratacao de forma indireta (parágrafo 1 do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal nao Executada Orcamentariamente														
DESPESAS NAO COMPUTADAS (II) (P. 1 do art. 19 da LRF)	5.423.445,49	5.459.010,81	8.274.023,58	3.633.625,66	8.391.178,66	5.590.102,04	5.671.794,24	5.631.665,78	5.898.381,69	5.710.095,80	6.089.525,23	6.067.946,34	71.840.795,32	
Indenizacoes por Demissao e Incentivos a Demissao Voluntaria														
Decorrentes de Decisao Judicial de periodo anterior ao da apuracao														
Despesas de Exercicios Anteriores de periodo anterior ao da apuracao	454,13			242.888,27	901,30	24,01	37.298,71		42.089,99	30.262,72		18.718,43	372.637,56	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.422.991,36	5.459.010,81	8.274.023,58	3.390.737,39	8.390.277,36	5.590.078,03	5.634.495,53	5.631.665,78	5.856.291,70	5.679.833,08	6.089.525,23	6.049.227,91	71.468.157,76	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III = I - II)	18.924.169,15	23.113.982,81	32.445.613,56	26.627.164,09	30.851.034,75	22.055.412,99	21.949.787,97	22.606.662,48	22.801.900,75	23.380.379,49	23.538.142,77	23.559.098,79	291.853.349,60	3.043.451,77

APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	294.896.801,37	0,018212
LIMITE MAXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	722.773.959,86	0,044636
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (paragrafo unico do art. 22 da LRF)	686.635.261,86	0,042404
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	650.496.563,87	0,040172

FONTE: SIAFI e COORC/SOF/TRE-RS. Emitido em 21/09/2026 as 15h e 00m

1Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercicio, os valores de restos a pagar nao processados inscritos em 31 de dezembro do exercicio anterior continuarao a ser informados nesse campo. Esses valores nao sofrem alteracao pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluidos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

Desa. MARIA DE LOURDES GALVÃO BRACCINI DE GONZALEZ
Presidente do Tribunal

ANA GABRIELA DE ALMEIDA VEIGA
Diretora-Geral

FABIO DAS NEVES BARBOSA
Gestor Financeiro

DANIELA OTILIA FOLTZ
Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 808, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 54, inciso III, e 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, bem como das informações constantes no Procedimento Administrativo SEI n. 0000134-57.2026.6.22.8000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2026 (1595178), referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. RADUAN MIGUEL FILHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2025 A AGOSTO 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.228.689,47	6.685.952,32	10.052.048,66	7.855.645,43	9.001.279,70	6.876.609,42	6.907.348,54	6.757.985,53	6.835.102,61	7.262.803,91	7.211.048,73	7.308.250,29	88.982.764,61	1.336.750,00
Pessoal Ativo	5.195.547,19	5.652.810,04	8.436.712,80	6.764.514,70	7.371.581,03	5.773.659,84	5.804.398,96	5.637.059,76	5.718.969,58	6.107.053,41	6.028.211,09	6.125.412,65	74.615.931,05	1.335.150,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.526.245,83	4.923.151,93	7.053.064,35	6.037.450,37	6.643.076,38	5.036.480,09	5.072.851,02	4.907.657,97	4.976.052,20	5.309.385,88	5.232.296,20	5.328.121,19	65.045.833,41	1.318.750,00
Obrigações Patronais	669.301,36	729.658,11	1.383.648,45	727.064,33	728.504,65	737.179,75	731.547,94	729.401,79	742.917,38	797.667,53	795.914,89	797.291,46	9.570.097,64	16.400,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.033.142,28	1.033.142,28	1.615.335,86	1.091.130,73	1.629.698,67	1.102.949,58	1.102.949,58	1.120.925,77	1.116.133,03	1.155.750,50	1.182.837,64	1.182.837,64	14.366.833,56	1.600,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	909.845,56	909.845,56	1.428.791,84	967.834,01	1.441.201,52	977.284,82	977.284,82	995.261,01	990.468,27	1.030.085,74	1.052.742,64	1.052.742,64	12.733.388,43	-
Pensões	123.296,72	123.296,72	186.544,02	123.296,72	188.497,15	125.664,76	125.664,76	125.664,76	125.664,76	125.664,76	130.095,00	130.095,00	1.633.445,13	1.600,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.000.152,31	1.003.090,89	1.528.826,14	493.610,10	1.531.877,88	1.062.774,68	1.037.735,72	1.058.973,84	1.050.919,17	1.090.536,64	1.117.623,78	1.148.029,83	13.124.150,98	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	16.522,38	-	14.227,32	-	25.038,96	-	3.261,93	-	-	-	30.406,05	89.456,64	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.000.152,31	986.568,51	1.528.826,14	479.382,78	1.531.877,88	1.037.735,72	1.037.735,72	1.055.711,91	1.050.919,17	1.090.536,64	1.117.623,78	1.117.623,78	13.034.694,34	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.228.537,16	5.682.861,43	8.523.222,52	7.362.035,33	7.469.401,82	5.813.834,74	5.869.612,82	5.699.011,69	5.784.183,44	6.172.267,27	6.093.424,95	6.160.220,46	75.858.613,63	1.336.750,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	77.195.363,63	0,004767
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	202.067.753,50	0,012479
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	191.964.365,82	0,011855
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	181.860.978,15	0,011231

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão: 16/SETEMBRO/2026, às 16h e 00 min.

1Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

REJANE ASSIS LIMA DA FONSECA
Auditora Chefe

EDGARD MANOEL AZEVEDO FILHO
Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

ÉRICA MACHADO
Diretora-Geral

Des. RADUAN MIGUEL FILHO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 285, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28 do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 54, III e parágrafo único c/c 55, I, "a", § 1º e § 2º da Lei Complementar 101 - LRF, de 4/5/00, publicada no D.O.U., Seção 1, de 5/5/00, e no teor da Portaria nº 989, de 14/06/2024, alterada pelas Portarias nº 924, de 28/04/2025 e nº 2.057 de 15/09/2025, que aprovou a 15ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), com vigência a partir de 2026, todas da Secretaria do Tesouro Nacional, resolve:

Art. 1º. Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre de 2026, na forma dos Anexos desta Portaria.

Parágrafo único. O Relatório a que se refere o caput será publicado no Diário Oficial da União e disponiblizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Desª ANA LÚCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI26	JUN26	JUL26	AGO26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.822.345,70	7.757.544,03	11.890.502,93	8.508.909,16	10.872.559,48	8.373.392,64	8.101.168,42	7.921.778,00	8.228.464,00	9.080.175,91	8.908.143,60	8.818.135,19	106.283.159,06	732.511,77
Pessoal Ativo	6.378.460,43	6.313.658,76	9.652.326,07	7.065.023,89	8.604.627,05	6.668.603,18	6.611.036,81	6.418.781,16	6.725.482,83	7.527.495,56	7.320.043,19	7.230.034,78	86.515.573,71	732.511,77
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.412.789,88	5.335.572,17	7.745.403,14	6.090.810,97	7.633.709,23	5.696.368,94	5.634.517,62	5.444.790,74	5.724.059,06	6.381.183,15	6.224.090,12	6.126.543,92	73.449.838,94	691.543,99
Obrigações Patronais	965.670,55	978.086,59	1.906.922,93	974.212,92	970.917,82	972.234,24	976.519,19	973.990,42	1.001.423,77	1.146.312,41	1.095.953,07	1.103.490,86	13.065.734,77	40.967,78

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA
ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Ofício nº 3289 / 2026 - TRE-RR/PRES/AssJurPRES

Boa Vista, *data da assinatura eletrônica*.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
70165-900 - Brasília/DF
Endereço eletrônico institucional: slcn@senado.leg.br.

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima**.

Senhor Presidente,

Em atenção ao estabelecido no art. 5º, inc. I, da Lei de Crimes Fiscais (Lei n.° 10.028/2000), na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar n.° 101/2000) e na Lei de Diretrizes Orçamentarias - LDO 2025 (Lei n.° 15.080/2024), encaminho o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE/RR) referente ao 2.° quadrimestre de 2026.

Informo que a Portaria nº 380/2026, que aprovou o Relatório de Gestão Fiscal ora apresentado, foi publicada no Diário Oficial da União de 24/09/2026, Seção 1, p. 336 e 337. O referido ato está disponível para consulta no Portal da Transparência do TRE-RR (https://www.tre-rr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-fiscal/relatorios-de-gestao-fiscal), atendidas a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.524/2011) e a Resolução CNJ n.º 215/2015.

Por fim, informo que o Relatório de Gestão Fiscal do 2.º quadrimestre de 2026 foi disponibilizado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), de acordo com os modelos estabelecidos no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

Cordialmente,

Desembargador **Mozarildo Cavalcanti**

Presidente do TRE/RR

(assinado eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por **MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI**, **Presidente**, em 28/09/2026, às 12:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rr.jus.br/autenticidade informando o código verificador **1092204** e o código CRC **286E1A84**.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PORTARIA TRE-PR Nº 323, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no SEI 0017159-51.2026.6.16.8000, resolve:
Art. 1º TORNAR PÚBLICO, nos termos do Inciso III e parágrafo único do artigo 54, parágrafo 2º do artigo 55 e artigo 72, todos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	28.553.639,59	28.379.455,38	43.920.864,07	29.718.222,37	39.433.184,41	29.780.110,32	29.088.766,12	29.198.047,94	30.936.563,58	30.152.770,60	31.550.641,16	31.732.729,23	382.444.994,77	721.357,89
Pessoal Ativo	23.300.716,70	23.258.944,24	35.914.754,26	24.450.787,43	31.547.268,48	24.437.957,12	23.679.096,84	23.853.960,05	25.594.240,82	24.735.404,26	25.946.397,14	25.966.752,64	312.686.279,98	721.357,89
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	19.830.490,24	19.767.183,25	29.008.393,05	20.988.292,06	28.052.316,69	20.934.776,08	20.183.147,09	20.350.620,80	21.714.416,93	21.075.773,80	22.025.360,64	22.059.707,17	265.990.477,80	715.647,47
Obrigações Patronais	3.470.226,46	3.491.760,99	6.906.361,21	3.462.495,37	3.494.951,79	3.503.181,04	3.495.949,75	3.503.339,25	3.879.823,89	3.659.630,46	3.921.036,50	3.907.045,47	46.695.802,18	5.710,42
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.252.922,89	5.120.511,14	8.006.109,81	5.267.434,94	7.885.915,93	5.342.153,20	5.409.669,28	5.344.087,89	5.342.322,76	5.417.366,34	5.604.244,02	5.765.976,59	69.758.714,79	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	4.235.342,87	4.158.530,86	6.546.952,79	4.347.016,22	6.477.643,15	4.403.304,65	4.423.804,04	4.389.567,11	4.366.173,98	4.462.845,56	4.626.011,96	4.800.103,61	57.237.296,80	
Pensões	1.017.580,02	961.980,28	1.459.157,02	920.418,72	1.408.272,78	938.848,55	985.865,24	954.520,78	976.148,78	954.520,78	978.232,06	965.872,98	12.521.417,99	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou contratação de forma direta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	5.250.365,66	5.117.953,91	5.734.037,33	2.767.557,25	7.883.258,96	5.339.496,23	5.407.012,31	5.341.430,92	5.339.665,79	5.414.709,37	5.601.587,05	5.763.319,62	64.960.394,40	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				28.582,44									28.582,44	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.250.365,66	5.117.953,91	5.734.037,33	2.738.974,81	7.883.258,96	5.339.496,23	5.407.012,31	5.341.430,92	5.339.665,79	5.414.709,37	5.601.587,05	5.763.319,62	64.931.811,96	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	23.303.273,93	23.261.501,47	38.186.826,74	26.950.665,12	31.549.925,45	24.440.614,09	23.681.753,81	23.856.617,02	25.596.897,79	24.738.061,23	25.949.054,11	25.969.409,61	317.484.600,37	721.357,89

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	318.205.958,26	0,019651
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	678.891.949,12	0,041926
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	644.947.351,66	0,039830
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	611.002.754,21	0,037733

FONTE: Tesouro Gerencial; SECONGE/SO/TSE e SECONT/CFIC/SECOFC/TRE-PR

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804 de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.
3. As despesas de exercícios anteriores do período compreendido entre janeiro/2026 a agosto/2026, foram excluídas (inciso IV, §1º do art. 19 da LRF).
4. Os valores referentes às despesas de exercícios anteriores, excluídas do demonstrativo, serão apresentados no 3º quadrimestre de 2026.

VALCIR MOMBACH
Diretor-Geral

HELTON JOSE SANCHEZ
Gestor Financeiro

HILLENE DE CASSIA SBALQUEIRO SILVA MEIRA
Controle Interno

Des. LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

PORTARIA Nº 380, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições previstas no art. 54 da LC nº 101/2000, resolve:
Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2026, relativo ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026, na forma do Anexo.

Des. MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Setembro de 2025 a agosto de 2026

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.015.051,44	4.328.343,60	6.504.774,64	7.792.358,90	5.828.058,61	4.202.869,74	4.882.750,72	4.341.115,13	4.237.067,43	5.513.269,66	6.408.687,69	5.079.230,87	63.133.578,43	136.763,67
Pessoal Ativo	3.422.277,79	3.734.440,42	5.600.440,50	7.196.272,65	4.942.977,31	3.567.672,28	4.256.832,79	3.720.471,57	3.619.258,33	4.891.405,34	5.753.378,12	4.437.980,58	55.143.407,68	136.763,67
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.895.039,69	3.193.522,05	4.523.675,30	6.647.430,46	4.385.843,61	3.027.472,31	3.690.597,38	3.134.692,15	3.053.839,21	4.340.064,37	5.191.229,38	3.814.218,03	47.897.623,94	136.763,67

Obrigações Patronais	527.238,10	540.918,37	1.076.765,20	548.842,19	557.133,70	540.199,97	566.235,41	585.779,42	565.419,12	551.340,97	562.148,74	623.762,55	7.245.783,74	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	592.773,65	593.903,18	904.334,14	596.086,25	885.081,30	635.197,46	625.917,93	620.643,56	617.809,10	621.864,32	655.309,57	641.250,29	7.990.170,75	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	515.087,46	516.216,99	787.381,21	518.400,06	765.063,92	555.493,74	546.214,21	540.939,84	538.105,38	542.160,60	574.432,38	560.373,10	6.959.868,89	-
Pensões	77.686,19	77.686,19	116.952,93	77.686,19	120.017,38	79.703,72	79.703,72	79.703,72	79.703,72	79.703,72	80.877,19	80.877,19	1.030.301,86	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	579.645,21	580.774,74	948.282,33	485.943,06	877.112,13	625.516,37	744.183,64	607.003,11	604.168,65	608.601,40	641.669,12	627.609,84	7.930.509,60	31.903,22
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	57.076,63	15.499,81	5.159,27	4.471,37	-	-	-	-	-	-	82.207,08	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	200.798,22	-	-	131.906,16	-	-	377,53	-	-	333.081,91	31.903,22
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	579.645,21	580.774,74	891.205,70	269.645,03	871.952,86	621.045,00	612.277,48	607.003,11	604.168,65	608.223,87	641.669,12	627.609,84	7.515.220,61	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.435.406,23	3.747.568,86	5.556.492,31	7.306.415,84	4.950.946,48	3.577.353,37	4.138.567,08	3.734.112,02	3.632.898,78	4.904.668,26	5.767.018,57	4.451.621,03	55.203.068,83	104.860,45

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	55.307.929,28	0,003416
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	119.614.912,66	0,007387
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	113.634.167,03	0,007018
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	107.653.421,39	0,006648

FONTE: SIAFI, SCPF/COF/TRE-RR. Emitido em 18/set/2026, 12:00h.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE n.º 385/2013.

2. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração" foram excluídos R$ 63.282,44 do mês de fevereiro. R$ 1.207,12 do mês de março, R$ 780,12 do mês de abril, R$ 1.938,54 do mês de maio e R$ 189.732,59 do mês de julho de 2026, pois a competência da despesa pertence ao período de apuração.

3. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

ANTONIO FERREIRA GOMES
Gestor Financeiro

ALÍSIO STEINER SOARES DE MACEDO
Coordenador de Auditoria

ADRIANO NOGUEIRA BATISTA
Diretor-Geral

Des. MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI
Presidente do Tribunal

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 2.206, 14 DE SETEMBRO DE 2026

Estabelece os valores exatos das anuidades, das multas e dos preços de serviços a serem pagos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos Regionais de Economia, para o exercício de 2027, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411/1951, pela Lei nº 6.537/1978, pelo Decreto nº 31.794/1952, e pela Lei nº 12.514/ 2011 e o que consta no Processo Cofecon SEI nº 141100.000213/2026-82 e o deliberado na 754ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Cofecon, realizada no dia 12 de setembro de 2026, em São Paulo-SP, resolve:

Art. 1º Estabelecer os valores exatos das anuidades devidas aos Conselhos de Economia pelas pessoas físicas e jurídicas neles registradas, para o exercício de 2027, observando-se o seguinte:

I. para Economista, o valor integral de R$ 872,33 (oitocentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos);

II. para pessoa jurídica individual e para pessoa jurídica com capital registrado de até R$ 10.000,00 (dez mil reais), o valor integral de R$ 872,33 (oitocentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos);

III. para as demais pessoas jurídicas, conforme o capital social, os seguintes valores:

Faixas de Capital	Valor Único
- acima de R$ 10.000,00 e até R$ 50.000,00	R$ 1.147,99
- acima de R$ 50.000,00 e até R$ 200.000,00	R$ 2.295,99
- acima de R$ 200.000,00 até R$ 500.000,00	R$ 3.444,00
- acima de R$ 500.000,00 até R$ 1.000.000,00	R$ 4.591,98
- acima de R$ 1.000.000,00 até R$ 2.000.000,00	R$ 5.739,96
- acima de R$ 2.000.000,00 até R$ 10.000.000,00	R$ 6.736,85
- acima de R$ 10.000.000,00	R$ 9.183,99

§ 1º A fixação das anuidades para o exercício de 2027 foi obtida aplicando-se o percentual de 4,098050% (quatro inteiros e noventa e oito mil e cinquenta milionésimos por cento) sobre o valor das anuidades vigentes no exercício de 2026, representando a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o período de 1º de agosto de 2025 a 31 de julho de 2026, conforme determina o § 1º do artigo 6º da Lei nº 12.514/2011.

§ 2º Nos casos das anuidades previstas no inciso I deste artigo, o Conselho Regional de Economia, mediante Resolução própria, poderá reduzir o valor ali previsto em até 20% (vinte por cento) do valor original de R$ 872,33 (oitocentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos), antes da aplicação dos descontos de antecipação elencados no parágrafo 6º deste artigo.

§ 3º O valor das anuidades referentes ao registro secundário de pessoas jurídicas corresponderá à metade do montante devido pela matriz ou estabelecimento central.

§ 4º Os Corecons emitirão as cobranças referentes às anuidades de 2027, ainda no exercício de 2026, em conformidade com a tabela dos valores deliberada pelo Conselho Regional de Economia, publicada na imprensa oficial, observado o disposto no parágrafo 8º do presente artigo.

§ 5º Os pagamentos das anuidades devidas aos Corecons, referentes ao exercício de 2027, poderão ser efetuados em cota única ou em até 3 (três) parcelas iguais e consecutivas, sem desconto de antecipação, vencíveis em 31 de janeiro, 28 de fevereiro e 31 de março de 2027.

§ 6º Sobre o valor da anuidade vigente para o exercício, definido na forma do artigo 1º desta Resolução, poderão ser concedidos descontos para pagamento da cota única nas hipóteses a seguir relacionadas, tanto para Economista, como para os mestres e doutores em Economia registrados, bem como para os profissionais registrados em cursos conexos, como para pessoa jurídica, na forma dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecons, aprovado pela Resolução nº 1.853/2011 e nos termos da Resolução própria de cada Conselho Regional:

I. até 10% (dez por cento) se o pagamento for efetuado até o dia 31 de janeiro de 2027;

II. até 5% (cinco por cento) se o pagamento for efetuado até o dia 28 de fevereiro de 2027.

§ 7º O valor da anuidade cobrada dos profissionais registrados com base na Resolução nº 1997, de 3 de dezembro de 2018 - que regulamenta o registro profissional dos egressos de cursos de graduação em grau de bacharelado e conexos ao de Economia -, e dos profissionais registrados com base na Resolução nº 2.113, de 4 de julho de 2022 - que dispõe sobre o registro profissional dos egressos de programas de mestrado e doutorado em Economia -, serão, respectivamente R$ 610,62 (seiscentos e dez reais e sessenta e dois centavos) e R$ 872,33 (oitocentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos), sem prejuízo do disposto nos parágrafos 2º e 6º deste artigo.

§ 8º As anuidades, por estarem sujeitas a lançamento de ofício e se constituírem como crédito tributário, serão remetidas ao sujeito passivo, por qualquer meio idôneo, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para pagamento ou impugnação do tributo, mediante comprovação da remessa da comunicação, inclusive com o envio de carnê ou com a publicação de calendário de pagamento, com instruções para a sua efetivação (Tema Repetitivo 903 do STJ - REsp 1320825/RJ), aplicando-se ainda, naquilo que couber, as disposições constantes no Decreto nº 70.235/1972.

§ 9º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, a comunicação poderá ser realizada:

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Ofício TRE-RS P n. 3427/2026.

Porto Alegre, 23 de setembro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
Brasília/DF

ASSUNTO: Relatório de Gestão Fiscal do TRE-RS - setembro de 2025 a agosto de 2026.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, referente ao período compreendido entre setembro de 2025 e agosto de 2026 (art. 54, inc. III, da LC n. 101/2000).

Outrossim, informo-lhe que o referido relatório foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, Edição n. 180, de 23/09/2026, página 153, em conformidade com o disposto no art. 55, § 2º, da LC n. 101/2000.

A Secretaria da Presidência do TRE-RS está à disposição pelo telefone (51) 3294-8451 e pelo e-mail "presidencia@tre-rs.jus.br".

Renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

DESEMBARGADORA MARIA DE LOURDES GALVÃO BRACCINI DE GONZALEZ,
PRESIDENTE.

Documento assinado eletronicamente por **Maria de Lourdes Galvão Braccini de Gonzalez**, **Presidente**, em 24/09/2026, às 17:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2753002** e o código CRC **59177671**.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA TRE-RS P Nº 2.798, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuicoes legais, resolve:

Tornar publico, nos termos do Inciso III e paragrafo unico do art. 54 da Lei Complementar nr. 101, de 4 de maio de 2000, o Relatorio de Gestao Fiscal, em anexo, ja analisado pelas areas tecnicas desta Corte.

Desa. MARIA DE LOURDES GALVÃO BRACCINI DE GONZALEZ

ANEXO I

UNIAO - PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alinea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Ultimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													Inscritas em Restos a Pagar Nao Processados (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ultimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	24.347.614,64	28.572.993,62	40.719.637,14	30.260.789,75	39.242.213,41	27.645.515,03	27.621.582,21	28.238.328,26	28.700.282,44	29.090.475,29	29.627.668,00	29.627.045,13	363.694.144,92	3.043.451,77
Pessoal Ativo	18.800.669,00	22.990.028,53	32.258.750,75	24.688.562,24	30.659.864,51	21.927.389,31	21.854.883,59	22.475.574,25	22.712.902,51	23.279.553,98	23.407.054,54	23.446.728,99	288.501.962,20	3.043.451,77
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variaveis	15.564.805,70	19.762.520,78	25.847.349,75	21.402.606,72	27.387.033,88	18.599.231,29	18.527.319,60	19.022.710,52	19.337.463,93	19.907.942,82	19.780.402,75	19.823.820,21	244.963.207,95	2.990.416,41
Obrigacoes Patronais	3.235.863,30	3.227.507,75	6.411.401,00	3.285.955,52	3.272.830,63	3.328.158,02	3.327.563,99	3.452.863,73	3.375.438,58	3.371.611,16	3.626.651,79	3.622.908,78	43.538.754,25	53.035,36
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.546.945,64	5.582.965,09	8.460.886,39	5.572.227,51	8.582.348,90	5.718.125,72	5.766.698,62	5.762.754,01	5.987.379,93	5.810.921,31	6.220.613,46	6.180.316,14	75.192.182,72	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	4.651.516,73	4.686.780,41	7.100.108,41	4.670.872,74	7.164.663,88	4.768.054,38	4.817.736,14	4.813.052,29	5.048.301,75	4.871.843,13	5.256.019,96	5.204.758,96	63.053.708,78	
Pensoes	895.428,91	896.184,68	1.360.777,98	901.354,77	1.417.685,02	950.071,34	948.962,48	949.701,72	939.078,18	939.078,18	964.593,50	975.557,18	12.138.473,94	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirizacao ou de contratacao de forma indireta (parágrafo 1 do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal nao Executada Orcamentariamente														
DESPESAS NAO COMPUTADAS (II) (P. 1 do art. 19 da LRF)	5.423.445,49	5.459.010,81	8.274.023,58	3.633.625,66	8.391.178,66	5.590.102,04	5.671.794,24	5.631.665,78	5.898.381,69	5.710.095,80	6.089.525,23	6.067.946,34	71.840.795,32	
Indenizacoes por Demissao e Incentivos a Demissao Voluntaria														
Decorrentes de Decisao Judicial de periodo anterior ao da apuracao														
Despesas de Exercicios Anteriores de periodo anterior ao da apuracao	454,13			242.888,27	901,30	24,01	37.298,71		42.089,99	30.262,72		18.718,43	372.637,56	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.422.991,36	5.459.010,81	8.274.023,58	3.390.737,39	8.390.277,36	5.590.078,03	5.634.495,53	5.631.665,78	5.856.291,70	5.679.833,08	6.089.525,23	6.049.227,91	71.468.157,76	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III = I - II)	18.924.169,15	23.113.982,81	32.445.613,56	26.627.164,09	30.851.034,75	22.055.412,99	21.949.787,97	22.606.662,48	22.801.900,75	23.380.379,49	23.538.142,77	23.559.098,79	291.853.349,60	3.043.451,77

APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	294.896.801,37	0,018212
LIMITE MAXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	722.773.959,86	0,044636
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (paragrafo unico do art. 22 da LRF)	686.635.261,86	0,042404
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	650.496.563,87	0,040172

FONTE: SIAFI e COORC/SOF/TRE-RS. Emitido em 21/09/2026 as 15h e 00m

1Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercicio, os valores de restos a pagar nao processados inscritos em 31 de dezembro do exercicio anterior continuarao a ser informados nesse campo. Esses valores nao sofrem alteracao pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluidos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

Desa. MARIA DE LOURDES GALVÃO BRACCINI DE GONZALEZ
Presidente do Tribunal

ANA GABRIELA DE ALMEIDA VEIGA
Diretora-Geral

FABIO DAS NEVES BARBOSA
Gestor Financeiro

DANIELA OTILIA FOLTZ
Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 808, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 54, inciso III, e 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, bem como das informações constantes no Procedimento Administrativo SEI n. 0000134-57.2026.6.22.8000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2026 (1595178), referente ao período de setembro de 2025 a agosto de 2026, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. RADUAN MIGUEL FILHO

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 28/05/2026 | Edição: 99 | Seção: 1 | Página: 185

Órgão: Poder Judiciário/Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PORTARIA Nº 75, DE 26 DE MAIO DE 2026

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao Demonstrativo da Despesa de Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU Plenário - item 9.4, no período compreendido entre maio de 2025 a abril de 2026, constantes dos anexos desta portaria.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DES. CARLOS ROBERTO DA SILVA

ANEXO 1

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')							
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)						
	LIQUIDADAS						
	MAI2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2C
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.960.627,12	16.974.688,98	16.876.641,13	17.140.971,54	16.922.924,63	17.056.997,24	26.212.C
Pessoal Ativo	13.326.704,53	13.339.534,81	13.259.088,32	13.508.815,38	13.254.307,69	13.368.008,21	20.576.1
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.356.687,39	11.384.188,40	11.306.517,28	11.547.326,05	11.291.128,14	11.410.474,09	16.679.8
Obrigações Patronais	1.970.017,14	1.955.346,41	1.952.571,04	1.961.489,33	1.963.179,55	1.957.534,12	3.896.32
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.633.922,59	3.635.154,17	3.617.552,81	3.632.156,16	3.668.616,94	3.688.989,03	5.635.92
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.774.889,59	2.776.121,17	2.758.519,81	2.738.113,79	2.748.056,54	2.751.601,52	4.253.03
Pensões	859.033,00	859.033,00	859.033,00	894.042,37	920.560,40	937.387,51	1.382.88
Outros Benefícios Previdenciários	-				-	-	-

Outras despesas de pessoal decorrentes do contrato de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-				-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1˚ do art. 19 da LRF)	3.633.922,59	3.635.154,17	3.617.552,81	3.632.156,16	3.668.616,94	3.688.989,03	3.744.34
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-				-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-					-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.633.922,59	3.635.154,17	3.617.552,81	3.632.156,16	3.668.616,94	3.688.989,03	3.744.34
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)	13.326.704,53	13.339.534,81	13.259.088,32	13.508.815,38	13.254.307,69	13.368.008,21	22.467.7

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.561.142.959.699,87
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)= (IIIa + IIIb)	182.481.913,64
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	543.730.481,43
LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95xVI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	516.543.957,36
LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90xVI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	489.357.433,29

Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRESC, Data de emissão: 22/MAI/2026, hora da emissão: 14h e 39m.

[1] Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013

2) Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.414, de 19 de maio de 2026, publicada em 20 de maio de 2026.

MARCOS DAVID FERMINO
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade Substituto

GERALDO LUIZ SAVI JÚNIOR
Secretário de Administração e Orçamento

JOSÉ FARIAS JÚNIOR
Secretário de Auditoria Substituto

GONSALO ANDRÉ AGOSTINI RIBEIRO
Diretor-Geral

DES. CARLOS ROBERTO DA SILVA
Presidente do Tribunal

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2025 A ABRIL 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUT (Últimos 12 Mes LIQUIDADAS							
	Mai/25	Jun/25	Jul/25	Ago/25	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.960.627,12	16.974.688,98	16.876.641,13	17.140.971,54	16.922.924,63	17.056.997,24	26.212.074,42	19.299.7
Pessoal Ativo	13.326.704,53	13.339.534,81	13.259.088,32	13.508.815,38	13.254.307,69	13.368.008,21	20.576.146,05	15.622.9
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.356.687,39	11.384.188,40	11.306.517,28	11.547.326,05	11.291.128,14	11.410.474,09	16.679.823,62	13.669.5
Obrigações Patronais	1.970.017,14	1.955.346,41	1.952.571,04	1.961.489,33	1.963.179,55	1.957.534,12	3.896.322,43	1.953.4
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.633.922,59	3.635.154,17	3.617.552,81	3.632.156,16	3.668.616,94	3.688.989,03	5.635.928,37	3.676.7
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.774.889,59	2.776.121,17	2.758.519,81	2.738.113,79	2.748.056,54	2.751.601,52	4.253.038,94	2.771.7
Pensões	859.033,00	859.033,00	859.033,00	894.042,37	920.560,40	937.387,51	1.382.889,43	905.0
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.633.922,59	3.635.154,17	3.617.552,81	3.632.156,16	3.668.616,94	3.688.989,03	3.744.343,58	2.027.1
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.633.922,59	3.635.154,17	3.617.552,81	3.632.156,16	3.668.616,94	3.688.989,03	3.744.343,58	2.027.1
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.326.704,53	13.339.534,81	13.259.088,32	13.508.815,38	13.254.307,69	13.368.008,21	22.467.730,84	17.272.5

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALO
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	

FONTE: SIAFI, COFC/SOF/TSE, consulta em 22/05/2026 às 14:39 hs.

1Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valore excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 1.414, de 19 de maio de 2026, publicada em 20 de maio de 2026.

Marcos David Fermino
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade Substituto

Geraldo Luiz Savi Júnior
Secretário de Administração e Orçamento

José Farias Júnior
Secretário de Auditoria Substituto

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

Gonsalo André Agostini Ribeiro
Diretor-Geral

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Desembargador Carlos Roberto da Silva
Presidente

Documento assinado eletronicamente por **Marcos David Fermino**, **Analista Judiciário**, em 28/05/2026, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Gonsalo André Agostini Ribeiro**, **Diretor-Geral**, em 28/05/2026, às 17:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Luiz Savi Júnior**, **Secretário de Administração e Orçamento**, em 28/05/2026, às 18:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **José Farias Junior**, **Secretário de Auditoria**, em 28/05/2026, às 19:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-sc.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0000304324** e o código CRC **CBE0CD56**.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO														
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
SETEMBRO 2025 A AGOSTO 2026														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS**													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
	Set/25	**Out/25**	**Nov/25**	**Dez/25**	**Jan/26**	**Fev/26**	**Mar/26**	**Abr/26**	**Mai/26**	**Jun/26**	**Jul/26**	**Ago/26**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	**(b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.922	17.056	26.212.	19.299	24.677	17.636	17.57	17.390	18.945.3	18.239.9	17.806.	20.406.	232.169.	3.317.80
Pessoal Ativo	13.254	13.368	20.576.	15.622	19.096	13.819	13.81	13.575	15.032.6	14.368.4	13.657.	16.278.	182.463.	2.817.80
Vencimento Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.291	11.410	16.679.	13.669	17.121	11.843	11.83	11.595	12.814.6	12.360.1	11.473.	14.100.	156.193.	2.450.00
Obrigações Patronais	1.963.	1.957.	3.896.3	1.953.	1.975.1	1.976.	1.979.	1.980.	2.218.06	2.008.3	2.184.1	2.178.0	26.270.0	367.801,
Pessoal Inativo e Pensionist	3.668.	3.688.	5.635.9	3.676.	5.581.0	3.816.	3.760	3.814.	3.912.63	3.871.5	4.149.5	4.128.3	49.706.1	500.000,
Aposentado Reserva e Reformas	2.748.	2.751.	4.253.0	2.771.	4.192.7	2.882.	2.838.	2.894.	2.994.47	2.953.3	3.225.1	3.162.7	37.668.7	300.000,
Pensões	920.56	937.38	1.382.8	905.02	1.388.2	934.56	922.1	920.21	918.158,	918.158	924.43	965.54	12.037.3	200.000,
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Despesa com Pessoal não Executada Orçamentar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTA (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.668.	3.688.	3.744.3	2.027.	5.581.(	3.816.	3.760.	3.814.	3.912.63	3.871.5(	4.149.5	4.097.8	46.134.4	937.801,
Indenizaçõe por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	937.801,
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.668.	3.688.	3.744.3	2.027.	5.581.(	3.816.	3.760.	3.814.	3.912.63	3.871.5(	4.149.5	4.097.8	46.134.4	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.254	13.368	22.467.	17.27	19.096	13.819	13.81	13.575	15.032.6	14.368.4	13.657.	16.308.	186.034.	2.380.00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.7	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	188.414.846,45		0,011636
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	563.972.897,39		0,034829
LIMITE PRUDENCI (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	535.774.252,52		0,033088
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	507.575.607,65		0,031346

FONTE: SIAFI, COFC/SOF consulta em 18/09/2026 às 14:39 hs.														
1Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.														
NOTAS:														
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.														
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.														
José Luiz Sobierajski Júnior														
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade														
Geraldo Luiz Savi Júnior														
Secretário de Administração e Orçamento														
José Farias Júnior														
Secretário de Auditoria														
De acordo.														
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.														
Gonsalo André Agostini Ribeiro														
Diretor-Geral														
De acordo.														

Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.															
Desembargador Carlos Roberto da Silva															
Presidente															

Documento assinado eletronicamente por **José Luiz Sobierajski Júnior**, **Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade**, em 29/09/2026, às 19:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Luiz Savi Júnior**, **Secretário de Administração e Orçamento**, em 29/09/2026, às 22:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **José Farias Junior**, **Secretário de Auditoria**, em 30/09/2026, às 14:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-sc.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0000359984** e o código CRC **BC43A0E4**.

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	438.453.628,06	0,027077
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.686.591.318,90	0,104158
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.602.261.752,96	0,098950
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.517.932.187,01	0,093742

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Unidade Responsável: SOF/COFIN/SECONT, Data da emissão: 17/09/2026, Hora de emissão: 16:00
Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013..
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.
3. Nos meses de abril, maio, junho, julho e agosto de 2026, houve ajuste (redução) no saldo das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), nos valores respectivos de R$ 1.667,26, R$ 844,65, R$ 54.693,29, R$ 171,98 e R$ 164.525,44, cujos fatos geradores ocorreram dentro do período de apuração do presente Relatório de Gestão Fiscal (RGF), conforme documento id. 5233354 do processo SEI TRE-RJ nº 2025.0.000016819-0.

RODRIGO DA ROCHA CAMARGOS
Secretário de Orçamento e Finanças

ELINE IRIS RABELLO GARCIA DA SILVA
Diretora-Geral

ANDREA CORREA DE SA E SOUZA
Secretária de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 156, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao Demonstrativo da Despesa de Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017- TCU Plenário - item 9.4, no período compreendido entre setembro de 2025 a agosto de 2026, constantes dos anexos desta portaria.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Des. CARLOS ROBERTO DA SILVA

ANEXO 1

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a') R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS													
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.922.924,63	17.056.997,24	26.212.074,42	19.299.710,75	24.677.473,70	17.636.750,06	17.574.181,70	17.390.554,43	18.945.306,06	18.239.936,68	17.806.857,53	20.406.497,14	232.169.264,34	3.317.801,74
Pessoal Ativo	13.254.307,69	13.368.008,21	20.576.146,05	15.622.933,61	19.096.429,52	13.819.828,68	13.813.296,06	13.575.573,11	15.032.669,78	14.368.428,02	13.657.298,21	16.278.195,49	182.463.114,43	2.817.801,74
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.291.128,14	11.410.474,09	16.679.823,62	13.669.510,99	17.121.244,00	11.843.693,46	11.833.734,67	11.595.476,55	12.814.605,10	12.360.101,38	11.473.124,26	14.100.161,37	156.193.077,63	2.450.000,00
Obrigações Patronais	1.963.179,55	1.957.534,12	3.896.322,43	1.953.422,62	1.975.185,52	1.976.135,22	1.979.561,39	1.980.096,56	2.218.064,68	2.008.326,64	2.184.173,95	2.178.034,12	26.270.036,80	367.801,74
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.668.616,94	3.688.989,03	5.635.928,37	3.676.777,14	5.581.044,18	3.816.921,38	3.760.885,64	3.814.981,32	3.912.636,28	3.871.508,66	4.149.559,32	4.128.301,65	49.706.149,91	500.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.748.056,54	2.751.601,52	4.253.038,94	2.771.747,65	4.192.766,76	2.882.353,70	2.838.718,14	2.894.767,70	2.994.477,65	2.953.350,03	3.225.121,61	3.162.752,03	37.668.752,27	300.000,00
Pensões	920.560,40	937.387,51	1.382.889,43	905.029,49	1.388.277,42	934.567,68	922.167,50	920.213,62	918.158,63	918.158,63	924.437,71	965.549,62	12.037.397,64	200.000,00
Outros Benefícios Previdenciários	-				-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes do contrato de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-				-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	3.668.616,94	3.688.989,03	3.744.343,58	2.027.114,26	5.581.044,18	3.816.921,38	3.760.885,64	3.814.981,32	3.912.636,28	3.871.508,66	4.149.559,32	4.097.817,30	46.134.417,89	937.801,74
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-				-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-					-	-	-		-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	937.801,74
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.668.616,94	3.688.989,03	3.744.343,58	2.027.114,26	5.581.044,18	3.816.921,38	3.760.885,64	3.814.981,32	3.912.636,28	3.871.508,66	4.149.559,32	4.097.817,30	46.134.417,89	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)	13.254.307,69	13.368.008,21	22.467.730,84	17.272.596,49	19.096.429,52	13.819.828,68	13.813.296,06	13.575.573,11	15.032.669,78	14.368.428,02	13.657.298,21	16.308.679,84	186.034.846,45	2.380.000,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)= (IIIa + IIIb)	188.414.846,45	0,011636
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	563.972.897,39	0,034829
LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95xVI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	535.774.252,52	0,033088
LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90xVI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	507.575.607,75	0,031346

Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRESC, Data de emissão: 18/set/2026, hora da emissão: 14h e 39m.
¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas:
1) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013
2) Valor da RCL referente à Portaria STN nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

JOSÉ LUIZ SOBIERAJSKI JÚNIOR
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

GERALDO LUIZ SAVI JÚNIOR
Secretário de Administração e Orçamento

JOSÉ FARIAS JÚNIOR
Secretário de Auditoria

GONSALO ANDRÉ AGOSTINI RIBEIRO
Diretor-Geral

Des. CARLOS ROBERTO DA SILVA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
CENAF, Lote 7, Variante 2 - Bairro Capucho - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - http://www.tre-se.jus.br
(79) 3209-8603 - secog@tre-se.jus.br

Ofício TRE-SE 5478/2026 - SECOG

Aracaju, 25 de setembro de 2026.

Assunto: Encaminha Cópia do Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre de 2026

Congresso Nacional
Senador DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM
Presidente

Senhor Presidente:

Cumprimentando Vossa Excelência, e em atendimento ao que determinam a **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no art. 55, § 2º**, e a **Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, no art. 5º, inciso I**, encaminho cópia do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2026, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de setembro de 2026, Seção 1, páginas 154 a 155.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

Desa. ANA LÚCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS
Presidente

Documento assinado eletronicamente por **ANA LUCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS**, **Presidente**, em 28/09/2026, às 13:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1922830** e o código CRC **35F1139F**.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2025 A AGOSTO 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.228.689,47	6.685.952,32	10.052.048,66	7.855.645,43	9.001.279,70	6.876.609,42	6.907.348,54	6.757.985,53	6.835.102,61	7.262.803,91	7.211.048,73	7.308.250,29	88.982.764,61	1.336.750,00
Pessoal Ativo	5.195.547,19	5.652.810,04	8.436.712,80	6.764.514,70	7.371.581,03	5.773.659,84	5.804.398,96	5.637.059,76	5.718.969,58	6.107.053,41	6.028.211,09	6.125.412,65	74.615.931,05	1.335.150,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.526.245,83	4.923.151,93	7.053.064,35	6.037.450,37	6.643.076,38	5.036.480,09	5.072.851,02	4.907.657,97	4.976.052,20	5.309.385,88	5.232.296,20	5.328.121,19	65.045.833,41	1.318.750,00
Obrigações Patronais	669.301,36	729.658,11	1.383.648,45	727.064,33	728.504,65	737.179,75	731.547,94	729.401,79	742.917,38	797.667,53	795.914,89	797.291,46	9.570.097,64	16.400,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.033.142,28	1.033.142,28	1.615.335,86	1.091.130,73	1.629.698,67	1.102.949,58	1.102.949,58	1.120.925,77	1.116.133,03	1.155.750,50	1.182.837,64	1.182.837,64	14.366.833,56	1.600,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	909.845,56	909.845,56	1.428.791,84	967.834,01	1.441.201,52	977.284,82	977.284,82	995.261,01	990.468,27	1.030.085,74	1.052.742,64	1.052.742,64	12.733.388,43	-
Pensões	123.296,72	123.296,72	186.544,02	123.296,72	188.497,15	125.664,76	125.664,76	125.664,76	125.664,76	125.664,76	130.095,00	130.095,00	1.633.445,13	1.600,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.000.152,31	1.003.090,89	1.528.826,14	493.610,10	1.531.877,88	1.062.774,68	1.037.735,72	1.058.973,84	1.050.919,17	1.090.536,64	1.117.623,78	1.148.029,83	13.124.150,98	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	16.522,38	-	14.227,32	-	25.038,96	-	3.261,93	-	-	-	30.406,05	89.456,64	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.000.152,31	986.568,51	1.528.826,14	479.382,78	1.531.877,88	1.037.735,72	1.037.735,72	1.055.711,91	1.050.919,17	1.090.536,64	1.117.623,78	1.117.623,78	13.034.694,34	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.228.537,16	5.682.861,43	8.523.222,52	7.362.035,33	7.469.401,82	5.813.834,74	5.869.612,82	5.699.011,69	5.784.183,44	6.172.267,27	6.093.424,95	6.160.220,46	75.858.613,63	1.336.750,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	77.195.363,63	0,004767
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	202.067.753,50	0,012479
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	191.964.365,82	0,011855
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	181.860.978,15	0,011231

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão: 16/SETEMBRO/2026, às 16h e 00 min.

1Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

REJANE ASSIS LIMA DA FONSECA
Auditora Chefe

EDGARD MANOEL AZEVEDO FILHO
Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

ÉRICA MACHADO
Diretora-Geral

Des. RADUAN MIGUEL FILHO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 285, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28 do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 54, III e parágrafo único c/c 55, I, "a", § 1º e § 2º da Lei Complementar 101 - LRF, de 4/5/00, publicada no D.O.U., Seção 1, de 5/5/00, e no teor da Portaria nº 989, de 14/06/2024, alterada pelas Portarias nº 924, de 28/04/2025 e nº 2.057 de 15/09/2025, que aprovou a 15ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), com vigência a partir de 2026, todas da Secretaria do Tesouro Nacional, resolve:

Art. 1º. Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre de 2026, na forma dos Anexos desta Portaria.

Parágrafo único. O Relatório a que se refere o caput será publicado no Diário Oficial da União e disponiblizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Desª ANA LÚCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26	ABR/26	MAI26	JUN26	JUL26	AGO26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.822.345,70	7.757.544,03	11.890.502,93	8.508.909,16	10.872.559,48	8.373.392,64	8.101.168,42	7.921.778,00	8.228.464,00	9.080.175,91	8.908.143,60	8.818.135,19	106.283.159,06	732.511,77
Pessoal Ativo	6.378.460,43	6.313.658,76	9.652.326,07	7.065.023,89	8.604.627,05	6.668.603,18	6.611.036,81	6.418.781,16	6.725.482,83	7.527.495,56	7.320.043,19	7.230.034,78	86.515.573,71	732.511,77
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.412.789,88	5.335.572,17	7.745.403,14	6.090.810,97	7.633.709,23	5.696.368,94	5.634.517,62	5.444.790,74	5.724.059,06	6.381.183,15	6.224.090,12	6.126.543,92	73.449.838,94	691.543,99
Obrigações Patronais	965.670,55	978.086,59	1.906.922,93	974.212,92	970.917,82	972.234,24	976.519,19	973.990,42	1.001.423,77	1.146.312,41	1.095.953,07	1.103.490,86	13.065.734,77	40.967,78

Pessoal Inativo e Pensionistas	1.443.885,27	1.443.885,27	2.238.176,86	1.443.885,27	2.267.972,43	1.704.789,46	1.490.131,61	1.502.996,84	1.502.981,17	1..552.680,35	1.588.100,41	1.588.100,41	19.767.585,35	–
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.074.620,63	1.074.620,63	1.678.424,14	1.074.620,63	1.702.074,15	1.327.801,10	1.090.407,18	1.112.561,59	1.112.561,59	1.162.260,77	1.188.508,95	1.188.508,95	14.786.970,31	–
Pensões	369.264,64	369.264,64	559.752,72	369.264,64	565.898,28	376.988,36	399.724,43	390.435,25	390.419,58	390.419,58	399.591,46	399.591,46	4.980.615,04	–
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	–	–	–	–	–	–	–	–					–	–
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	–	–	–	–	–	–	–	–					–	–
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1° do art. 19 da LRF)	1.372.627,29	1.371.461,43	2.118.561,61	170,57	2.162.731,08	1.672.146,21	1.415.323,45	1.428.188,68	1.428.173,01	1.477.872,19	1.513.292,25	1.513.292,25	17.473.840,02	–
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	–	–	–	–	–	36.432,93	–	–					36.432,93	–
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da apuração	–	–	–	–	–	–	–	–						–
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	1.165,86	–	–	170,57	6.970,89	5.731,98	–	–					14.039,30	–
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.371.461,43	1.371.461,43	2.118.561,61	–	2.155.760,19	1.629.981,30	1.415.323,45	1.428.188,68	1.428.173,01	1.477.872,19	1.513.292,25	1.513.292,25	17.423.367,79	–
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)	6.449.718,41	6.386.082,60	9.771.941,32	8.508.738,59	8.709.868,40	6.701.246,43	6.685.844,97	6.493.589,32	6.800.290,99	7.602.303,72	7.394.851,35	7.304.842,94	88.809.319,04	732.511,77

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)= (IIIa + IIIb)	89.541.830,81	0,005530
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	228.996.087,02	0,014142
LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95xVI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	217.546.282,67	0,013435
LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90xVI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	206.096.478,32	0,012728

Fonte: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRE-SE, Data da emissão: 16/setembro/2026, hora da emissão: 11h25min.
'Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2.Valor da RCL, referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 19 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026 no D.O.U.
3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração", nenhum valor foi incluído, visto que não houve ocorrências durante esse período (2º quadrimestre de 2026).

NORIVAL NAVAS NETO
Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

ADAIL VILELA DE ALMEIDA
Coordenador de Auditoria Interna

RUBENS LISBÔA MACIEL FILHO
Diretora-Geral

ANA LÚCIA FREIRE DE ALÇMEIDA DOS ANJOS
Presidente do Tribunal

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO CFC Nº 1.804, 17 DE SETEMBRO DE 2026

Revoga, expressamente, atos normativos do Conselho Federal de Contabilidade, cujos efeitos se encontram exauridos no tempo ou cujas finalidades foram cumpridas.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, e tendo em vista as diretrizes de revisão, consolidação e simplificação de atos normativos estabelecidas no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e no Regimento Interno do CFC, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas, por exaurimento de seus efeitos e cumprimento de suas finalidades, as seguintes resoluções do Conselho Federal de Contabilidade:

I - Resolução CFC nº 1.062, de 11 de novembro de 2005, que aprova o Manual de Contratação de Pessoal do Sistema CFC/CRCs e dá outras providências;

II - Resolução CFC nº 1.536, de 8 de dezembro de 2017, que aprova o Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCS) do Conselho Federal de Contabilidade;

III - Resolução CFC nº 1.538, de 14 de dezembro de 2018, que altera dispositivos da Resolução CFC nº 1.536/2017 que aprova o Plano de Cargos e Salários (PCS) do Conselho Federal de Contabilidade;

IV - Resolução CFC nº 1.573, de 12 de setembro de 2019, que altera dispositivos da Resolução CFC n.º 1.536, de 2017, que aprova o Plano de Cargos e Salários (PCS) do Conselho Federal de Contabilidade;

V - Resolução CFC nº 1.620, de 8 de abril de 2021, que altera dispositivos da Resolução CFC nº 1.536, de 2017, que aprova o Plano de Cargos e Salários (PCS) do Conselho Federal de Contabilidade;

VI - Resolução CFC nº 1.660, de 24 de março de 2022, que altera dispositivos da Resolução CFC nº 1.536, de 2017, que aprova o Plano de Cargos e Salários (PCS) do Conselho Federal de Contabilidade;

VII - Resolução CFC nº 1.693, de 19 de abril de 2023, que altera dispositivos da Resolução CFC nº 1.536, de 2017, que aprova o Plano de Cargos e Salários (PCS) do Conselho Federal de Contabilidade;

VIII - Resolução CFC nº 1.704, de 22 de setembro de 2023, que altera dispositivos do Plano de Cargos e Salários do Conselho Federal de Contabilidade;

IX - Resolução CFC nº 1.755, de 14 de novembro de 2024, que altera dispositivos da Resolução CFC nº 1.536, de 2017, que aprova o Plano de Cargos e Salários (PCS) do Conselho Federal de Contabilidade; e

X - Resolução CFC nº 1.763, de 20 de fevereiro de 2025, que altera a Resolução CFC nº 1.536, de 2017, que aprova o Plano de Cargos e Salários (PCS) do Conselho Federal de Contabilidade.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PORTARIA Nº 469, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a distribuição percentual dos recursos do Fundo de Desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Educação Física - CREFs para o exercício de 2027.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CONFEF, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do art. 69 do Regimento Interno aprovado pela Resolução CONFEF nº 448/2022, e

CONSIDERANDO os termos do parágrafo único do art. 5º-E da Lei nº 9.696/1998, que destina, obrigatoriamente, 25% (vinte e cinco por cento) da receita do CONFEF de que trata o inciso II do art. 5º-F da lei em questão ao Fundo de Desenvolvimento dos CREFs;

CONSIDERANDO o parágrafo único do art. 8º, da Resolução CONFEF nº 563/2024, que determina que os percentuais de utilização do Fundo serão deliberados pela Diretoria do CONFEF e aprovados pelo respectivo Plenário, devendo ser fixados anualmente mediante Portaria;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar equilíbrio entre as tipologias de projetos previstas na Resolução CONFEF nº 563/2024, priorizando as ações de fiscalização e os projetos de interesse coletivo do Sistema CONFEF/CREFs;

CONSIDERANDO a deliberação em Reunião Ordinária do Plenário do CONFEF realizada em 11 de Setembro de 2026; resolve:

Art. 1º - A distribuição dos recursos do Fundo de Desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Educação Física - CREFs para o exercício de 2027 obedecerá aos seguintes percentuais e valores de referência, observada a disponibilidade global de recursos:

I - TIPO I - Fiscalização da Profissão de Educação Física: mínimo de 50% (cinquenta por cento);

II - TIPO II - Desenvolvimento Integrado do CREF e TIPO III - Infraestrutura Física: até 30% (trinta por cento) correspondentes aos recursos remanescentes dentro da previsão global;

III - TIPO IV - Projetos Coletivos de Interesse Comum: mínimo de 20% (vinte por cento), distribuídos entre os projetos "Homenagem ao Dia do Profissional de Educação Física", "Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD" e "Assessoria de Gestão de Projetos".

Art. 2º - Os percentuais e valores destinados aos Projetos do Tipo I e Tipo IV são de solicitação obrigatória pelos CREFs contemplados, sendo vedada a realocação de seus montantes para outras tipologias, a fim de assegurar a execução prioritária das ações de fiscalização e dos projetos de interesse coletivo do Sistema.

Parágrafo único - Do percentual destinado ao Tipo I - Fiscalização da Profissão de Educação Física, a parcela será destinada, obrigatoriamente, ao projeto Programa de Gratificação por Desempenho da Fiscalização, cujo valor será calculado de acordo com a quantidade de Agentes de Orientação e Fiscalização contemplados no projeto, observados os critérios, modelos e limites estabelecidos na Resolução CONFEF nº 563/2024 e nos atos expedidos pelo CONFEF, sendo vedada a utilização desses recursos para finalidade diversa.

Art. 3º - Os percentuais definidos nesta Portaria deverão ser observados na elaboração e submissão dos projetos relativos ao exercício de 2027, em conformidade com os prazos e diretrizes estabelecidos na Resolução CONFEF nº 563/2024.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIO AUGUSTO BOSCHI

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Tribunal Regional Eleitoral - SE (Poder Judiciário)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2026
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.822.345,70	7.757.544,03	11.890.502,93	8.508.909,16	10.872.599,48	8.373.392,64	8.101.168,42	7.921.778,00	8.228.464,00	9.080.175,91	8.908.143,60	8.818.135,19	106.283.159,06	732.511,77
Pessoal Ativo	6.378.460,43	6.313.658,76	9.652.326,07	7.065.023,89	8.604.627,05	6.668.603,18	6.611.036,81	6.418.781,16	6.725.482,83	7.527.495,56	7.320.043,19	7.230.034,78	86.515.573,71	732.511,77
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.412.789,88	5.335.572,17	7.745.403,14	6.090.810,97	7.633.709,23	5.696.368,94	5.634.517,62	5.444.790,74	5.724.059,06	6.381.183,15	6.224.090,12	6.126.543,92	73.449.838,94	691.543,99
Obrigações Patronais	965.670,55	978.086,59	1.906.922,93	974.212,92	970.917,82	972.234,24	976.519,19	973.990,42	1.001.423,77	1.146.312,41	1.095.953,07	1.103.490,86	13.065.734,77	40.967,78
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.443.885,27	1.443.885,27	2.238.176,86	1.443.885,27	2.267.972,43	1.704.789,46	1.490.131,61	1.502.996,84	1.502.981,17	1.552.680,35	1.588.100,41	1.588.100,41	19.767.585,35	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.074.620,63	1.074.620,63	1.678.424,14	1.074.620,63	1.702.074,15	1.327.801,10	1.090.407,18	1.112.561,59	1.112.561,59	1.162.260,77	1.188.508,95	1.188.508,95	14.786.970,31	
Pensões	369.264,64	369.264,64	559.752,72	369.264,64	565.898,28	376.988,36	399.724,43	390.435,25	390.419,58	390.419,58	399.591,46	399.591,46	4.980.615,04	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.372.627,29	1.371.461,43	2.118.561,61	170,57	2.162.731,08	1.672.146,21	1.415.323,45	1.428.188,68	1.428.173,01	1.477.872,19	1.513.292,25	1.513.292,25	17.473.840,02	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00	0,00	0,00	36.432,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.432,93	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	1.165,86	0,00	0,00	170,57	6.970,89	5.731,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		14.039,30	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.371.461,43	1.371.461,43	2.118.561,61	0,00	2.155.760,19	1.629.981,30	1.415.323,45	1.428.188,68	1.428.173,01	1.477.872,19	1.513.292,25	1.513.292,25	17.423.367,79	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.449.718,41	6.386.082,60	9.771.941,32	8.508.738,59	8.709.868,40	6.701.246,43	6.685.844,97	6.493.589,32	6.800.290,99	7.602.303,72	7.394.851,35	7.304.842,94	88.809.319,04	732.511,77

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	89.541.830,81	0,005530
LIMITE MÁXIMO (VI) (inciso I, II e III do art. 20 da LRF)	228.996.087,02	0,014142
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	217.546.282,67	0,013435
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	206.096.478,32	0,012728

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013; 2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026 no D.O.U; 3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração", nenhum valor foi incluído, visto que não houve ocorrências durante esse período (2º quadrimestre de 2026).

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (VI) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (IX) (%)	
Excedente em 2021 (X) = (IX - VI) (%)	
Redutor anual (XI) = (0,10 x X) (%)	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA DE PESSOAL (IV)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)												
% DTP (V / IV)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by ADAIL VILELA DE ALMEIDA:3092355 Date: 2026.09.23 09:21:28 BRT Reason: Perfil: Responsável pelo Controle Interno Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - SE
Assinatura: 2
Digitally signed by NORIVAL NAVAS NETO:89634578500 Date: 2026.09.23 11:03:06 BRT Reason: Perfil: Responsável pela Administração Financeira Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - SE
Assinatura: 3
Digitally signed by ANA LUCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS:00107 Date: 2026.09.23 13:31:51 BRT Reason: Perfil: Titular do Poder Judiciário Location: Instituição: Tribunal Regional Eleitoral - SE
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
PRESIDÊNCIA

Ofício TRE-SP n. 1.946/2026

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília/DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do TRE-SP – 2026 – 2º quadrimestre.
Referência: Processo SEI TRE-SP n. 0020493-17.2026.6.26.8000.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Venho, respeitosamente, encaminhar a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – 2º quadrimestre de 2026 do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, conforme o inciso I do artigo 5º da Lei n. 10.028, de 19 de outubro de 2000.

No ensejo, renovo protestos de estima e distinta consideração.

JOSÉ ANTONIO ENCINAS MANFRÉ

Presidente

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ANTONIO ENCINAS MANFRÉ**, **PRESIDENTE**, em 23/09/2026, às 17:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-sp.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **7922263** e o código CRC **D7CF2868**.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

ATO Nº 214, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, inciso III, § único, e 55, § 2º, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, torna público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 2º quadrimestre de 2026.

JOSÉ ANTONIO ENCINAS MANFRÉ

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2025 A AGOSTO 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	71.276.805,05	71.857.368,91	110.981.952,36	80.660.728,80	98.523.281,83	75.509.262,62	74.172.274,48	73.076.089,28	74.583.809,13	74.172.948,66	87.161.498,11	80.042.699,05	972.018.718,28	3.115.158,57
Pessoal Ativo	55.016.970,61	55.626.376,21	86.248.961,04	64.370.460,28	73.729.929,31	58.956.451,69	57.685.534,32	56.672.072,80	58.083.659,08	57.664.244,28	69.512.474,76	62.644.923,80	756.212.058,18	3.054.622,71
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas														
Variáveis	46.403.375,57	46.926.024,49	69.022.966,02	55.677.601,30	64.955.781,26	50.173.648,91	48.937.676,84	47.956.251,91	49.194.101,05	48.842.515,30	58.490.612,37	52.872.915,34	639.453.470,36	3.014.879,36
Obrigações Patronais	8.613.595,04	8.700.351,72	17.225.995,02	8.692.858,98	8.774.148,05	8.782.802,78	8.747.857,48	8.715.820,89	8.889.558,03	8.821.728,98	11.021.862,39	9.772.008,46	116.758.587,82	39.743,35
Pessoal Inativo e Pensionistas	16.259.834,44	16.230.992,70	24.732.991,32	16.290.268,52	24.793.352,52	16.552.810,93	16.486.740,16	16.404.016,48	16.500.150,05	16.508.704,38	17.649.023,35	17.397.775,25	215.806.660,10	60.535,86
Aposentadorias, Reserva e Reformas	13.175.109,55	13.175.628,95	20.027.407,50	13.242.843,41	20.131.900,39	13.454.075,93	13.452.128,10	13.377.266,17	13.508.467,20	13.497.153,04	14.612.264,25	14.466.738,32	176.120.982,81	22.228,21
Pensões	3.084.724,89	3.055.363,75	4.705.583,82	3.047.425,11	4.661.452,13	3.098.735,00	3.034.612,06	3.026.750,31	2.991.682,85	3.011.551,34	3.036.759,10	2.931.036,93	39.685.677,29	38.307,65
Outras despesas de pessoal decorrentes de														
contratos de terceirização ou de contratação														
de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada														
Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art.														
19 da LRF)	16.402.545,08	16.201.518,68	24.677.445,84	9.056.208,30	24.758.945,38	16.615.767,58	16.667.076,29	16.373.867,17	16.526.000,79	16.493.870,58	17.810.101,33	17.488.761,82	209.072.108,84	30.498,64
Indenizações por Demissão e Incentivos à														
Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período														
anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período														
anterior ao da apuração	175.898,72	3.714,06	10.830,68	1.189,06	75,22	97.439,01	214.818,49	4.333,05	60.333,10	19.648,56	195.560,34	125.468,93	909.309,22	30.498,64
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.226.646,36	16.197.804,62	24.666.615,16	9.055.019,24	24.758.870,16	16.518.328,57	16.452.257,80	16.369.534,12	16.465.667,69	16.474.222,02	17.614.540,99	17.363.292,89	208.162.799,62	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	54.874.259,97	55.655.850,23	86.304.506,52	71.604.520,50	73.764.336,45	58.893.495,04	57.505.198,19	56.702.222,11	58.057.808,34	57.679.078,08	69.351.396,78	62.553.937,23	762.946.609,44	3.084.659,93

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	766.031.269,37	0,047307
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	1.769.189.893,36	0,109259
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.680.730.398,69	0,103796
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.592.270.904,02	0,098333

FONTES: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECF/COCONT/SOF/TRE-SP. Emitido em 16/09/2026, às 17h33min.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração" foram excluídos R$ 8.778,64 do mês de janeiro/2026, R$ 63.282,90 do mês de fevereiro/2026, R$ 156.942,60 do mês de março/2026, R$ 7.096,12 do mês de abril/2026, R$ 16.880,13 do mês de maio/2026, R$ 24.958,40 do mês de junho/2026, R$ 37.026,08 do mês de julho/2026 e R$ 18.306,72 do mês de agosto/2026, totalizando R$ 333.271,59, pois a competência pertence ao período de apuração.

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

CARLOS YUKIO FUJIMOTO
Secretário de Orçamento e Finanças

FREDERYK CHOPIN ARANTES
Secretário de Auditoria Interna

JOSÉ ANTONIO ENCINAS MANFRÉ
Presidente do Tribunal

Outlook

RGF 2º QDT 2026 TRE-TO

De Luciano Gomes Goncalves <lgomes@tre-to.jus.br>
Data Sex, 25/09/2026 08:36
Para SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional <congresso@senado.leg.br>; Jacinta Brito Tavares <jacinta@tre-to.jus.br>

1 anexo (24 KB)
RGF 2026 -2QD_Arquivo TRE TO.xlsx;

Da: Coordenadoria Auditoria Interna - TRE/TO
Para: Câmara Federal

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminho a Vossa Excelência o **Demonstrativo da Despesa com Pessoal,** que integra o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE/TO, alusivo ao 2º quadrimestre de 2026 (set/2025 a ago/2026), informando que trata-se de publicação ocorrida no dia 22 de setembro de 2026, no Diário Oficial da União nº 179, Seção 1, páginas 123 e 124.

Respeitosamente,

JACINTA BRITO TAVARES
Coordenadora de Auditoria Interna - TRE/TO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO 2026

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	Jan/26	Fev/26	Mar/26	Abr/26	Mai/26	Jun/26	Jul/26	Ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.735.405,05	6.822.824,99	10.185.581,67	8.868.973,31	8.982.957,23	7.078.015,83	6.905.410,46	6.918.946,26	7.965.629,21	7.178.720,31	7.592.493,55	7.881.134,66	93.116.092,53	640.827,66
Pessoal Ativo	5.862.801,00	5.959.065,33	8.875.325,74	7.999.299,41	7.605.988,73	6.095.255,49	5.944.538,26	5.958.074,06	6.953.465,83	6.202.826,98	6.555.565,91	6.825.951,44	80.838.158,18	640.827,66
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.091.819,98	5.188.363,39	7.352.480,05	7.191.682,48	6.829.025,60	5.324.806,29	5.181.943,14	5.191.836,20	6.099.959,36	5.412.056,15	5.695.370,53	5.948.960,17	70.508.303,34	529.007,11
Obrigações Patronais	770.981,02	770.701,94	1.522.845,69	807.616,93	776.963,13	770.449,20	762.595,12	766.237,86	853.506,47	790.770,83	860.195,38	876.991,27	10.329.854,84	111.820,55
Pessoal Inativo e Pensionistas	872.604,05	863.759,66	1.310.255,93	869.673,90	1.376.968,50	982.760,34	960.872,20	960.872,20	1.012.163,38	975.893,33	1.036.927,64	1.055.183,22	12.277.934,35	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	796.083,12	787.238,73	1.194.266,03	792.970,16	1.260.393,43	905.043,63	883.155,49	883.155,49	934.446,67	898.176,62	956.066,68	974.322,26	11.265.318,31	-
Pensões	76.520,93	76.520,93	115.989,90	76.703,74	116.575,07	77.716,71	77.716,71	77.716,71	77.716,71	77.716,71	80.860,96	80.860,96	1.012.616,04	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	837.034,49	582.417,78	471.709,19	276.333,55	1.330.965,93	1.087.302,83	893.875,16	893.047,45	947.022,06	908.683,25	979.646,49	987.358,47	10.195.396,65	570.230,89
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	3.016,40	-	-	-	-	-	-	1.221,24	-	-	-	4.237,64	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	8.706,26	32.677,56	-	276.333,55	-	173.775,12	827,71	-	1.462,19	614,67	10.543,60	-	504.940,66	570.230,89
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	828.328,23	546.723,82	471.709,19	-	1.330.965,93	913.527,71	893.047,45	893.047,45	944.338,63	908.068,58	969.102,89	987.358,47	9.686.218,35	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**5.898.370,56**	**6.240.407,21**	**9.713.872,48**	**8.592.639,76**	**7.651.991,30**	**5.990.713,00**	**6.011.535,30**	**6.025.898,81**	**7.018.607,15**	**6.270.037,06**	**6.612.847,06**	**6.893.776,19**	**82.920.695,88**	**70.596,77**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	82.991.292,65	0,005125
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	200.723.765,71	0,012396
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	190.687.577,43	0,011776
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	180.651.389,14	0,011156

FONTE: SIAFI, TRE-TO/SADOR/COFIN, em 16/09/2026, às 17h37mim.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.804, de 15 de setembro de 2026, publicada em 16 de setembro de 2026.

3. Observando o que dispõe o inciso IV, §1º do art. 19 da LRF, foram excluídos da linha "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração", por se referirem a despesas cujas competências pertencem ao período de apuração, os valores: R$ 33.639,59 na coluna "Fev/26"; R$ 13.942,64 na coluna "Mar/26"; R$ 21.338,48 na coluna "Abr/26"; R$ 21.338,48 na coluna "Abr/26"; R$ 369,69 na coluna "Mai/26"; R$ 12.512,19 na coluna "Jun/26"; R$ 161,78 na coluna "Jul/26" e R$ 616,94 na coluna "Ago/26".